Iceland Liechtenstein Norway Active citizens fund

EXIT

Estudo diagnóstico sobre as

mulheres no sistema de prostituição em Lisboa

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

FUNDAÇÃO BISSAYA BARRETO

PROJETO IMPLEMENTADO POR

PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES

FICHA TÉCNICA

Entidade Gestora: Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres
Investigadora Responsável: Maria José da Silveira Núncio
Afiliação: ISCSP ULisboa (Instituto de Intervenção e Políticas Sociais)
Membros da Comissão de Acompanhamento do estudo: Relator nacional para o Tráfico de Seres Humanos, Manuel Albano, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), Nuno Gradim, Instituto da Segurança Social (ISS), Brenda I. Johnson, Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP), Maria José Pedro, Polícia Judiciária (PJ), Sebastião Sousa, Alto Comissariado para as Migrações (ACM), Vera Eloi da Fonseca, Direção-Geral da Saúde (DGS), Elsa Mota, Câmara Municipal de Lisboa (CML), Cláudia Prazeres, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Ana Beato, Associação O Ninho, Conceição Mendes, Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV), Margarida Medina Martins, Movimento Democrático de Mulheres (MDM), Sandra Benfica, EOS – Associação de Estudos, Cooperação e Desenvolvimento, Isabel Romão.
Gestora de projeto: Ana Sofia Fernandes
Revisão de texto: Alexandra Silva
Apoio operacional: Alexandra Silva, Inês Renda, Mariana Cunha, Diana Pinto
Design gráfico: Nova Agência
ISBN: 978-989-96851-9-2
Os resultados aqui expressos são da responsabilidade exclusiva da entidade gestora e da investigadora
© Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021

PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES

SOBRE A PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES

A Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM) é a maior organização da sociedade civil portuguesa na área dos direitos humanos das mulheres e das raparigas. Conta atualmente com 29 organizações-membros, com uma grande diversidade de vocações e proveniências, todas empenhadas numa intervenção cívica concertada com vista à salvaguarda e exercício efetivo dos direitos humanos das mulheres e à realização concreta da igualdade entre mulheres e homens. Organização com Estatuto Consultivo Especial junto do ECOSOC da ONU. Coordenação em Portugal do Lobby Europeu das Mulheres. Entidade declarada de utilidade pública pelo Despacho n.º 6166/2020, de 2.6.2020, publicado no D.R. n.º 112, II Série, de 9.6.2020.

EXIT

Projeto EXIT | Direitos Humanos das mulheres a não serem prostituídas.

Prefácio

Este estudo diagnóstico sobre as mulheres no sistema de prostituição em Lisboa, coordenado pela Professora Maria José Núncio, é um dos resultados mais importantes do projeto EXIT, que a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres dinamizou entre abril de 2019 e outubro de 2021.

Este projeto teve como fio condutor a defesa dos direitos humanos das mulheres, nomeadamente o direito a não serem prostituídas, e teve como grandes objetivos contribuir para a mudança de atitudes e comportamentos face ao sistema de prostituição e para a elaboração de propostas de medidas e serviços de apoio à saída desse sistema.

Encontramos aqui, portanto, duas ideias essenciais:

1. **A prostituição como um sistema**, no qual intervêm quatro grandes agentes: as pessoas em situação de prostituição, a grande maioria das quais são mulheres; os compradores de sexo, na sua grande maioria, homens; os proxenetas e traficantes; e a sociedade como um todo, nomeadamente o Estado que, através das políticas públicas e enquadramento legal, fornece o contexto de base a este sistema, e onde se incluem as e os profissionais das instituições que lidam diretamente com as e os demais intervenientes no sistema;
2. A ideia de que a prostituição, enquanto fenómeno com uma fortíssima dimensão de género, constitui uma grosseira violação dos direitos humanos das mulheres que deve ser combatida **protegendo as pessoas em situação de prostituição e abrindo-lhes horizontes de saída do sistema**.

Proteger as mulheres em situação de prostituição implica saber quem são, porquê e como entraram no sistema e qual foi a sua trajetória. Implica também ouvir as e os profissionais que trabalham no terreno com estas mulheres. Implica, ainda, conhecer como este sistema é retratado nos meios de comunicação social, dada a sua influência na forma como este fenómeno é percebido pela sociedade. Este estudo é, justamente, um contributo para este conhecimento.

A sua leitura não é fácil: as histórias de vida destas mulheres são frequentemente marcadas pela violência, pelos abusos, pela fragilidade social e económica, e pela indiferença da sociedade, que normaliza o que tantas vezes chama "a mais velha profissão do mundo". Mas estes testemunhos contestam esta normalização; questionam a trivialização da prostituição como "um trabalho como outro qualquer" e interpelam-nos enquanto cidadãs e cidadãos: queremos mesmo viver numa sociedade que normaliza o acesso ao corpo das mulheres como se de uma qualquer mercadoria se tratasse?

Este estudo tem assim uma dupla função. É um contributo fundamental para a literatura científica sobre o tema, e é também um contributo, que esperamos não menos decisivo, para uma estratégia de prevenção e apoio à saída deste sistema, com o objetivo último de abolir a prostituição enquanto aquilo que, de facto, é: a mais velha opressão do mundo.

Ana Sofia Fernandes
Presidente
Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres

Índice

Índice de quadros 06
Índice de figuras 07
Índice de gráficos 07
Índice de tabelas 08
Introdução 09
1. **Objetivos do Estudo e Modelo de Análise** 11
2. **Suporte teórico** 13
2.1. Desigualdades entre mulheres e homens e sistema de prostituição 13
2.2. Respostas político-legais 15
2.3. Evolução do enquadramento legal da prostituição em Portugal 18
2.4. Referenciais de Direitos Humanos 21
2.5. A realidade do sistema de prostituição 22
2.6. Atores e dinâmicas 24
2.7. Trajetórias de vida das mulheres em situação de prostituição 30
2.7.1. Violência, abuso e disfuncionalidades familiares 30
2.7.2. Vulnerabilidades socioeconómicas 33
2.7.3. Saúde, risco e dependências 35
2.7.4. Questões étnico-raciais e etárias 38
2.8. Representações sociais, estereótipos e estigmatização 39
2.9. A saída do sistema de prostituição 41
3. **Procedimentos metodológicos** 45
3.1. Definição de procedimentos e fundamentação 45
3.2. Recolha e análise de informação 47
4. **Mulheres em situação de prostituição, em Lisboa** 54
4.1. Caraterização sociodemográfica e situação no contexto prostitucional 54
4.2. Histórias de vida 56
4.2.1. Famílias de origem 57
4.2.2. Percursos escolar e profissional 64
4.2.3. Situação familiar atual 70
4.2.4. Patologias, adições e acompanhamento de saúde 78
4.3. Trajetória no sistema de prostituição 80

4.4. Apoios, necessidades e expectativas 89
4.5. Opinião sobre enquadramento legal 98
4.6. Compradores de sexo e vivências prostitucionais 102
5. Profissionais que lidam com o sistema de prostituição 109
5.1. Caraterização sociodemográfica e contextos de intervenção 109
5.2. Situação das mulheres no sistema de prostituição 111
5.3. Respostas existentes e propostas de ação 129
5.4. Opinião sobre enquadramento legal 144
5.5. A compra de sexo 149
6. A "indústria do sexo" nos anúncios de jornal 157
6.1. Análise de frequências simples 158
6.1.1. Nacionalidade e/ou origem étnica 158
6.1.2. Caraterísticas físicas 159
6.1.3. Caraterísticas psicossociais 162
6.1.4. Estado civil 165
6.1.5. Condição socioeconómica 166
6.1.6. Atos/práticas sexuais anunciados 167
6.1.7. Preços 170
6.1.8. Tempos 171
6.1.9. Tipo de espaço 172
6.1.10. Caraterísticas do comprador 173
6.1.11. Utilização de fotografia e tipo de fotografia utilizada 174
6.1.12. Localização por concelhos da Área Metropolitana de Lisboa 175
6.2. Análise bivariada 176
6.2.1. Caraterísticas físicas, por nacionalidade e/ou origem étnica 176
6.2.2. Caraterísticas psicossociais, por nacionalidade e/ou origem étnica 177
6.2.3. Atos/práticas sexuais, por nacionalidade e/ou origem étnica 178
6.2.4. Nacionalidade, por concelho da Área Metropolitana de Lisboa 181
7. O sistema de prostituição nos meios de comunicação social 182
8. Síntese dos resultados 190
9. Estratégia de prevenção e apoio à saída do sistema de prostituição 197
9.1. Prevenção 198
9.2. Conscientização 198
9.3. Apoios e serviços 199
9.4. Responsabilização 200
9.5. Valorização e capacitação 201
10. Conclusões 203
11. Referências 206
12. Anexos 212

Índice de quadros

Quadro 1: Objetivos Geral e Específicos 11
Quadro 2: Metodologia de recolha e análise da informação 48
Quadro 3: Entrevistas a mulheres em situação de prostituição: relação com os objetivos 49
Quadro 4: Entrevistas a profissionais: relação com os objetivos 52
Quadro 5: Análise a anúncios a sexo 53
Quadro 6: Análise a títulos de jornal 53
Quadro 7: Caraterização sociodemográfica e situação no contexto prostitucional 55
Quadro 8: Famílias de origem, interações familiares e situações de risco, violência ou abuso 58
Quadro 9: Situação socioeconómica da família de origem e contextos comunitários de origem 60
Quadro 10: Perceção da influência da história familiar na entrada na prostituição 63
Quadro 11: Percurso escolar 65
Quadro 12: Trabalho e trajetórias profissionais 67
Quadro 13: Perceção da influência da história escolar e profissional na entrada na prostituição 69
Quadro 14: Família atual, interações familiares e situações de risco, violência ou abuso 71
Quadro 15: Situação socioeconómica e vinculação social 74
Quadro 16: Perceção da influência da situação familiar na entrada/permanência na prostituição 77
Quadro 17: Patologias, adições, patologias e acompanhamento de saúde 78
Quadro 18: Condições e fatores de entrada no sistema de prostituição 81
Quadro 19: Tipo de prostituição e tempo de permanência no sistema 83
Quadro 20: Opinião sobre a prostituição e autoimagem 86
Quadro 21: Recurso e avaliação de apoios 90
Quadro 22: Necessidades principais e relação entre a sua satisfação e a saída do sistema 93
Quadro 23: Expectativas para o futuro 96
Quadro 24: Opinião sobre enquadramento legal 99
Quadro 25: Compradores de sexo e motivos para a compra de sexo 103
Quadro 26: Situações de violência e estratégias de evitamento 106
Quadro 27: Caraterização sociodemográfica e contextos de intervenção profissional 110
Quadro 28: Retrato-tipo da mulher em situação de prostituição 112
Quadro 29: Fatores de entrada e permanência no sistema de prostituição 117
Quadro 30: Principais necessidades e problemas das mulheres em situação de prostituição 122
Quadro 31: Evolução do sistema de prostituição 126
Quadro 32: Respostas e adequação às necessidades e articulação entre respostas e entidades 132
Quadro 33: Sugestões de medidas a implementar/desenvolver 140
Quadro 34: Opinião sobre enquadramento legal 145
Quadro 35: Retrato tipo do comprador de sexo 152
Quadro 36: Situações mais relatadas 155
Quadro 37: Análise a títulos de notícias 183

Índice de figuras

Figura 1: Modelo de Análise – V de Gowin 12
Figura 2: Estratégia de prevenção e apoio à saída do sistema de prostituição 197

Índice de gráficos

Gráfico 1: Nacionalidade/Origem 158
Gráfico 2: Características físicas referenciadas (em primeiro lugar) 159
Gráfico 3: Características físicas referenciadas (em segundo lugar) 160
Gráfico 4: Características físicas referenciadas (em terceiro lugar) 161
Gráfico 5: Caraterísticas psicossociais referenciadas (em primeiro lugar) 162
Gráfico 6: Caraterísticas psicossociais referenciadas (em segundo lugar) 163
Gráfico 7: Caraterísticas psicossociais referenciadas (em terceiro lugar) 164
Gráfico 8: Estado civil 165
Gráfico 9: Condição socioeconómica 166
Gráfico 10: Ato sexual referenciado (em primeiro lugar) 167
Gráfico 11: Ato sexual referenciado (em segundo lugar) 168
Gráfico 12: Ato sexual referenciado (em terceiro lugar) 169
Gráfico 13: Preços 170
Gráfico 14: Tempo 171
Gráfico 15: Tipo de espaço 172
Gráfico 16: Tipo de comprador de sexo 173
Gráfico 17: Fotografias 174
Gráfico 18: Concelho 175
Gráfico 19: Características físicas referidas em primeiro lugar, por nacionalidade 176
Gráfico 20: Caraterísticas psicossociais referidas em primeiro lugar, por nacionalidade 177
Gráfico 21: Ato sexual referido em primeiro lugar, por nacionalidade 178

Gráfico 22: Ato sexual referido em segundo lugar, por nacionalidade 179
Gráfico 23: Ato sexual referido em terceiro lugar, por nacionalidade 180
Gráfico 24: Nacionalidade, por concelho 181

Índice de tabelas

Tabela 1: Nacionalidade/Origem 158
Tabela 2: Características físicas referenciadas (em primeiro lugar) 159
Tabela 3: Características físicas referenciadas (em segundo lugar) 160
Tabela 4: Características físicas referenciadas (em terceiro lugar) 161
Tabela 5: Caraterísticas psicossociais referenciadas (em primeiro lugar) 162
Tabela 6: Caraterísticas psicossociais referenciadas (em segundo lugar) 163
Tabela 7: Caraterísticas psicossociais referenciadas (em terceiro lugar) 164
Tabela 8: Estado civil 165
Tabela 9: Condição socioeconómica 166
Tabela 10: Ato sexual referenciado (em primeiro lugar) 167
Tabela 11: Ato sexual referenciado (em segundo lugar) 168
Tabela 12: Ato sexual referenciado (em terceiro lugar) 169
Tabela 13: Preços 170
Tabela 14: Tempo 171
Tabela 15: Tipo de espaço 172
Tabela 16: Tipo de comprador de sexo 173
Tabela 17: Fotografias 174
Tabela 18: Concelho 175
Tabela 19: Características físicas referidas em 1º lugar, por nacionalidade (Qui-Quadrado) 176
Tabela 20: Características psicossociais referidas em 1º lugar, por nacionalidade (Qui-Quadrado) 177
Tabela 21: Ato sexual referido em primeiro lugar, por nacionalidade (Qui-Quadrado) 178
Tabela 22: Ato sexual referido em segundo lugar, por nacionalidade (Qui-Quadrado) 179
Tabela 23: Ato sexual referido em terceiro lugar, por nacionalidade (Qui-Quadrado) 180
Tabela 24: Nacionalidade, por concelho (Qui-Quadrado) 181

Introdução

Este estudo diagnóstico sobre as mulheres no sistema de prostituição em Lisboa, enquadra-se no plano de atividades da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, mais concretamente, no âmbito do projeto EXIT, que tem como objetivo combater o sistema de prostituição, defendendo os direitos humanos das mulheres, designadamente o direito fundamental a não serem prostituídas, contribuindo para a mudança de atitudes e comportamentos face ao sistema de prostituição, bem como para a elaboração de propostas de medidas e serviços de apoio à saída desse sistema.

Pretende-se, com esta investigação, que o conhecimento mais aprofundado acerca das mulheres no sistema de prostituição, numa área geográfica delimitada, possa constituir uma base, devidamente fundamentada, para o desenvolvimento de uma proposta de estratégia nacional de apoio à saída das pessoas do sistema de prostituição, estratégia essa, que se consubstancie numa alternativa acessível, adequada e realista para as mulheres que saem, ou ambicionam sair, da prostituição.

Como pressuposto basilar deste estudo está a consideração de que o conhecimento da prostituição, enquanto fenómeno e problema sociais, implica o recurso a uma visão holística, para compreensão da realidade e consequente intervenção.

E este pressuposto justifica-se na medida em que, como tem sido amplamente demonstrado, a prostituição se constitui, de facto, como um sistema, em que, não apenas intervêm variados sujeitos, como esses sujeitos intervenientes estão investidos de níveis de poder muito distintos, o que tem como consequência o estabelecimento de dinâmicas de relação que, embora de natureza distinta e variada, têm como denominador comum essa assimetria.

Neste sentido, e tal como acontece com todos os sistemas sociais, sejam eles de natureza formal ou informal, a prostituição, enquanto fenómeno, só pode ser compreendida se existir um conhecimento das suas e dos seus intervenientes, agrupados em quatro categorias:

1. as pessoas em situação de prostituição, no caso presente apenas as mulheres;
2. os compradores de sexo, geralmente homens;
3. os proxenetas e traficantes (comprovadamente, a prostituição está crescentemente associada ao tráfico de pessoas, em consequência das desigualdades socioeconómicas globais e da intensificação da circulação entre países e continentes) e outros sujeitos que gravitam no sistema e retiram daí benefícios económicos;
4. a sociedade, onde se destaca: *a)* o Estado, designadamente através das políticas sociais (ação e segurança sociais, habitação e emprego e migrações, por exemplo) e das políticas de segurança e justiça; *b)* as e os profissionais que diretamente lidam com o sistema de prostituição, por exemplo, nas áreas da saúde, intervenção social, segurança ou judicial; *c)* todos os atores sociais responsáveis pela produção e reprodução das representações sociais e estereótipos relativos à prostituição, destacando-se aqui o papel fundamental de dois grandes agentes de socialização que são a escola e os meios de comunicação social.

É entre todos estes sujeitos que se estabelecem dinâmicas de relação próprias, de contornos variáveis, que é importante conhecer, quando se assume que o sistema de prostituição, em que entroncam fenómenos como o tráfico humano e a pornografia, constitui um problema social e uma negação de referenciais de direitos humanos fundamentais e legalmente ratificados[1].

1 Sublinha-se que na alteração do Código Penal, aprovada a 27 de abril de 2006, o crime de tráfico de pessoas está previsto no art.º 160º, concretizando, no plano interno, a convenção sobre o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra a Criminalidade Organizada Transnacional Relativo à Prevenção, à repressão e à punição do Tráfico de Pessoas, em especial mulheres e crianças (Resolução da AR n.º 32/2004). E, na sua redação, no termo exploração sexual, pretendeu também o legislador, incluir a pornografia (decisão quadro 2002/629).

Neste reconhecimento do carácter de problema social, cingimo-nos àquela que é, talvez, a sua definição mais consensual, que assim designa "uma situação que afeta um número significativo de pessoas e é julgada, por estas ou por um número significativo doutras pessoas, como uma fonte de dificuldade ou infelicidade, e considerada suscetível de melhoria" (Gould, J. & Kolk, W. L. dirs., 1964).

Reconhecendo, como muitas e muitos o fizeram antes, que este conceito de problema social contém um forte pendor subjetivo, no sentido em que partindo da realidade (a situação), i.e., do elemento objetivo, concentra-se, depois, no julgamento, i.e., na apreciação ou valoração subjetiva a respeito dessa mesma realidade, o que, naturalmente, será sempre condicionado pelos contextos socio-históricos em que é feito esse julgamento.

Todavia, ainda que, admitindo que esse contexto tem influência variável sobre os sujeitos, o que poderá, no limite, fazer com que aqueles e aquelas que, efetivamente, são "afetados/as" (ou experienciam) pela situação/problema, não se reconheçam (nem a reconheçam) como tal, isso não significa, como por vezes parecem pretender algumas correntes analíticas, uma "menorização" da outra pessoa, ou uma "desvalorização" do seu direito de agir em liberdade.

Trata-se, isso sim, de em muitas situações reconhecidas como problemas sociais, e associadas a debilidades e vulnerabilidades sociais extremas, o próprio conceito de "liberdade" do sujeito ser bastante insubstancial.

De facto, enquanto problema social, a prostituição, além da sua natureza sistémica, reveste-se de complexidade a outros dois grandes níveis: o primeiro, porque se liga a outros problemas sociais que consubstanciam aquilo que, genericamente, se designa por exclusão social, ou o mesmo será dizer, que o sistema de prostituição tem como pano de fundo aquilo que são as franjas da sociedade ou, talvez mais apropriadamente, as suas zonas de sombra. Provam-no, aliás, a generalidade das investigações, que, ainda que reconhecendo a diversidade de trajetórias pessoais entre as mulheres em situação de prostituição, admitem, igualmente que a entrada no sistema de prostituição é, maioritariamente, desencadeada por situações de vulnerabilidade socioeconómica (continuadas ou súbitas) ou por contextos de violência e abuso (continuados ou súbitos) que forçam à submissão das mulheres.

O segundo nível de complexidade da prostituição, enquanto problema social, tem a ver com o facto de se tratar de um fenómeno sobre o qual pesam dimensões de grande subjetividade, relacionadas com valores e juízos morais, bem como representações e estereótipos sociais, que tendem a reforçar a exclusão, através de mecanismos de segregação social que empurram, ainda mais, a prostituição para essa zona de sombra, o que tem como consequência o reforço das assimetrias de poder entre os sujeitos que intervêm nesse sistema: desempoderando e objetificando, cada vez mais, a mulher em situação de prostituição, e aumentando a supremacia dos compradores de sexo e dos proxenetas/"indústria do sexo", num círculo vicioso que se autoalimenta, mas que é alimentado, também, pela própria sociedade envolvente.

No entanto, parece ser de sublinhar que o conceito de problema social, acima apresentado, explicita também, e de forma clara, um pendor transformativo de extrema relevância, ao afirmar que a situação, que constitui um problema social, é suscetível de melhoria, o que não apenas compromete, mas impele à ação socialmente organizada, no sentido da prossecução desse objetivo.

Ora, perante a complexidade do sistema de prostituição, a ação transformativa tem de se revestir de um caráter multidimensional, que envolva mudanças ao nível dos diferentes sujeitos: quer ao nível micro da mulher em situação de prostituição (empoderando-a, capacitando-a, protegendo-a e defendendo-a), quer ao nível macro das políticas públicas (favorecendo a inclusão e a dignidade, através serviços e de apoios específicos) e da sociedade global (modificando representações sociais e estereótipos).

Esta ação transformativa deve alicerçar-se em investigações acerca do sistema de prostituição, que contemplem os diferentes sujeitos intervenientes e as dinâmicas relacionais estabelecidas entre esses mesmos sujeitos.

É no seguimento desta lógica transformativa que se realiza este estudo, com o objetivo de, a partir da informação recolhida junto de diferentes intervenientes do sistema – com óbvia centralidade das mulheres em situação de prostituição, enquanto população-alvo – adquirir um conhecimento acerca das necessidades, aspirações, dificuldades e barreiras, que possa servir de base à definição de uma estratégia de saída, orientada para os recursos que devem ser ativados e trabalhados, para capacitação, dignificação e empoderamento das mulheres que pretendem sair do sistema de prostituição.

Complementarmente, e ao colocar em evidência alguns dos fatores de reforço das representações sociais negativas e dos estereótipos e preconceitos relativamente às mulheres em situação de prostituição (e ao próprio sistema de prostituição), espera-se contribuir para o desenvolvimento de outro tipo de estratégias que minimizem a reprodução geracional dessas representações e estereótipos sociais.

01. | Objetivos do Estudo e Modelo de Análise

O **objetivo geral** deste estudo é o **de conhecer o sistema de prostituição em Lisboa, na dupla vertente das e dos intervenientes e da organização desse sistema**, enquanto base para a definição de estratégias de intervenção específicas.

Deste objetivo geral de diagnóstico é possível extrair, precisando-os, os seguintes **objetivos específicos**:

1. Conhecimento das histórias de vida e trajetórias de mulheres em situação de prostituição em Lisboa.
2. Conhecimento indireto dos compradores de sexo.
3. Conhecimento da organização e dinâmicas do sistema de prostituição em Lisboa.
4. Conhecimento da ação e representações sociais de profissionais de diferentes áreas que lidam diretamente com as mulheres em situação de prostituição.
5. Análise de estereótipos e representações sociais acerca da prostituição, na comunicação social escrita
6. Elaboração de recomendações para uma estratégia com propostas de ação social e política, que consubstancie um programa de saída do sistema de prostituição.

No quadro seguinte são apresentados os objetivos geral e específicos deste estudo:

QUADRO 1: OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
Conhecimento do Sistema de Prostituição em Lisboa	1.	Conhecimento das histórias de vida e trajetórias de mulheres em situação de prostituição.
	2.	Conhecimento indireto dos compradores de sexo.
	3.	Conhecimento da organização e dinâmicas do sistema de prostituição em Lisboa.
	4.	Conhecimento das dinâmicas de interação, das representações sociais, das respostas e medidas existentes para esta população e sua adequação e acessibilidade e sugestões de estratégias a implementar, por parte de profissionais de diferentes áreas que lidam diretamente com as mulheres em situação de prostituição.
	5.	Análise de estereótipos e representações sociais acerca da prostituição, veiculados pelos títulos de notícias sobre prostituição nos anos 2019/2020 nos jornais diários nacionais.
	6.	Elaboração de recomendações para uma estratégia com programas de saída do sistema de prostituição.

Na construção do modelo de análise desta investigação, recorremos ao modelo do V de Gowin, por se tratar de um modelo bastante divulgado e de fácil elaboração, que permite visualizar as vertentes teórica/conceptual e empírica/metodológica, convergindo para o propósito de conhecimento do objeto de investigação.

FIGURA 1: MODELO DE ANÁLISE – V DE GOWIN

CONHECIMENTO DO SISTEMA DE PROSTITUIÇÃO EM LISBOA

Suporte teórico:
Análise crítica feminista à desigualdade entre mulheres e homens
Teorias da Exclusão Social
Teorias sobre prostituição
Teoria das Representações Sociais
Rótulo e estigmatização social

Princípios:
O sistema de prostituição como problema social
Referenciais de direitos humanos

Suporte conceptual:
Sistema de prostituição
Problema Social
Representações sociais
Rotulagem Social
Estigmatização
Exclusão Social
Enquadramentos legais da prostituição

Juízos de valor:
Natureza sensível do tema e valorações de ordem moral
Dificuldade de acesso às fontes e situação de pandemia
Interferência do sistema de *bola-de-neve* na heterogeneidade das fontes

Conclusões:
Conhecimento de trajetórias de vida de mulheres em situação de prostituição
Conhecimento indireto dos compradores de sexo
Conhecimento da organização do sistema de prostituição
Conhecimento das intervenções profissionais nesta área
Levantamento de necessidades
Proposta de estratégias de resposta às necessidades

Registos:
Análise de conteúdo

Procedimentos:
Entrevistas semiestruturadas a mulheres em situação de prostituição
Entrevistas semiestruturadas a profissionais
Análise de anúncios de jornal
Análise de títulos de notícias

SISTEMA DE PROSTITUIÇÃO EM LISBOA

02. | Suporte Teórico

2.1. Desigualdades entre mulheres e homens e sistema de prostituição

Considerando que o sistema de prostituição radica em diferentes desigualdades, entre as quais se destacam, claramente, as desigualdades entre mulheres e homens, manifestas no facto de a maioria das pessoas em situação de prostituição serem mulheres – cerca de 85% – e a maioria dos compradores de sexo, bem como dos proxenetas, serem homens, justifica que façamos uma breve abordagem ao tema das desigualdades entre mulheres e homens e das ancestrais assimetrias de poder, que conduziram, e conduzem, ente outros fatores, à objetificação da mulher, à sua submissão no domínio privado e secundarização na esfera pública.

O grande desenvolvimento dos temas e estudos acerca das mulheres, feministas e de género, no âmbito das Ciências Sociais, deu-se no pós-Segunda Guerra Mundial e radica em todo o conjunto de transformações na organização social, económica e política da generalidade dos países ocidentais. Estas transformações tiveram um forte impacto na situação das mulheres, tanto no plano do exercício de direitos de cidadania, quanto no da participação massiva na escola e no emprego, quanto, ainda, no plano da própria consciência do corpo e da sexualidade (Núncio, 2008).

Se o conjunto destas transformações parecia apontar para o desenvolvimento de uma situação de paridade plena entre mulheres e homens, a verdade é que no domínio das representações sociais, ou o mesmo é dizer, no domínio daquele que é o conhecimento do senso-comum, persistia uma ideologia segregacionista, fundamentada nas diferenças biológicas entre homens e mulheres – diferenças essas, que tanto podem justificar as desigualdades na valorização do trabalho feminino e masculino, quanto podem legitimar diferenças nas "necessidades sexuais" de homens e mulheres, definindo, para uns e outros, categorias de comportamentos aceitáveis e, até, prescritos e categorias de comportamentos inaceitáveis, desviantes, ou até, patológicos, sendo que o leque dos primeiros é bastante mais alargado no que respeita aos homens, o que tem como correlato um leque alargado da segunda categoria de comportamentos, no que às mulheres diz respeito.

O evidente desfasamento entre os contextos sociais, potencialmente integradores dos papéis de género, na segunda metade do século XX, e as representações sociais persistentemente segregadoras desses mesmos papéis conduziu

ao interesse pela abordagem ao tema do género enquanto constructo social, designadamente a partir da obra de Simone de Beauvoir O Segundo Sexo, em que se rejeita essa ancestral diferenciação baseada nas características biológicas e no seu determinismo do ponto de vista das trajetórias pessoais.[2]

Esta rejeição do determinismo biológico, segundo o qual seriam as características genéticas, anatómicas e fisiológicas, as grandes responsáveis pelas diferenças no comportamento de homens e mulheres (Le Feuvre, 2005), afirmada por Beauvoir, converte-se na questão central das teorizações acerca do sexo e género, por duas grandes razões: a primeira, porque significa uma verdadeira "libertação" do feminino relativamente aos destinos que, ancestralmente, lhe estavam consignados (e a cuja fuga corresponderia a ostracização e a estigmatização social).

A segunda, porque lança o desafio para uma mudança de perspetiva, ao afirmar que na definição dos papéis sociais, o feminino foi sempre estabelecido "por comparação" com o masculino, sendo esta consagração da masculinidade como padrão, uma forma de acentuar a desvalorização do feminino, remetido para um lugar de padrão incompleto e/ou imperfeito.

Neste questionamento dos postulados de base biológica foi também de grande relevância a publicação, em 1963, da obra *The Feminine Mysthique*, por Betty Friedan, enquanto título emblemático para aquilo que veio a ser conhecido, popularmente, como emancipação feminina, nomeadamente, por atribuir grande relevância às questões do corpo e da sexualidade, naquilo que é a definição da identidade feminina e nas categorizações que dela derivam.

Emerge, então, uma evidente necessidade de clarificação conceptual enquanto condição para a própria mudança de padrões estereotipados: a distinção entre sexo, que, em termos conceptuais, passará a designar, exclusivamente, as características biológicas distintas de homens e mulheres, e género, que, enquanto conceito, referirá todo o conjunto de expectativas sociais, relativas ao comportamento de homens e mulheres, ou o mesmo é dizer, que referirá aos distintos significados sociais atribuídos a cada categoria sexual (Amâncio, 1998).

Ao proceder a esta distinção conceptual, rejeitam-se as teses essencialistas, que estiveram na base da definição de atributos "por essência" ao masculino e ao feminino, na medida em que defendem o carácter inato e transcultural das diferenças entre homens e mulheres (Pilcher & Whelehan, 2004).

Naturalmente, esta conceptualização torna-se fundamental no questionamento dos padrões normativos que, historicamente, presidiram à formação de expectativas sociais acerca dos comportamentos de mulheres e homens e aos correspondentes processos de validação ou censura, mas também na revisão dos processos de reprodução geracional desses padrões normativos (Vicente, 2002).

Ainda de acordo com Vicente, há, todavia, que ter em consideração que o género, em qualquer das abordagens, pode converter-se num espartilho, na medida em que além de assentar, conceptualmente, em "normativos e paradigmas arcaicos ou obsoletos", persiste numa categorização do masculino e do feminino como realidades homogéneas e uniformes (Vicente, 2002:37), negando, dessa forma, a identidade e liberdade que devem estar na base das trajetórias individuais.

De facto, a questão da construção das identidades constitui-se como um tema central, na análise das desigualdades entre mulheres e homens, na medida em que "a mulher se achou, ao longo de séculos, como um desses indivíduos privados de identidade. Melhor dizendo: com uma única identidade: o ser mulher. Privada, por conseguinte, da possibilidade de escolher o que queria ser, privada de autonomia" (Camps, 2002: 75).

E se este paradigma patriarcal de organização das sociedades e de definição identitária segundo o género não for eliminado, a reclamação, pelas mulheres, de medidas que sejam promotoras da sua autonomização e paridade, corre o risco de redundar, na prática, na adoção de uma espécie de medidas compensatórias das inferiores capacidades das mulheres (Pilcher & Whelehan, 2004).

Esta "naturalização" da menoridade das mulheres, que terá servido como pilar do sistema patriarcal de organização das sociedades durante cerca de seis mil anos, legitimou – naturalizando-os, também, – o domínio, a opressão e a exploração das mulheres pelos homens, designadamente, com base em pressupostos ligados à biologia – a deficiência natural da mulher, já referida por Aristóteles – foi legalizada no Código Napoleónico, que, de forma explícita, define a mulher como uma menor, do ponto de vista jurídico, influenciando a adoção de classificações semelhantes em outros ordenamentos jurídicos (Alcañiz, 2004, Walby, 1997, Vicente, 2002,).[3]

2 Sublinha-se que já em 1935, a antropóloga Margaret Mead, publicara a obra Sex and Temperament in Three Primitive Societies, em que comprovara que os traços de personalidade (temperamento) de homens e mulheres e os correspondentes comportamentos socialmente prescritos, em três tribos da Papua Nova-Guiné, não são resultado das suas características inatas diferenciadas, mas antes de padrões culturais definidos no âmbito de cada contexto social, e reproduzidos geracionalmente, através do processo de socialização, evidências que mais tarde desenvolverá na obra Male and Female, publicada em 1949. (Felippe, M. B. & Oliveira-Macedo, S., 2018).

3 Em Portugal este estatuto de menoridade jurídica das mulheres, embora suprimido na Constituição de 1976, só foi, definitivamente, eliminado, com a entrada em vigor, em 1978, da revisão do Código Civil, com o desaparecimento das figuras jurídicas da dependência da mulher casada, do poder marital e do chefe de família (CIDM, 2004).

De facto, a menorização das mulheres e a consagração legal da sua dependência, relativamente à figura tutelar masculina, correspondeu, também, à legitimação dos homens como "proprietários" das mulheres e, consequentemente, proprietários dos seus corpos, da sua sexualidade e dos seus destinos – muitas relações incestuosas de abuso foram tradicionalmente, e são-no ainda, em determinados contextos culturais justificadas, exatamente, com base nessa propriedade masculina, nomeadamente dos pais relativamente às filhas.

No que respeita à sexualidade, as grandes religiões desempenharam um papel fundamental na diferenciação entre mulheres e homens e os respetivos comportamentos e necessidades, contribuindo, dessa forma, para aquilo que constitui uma verdadeira forma de controlo da sexualidade feminina, que contribui para uma categorização das mulheres em dois grandes tipos: as "mulheres sérias", cuja sexualidade está vinculada à função procriativa, com quem os homens estabelecem compromissos de natureza familiar; e as "mulheres fáceis" cuja sexualidade está vinculada à satisfação das "naturais" necessidades sexuais dos homens, aos quais se reconhece uma rutura entre sexualidade e afetividade, que não é socialmente admitida às mulheres e que, como tal, segrega e estigmatiza aquelas que "vendem" a sua sexualidade.

Assim, na lógica patriarcal de organização das sociedades, o contraponto para a mulher "fada-do-lar" (esposa e mãe), seria a mulher depravada, cuja função seria, apenas, a de satisfazer os desejos exacerbados e incontroláveis dos homens, permitindo-lhes dedicar-se a práticas que estavam vedadas, a bem da moral, ao espaço familiar da conjugalidade.

E esta desvalorização social do feminino refletiu-se na própria análise social dos fenómenos e da organização social, com as mulheres a ocuparem uma espécie de não-lugar, que as afirmava como incapazes de romperem as barreiras da tradição, que, em última instância, seriam aquelas ditadas pela sua "natureza" e de evoluírem para a modernidade (Marshall, 2000).

Este sistema patriarcal, geracionalmente reproduzido, e, por isso, ainda persistente na sociedade atual, é responsável por um conjunto vasto de desigualdades entre mulheres e homens: *a)* ao nível do emprego (diferenças remuneratórias, incidência de desemprego e precariedade laboral, entraves invisíveis à progressão nas carreiras...); *b)* ao nível familiar e doméstico (sobrecarga feminina no trabalho de cuidado); *c)* ao nível da participação política e social; *d)* ao nível das representações sociais estereotipadas acerca do masculino e do feminino e das expectativas sociais dela decorrentes; *e)* ao nível da sexualidade feminina.

Assim, e pese embora toda a evolução da situação das mulheres (como dos homens) registada ao longo do século XX e a reiterada proclamação dos direitos humanos das mulheres nas instâncias internacionais, a verdade é que, no que diz respeito à igualdade entre mulheres e homens, as assimetrias reais e simbólicas se foram legitimando sob novos contornos, reconvertendo ou mantendo estereó¬tipos, que determinam desigualdades em matéria de emprego, participação social e expectativas de comportamentos, nomeadamente, aqueles que se referem à sexualidade (a legitimação da apropriação, por parte dos homens, do corpo e da sexualidade das mulheres).

E é na persistência, tantas vezes invisibilizada (porque mascarada e/ou negada), destes estereótipos, que as desigualdades, controlo e exploração, que estruturam o sistema de prostituição, encontram as suas raízes (Petterson e Sutton, 2017).

O reconhecimento do impacto da exploração sexual e da prostituição, na prossecução dos objetivos da igualdade entre mulheres e homens, determinou a Resolução do Parlamento Europeu, de 26 de fevereiro de 2014, sobre a exploração sexual e a prostituição e o seu impacto na igualdade entre mulheres e homens, em que tomando por base os referenciais fundamentais de direitos humanos, instando os países-membros da União a reconhecerem *"que a prostituição, a prostituição forçada e a exploração são questões de género e violações da dignidade humana, contrárias aos princípios dos direitos humanos, entre os quais a igualdade de género e, por conseguinte, contrárias aos princípios da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, incluindo o princípio de igualdade de género."*

2.2. Respostas político-legais

Partindo do conceito, genericamente aceite, de prostituição, como consistindo numa relação de natureza mercantil em que uma pessoa vende o seu corpo para práticas ou atos de natureza sexual, em troca de remuneração material, e outra pessoa utiliza esse corpo para essas práticas ou atos, pagando, para tal essa remuneração, Raymond (2003) sublinha que o debate em torno do enquadramento político-legal da prostituição começou a desenvolver-se na década de 80, conduzindo diferentes países à adoção de medidas legislativas que foram desde: *a)* a **descriminalização/legalização de todo o sistema de prostituição (proxenetismo, locais e compradores)**, *b)* a uma **criminalização das atividades de prostituição** (ou talvez, mais apropriadamente, uma pseudo-criminalização, já que permissiva com aquilo que surge, frequentemente, definido como "turismo sexual": note-se que este "turismo sexual" se associa, também, a uma dimensão de turismo "convencional", dado que os locais emblemáticos são visitados e as atividades económicas ligadas ao setor turístico convencional beneficiam, sendo, com frequência cúmplices do sistema de prostituição, por exemplo quando nos hotéis são recomendadas acompanhantes, casas de massagens ou

bares de prostituição (Cacho, 2010)], até *c)* aos sistemas de **criminalização da compra de sexo**.

Na síntese de Farley & Kelly (2000) a resposta político-legal será sempre determinada de acordo com as seguintes considerações: a prostituição como uma questão de saúde pública; a prostituição como uma questão de organização territorial; a prostituição como um campo de escolha profissional; a prostituição como uma forma de exercício individual de liberdade sexual; a prostituição como delito menor; a prostituição como uma forma de violência de género; ou, finalmente, a prostituição como uma forma de violação dos direitos humanos.

Apesar da existência de outras abordagens prévias ao fenómeno da prostituição, quer no campo das ciências sociais e humanas quer no campo da saúde, o grande contributo para a discussão deste tema, de tradicional invisibilidade social, e para a consequente adoção de modelos jurídico-políticos, foi feito pelos estudos feministas (Graça & Gonçalves, 2016).

E apesar da pluralidade de abordagens, consideram as mesmas autoras que é evidente uma clivagem antagónica, entre aquelas que consideram a prostituição como um crime contra os direitos humanos, porque objetifica o corpo da mulher colocando-o na categoria de bem transacionável, e aquelas que a consideram como um trabalho, em que a propriedade individual do corpo, e as consequentes liberdade e disponibilidade, relativamente a esse corpo, nomeadamente a liberdade de decisão individual de converter o uso do corpo e da sexualidade, se constituem como valores prevalecentes (Graça & Gonçalves, 2016).

Esta clivagem será, porventura, o resultado de este ser um tema que se coloca na interseção de muitos outros, como sejam, o questionamento da lógica patriarcal de organização das sociedades, a igualdade entre mulheres e homens, a liberdade sexual, a injustiça social e os direitos humanos.

Aliás, na própria Resolução do Parlamento Europeu, de 26 de fevereiro de 2014, sobre a exploração sexual e a prostituição e o seu impacto na igualdade de género, é reconhecido que *"existe uma grande disparidade na forma como os Estados-Membros lidam com a prostituição, existindo duas abordagens principais: uma abordagem considera a prostituição como uma violação dos direitos das mulheres – uma forma de escravidão sexual - , que origina e perpetua a desigualdade de género para as mulheres; outra abordagem que afirma que a prostituição em si promove a igualdade de género, mediante a promoção dos direitos das mulheres para controlar o que querem fazer com o seu corpo"*.

Sublinha-se que a consideração da prostituição como um crime contra os direitos humanos, não se funda, apenas, numa lógica de vitimização da mulher em situação de prostituição, como parece sugerir alguma teorização, nomeadamente, aquela que defende a consagração do "trabalho sexual" como uma manifestação de liberdade, mas sim, numa lógica de desenvolvimento social, orientada para a neutralização das desigualdades e para a supressão da opressão e da exploração de um qualquer ser humano, por outro e, por essência, o sistema de prostituição encerra em si todas estas dimensões: desigualdade socioeconómica e de cidadania; opressão e violência; e, naturalmente, exploração da intimidade e da dignidade do ser humano (Barry, 1995; Bindel, 2017; Jeffreys, 1997 e 2004; Moran, 2013; Pateman, 1988; Stoltenberg, 2004).

Neste sentido, postular que é importante alertar para a dimensão de violência e de atentado contra os direitos humanos, subjacente à organização do sistema de prostituição, não implica, como, por vezes, parece ser sugerido, a negação da liberdade das mulheres, mas, simplesmente, a proteção daquelas que não têm, de facto, essa liberdade.

Pelo contrário, assumir que toda a prostituição é um trabalho, ou uma escolha vocacional, poderá, isso sim, deixar desprotegidas as mulheres que, efetivamente, não estão de forma voluntária no sistema de prostituição e que são coagidas, das mais diversas formas, a nele permanecerem.

No que se refere aos enquadramentos legais da prostituição, podem distinguir-se:

1) **O regulamentarismo**, em que é feita uma assimilação da prostituição ao conceito de trabalho, o sistema de prostituição opera numa lógica de mercado e nem o proxenetismo, nem a procura são criminalizados. Este sistema vigora na Alemanha, Países Baixos e Áustria e encontra as suas raízes em práticas de licenciamento de mulheres e de locais de prostituição que vigoraram no passado, nomeadamente, com o argumento do controlo sanitário, argumento esse que é, aliás, recuperado na atualidade, sendo o licenciamento e o controlo sanitário apresentados como formas de proteção e salvaguarda das e dos "trabalhadoras/es sexuais". O regulamentarismo, a que, por vezes, também se chama descriminalização, tem subjacente a ideia de legalização do "trabalho sexual", sob o argumento (expresso) da proteção da pessoa prostituída, designadamente em matéria de direitos sociais e laborais. Todavia, importa não esquecer que a regulamentação da prostituição já foi utilizada em épocas históricas anteriores, sob um outro argumento, que era o da proteção da saúde pública, designadamente, no que respeita às doenças sexualmente transmissíveis. Atualmente, e embora tal não seja expresso como prioritário, a verdade é que as iniciativas regulamentaristas assentam, também, numa lógica de redução de danos e de controlo dessas doenças, sendo que, considerando a estrutura de desigualdade intrínseca ao sistema de prostituição, nos parece ser questionável se a proteção tem, realmente, como foco a pessoa que se prostituí ou o comprador de sexo.

2) O **proibicionismo**, em que todos os elementos do sistema são criminalizados: as pessoas prostituídas, os proxenetas e os compradores de sexo. Trata-se de remeter para a clandestinidade, para a invisibilidade da prostituição e, simultaneamente, de remeter, a pessoa prostituída, para uma situação de total desproteção. Este sistema, que foi mais comum em épocas passadas, vigora, ainda, na Croácia.
3) O **abolicionismo**, ou modelo de igualdade, em que a prostituição é considerada uma forma de atentado aos direitos humanos e à igualdade entre mulheres e homens, se favorecem os programas de saída do sistema (*exiting*) e se criminaliza a exploração, o tráfico e a compra de sexo, partindo de quatro considerações fundamentais: a primeira, a consideração de que a procura determina a oferta. A segunda, a consideração de que a compra de sexo é uma forma de violência masculina, contra mulheres e crianças e, como tal, deve ser criminalizada. A terceira, a consideração de que a prostituição não é um fenómeno social desejável. A quarta, a consideração de que o sistema de prostituição constitui, em si mesmo, um obstáculo ao processo de desenvolvimento de igualdade entre mulheres e homens (Raymond, 2003). A estas quatro considerações, identificadas por Raymond, valerá a pena acrescentar uma quinta, que tem a ver com a mudança de foco, ou seja, dos olhares sociais, da mulher em situação de prostituição para o comprador de sexo. A Suécia foi precursora deste modelo, seguindo-se-lhe a Noruega (que criminaliza, também, a compra de sexo no estrangeiro), a Islândia (que determinou, também, o encerramento de bares de strip-tease), a Irlanda do Norte, a Irlanda, a França e, mais recentemente, Israel.

Considerando os sistemas referidos, a análise comparativa realizada no âmbito do programa *Exit*, refere que, nos Países Baixos, as autoridades estimam que 50 a 90% das mulheres estejam em situação de prostituição forçada e reportam um aumento do tráfico e do crime organizado, suspeitas de elevados níveis de exploração de menores de 18 anos, bem como um aumento da prostituição clandestina.

Na Alemanha, das cerca de 400.000 pessoas prostituídas, 80% são originárias dos países de Leste e apenas 44 dessas pessoas se registaram como "profissionais" no sistema de segurança social. O número médio diário de compradores de sexo é de cerca de 1 milhão. As pessoas podem sofrer reduções nos benefícios sociais se não aceitarem o trabalho legal na prostituição e a polícia e os serviços sociais não têm acesso aos bordeis.

Em França, em abril de 2016, surge pela primeira vez uma lei que pretende reduzir substancialmente os níveis de prostituição e proteger efetivamente as vítimas que daí advêm. Esta lei passa por: a) acabar com a repressão às vítimas de prostituição, através da descriminalização das mulheres em situação de prostituição; b) promover o acesso a programas de saída da prostituição, em todo o país, com foco em áreas como a habitação, emprego, saúde, assistência financeira, etc., assim como a realização de políticas preventivas; c) garantir proteção e apoio a todas as vítimas de exploração e tráfico sexual; d) reduzir a prostituição através da proibição de compra de qualquer ato sexual, onde a lei afirma que ninguém tem o direito de explorar a precariedade e a vulnerabilidade de outra pessoa em troca de dinheiro.

Israel, como supramencionado, foi o mais recente país a implementar uma Lei, de acordo com os pressupostos do *modelo nórdico*, que proíbe a compra de serviços de prostituição. Esta lei veio implementar o pagamento de multas por parte daqueles que procuram prazer através do sexo pago. O objetivo é a redução da prostituição através da proibição da compra de sexo – quanto menor a procura, mais reduzidos os níveis de prostituição. Esta lei prevê, simultaneamente, uma expansão de serviços para as mulheres em situação de prostituição, incluindo cuidados direcionados para o trauma que as mesmas apresentam e ajuda prática na reconstrução das suas vidas, ao reconhecer a natureza prejudicial da prostituição e os danos que ela causa.

Dana Levy (2020), uma sobrevivente israelita do sistema de prostituição, afirma mesmo que *"algumas mulheres nunca vão curar as feridas criadas pela indústria do sexo (...) e que devemos lutar para acabar com os horrores da prostituição, pelo bem das gerações futuras, para que (as mulheres prostituídas) tenham a possibilidade de crescer numa sociedade mais justa"*.

Em todos os enquadramentos legais referidos, é frequente a utilização dos conceitos de criminalização/descriminalização, ilegalização/legalização ou profissionalização. Convém, todavia, ressalvar que, do ponto de vista conceptual, as expressões descriminalização e legalização ou profissionalização não são sinónimas.

Falar de descriminalização de um qualquer ato ou atividade, pressupõe a existência prévia de um enquadramento legal que classificava esse mesmo ato, ou atividade, como crime. Ou, o mesmo é dizer, algo que era crime, deixa de o ser, pelo processo de alteração legislativa. Nesse sentido, apenas nos países onde vigora um sistema proibicionista faria sentido falar de descriminalização.

Todavia, como sublinha Bindel, a utilização da terminologia descriminalização tornou-se crescente, no começo deste século, em ligação com a alteração legislativa na Nova Zelândia, que descriminalizou o sistema de prostituição[4]. Segundo a mesma autora, a esta mudança terminológica, com

4 *Prostitution Reform Act.*

perda de relevância do conceito de legalização, a favor do conceito de descriminalização, não terá sido alheio o reconhecimento das, acima mencionadas, falhas do modelo de legalização existente nos Países Baixos (Bindel, 2017).

A utilização do conceito de legalização pressupõe a consideração de todo o sistema como legal e socialmente válido, lícito e sufragado, ou seja, os espaços de prostituição são equiparados a quaisquer outros espaços comerciais, os proxenetas e traficantes categorizados como empresários e fornecedores, e os compradores de sexo encarados como semelhantes aos compradores de qualquer outro bem ou serviço. Neste sentido, mais do que dignificar e proteger as mulheres em situação de prostituição, a legalização protege e legitima a exploração dessas mesmas mulheres, por parte do proxeneta e do comprador de sexo.

Como refere Raymond (2003), a legalização da prostituição é uma forma de o Estado higienizar o sistema de prostituição e a "indústria do sexo", ao mesmo tempo que adquire um estatuto de beneficiário do próprio sistema, quer por via do aumento das receitas, quer por via da redução das despesas.

Assim, e no que se refere a receitas, garante o seu acréscimo pela via da fiscalidade, através dos impostos pagos pelas "empresas sexuais" e, simultaneamente, pode converter a "indústria do sexo" num fator de atratividade do país, designadamente no setor turístico. No que respeita à redução das despesas, a legalização do trabalho sexual permitirá reduzir os números do desemprego feminino que, como se sabe, é tradicionalmente mais elevado e precário (Núncio, 2008) e, consequentemente, diminuir os encargos com a proteção social das pessoas desempregadas.

Um outro aspeto relevante em matéria da legalização tem a ver com o estigma e os preconceitos sociais a que as mulheres em situação de prostituição estão, como sempre estiveram, sujeitas, porque ao legalizar a atividade e ao fazer-se o registo das mulheres, há uma devassa do seu anonimato e passarão a ser identificadas como "putas" e, como tal, sujeitas, elas e a sua família, ao estigma e ao evitamento sociais, ou seja, as mulheres em situação de prostituição passam a ser duplamente estigmatizadas (Raymond, 2003, Pheterson, 2000). Acresce que ao constituir a "indústria do sexo" como uma atividade económica legal e equiparável a qualquer outra, aquilo que é "normalizado", aos olhos da população e, portanto, no plano das representações sociais, é a compra do sexo e não a sua venda, na medida em que as mulheres, por se prostituírem, continuam a ser socialmente rotuladas e estigmatizadas. Assim, adensam-se e reforçam-se as desigualdades que se situam a montante do próprio sistema: entre mulheres e homens, económicas, sociais e de poder.

Deriva, deste conceito de legalização, o último dos conceitos acima referidos e que, de facto, consubstancia a profissionalização do comércio do sexo, isto é, o entendimento de que se trata de uma "atividade comercial de prestação de serviços, em que é desempenhado um comportamento com um significado sexual ou erótico para quem compra", efetuada entre adultos e com mútuo consentimento (Oliveira, 2011:15).

2.3. Evolução do enquadramento legal da prostituição em Portugal

Como sucedeu na generalidade do continente europeu, também em Portugal, as perspetivas e enquadramento da prostituição foram sofrendo alterações, determinadas, sobretudo, pelos contextos morais, sociais, políticos e legais dominantes.

Assim, no plano moral, prevaleceu (prevalecerá, ainda, para a maior parte da população portuguesa?) a distinção atrás referida, que coloca as mulheres em situação de prostituição na categoria das mulheres fáceis e dissolutas (conceitos derivados da moral social), ou pecadoras (em clara associação com a moral religiosa).

No que se refere ao plano legal, transitou-se entre a criminalização das mulheres em situação de prostituição e uma tolerância regulamentada.

Em qualquer dos casos, a segregação esteve sempre presente, separando as mulheres, e os locais de prostituição, do resto da população, ao mesmo tempo que se estabelecia com a prostituição, enquanto realidade social, uma relação algo ambivalente, na medida em que essa segregação "geográfica" fosse uma forma de negação de algo que era do conhecimento de todas as pessoas e que era, até, reconhecido como útil, do ponto de vista social e familiar, por permitir dar resposta àqueles que são os instintos *"naturais"* dos homens, sem colocar em perigo a perenidade moralmente prescrita do casamento e o desejável equilíbrio da instituição familiar.

Embora seja possível identificar normas legais em épocas históricas anteriores[5], a regulamentação implementada por Pina Manique representou uma primeira tentativa de enquadramento legal da prostituição, determinada por razões de saúde pública, concretamente em consequência da disseminação da sífilis.

5 Sobre este tema, cfr. Magalhães, 2016.

Nesta regulamentação, previa-se que se fizesse o registo de todas as mulheres que exerciam a prostituição, bem como que se realizassem inspeções sanitárias periódicas. Em caso de estarem contaminadas, estas mulheres seriam submetidas a tratamento compulsivo ou condenadas ao cumprimento de pena de prisão (Magalhães, 2016).

Em linha com estas medidas foi publicado, em 1838, um Regulamento policial e sanitário para obviar os males causados à moral e à saúde pela prostituição pública, delimitando os locais de exercício da prostituição e categorizando as casas de passe.

Como sublinha Pais (2008), esta demarcação dos locais destinados à prostituição era, também, uma forma de garantir que as mulheres "honradas" circulassem pelo espaço público sem serem tomadas por mulheres "fáceis".

No Regulamento Policial das Meretrizes e Casas de Toleradas da Cidade de Lisboa, eram consideradas meretrizes todas as mulheres que tinham a prostituição como modo de vida, aplicando-se-lhes o qualificativo de toleradas, se estivessem inscritas no registo policial e, como tal, fossem sujeitas ao controlo sanitário de doenças venéreas para proteção do comprador de sexo (Gomes, 2012).

Portugal seguiu, desta forma, aquilo que foi o enquadramento relativo à prostituição na generalidade dos países europeus, no século XIX, e a partir de 1853 foi legalmente determinada a regulamentação, que, ao mesmo tempo que "tolerava" a prostituição (Graça & Gonçalves, 2016), obrigava ao cumprimento de certas regras, designadamente, o registo das mulheres prostituídas (a quem era atribuído um livrete de mulheres "toleradas"); a realização obrigatória de exames médicos; e, se necessário, os internamentos compulsivos dessas mulheres.

A figura da prostituta como elemento proscrito da sociedade acentua-se, na medida em que é culpabilizada, não apenas pela sua dissolução moral, como também pela propagação da doença.

Esta estigmatização social da mulher que se prostituía, era acentuada pelo julgamento social ligado à "vida fácil". Com efeito, o facto de a maioria destas mulheres se encontrar em situação de pobreza e de muitas serem oriundas de zonas rurais, era-lhes atribuída uma vontade de ascensão social fácil, que as levaria a dedicarem-se ao exercício da prostituição.

Em simultâneo, e na linha do pensamento dominante na época a respeito dos designados comportamentos desviantes, a condição de pobreza e vulnerabilidade social destas mulheres conduziu ao desenvolvimento e divulgação de teorizações em que se postulava que a prática da prostituição era uma forma de degenerescência, ou uma "tara", à qual estavam geneticamente propensas[6], as mulheres dos estratos sociais mais carenciados.

Apesar da obrigatoriedade legal do registo das mulheres que exerciam a prostituição, várias evidências apontam para o facto de, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, o número de mulheres registadas ser bastante inferior ao daquelas que exerciam a prostituição de forma clandestina, isto é, sem registo (Gomes s/d), sendo ainda salientado que esse registo era mais frequente nas cidades de Lisboa ou do Porto, onde a pressão do julgamento social era menor, comparativamente ao que sucedia nas vilas e aldeias da província, não apenas pela estigmatização social, como pela postura mais permissiva das autoridades locais.

Estas falhas no registo das mulheres e a sua condição de clandestinidade, bem como a ineficácia do regulamentarismo no controlo das doenças venéreas, contribuíram, aliás, para que nas primeiras décadas do século XX surgissem tentativas de instauração de um regime abolicionista, ligado, nomeadamente, a Movimentos Feministas de Primeira Vaga, na linha do que sucedia noutros países da Europa. No entanto, estas tentativas não conseguiram alcançar o seu objetivo de colocar um fim ao regime regulamentarista (Barra da Costa, 2003).

Assim, e embora em 1949, a Lei 2036 de 9 de agosto, proibisse novas matrículas de mulheres, bem como a abertura de novas casas de toleradas, alegando que tal proibição se fundava em razões de saúde pública (Gomes, s/d), persistiu, até 1962, o sistema de regulamentação da prostituição, cujos fundamentos eram o controlo sanitário das mulheres e a salvaguarda da segurança e da moral.

Durante o Estado Novo, o estigma social que impendia sobre a prostituição era muito forte, pelo seu significado de atentado contra os bons-costumes e a saúde familiares, pelo que a designada *"corrupção moral"* das mulheres prostituídas era objeto de práticas assistencialistas, assentes em propósitos de reeducação social (Silva, 2007).

6 Em ligação com as correntes teóricas que atribuíam o comportamento desviante a causas biológicas e hereditárias, na linha do defendido por Cesare Lombroso na sua tese acerca dos "criminosos natos". Assim, a estratificação social e a pertença (atávica) a segmentos social, económica e culturalmente desfavorecidos, potenciaria, através de mecanismos de hereditariedade, os comportamentos desviantes, entre os quais se inseria a prostituição.

Foi em 1962, com o Decreto-Lei nº. 44579, de 19 de setembro, que se estabeleceram as bases do regime proibicionista, isto é, de proibição do exercício da prostituição, como resposta à "falha" do modelo regulamentarista, em vigor até então.

Esta falha era constatada com base em três argumentos fundamentais: o primeiro, por não ter conseguido evitar a proliferação de locais clandestinos (não matriculados) de prática de prostituição. O segundo, por, em consequência, não ter conseguido garantir o controlo sanitário, que só seria possível a partir desse registo. O terceiro, por ter favorecido, também como consequência da crescente clandestinidade, as atividades de proxenetismo (Ferreira, 2018).

Assim, a partir de 1 de janeiro de 1963, e de acordo com este novo modelo de enquadramento jurídico, dá-se o encerramento das casas antes licenciadas, com respetivo despejo e arresto dos bens, são destruídos as matrículas e os livretes, e a prática da prostituição é declarada um crime, punível com penas de prisão efetiva e as mulheres prostituídas são, do ponto de vista legal, assimiladas na categoria dos *"vadios"*.

Todavia, como seria expectável, este regime proibicionista não extinguiu nem as casas, nem a prostituição de rua, sendo que, ao remetê-las para uma clandestinidade perseguida, apenas aumentou a vulnerabilidade das mulheres, mantendo-se a impunidade do comprador de sexo e dos proxenetas.

Apesar da instauração, após a Revolução de Abril de 1974, de um regime democrático e da vigência de uma nova Constituição (de matriz igualitária), a verdade é que os valores morais relacionados com a sexualidade continuaram a ter um grande peso nas decisões legislativas, pelo que o regime proibicionista e a consequente punição das mulheres manteve-se até ao ano de 1983 (Silva, 2017).

Depois, desde 1983 até à atualidade, com base no Decreto-Lei 400/82, de 23 de setembro, o regime suprimiu a criminalização do exercício da prostituição e passou a criminalizar o lenocínio, ou seja, a exploração da atividade de prostituição por parte de outrem, ou o mesmo é dizer, quem, profissionalmente ou com intenção lucrativa, fomentar, favorecer ou facilitar o exercício por outra pessoa de prostituição.

"O entendimento subjacente à lei penal radica, em suma, na proteção por meios penais contra a necessidade de utilizar a sexualidade como modo de subsistência, proteção diretamente fundada no princípio da dignidade da pessoa humana".[7]

De acordo com o previsto no Código Penal (Artigo 169.º n.º 1), o autor do chamado lenocínio simples, que consubstancia as situações em que, com intenção de lucro, se fomenta, favorece ou facilita o exercício da prostituição, incorre em penas de prisão entre os 6 meses e os 5 anos.

Caso a autoria seja daquilo que se considera o lenocínio qualificado, que corresponde a situações em que há recurso a violência, tráfico, ameaça, fraude, abuso de autoridade ou aproveitamento de incapacidade ou vulnerabilidade da vítima, a moldura penal é algo mais severa, e o sujeito que o pratica poderá ser condenado a penas de prisão entre 1 e 8 anos.

Trata-se, todavia, de um crime tanto mais difícil de provar, quanto maior for a vulnerabilidade e dependência material, emocional ou outra, relativamente ao proxeneta.

A dificuldade na prova deste tipo de crime,[8] assim como o aumento do tráfico e a crescente sofisticação dos seus recursos, a nível internacional, bem como a diversificação do sistema de prostituição põem em relevo a necessidade de alteração do quadro legislativo.

Relativamente a esta alteração, e sobretudo nesta última década, o debate tem-se centrado em duas posições: aquela que defende o abolicionismo, com crescente e efetiva punição do proxenetismo e apoios sociais, igualmente efetivos, para a saída do sistema; e aquela que advoga a "legalização"[9] da prostituição, categorizando-a como trabalho sexual, com um pressuposto de voluntariedade e decisão, por parte de quem a exerce, ao mesmo tempo que preconiza a criminalização de quem exerça tráfico, exploração ou abuso para fins sexuais, na linha do que está atualmente previsto.

7 https://exitprostitution.org/legislacao-e-compromissos-politicos-internacionais/ (consultado a 12 de outubro de 2020).

8 De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna, referente a 2019, foram detidas 4 pessoas pela prática de lenocínio, sendo que no que respeita a inquéritos iniciados, o total de inquéritos iniciados pelo crime de lenocínio e de lenocínio de menores representam, respetivamente, 0,8% e 0,5% do total de inquéritos iniciados, referentes a crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual. No que respeita ao aliciamento de menores para fins sexuais, corresponde a 1,7% e a pornografia de menores a 24,7% dos inquéritos iniciados em 2019. No que respeita ao tráfico de pessoas, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, através da Unidade Anti-Tráfico de Pessoas tem assegurado, nos termos do IV Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos, a articulação com o Observatório o Tráfico de Seres Humanos, com as equipas multidisciplinares especializadas e com os centros de proteção e acolhimento de vítimas de tráfico, bem como a colaboração, no plano externo, com a Frontex, a Europol e a Interpol. Em 2019, foram 135 processos de inquérito relativos ao crime de tráfico de pessoas, tendo sido constituídos 45 arguidos e 20 pessoas detidas. Cfr. https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=19cabc8c-e3f1-4cb2-a491-a10c8a3e4bf0

9 Considerando que a lei portuguesa não proíbe, ou pune, a prostituição, não será correto falar de "legalização da prostituição" em Portugal. Como referimos em ponto anterior, o ato de legalizar, só pode aplicar-se a algo que é legalmente definido e sancionado como ilegal.

A criminalização do lenocínio, nos termos do artigo 169.º n.º 1 do Código Penal, e no entendimento da jurisprudência do Tribunal Constitucional, tutela a dignidade das pessoas em situação de prostituição e a sua autonomia e liberdade sexual, na medida em que, sendo uma população pobre ou abaixo do limiar da pobreza, as pessoas em situação de prostituição não gozam, em regra, de condições materiais para exercer a sua liberdade e a sua autonomia pessoal (Sottomayor, 2018). A criminalização deste tipo legal de crime não resulta de um preconceito moral ou religioso do legislador, mas da tutela dos direitos humanos e da dignidade das pessoas em situação de prostituição – o legislador pretendeu proteger pessoas em estado de carência social.

As situações de prostituição em que exista um aproveitamento económico por parte de terceiros são situações cujo significado é o da exploração da pessoa prostituída (Acórdão n.º 144/2004 do Tribunal Constitucional). Ora, uma Ordem Jurídica, orientada por valores de justiça e assente na dignidade da pessoa humana (Artigo 1.º da Constituição da República Portuguesa), não pode garantir, enquanto expressão de liberdade de ação, situações e atividades cujo princípio seja o de que uma pessoa, na sua dimensão intelectual, física ou sexual, possa ser utilizada como puro instrumento ou meio ao serviço de outrem.

Não obstante, várias foram as críticas à redação do artigo 169.º n.º 1 do Código Penal, quando o mesmo deixou de conter uma referência à *exploração de uma situação de necessidade ou abandono de quem se prostitui* (desde a revisão do Código Penal de 2007) – o bem jurídico protegido nos crimes sexuais é a liberdade sexual e, como tal, parte da doutrina considerou que a eliminação daquela exigência típica comprometeria a identificação de um bem jurídico digno de tutela penal, indispensável para a existência de cada tipo legal de crime, à luz do paradigma de intervenção mínima do Direito Penal e do direito à liberdade (Artigo 27.º n.º 1 e n.º 2 da Constituição).

Todavia, este não se verifica ser o entendimento do Tribunal Constitucional. Nos acórdãos do mesmo tem sido identificada uma razão de política criminal justificativa da incriminação em questão, onde se legitima a intervenção penal assente numa perspetiva fundada de que as situações de prostituição, em que exista promoção e aproveitamento económico por terceiros, comportam um risco elevado e não aceitável de exploração de uma situação de carência e desproteção social, colocando em perigo a autonomia e liberdade do agente que se prostitui (Acórdãos n.º 144/2004, n.º 196/2004 e n.º 303/2004).

Neste sentido, estudos sobre prostituição demonstram, corroborando as conclusões dos acórdãos citados, que cerca de 75% a 90% das mulheres prostituídas foram vítimas de agressões físicas ou abuso sexual na infância, no seio da sua própria família, e que a maioria das pessoas prostituídas foi iniciada na prostituição por terceiros quando era menor de idade, havendo prova empírica suficiente de que a vitimação por abuso sexual na infância ou na adolescência contribui, de forma significativa, para a sua entrada na prostituição (Mackinnon C., 2001 cit por Sottomayor, 2018). As pessoas em situação de prostituição dependem, assim, desta atividade para sobreviverem, surgindo a prostituição não como uma escolha baseada na sua liberdade e autonomia, mas como a continuidade do seu percurso de abandono, pobreza e vitimação por abuso sexual na infância (Sottomayor, 2018).

Assim sendo, esta norma visa, em suma, combater um fenómeno invisível na sociedade, que se traduz na exploração das pessoas prostituídas, que prestam um consentimento meramente formal à atividade da prostituição, mas que não estão inseridas em estruturas socioeconómicas favoráveis à tomada de decisões em liberdade, devido a situações de pobreza, desemprego ou percursos de vida marcados pela violência e abandono desde idades precoces (Sottomayor, 2018). Por outro lado, também a linha ténue que separa a prostituição do tráfico de pessoas para fins sexuais acaba por atingir dimensões crescentes, verificando-se a inexistência de mecanismos e instrumentos que, na prática, distingam uma situação da outra, i.e. o consentimento da pessoa para a prática de atos de prostituição das situações de tráfico e prostituição forçada – as leis que criminalizam o uso do serviço sem consentimento por parte da vítima enfrentam sérias dificuldades na sua implementação, não conseguindo aplicá-las efetivamente (Sottomayor, 2018).

2.4. Referenciais de Direitos Humanos

Convém, desde logo, recordar que a Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 1. º, fundamenta o próprio Estado na igual dignidade da pessoa humana. Ora, foi, justamente, com base neste pressuposto que Portugal ratificou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Lei n.º 23/80, em D.R., I Série, de 26 de julho de 1980), bem como, em 1991, a Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e de Exploração da Prostituição de Outrem (D.R., I Série, de 10 de outubro de 1991).

Assim, e no que ao enquadramento legal da prostituição diz respeito e perante a emergência (e controvérsia) do debate acima mencionado, o exercício da prostituição, tal como outros crimes a ela associados, de forma direta ou indireta, como sejam, o lenocínio e o tráfico de pessoas (incluindo crianças) para fins de exploração sexual, terá de ser enquadrado naquilo que é a moldura legislativa em matéria de Direitos Humanos aplicável em Portugal, nomeadamente, pelas Convenções, Pactos, Acordos e Tratados Internacionais ratificados pelo Estado Português, designadamente, a

Declaração Universal para os Direitos Humanos; a Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais; o Tratado da União Europeia e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia; a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres; a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica; a Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem; a Convenção do Conselho da Europa Relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos; a Convenção dos Direitos da Criança; a Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais.[10]

Em matéria de legislação nacional, constituem referências, não apenas a Constituição da República Portuguesa e o Código Penal, atrás referidos, como também: a Lei de Bases da Segurança Social; a Lei de Bases da Saúde; a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, na redação da Lei n.º 102/2017, de 28 de agosto, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de pessoas estrangeiras do território nacional, assim como jurisprudência produzida em acórdãos dos tribunais de diferentes instâncias.[11]

Aliás, são vários os acórdãos do Tribunal Constitucional, referentes ao crime de lenocínio, em que se reitera que as situações em que existe um aproveitamento económico, da prostituição, por terceiros, configuram uma exploração da pessoa prostituída.[12] E, "subjacente à jurisprudência do Tribunal, está, portanto, a ideia de que a exploração por terceiros da atividade de prostituição exprime uma interferência na esfera individual de quem se prostitui, que comporta riscos intoleráveis na sua autonomia e liberdade que importa prevenir e que, nessa medida, justificam a incriminação".[13]

Em novembro de 2020, foi desenvolvida uma diretiva que reforça a questão do compromisso contra a exploração implícita na prostituição. A mesma surge no âmbito da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, mais conhecida pela sigla inglesa CEDAW, incidindo, precisamente, no seu artigo 6º – *"Os Estados Partes tomam todas as medidas apropriadas, incluindo disposições legislativas, para suprimir todas as formas de tráfico das mulheres e de exploração da prostituição das mulheres."* –, através da adoção da sua Recomendação Geral nº38.

Ora, esta Recomendação Geral, resultante de um trabalho de dois anos, assim como de uma articulação entre diversas entidades e organizações, aborda a questão do tráfico de mulheres e crianças em contexto de migração global, elencando as mais variadas causas e contextos desta violação de direitos humanos. Faz-se, ainda, referência a uma vasta gama de recomendações de ação, nomeadamente no que respeita ao desencorajamento da procura, seguindo a ideia de que o tráfico para fins de exploração sexual apenas existe porque a procura, por parte dos compradores de sexo, perdura. Posto isto, o que se pretende é a diminuição desta procura, com vista aos benefícios que daí surgirão, quer para as mulheres, quer para as crianças envolvidas, quer ainda para a sociedade em geral.

2.5. A realidade do sistema de prostituição

A prostituição constitui um objeto de estudo em áreas tão distintas como a sociologia, a psicologia, a criminologia, ou as ciências jurídicas. Todavia, em qualquer destas áreas, aquilo que tendemos a encontrar é uma evidente clivagem entre aqueles estudos que, de uma ou outra forma, "normalizam" a prostituição, e aqueles que, partindo do pressuposto que o sistema de prostituição é um problema social e uma negação de direitos humanos fundamentais, com um caráter multifacetado e tornado crescentemente complexo pelos seus contornos e impactos globais.

Para além desta clivagem, ou decorrentes dela, surgem outras questões que nos parece ser importante destacar, quando se analisam os estudos acerca da prostituição, não sendo excessivo recordar que, estes estudos, deverão, nas suas diferentes áreas, promover respostas a implementar relativamente à prostituição, enquanto questão social.

Assim, e apesar de a prostituição (e todo o sistema que a compõe) constituir, do ponto de vista da sociologia, uma instituição social, de carácter ancestral – é, aliás, comum o recurso ao eufemismo "a mais velha profissão do mundo" – quer as teorizações, quer as investigações empíricas, tendem a ser extremadas e, sobretudo, fundadas quer em generalizações, em que uns defendem a abolição completa de toda a prostituição, enquanto outros a naturalizam e a entendem como uma inevitabilidade nas sociedades humanas (Davis, 1937).

10 Para maior detalhe, conferir: https://exitprostitution.org/legislacao-e-compromissos-politicos-internacionais/ (consultado a 12 de outubro de 2020).

11 Para maior detalhe, conferir: https://exitprostitution.org/legislacao-e-compromissos-politicos-internacionais/ (consultado a 12 de outubro de 2020).

12 Segundo o Acórdão n.º 421/17, de 13 de julho de 2017, do Tribunal Constitucional (disponível em http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20170421.html) são as seguintes as referências dos acórdãos deste tribunal sobre a matéria: n.ºs 144/2004, 196/2004, 303/2004, 170/2006, 33/2007, 396/2007, 522/2007, 141/2010, 559/2011, 605/2011, 654/2011, 203/2012, 149/2014, 641/2016.

13 https://exitprostitution.org/legislacao-e-compromissos-politicos-internacionais/ (consultado a 12 de outubro de 2020).

E se Davis destacou esta questão, ainda na década de 30 do século passado, parece-nos que, além da persistência desta tendência para a generalização do fenómeno – que, de facto, desconsidera as diferenças interpessoais – se observa, igualmente, alguma desconsideração da própria evolução desta instituição social, nomeadamente, *a)* no que respeita aos efeitos de uma economia global (tanto no plano da economia formal, como também, e cada vez mais, no plano de uma economia paralela, em que se cruzam a criminalidade altamente organizada, as finanças e os interesses políticos); *b)* das assimetrias crescentes entre os países ricos e os países pobres; *c)* das desigualdades sociais crescentes; *d)* das mudanças no conceito e na realidade do trabalho; *e)* das pressões do consumo; *f)* das transformações nas famílias, ou *g)* na própria evolução dos papéis e expectativas de género, apenas para referir algumas das dimensões mais relevantes para a evolução da realidade da prostituição.

E talvez como consequência do facto de as teorizações acerca da prostituição, enquanto realidade social, tenderem a variar entre estes dois extremos, as respostas da sociedade acabam, elas próprias, por extremar-se, gerando efeitos de natureza perversa para todas as pessoas em situação de prostituição. Por um lado, porque conduzem ao risco de não serem implementadas soluções e medidas para quem, de facto, é explorada, abusada e quer sair do sistema de prostituição, e, por outro lado, porque tendem a aumentar o estigma social sobre quem, estando no sistema, não pretende sair e quer, e irá, pelas mais variadas razões, continuar a prostituir-se.

No que se refere à tendência para uma normalização da prostituição, ela verifica-se tanto no âmbito dos estudos na área da saúde, quanto no domínio das ciências sociais e das ciências jurídicas.

Esta normalização assume que o exercício da prostituição é uma escolha livre e vocacional das mulheres, o que as converteria numa "classe profissional como qualquer outra, com problemas e necessidades específicos" (Bullough & Bullough, 1996, p. 177 cit por Farley & Kelly, 2000: 37) e sustenta esta tese em fundamentos de liberdade relativamente à sexualidade e à intimidade, colocando-se a questão, já referida, aliás, se esta liberdade está, na prática (porque sabemos que o está, na teoria) ao acesso de todas as mulheres, em todos os contextos sociais e em todas as regiões, tanto a nível mundial, quanto a nível local, em cada país.

Ainda como destacam Farley & Kelly (2000), outro dos argumentos utilizados, para legitimar a prostituição como uma livre opção das mulheres, é o do discurso imediato da mulher e a sua atitude satisfeita e colaborativa perante o comprador de sexo. Como refere Raymond (2003), a construção do sistema de prostituição alicerça-se na grande mentira de que "as mulheres gostam".

Todavia, este discurso e esta atitude são requisitos óbvios para a angariação desses mesmos compradores de sexo, fazem parte do papel desempenhado pela mulher prostituída, dentro do sistema de prostituição.

Na mesma linha, Raymond (2003) chama, ainda, a atenção para o facto de, no sistema de prostituição, as mulheres serem permanentemente compelidas a não falar a verdade: sobre as suas vidas, sobre os seus corpos e sobre a sua sexualidade, facto que é, de igual modo, corroborado por sobreviventes do sistema de prostituição, como Rachel Moran (2013) ou Andrea Dworkin (2004).

Esta quase obrigatoriedade de "mascarar" a verdade deve-se a uma multiplicidade de razões: o estigma e marginalização por parte da sociedade "normal"; a vergonha e a autoculpabilização, face a essa mesma sociedade; a satisfação das fantasias do comprador de sexo pagador; a imposição por outros atores do sistema de prostituição; a perceção da prostituição como único "destino" possível de vida, ligada à perceção de falta de capacidades e de desmerecimento; a defesa instintiva contra a sociedade que julga e, naturalmente, a capacidade de angariar mais compradores de sexo e, por essa via, aumentar os ganhos.

Mas trata-se, de facto, de uma pretensa satisfação: "um dos sinais de submersão na prostituição é a experiência de falta de valor próprio, devido à posição que ocupamos no mundo. Ora ninguém está preparado para se sentir feliz, ao mesmo tempo que se sente banido e desprezado pelo resto da sociedade" (Moran 2013: 60).

Esta tendência de normalização acaba por ter, como correlato, uma espécie de culpabilização da vítima de exploração sexual e uma negligência na análise da relevância de fatores como a pobreza ou a origem étnica na entrada no sistema de prostituição, e tem como consequência o aumento da invisibilidade social da prostituição e a falta de investimento (e interesse) no desenvolvimento de medidas e programas, orientados para as mulheres que pretendem sair do sistema (Farley & Kelly, 2000).

Será também de sublinhar que esta invisibilidade social é, em larga medida, decorrente do hábito, no sentido da constatação de que a prostituição é uma realidade ancestral e transversal a todas as sociedades e culturas, pelo que não terá de ser questionada.

Trata-se, na verdade, da lógica, simplista e fácil, do "sempre existiu, e sempre continuará a existir", justificada pela "normal necessidade" dos homens de aceder a sexo, comprando-o.

Esta é, portanto, uma invisibilidade fundada numa espécie de preferência coletiva por ignorar, devido à sua "incomodidade moral", um problema social que todas as

pessoas sabem existir, que é visível para todos/as e que entronca numa pluralidade de outros problemas sociais, muitos deles cobertos, também, de uma conveniente (e conivente) invisibilidade.

Outro fator de normalização da prostituição deriva do recurso, progressivamente disseminado, à terminologia trabalho sexual. Como é sabido, as palavras têm significados e sentidos e esta expressão "trabalho sexual" tem implícita uma dimensão de escolha profissional ou vocacional, ao mesmo tempo que legitima o negócio do sexo, assimilando-o a qualquer outro tipo de negócio. Ora, nesta assimilação ficam legitimadas, por inerência, todas as práticas a ele associadas, por mais degradantes para a dignidade humana ou violentas para a integridade da pessoa, que essas práticas possam ser.

Porque a realidade é que, atualmente, o sistema de prostituição já não corresponde ao "arquétipo tradicional" (prostituta, proxeneta e comprador de sexo), mas complexificou-se e converteu-se num "negócio" de carácter global, onde se misturam interesses criminosos, corrupção política e económica e enormes movimentos financeiros (Banyard, 2016; Cacho, 2010; Cobo, 2017).

A prostituição do século XXI representa a fusão entre os interesses de uma sociedade que continua patriarcal, do ponto de vista dos valores, e os do sistema capitalista na organização económica e financeira (Cobo, 2017).

Como destacam Farley e Kelly (2000), para a maioria das mulheres em situação de prostituição, em todo o mundo, a prostituição representa ser capturada, dominada, assediada, agredida e espancada. Isto significa que, inerente à prostituição está todo um conjunto de violações dos direitos humanos, entre os quais é possível identificar: *a)* exploração, violência e assédio sexuais (nomeadamente de menores); *b)* tráfico de pessoas; *c)* exploração económica; *d)* privação de acesso à educação; *e)* discriminação no emprego; *f)* violência em relações de intimidade (vulgo violência doméstica); *g)* discriminação étnico-racial e social; e *h)* abusos físicos equivalentes a tortura.

Parece-nos ser, ainda, de sublinhar que estas violações de direitos humanos se situam, na maioria das vezes, a montante e a jusante das trajetórias prostitucionais, pelo que, não apenas obstaculizam a saída das mulheres do sistema, como se constituem em fatores de autoalimentação desse mesmo sistema, num círculo vicioso de muito difícil rutura.

Neste sentido, qualquer tentativa de equiparação da prostituição à condição de "trabalho sexual" significa aumentar a invisibilidade, a normalização, ou a desvalorização social do risco de violência e de persistente violação de direitos humanos, a que as mulheres estão sujeitas, e que é inerente ao próprio sistema de prostituição (Raymond, 2003).

Neste âmbito parece ser de sublinhar que, com alguma frequência, as próprias investigações científicas acerca do tema reforçam as visões estereotipadas que "culpam" a mulher em situação de prostituição por colocar em risco (de saúde) o homem que compra sexo e, com isso, colocar em risco outra mulher, a quem, eventualmente, este homem possa estar vinculado numa relação conjugal.

Como sublinharam Farley & Kelly (2000), citando Vanwesenbeeck (1994), os investigadores e as investigadoras parecem identificar-se mais facilmente com os compradores de sexo do que com as mulheres em situação de prostituição, sendo que nos próprios estudos no domínio da medicina, segundo o levantamento feito pelas autoras, nas décadas de 80 e 90, em que a questão do HIV era uma temática dominante, a generalidade das investigações centrava-se na proteção da saúde do comprador, ou seja, no potencial de contaminação a que este comprador de sexo estaria exposto.

Esta é, na nossa perspetiva, uma observação fundamental nos estudos acerca desta temática e é-o não tanto por razões de género, até porque é crescente o número de estudos feitos por mulheres, mas, sobretudo, por razões de pertença social, dado que a investigação tende a ser realizada por pessoas de classe média e cujo padrão de vida se assemelha mais ao das tradicionais representações sociais acerca do comprador de sexo, do que da mulher em situação de prostituição. Como referimos atrás, a própria assimilação do exercício da prostituição a uma manifestação da liberdade e autodeterminação sexual das mulheres corresponde a uma visão classista, na medida em que as condições de vulnerabilidade (económica, social e cultural) em que muitas mulheres se encontram, por todo o mundo, impossibilitam, na prática, essas liberdade e autodeterminação.

2.6. Atores e dinâmicas

O recurso ao conceito de sistema de prostituição justifica-se, não apenas pelo facto de a prostituição constituir um fenómeno socialmente muito complexo, multifacetado (ou, talvez, para maior precisão, crescentemente complexo e crescentemente multifacetado) e evolutivo, mas também pelo facto de na prostituição serem vários os atores, com maior ou menor protagonismo, alguns até aparentemente invisíveis, que desempenham diferentes papéis e funções e que possuem distintos níveis de poder.

Paradoxalmente, as luzes dos holofotes recaem, apenas, sobre quem é prostituída, que está também, afinal, em situação de particular vulnerabilidade, se não por outras razões (que são múltiplas), porque é sobre essas mulheres em situação de prostituição que impendem os rótulos, os estigmas e a marginalização sociais.

Mas, na verdade, neste sistema intervêm, além da pessoa em situação de prostituição, os proxenetas; os compradores de sexo; os donos de bares, restaurantes, pensões, hotéis ou apartamentos, onde, ou a partir dos quais, se vende sexo; os/as funcionários/as do setor do turismo que dão indicações acerca de locais de compra de sexo; os donos e responsáveis por sites e órgãos de comunicação social que anunciam e promovem a venda de sexo; os donos e intervenientes vários da "indústria da pornografia"; e, crescentemente, os traficantes de pessoas. Importa ainda sublinhar que, para que este sistema funcione e prospere, num contexto global, é necessária alguma conivência por parte de profissionais das forças policiais e de segurança, da justiça, da política e da banca.

Se alguns destes elementos estiveram quase sempre presentes, naquilo que é a longa história da prostituição, a realidade é que, no contexto atual, não apenas se diversificaram os elementos do sistema, como, sobretudo, se complexificaram os seus contributos para esse sistema, tornado, ele próprio, cada vez mais diversificado, multifacetado, volúvel e envolto em mistificações, que apenas contribuem para acentuar a vulnerabilidade de quem é prostituída e aumentar o nível de poder e de domínio daqueles que exploram, incentivam ou facilitam a prostituição.

Os diversos intervenientes no sistema têm sido objeto de interesse nas investigações acerca desta temática, quer do ponto de vista da tentativa da sua caraterização, quer no da respetiva forma de participação no sistema.

Relativamente ao proxeneta, e citando Cacho, apesar de ser costume dizer-se que a prostituição é a mais velha profissão do mundo, o mais correto seria dizer que o proxenetismo, esse sim, é a mais velha profissão do mundo (Cacho, 2010: 189). Porque o proxeneta, ou na linguagem corrente, o "chulo", é a figura responsável pelo aliciamento, recrutamento e exploração da mulher prostituída. E, para o fazer existem alguns requisitos, em termos de conduta e de comportamento, cujo objetivo principal é o de manter a mulher sob a sua dependência.[14]

Os desejos de ter uma família, de construir e ter um lar estável, de ser amada de verdade, são tão grandes, por parte destas mulheres, que acaba por ser facilitado o trabalho dos proxenetas, aproveitando-se da vulnerabilidade das mesmas (Lloyd, 2011). Quanto maior a sua necessidade de atenção e amor, mais fácil o seu recrutamento para o mundo da prostituição.

Embora nos refiramos ao proxeneta no masculino (porque a verdade é que predominam os homens), existem também (como sempre existiram) mulheres que se dedicam ao proxenetismo.[15] E embora as condutas e comportamentos de uns e outras sejam diferentes, todos criam, com a mulher que exploram, uma relação que é, na aparência, protetora e cuidadora, justamente para adquirirem o estatuto de pessoas fundamentais na sua vida, ou seja, de pessoas de quem essa mulher é dependente.

HØigard & Finstad (1992), com base em entrevistas a mulheres em situação de prostituição, puderam concluir que muitas delas apresentavam vergonha, ou medo, em admitir ter um proxeneta ou, na linguagem corrente, um *chulo* – no desejo de se protegerem a si e ao mesmo. Em muito se deve à consciencialização de que tal ato é ilegal. Estes dois autores procederam a uma categorização dos vários tipos de proxenetas existentes, com base nos casos reportados à polícia de Oslo entre 1968 e 1982.

O *"não violento namorado-chulo"*: tratar-se-ia de uma relação de *amor* onde a mulher se prostitui, normalmente como resultado de uma decisão conjunta. O homem não a força a fazê-lo, mas sobrevive financeiramente do lucro daí conseguido.

O *"violento namorado-chulo"*: tratar-se-ia de um relacionamento firme entre este e a mulher, caracterizado por comportamentos violentos, em que o homem a ameaça, ou agride fisicamente, com o objetivo de a forçar a prostituir-se e, consequentemente, conseguir o lucro que pretende. Na maioria dos casos, é a própria mulher que o denuncia às entidades policiais, sendo ela também que, frequentemente, acaba por retirar as acusações proferidas.

O *"chulo sexual"*: tratar-se-ia de uma breve relação sexual entre ambos, onde o verdadeiro amor não subsiste. A conexão entre eles é mais aleatória do que nos dois tipos anteriores. É caracterizada por uma paixão agitada e instável e por uma atração sexual temporária e, normalmente, envolve pessoas mais jovens e de idades próximas. A violência pode, também, estar presente.

O *"chulo estável"*: ao contrário dos já referidos, este apresenta várias mulheres que, simultaneamente, se prostituem para ele. Pode, ainda, desenvolver uma relação amorosa com uma ou mais das envolvidas.

O *"chulo do clube de sexo"*: este, assim como o anterior, apresenta várias mulheres que, simultaneamente, se pros-

14 A este respeito recomenda-se: Cacho, 2010, pp 189-207.

15 Na própria literatura, como na pintura, a figura da alcoviteira é recorrente, e corresponde, exatamente, às mulheres que angariavam compradores de sexos para outras mulheres. No geral, as alcoviteiras e as engatateiras eram mulheres de estratos sociais baixos, mais velhas, que estabeleciam com as jovens prostituídas uma relação muito próxima e de proteção; importa recordar que muitas destas jovens vinham de outros locais do país, sem qualquer experiência ou conhecimento da vida e eram recrutadas para a prostituição, cabendo às engatateiras o papel de as "instruir" para a vida, de lhes arranjar alojamento e de lhes angariar comprador de sexos (Machado Pais, 2008).

tituem para ele. Todavia, neste em específico, não é desenvolvida qualquer tipo de relação amorosa entre as partes. A relação entre este proxeneta e as mulheres prostituídas pode ser equiparada àquela que se mantém entre o patrão e os seus empregados.

Já na literatura americana, é feita a distinção dos proxenetas em dois grupos apenas: o *"chulo açucarado"* e o *"chulo gorila"* (HØigard & Finstad, 1992). O primeiro não precisa de recorrer ao uso da força física para obrigar a mulher a prostituir-se, usa antes a cabeça e expressa-se num tom de voz doce e calmo, onde através das palavras, se torna óbvio para a mulher que ela *deve contribuir com a sua parte*. A combinação apropriada entre palavras convincentes, autoridade e consideração é especialmente importante para o sucesso deste tipo de proxeneta. O *segundo* apresenta um método mais grosso, recorrendo à violência física para obter o que pretende, incluindo o desejo de a mulher se prostituir.

Segundo documentos policiais, os proxenetas detidos por crime de lenocínio seriam homens com poucas habilitações literárias; dificuldade em manter um emprego, daí a grande parte ser desempregado; problemas com substâncias aditivas; e registo criminal prévio (HØigard & Finstad, 1992).

Nos homens proxenetas é frequente a utilização de estratégias de assimilação a uma relação amorosa e de pretensa dependência/necessidade, numa deliberada inversão de papéis em que é criada, na mulher prostituída, a ideia de que ela (e a sua atividade – apresentada como temporária e de "último recurso") são salvíficas para o homem. Trata-se, claramente, da exploração de visões românticas e estereotipadas acerca do amor, que encontram particular recetividade em mulheres que, durante a sua vida, experimentaram vivências de grande desafeto (Moran, 2013).

Já no caso das mulheres proxenetas é comum encontrar algumas que foram, elas próprias, prostituídas e que adotam estratégias de tipo maternal para o exercício do proxenetismo (Cacho, 2010; Raymond, 2013).

É também frequente que as mulheres assumam uma função de "gerentes" das casas (apartamentos, casas de massagens, bordeis...) trabalhando para homens ou organizações que são proprietárias do "negócio". E é neste papel de gerentes que adquirem influência sobre as mulheres, na medida em que, pretensamente, as instruem, cuidam e protegem, num perfil que oscila entre o de uma educadora e o de uma mãe, o que pode, em circunstâncias de vulnerabilidade social, emocional e económica, ou de isolamento, como as que são enfrentadas por muitas mulheres em situação de prostituição, gerar um vínculo de dependência e submissão poderoso.

Relativamente aos compradores de sexo, constituem um grupo de difícil investigação, pela dimensão de "clandestinidade" que envolve a compra de sexo, e que pode constituir, ela própria, um fator aliciante, conforme referem alguns autores e autoras (Cacho, 2010; Farley, 1998 e 2000; Machado Pais, 2008; Malarek, 2005 e 2011; Moran, 2013). Estes estão bem escondidos nos arredores da prostituição, *sem cara e sem nome* (HØigard & Finstad, 1992).

De qualquer forma, pode constatar-se que, desde sempre, existiu uma normalização social (traduzida numa espécie de encolher de ombros, coletivo e resignado) da compra de sexo pelos homens, fundada nas suas diferentes necessidades "biológicas" relativamente ao sexo,[16] mas também nos códigos morais relativamente às práticas sexuais.

O paradoxo desta normalização social reside em que, por parte dos homens, esta parece não ser assumida no plano individual, uma vez que não apenas os compradores de sexo querem manter o anonimato e a clandestinidade, como, no que respeita ao discurso público[17] masculino, a maioria dos homens nega recorrer à compra de sexo, limitando-se, quando muito a admiti-la em fases precoces das suas vidas, normalmente ligada em contextos iniciáticos da sexualidade ativa, ou, ainda, embora menos comummente, a frequência de bares ou clubes, mas sempre em contexto de grupo masculino, por razões de convívio, ou de trabalho.[18]

Esta normalização social das necessidades de compra de sexo, por parte dos homens, corresponde a outra faceta da divisão dual e segregadora do masculino e do feminino e tem correspondência com a noção de propriedade dos homens sobre as mulheres.

Ao adquirir o seu corpo e a sua sexualidade, o homem torna-se "proprietário" da mulher, durante o tempo de compra e, como tal, outorga-se o direito de utilizar esse corpo das formas mais perversas, isto é, das formas que não ousaria com uma parceira estável, a quem está socialmente vinculado.

16 É reconhecido que, em locais de conflito bélico ou de presença de tropas, seja natural a existência de um outro exército: de mulheres prostituídas, capazes de satisfazer a biologia masculina.

17 A referência ao discurso público generalizado, não é casual, uma vez que é conhecida a existência de grupos, na web, que se constituem como fóruns de compradores de sexos de prostituição, onde os locais, as mulheres e as experiências são descritos e avaliados.

18 Um facto amplamente conhecido é o de as grandes empresas, ou aquelas com significativos volumes de negócios, promoverem a celebração acordos em locais de prostituição ou oferecerem condições para atividades de turismo sexual. De igual modo, e merecedor de reflexão no que se refere às gerações mais jovens, é comum o recurso à prostituição em festas de despedida de solteiro.

Simultaneamente, é uma manifestação clara da regulação social da sexualidade, particularmente da sexualidade feminina, sendo que é suposto e "normal" que o homem recorra à prostituição para satisfazer desejos e práticas que a moral não lhe permite satisfazer com as outras mulheres – as "sérias e socialmente integradas".

Naturalmente que os compradores de sexo pertencem aos mais diversos espectros da sociedade, tendo em comum um elemento: a desvalorização da sexualidade e do corpo da mulher. Assim, para lá dos fetiches mais sórdidos ou das práticas mais convencionais, para lá do local onde procuram sexo: a rua, o bordel, ou a chamada ao hotel de luxo, prevalece a ideia da compra: ao pagar, o homem não apenas sente que adquire propriedade sobre a mulher, como, sobretudo, encontra nesse facto o prazer de desumanizar a mulher (Moran, 2013).

São vários os motivos que levam os homens a recorrer à prostituição: desejo por se sentirem dominados, desejo de dominar, desejo de experienciar sexo anal ou sexo oral, de se sentirem excitados, de obter um contacto humano mais profundo, de repreender ou ser repreendidos (HØigard & Finstad, 1992). Alguns homens recorrem à prostituição pelo ato sexual em si, sustentando a ideia de que poderão fazer com essa mulher atos sexuais mais elaborados, visionados em filmes ou pornografia, por exemplo, que não fariam com a sua esposa. Outros apresentam o desejo de ter sexo com uma nova mulher, que lhes poderá dar mais prazer por ser algo novo e diferente. Outros desenvolvem um sentimento de curiosidade sobre aquilo que a prostituição implica, deixando-os excitados e com desejo para novas experiências. Existem, ainda, outros que optam pela prostituição por ser algo sem compromisso, fácil de esconder das companheiras, no caso de quem as tem, e onde não precisam de rodeios, pois aquilo que se pretende está bastante explicito por ambas as partes.

Apesar das tentativas de conferir glamour e romantismo à prostituição, evidentes nalguma comunicação social e até no cinema – o sucesso de *Pretty Woman* é paradigmático – ou das múltiplas cenas em que o homem procura, na prostituição, um espaço para desabafar e fazer confidências de vida, parece que esse glamour e romantismo não passam de fantasias socialmente construídas e, como exemplo, poderemos citar Moran que afirma que não existe qualquer relação pessoal (humana) entre a mulher em situação de prostituição e o comprador de sexo, nem qualquer conhecimento acerca da vida deste último: "o mais próximo que uma prostituta consegue conhecer acerca da vida familiar do comprador de sexo é a visão de uma cadeira de criança no banco de trás ou o toque frio do metal da aliança de casado a pressionar-lhe a vagina" (Moran, 2013: 81).

E mesmo nos casos dos chamados "compradores habituais", a consciência partilhada de se tratar de uma relação mercantil, não permite que, na generalidade dos casos, se criem laços afetivos, tanto mais que essa relação mercantil pressupõe o desempenho de um papel, por ambas as partes: à mulher cabe desempenhar o papel de fingir gosto, prazer, satisfação, submissão, domínio, compreensão, ou toda a panóplia de comportamentos ditados pelas fantasias do comprador de sexo: "as barreiras que se criam, entre o verdadeiro «eu» da mulher em situação de prostituição e o exercício da prostituição, são demasiado fortes e demasiado necessárias, para que se possa construir uma verdadeira relação de amizade [com o comprador de sexo]" (Moran, 2013: 89).

As mulheres em situação de prostituição desenvolvem certos mecanismos para se abstraírem do comprador de sexo e do ato sexual em si. Muitas optam por fazê-lo de olhos fechados, outras tentam abstrair-se do barulho envolvente, outras tentam pensar em algo distinto ou no dinheiro que vão receber. Quase todas consideram o carinho, nestas circunstâncias, *nojento* e, beijar aqueles homens está praticamente fora de questão. Quanto mais rápida for a duração da experiência, melhor para estas mulheres e, como tal, *"dão o seu melhor para que o cliente aguente o menos tempo possível"* (HØigard & Finstad, 1992). Uma estratégia para se distanciarem de si mesmas enquanto mulheres em situação de prostituição, escondendo o seu verdadeiro eu, é utilizando roupas novas, perucas, nomes falsos, maquilhagem – o propósito é deixar de lado o seu eu civil. A ideia base é não ter presente o que sentem, *desligando os seus sentimentos*. E, para isso, muitas vezes é preciso o recurso a estupefacientes que, por sua vez, exigem a posse de algum dinheiro – trata-se de um ciclo vicioso, difícil de corromper.

Todavia, a grande questão que se coloca é se, efetivamente, estes mecanismos resultam e quais as consequências a longo prazo de tentarem esconder, quer o seu eu real, quer os seus sentimentos. Ora, de acordo com a grande maioria das mulheres, estas consideram ser, a longo prazo, impossível preservar o seu eu e a sua vida emocional. Tornam-se mulheres frias, individualistas e com pouca abertura para criar e manter relacionamentos amorosos. Quando não estão a vivenciar o papel de prostitutas, o sexo é algo que não lhes interessa, mas sim que as repugna – apresentam dificuldades em conectar a sua vida pessoal com a sexual (HØigard & Finstad, 1992).

Ao comprador de sexo cabe desempenhar o papel correspondente, visível, por exemplo, na atitude relativamente ao pagamento, que se é feito por alguns de forma ostensiva e agressiva, para colocar em evidência o seu poder, é feito por outros de forma dissimulada, para fingirem (para si próprios) que aquela é uma relação de sedução (Malarek, 2011; Moran, 2013).

No que diz respeito aos preços pedidos, é unânime entre as mulheres que se prostituem nas ruas que as mesmas não podem baixar o valor mínimo estabelecido, de maneira

a não prejudicar as restantes, é uma norma pré-concebida neste meio (HØigard & Finstad, 1992). Os preços exercidos por estas mulheres variam consoante o país em que se esteja e são um reflexo do mercado de trabalho feminino e da posição económica geral das mulheres na sociedade. Quando questionadas por terceiros, tendem a exagerar no valor que dizem receber por comprador, como forma de justificar a vida que têm.

Considerando a inseparabilidade entre o corpo e a pessoa, ao converter o corpo numa mercadoria transacionável (como sucede na compra de sexo), o que sucede é que se converte a pessoa, no seu todo, num bem transacionável (Pateman, 1983). Não se trata de contratar uma competência de trabalho (seja braçal ou intelectual), que envolve, apenas, uma dimensão da pessoa. Trata-se, sim, de comprar o todo da pessoa. Assim, a compra de sexo, tal como o proxenetismo, representa, de facto, mais uma manifestação de posse masculina sobre as mulheres.

Em 1982, foi realizado um estudo na Noruega, que consistia em duas partes: na primeira foi apresentado um simples questionário a cerca de 1000 homens noruegueses, aleatoriamente selecionados; na segunda parte foram desenvolvidas entrevistas individuais aprofundadas. Estes estudos apresentam sempre um conflito interno: por um lado, a probabilidade de as respostas serem confiáveis e, por outro, o desejo por uma alta taxa de resposta. Não obstante, o foco dos autores do estudo estava na obtenção de respostas reais. Assim sendo, e com uma baixa taxa de resposta, mas as mesmas reais, foi possível obter algumas informações conclusivas sobre quem respondeu (HØigard &Finstad, 1992).

Ora, dos cerca de 1000 homens aleatoriamente escolhidos, com mais de 15 anos, 564 responderam ao questionário, o que origina uma taxa de resposta de 56,4%. A taxa de resposta era mais baixa quer para homens mais velhos, quer para homens com menor escolaridade, beneficiários de apoio social ou pensionistas, variando consoante a idade dos mesmos. A área de residência e o estado civil tiveram pouco efeito nas taxas de não resposta. 13% dos questionados admitiram ter tido uma ou mais experiências de contacto sexual pago com prostitutas. Destes, 25% teve apenas uma experiência de prostituição, 26% admite ter tido duas ou três, e 29% admite ter tido entre quatro a dez experiências. Uma vasta maioria dos compradores de sexo, concretamente 80%, apenas experienciou prostituição de rua. Os compradores, segundo o estudo, seriam mais frequentemente homens viajados e com maior poder económico.

Alguns compradores de sexo eram casados, outros solteiros e, quando questionados acerca da razão que os levava a procurar sexo pago, os primeiros admitiam ser por lhes faltar algo, sexualmente falando, por parte das suas mulheres, já os segundos referiam ser, precisamente, por não viverem com uma mulher, em alguns casos, devido à sua instabilidade emocional. Não obstante, existe um conjunto de homens que menciona procurar a prostituição independentemente do seu estado civil e emocional. Muitos compradores de sexo relatam que o são devido a más experiências amorosas passadas, onde não tiveram sucesso e optaram por se refugiar na prostituição, por receio de futuros novos desgostos.

Muitos destes homens definem que as prostitutas de rua são mais amigáveis, mais dispostas a servir e mais interessadas em agradar o homem. Por sua vez, elas consideram que os piores compradores são os homens com maior poder económico, definindo-os como *mesquinhos* (HØigard & Finstad, 1992).

Este estudo baseia-se numa amostra de homens noruegueses, não podendo ser estendida a todos os outros países, devido à existência de diferenças entre culturas. O mesmo se sucede em relação às mulheres prostituídas – considera-se que as mulheres norueguesas apresentam uma posição mais forte quando comparadas a mulheres de outros países, estas menos firmes.

Os proprietários de bares e clubes, restaurantes, pensões, hotéis, apartamentos ou "salões de massagens" são outros intervenientes do sistema, sendo que se em alguns casos, atuam verdadeiramente como proxenetas (algo bastante comum nas situações de apartamentos e salões de massagens), noutros casos recebem parte daquilo que é o produto da venda de sexo (seja pelo aluguer de espaço, seja pela facilitação dessa venda).

Este papel de facilitação de acesso à compra de sexo é desempenhado, muitas vezes, por rececionistas ou outros funcionários de hotéis ou por taxistas e motoristas, que recebem uma comissão pela angariação de compradores de sexo.

O mesmo sucede com os proprietários de sites (que muitas vezes são também proxenetas) e com os responsáveis por órgãos de comunicação social que anunciam a venda de sexo. Quaisquer destes elementos obtêm lucro a partir dessa atividade de promoção e angariação.

Relativamente à pornografia, que se constitui como uma "indústria" em crescimento, nomeadamente graças às tecnologias digitais, e embora se situe naquilo que pode ser definida como uma zona cinzenta, na qual é difícil estabelecer os limites entre aquilo que é uma atividade lúdica, ligada à liberdade e gostos individuais, ou até mesmo uma expressão de autodeterminação sexual (Moran, 2013), e aquilo que é uma efetiva exploração sexual de outro ser humano e uma outra forma de compra de sexo - as salas com webcams de sexo, por exemplo (Stoltenberg, 2004). Assim sendo, importa fazer referência a algumas plataformas que têm surgido ao longo dos últimos anos e que apresentam um cariz sexual como forma de obtenção remuneratória.

Onlyfans, é uma plataforma digital, criada em 2016, com o intuito de ser uma fonte de rendimento para artistas liberais que, criando apenas conteúdo para as redes sociais, não obtinham rendimento desse mesmo trabalho. Da mesma forma que existe, desde 2016, a plataforma Onlyfans, existe também uma outra plataforma, criada em 2013, com objetivo semelhante, o Patreon. Ora, a grande diferença entre o Onlyfans e o Patreon prende-se com o facto de, na primeira, o propósito das partilhas não precisar de ser meramente artístico, onde qualquer pessoa pode abrir uma conta e partilhar conteúdo exclusivo (fotografias, vídeos ou *lives*) em troca de uma mensalidade. O Onlyfans não só tem partilha de conteúdo como também salas de *chat* privadas onde, através de doações, há o acesso a uma *live* ou a uma conversa privada.

A grande polémica com a plataforma Onlyfans foi precisamente o crescimento da partilha de conteúdo pornográfico, por parte de jovens, como forma de obter um rendimento extra. Qualquer pessoa o pode fazer, visto que a idade de quem o faz não é de forma alguma controlada pela plataforma, sendo apenas solicitado àquela os dados da sua conta multibanco e alguns outros dados pessoais.

De forma geral, a grande parte das pessoas que utiliza este tipo de plataformas, recorre às restantes redes sociais, como Facebook, Instagram, Snapchat, Tiktok ou Twitter, para proceder à partilha da sua conta Onlyfans, ou equiparada, de forma a angariar mais compradores de sexo e, consequentemente, um maior rendimento. É comum estas partilhas estarem visíveis para todas as pessoas, estando muitas das vezes na própria biografia do seu perfil ("Sigam-me no Onlyfans", seguido do *link* direto).

Para além do Onlyfans e do Patreon, existe ainda uma plataforma chamada Twitch. Esta foi criada com o objetivo de fazer concorrência ao Youtube – jovens jogadores jogam ao vivo para que os seus fãs vejam e, se forem generosos, acabam por doar algum dinheiro ao jogador. Ora, o que acabou por acontecer foi que muitas pessoas começaram a utilizar esta plataforma para se exibir, mostrando o seu corpo e, assim, obtendo mais fãs e, por consequência, mais doações. Mais uma vez, também esta plataforma não apresenta qualquer tipo de controlo sobre esta prática e, contrariamente ao Youtube, não censura o conteúdo pornográfico para menores de 18 anos. Os chamados fãs são, na verdade, compradores de sexo. Este tipo de práticas tem-se tornado muito comum.

Segundo o Jornal Público,[19] só em Março de 2020, a plataforma Onlyfans ganhou mais 3,5 milhões de inscrições, contando ainda com os cerca de 700 mil criadores de conteúdo inscritos, espalhados um pouco por todo o mundo, incluindo Portugal. Em média, a subscrição mensal pode ir dos quatro aos quarenta euros, ou ainda mais. No entanto, em Portugal, esta atividade não é oficialmente reconhecida, não sendo possível que as criadoras de conteúdo declarem os rendimentos obtidos através da mesma. Já nos Estados Unidos, por exemplo, existe já um formulário próprio de IRS destinado a registar rendimentos oriundos de forma independente e que já enquadra esta atividade.

No que se refere aos traficantes de pessoas, é intenso o debate em torno da existência de uma "confusão" entre tráfico de pessoas, particularmente de menores e crianças, e prostituição. De facto, não são duas realidades integralmente sobreponíveis, quer porque o tráfico de pessoas não ocorre apenas para fins de exploração sexual, quer porque nem todas as pessoas em situação de prostituição (ou sequer a maioria delas) são traficadas.

Todavia, o facto de vivermos em economias globalizadas e liberalizadas, a par das crescentes assimetrias (económicas e geopolíticas) entre países e regiões do mundo, da facilitação das deslocações e dos persistentes "mitos eróticos" ligados a origens étnicas ou raciais, aumentou, de forma substancial, a sobreposição entre estas duas realidades: tráfico de pessoas e prostituição, pelo que os traficantes, ligados a grandes organizações criminosas internacionais, se converteram em mais uns dos intervenientes (poderosos) do sistema de prostituição.

Naturalmente que o facto de o sistema se tornar mais complexo e de as abordagens legais à prostituição serem muito distintas de Estado para Estado, a converte num terreno fértil para múltiplos aproveitamentos e corrupções, que podem passar por áreas tão diversas quanto a atribuição de vistos; o controlo das entradas no país; a escassa atuação das forças policiais na investigação de situações de tráfico ou exploração ou no apoio às vítimas do sistema; a criação de legislação facilitadora da criação e fixação de determinados negócios; ou, ainda, os esquemas de lavagem de dinheiro à escala global.

Surgem, assim, novos e mais diversificados intervenientes no sistema de prostituição, que, no geral, se destacam pelo poder de que dispõem e pela impunidade de que eles próprios beneficiam ou que podem assegurar a outros.

Propositadamente, deixámos para o fim aquelas que são as faces visíveis do sistema de prostituição: as mulheres em situação de prostituição. Fizemo-lo não apenas para reforçar o facto, atrás referido, de se tratar quem está em situação de particular vulnerabilidade neste sistema, mas também

19 https://www.publico.pt/2021/01/29/p3/noticia/trabalho-trabalho-vendem-conteudo-erotico-online-querem-respeito-1945439 **(consultado a 24/02/2021).**

porque passaremos a analisar aqueles que são alguns dos elementos mais comummente referenciados nas investigações acerca da sua realidade e das suas trajetórias.[20]

2.7. Trajetórias de vida das mulheres em situação de prostituição

A análise da literatura acerca das trajetórias de vida das mulheres em situação de prostituição costuma colocar em evidência a predominância de algumas vivências ou experiências marcantes e mais ou menos semelhantes.

Claro que como sublinha Rachel Moran, a partir da sua própria experiência, enquanto mulher prostituída e sobrevivente, não se pode estabelecer um determinismo de causa/efeito entre estas vivências ou experiências e a entrada no sistema de prostituição, porque a realidade é bem mais complexa do que isso e, na generalidade dos casos, o que sucede é uma combinação de múltiplos fatores que fazem com que, num determinado momento, se afigure à mulher essa ser a única opção possível – ainda que a perspetivem como "temporária", "de recurso", ou "de emergência" (Moran 2013).

Essas vivências ou experiências podem resultar de um cumulativo quotidiano, vivido desde a infância mais precoce, ou de um acontecimento súbito, que opera como desencadeador, ainda que, nesta última situação, seja comum existir, também, um historial prévio de perceção de impotência e de incapacidade perante a vida e o próprio destino (Cacho, 2013; Farley & Kelly, 2000; Moran, 2013; Oliveira, 2013; Raymond, 2013; Radomsky, 1995; Ringdal, 2004; Sacramento & Ribeiro, 2014).

2.7.1. Violência, abuso e disfuncionalidades familiares

A violência sexual e psicológica, além de acompanhar as trajetórias prostitucionais, tende a precedê-las, na medida em que a generalidade dos estudos coloca em evidência o facto de muitas das mulheres em situação de prostituição terem sido vítimas das mais variadas formas de violência, desde idades muito precoces (Bindel, 2017; Cacho, 2010; Dworkin, 2004; Moran, 2013; Ringdal, 2004).

"Se as coisas estivessem bem, nunca me teria tornado numa prostituta" – em muitos casos, estas mulheres optam pelo caminho da prostituição devido a um passado marcado por uma vida familiar irregular e disfuncional, assim como por dificuldades na vida escolar e laboral (HØigard & Finstad, 1992).

No levantamento de estudos acerca do sistema de prostituição, realizado por Farley & Kelly, as evidências apontam para uma maioria de mulheres em situação de prostituição que foram vítimas de abuso sexual na infância, designadamente, por parte dos pais, sendo que as autoras situam a percentagem de mulheres nestas circunstâncias entre os 60% e os 90%, sendo, igualmente muito elevadas as percentagens de mulheres que reportaram outros tipos de maus-tratos físicos na infância, nomeadamente, o espancamento.

Das 123 sobreviventes da prostituição acompanhadas, em Portland, nos EUA, pelo *Council for Prostitution Alternatives*, 85% relataram historial de incesto; 90% um historial de violência física; e 98% de violência psicológica (Hunter, 1994, cit por Farley & Kelly, 2000).

Barrett & Beckett (1996) referem, aliás, que, a par da pobreza, o abuso sexual na infância pode ser identificado como um preditor fundamental do exercício da prostituição.

Segundo a linha de pensamento de Cathy Widom (1995, cit por Lloyd, 2011), e com base em numerosos estudos, estima-se que 70% a 90% das jovens e mulheres adultas exploradas sexualmente na "indústria do sexo" foram abusadas sexualmente antes do seu recrutamento.

Este abuso sexual na infância constitui, aliás, um dos fatores mais problemáticos para estas mulheres, nomeadamente nas situações de saída do sistema de prostituição, na medida em que desde idades precoces desenvolveram uma visão distorcida quer da relação com os outros (adultos), quer do valor e utilidade do seu próprio corpo.

De acordo com HØigard & Finstad (1992), as reações das mulheres à prostituição detêm muitas semelhanças com as reações de mulheres vítimas de incesto ou violação – o sentimento de culpa, de nojo de si mesmas, a sensação de não terem uma personalidade fixa. Não obstante, a sociedade em geral não considera o conceito de *violência* quando em causa está a prostituição, mas antes o conceito de *escolha voluntária* – necessidade constante de mudança de mentalidades.

Da mesma forma, Andrea Dworkin (1997, cit por Lloyd, 2011) defende que o *incesto seja um campo de aprendizagem para a prostituição* – o abuso sexual estabelece as bases, não é necessário que um proxeneta faça o *ensinamento*, pois as mesmas já foram estabelecidas pelo pai, tio, companheiro da mãe, professor.

20 Gostaríamos de reforçar que são os elementos que, com maior frequência, são apontados nos estudos sobre esta população. Aliás, mesmo naqueles em que se defende a consagração legal da prostituição como uma atividade profissional, estes constituem-se como os elementos de desvantagem a neutralizar, no sentido do empoderamento de quem "se prostitui".

Farley & Kelly (2000) utilizam mesmo a expressão *continuum* de violência, que passa por incesto, violação e outras formas de violência e de exploração, para caraterizar os contextos a que são expostas estas mulheres, desde a infância. E as autoras justificam a existência deste *continuum* a partir das evidências de várias investigações, nomeadamente, a que foi realizada por Vanwesenbeeck (1994), nos Países Baixos, em que 60% das mulheres prostituídas sofreram agressões físicas; 70% sofreram ameaças verbais ou agressões físicas; 40% foram vítimas de violência sexual e 40% foram forçadas a prostituir-se, por familiares, amigos ou conhecidos (Vanwesenbeeck, 1994, cit por Farley & Kelly, 2000).

De acordo com um estudo feito em Oslo, com 26 mulheres prostituídas entrevistadas, quase todas admitiram ter experienciado a institucionalização em algum momento das suas vidas. Apenas 3 dessas mulheres nunca o tinham feito. Este contacto com instituições incluía, segundo o estudo, orfanatos, casas de mulheres, centros educativos, instituições psiquiátricas para crianças e adolescentes, clínicas de reabilitação para toxicodependentes ou estabelecimentos prisionais. Em muitos casos, o contacto era estabelecido entre várias instituições ao longo do tempo, passando de umas para outras, consoante a sua necessidade, desenvolvendo a chamada *carreira institucional*.

A sobrevivência contínua, ou mesmo que momentânea, em instituições, leva a uma rejeição destas mulheres por parte da sociedade, por considerarem que as mesmas estão num campo de aprendizagem para a prostituição (HØigard & Finstad, 1992).

Dessas 26 mulheres entrevistadas, 19 foram expostas a variadas formas de violência, uma, algumas ou várias vezes, desde pequenos atos a tentativas de homicídio. Muitos destes homens regem-se pela crença de que estão a pagar um serviço e, assim sendo, podem fazer e exigir tudo o que desejam no momento, mesmo que contra a vontade da mulher envolvida. Embora o homicídio de mulheres em situação de prostituição não seja algo assim tão recorrente, quando efetivamente ocorre, o método mais usado é o do estrangulamento. Estes crimes, na linha de pensamento de HØigard e Finstad (1992), representam uma imagem de atos impulsivos, ou ataques de raiva, muitos deles pela influência do álcool ou pelo despertar da auto impotência, o que desencadeia neles sentimento de ódio e desejo de vingança.

Como forma de combater esta violência perpetrada contra as mulheres, estas apresentam alguns mecanismos de defesa. Um deles é a comunicação entre elas sobre compradores de sexo que sejam tidos como agressivos, ou o aviso, mesmo que já na presença deles, através de sinais, como os corporais, advertindo para um possível perigo à sua integridade. Outra técnica comum utilizada é a memorização, ou anotação, das matrículas dos compradores de sexo. Existem ainda aquelas que optam por ter na sua posse algumas armas brancas ou objetos equiparados. Segundo estudos noruegueses, a maioria das mulheres experienciou episódios de violência na sua vida passada: progenitores violentos ou pessoal institucional que abusava delas. Tais situações fizeram com que estas mulheres tomassem como *normal* a perpetração de violência contra elas, aceitando-a.

Noutros casos, certos contextos familiares marcados por comportamentos aditivos ou doença mental de progenitores, pobreza extrema, negligência ou parentificação[21] dos/as filhos/as, podem constituir-se como fatores na base da prostituição, nomeadamente, dado o elevado índice de adolescentes que abandonam ou fogem destes contextos familiares, encarando essa fuga como uma forma de libertação e autonomização (Moran, 2013).

Todavia, a verdade é que esta fuga ou abandono, ao invés de as autonomizar, torna estas jovens duplamente vulneráveis, pelo que acabam por ser facilmente manipuladas e aliciadas para a prostituição, encarando-a como a única opção viável de subsistência – justificada pelo abandono e insucesso escolares precoces, por uma socialização marcada pela ausência, ou disfuncionalidade, de regras ou valores, e, sobretudo, por uma baixa autoestima e pela perceção de incapacidade e diferença, relativamente àquilo que são os padrões normativos da sociedade envolvente.

Estes processos de socialização deficientes induzem, nestas jovens, uma aguda consciência de diferença e, até, de falta de merecimento de uma vida normal. Trata-se de olhar para outras mulheres ou jovens, com trabalhos e vidas comuns, e experimentar uma ambivalência de emoções, em que se misturam a vontade de ser igual a elas, a inveja por não ser igual a elas, a mágoa pela vida que não as deixa ser igual a elas e a revolta defensiva de tentar não se sentir inferior a elas (Moran, 2013).

E uma vez envolvidas pelo sistema de prostituição, esta violência permanece e agudiza-se – não se tratando apenas da própria violência inerente à prostituição – mas das mais variadas formas de violência a que as mulheres são submetidas, designadamente a violação, bastante comum-

21 O conceito de parentificação aplica-se tanto nos casos em que uma criança (a mais velha ou a única rapariga, numa fratria dominada por rapazes) se vê na obrigação de exercer um papel parental junto dos irmãos, face à incapacidade/impossibilidade dos pais e mães, como também nos casos em que, por razões de vulnerabilidade do(s) progenitor(es), se dá uma espécie de inversão de papéis, e a criança se converte em "mãe" dos seus próprios pais, assumindo relativamente a estes, as funções de cuidado próprias da parentalidade (Núncio, 2013).

mente relatada pelas mulheres, mas desvalorizada (não apenas pelos restantes elementos do sistema de prostituição e pelas autoridades, como até por elas próprias) dada a ténue linha de demarcação entre o que é o sexo comprado e o que é o abuso sexual (HØigard & Finstad, 1992; Lloyd, 2011; Moran, 2013).

Numa lógica limitada e conservadora, o facto de existir um pagamento, anularia, à partida, qualquer classificação de abuso. Todavia, Kathleen Barry sublinha que o sexo comprado na prostituição partilha tantas semelhanças com o sexo "roubado" numa violação (desumanização e humilhação da mulher, através do uso do seu corpo; controlo masculino e trauma persistente) que tem, necessariamente, de ser estabelecido um paralelismo entre ambas as situações, convertendo-se a prostituição numa espécie de "violação paga" (cit. por Moran, 2013).

A violência intrinsecamente ligada à prostituição suscita, igualmente, questões acerca dos perigos associados aos diferentes locais e tipos de prostituição. Assim, e embora a prostituição de rua seja, tendencialmente, considerada mais perigosa e degradante, outras investigações (Boyer *et al*, 1993, cit. por Farley & Kelly, 2000) realçam que a prostituição de apartamento, clube, casa de massagens ou bordel implica, na verdade, maiores riscos de violência, exploração continuada e sequestro das mulheres, dada a menor ou inexistente possibilidade de escrutínio.

Nesse sentido a exposição, visibilidade e perda de anonimato a que estão sujeitas as prostitutas de rua, podem, paradoxalmente, constituir-se como fatores protetores, tanto pelo escrutínio facilitado dos outros ocupantes da rua (outras mulheres em situação de prostituição, comerciantes locais ou vizinhança), quanto pela maior acessibilidade das próprias forças policiais a estas mulheres, comparativamente àquelas que estão confinadas a espaços interiores e privados. Acresce que, para as mulheres que querem sair do sistema, o facto de estarem na rua facilita o acesso a profissionais de intervenção social que podem apoiá-las na prossecução desse objetivo (Aghatise cit. por Raymond, 2003).

De igual modo, na prostituição de rua, as mulheres parecem deter um maior controlo sobre as práticas e as condições da interação sexual, do que sucede nos espaços fechados das casas de massagens ou bordeis, algo que se verifica mesmo nos países em que a prostituição foi legalizada como "trabalho sexual" e esses estabelecimentos equiparados a quaisquer outros de lazer (Martin, 2001, cit. por Raymond, 2003).

Rachel Moran, por referência à sua própria experiência, corrobora a perspetiva de que, apesar de o estigma social da prostituição de rua ser maior (até pela sua visibilidade), a autonomia e capacidade de decisão da mulher relativamente a aceitarem um comprador de sexo – com base numa primeira avaliação de elementos de risco – é maior (mesmo quando existe um proxeneta). Já na prostituição que ocorre em bordeis, apartamentos, salões de massagens e na própria "indústria da pornografia", a capacidade e poder de escolha da mulher são praticamente inexistentes, enquanto o poder dos proxenetas e dos compradores de sexo é muito maior, o que tem como consequência a elevação do risco de violência (Moran, 2013: 68).

No que respeita à ideia de existir uma "prostituição de luxo", onde as mulheres serão supostamente livres e não sofrerão quaisquer maus-tratos é, na verdade, contrariada pelas investigações que demonstram não haver diferenças na incidência de perturbação de stress pós-traumático, entre as mulheres que integram esta dita "prostituição de luxo" e as mulheres prostituídas em contexto de rua (Farley *et al*, 1998; Parriott, 1994 cit. por Farley & Kelly, 2000).

Num estudo realizado junto de 146 mulheres prostituídas e vítimas de tráfico, 80% destas mulheres reportaram ter sido vítimas de violência física e/ou sexual, por parte de proxenetas e de compradores de sexo (Raymond *et al*, 2002).

Considerando estas prevalências, conclui-se que as mulheres em situação de prostituição são, de facto, mulheres violentadas e, nesse sentido, podem equiparar-se às vítimas de violência em relações de intimidade (vulgo violência doméstica). Corroborando esta tese, Giobbe (1993), na sua investigação, constatou semelhanças de comportamentos entre os proxenetas e o agressor íntimo/doméstico, nomeadamente, a violência física e sexual, a ameaça e intimidação, o controlo e o isolamento social da vítima.

No que respeita às agressões por parte dos compradores de sexo,[22] que parece ser, também, bastante frequente, levanta-se uma questão relevante, do ponto de vista das representações e julgamentos sociais, nesta assimilação entre a mulher em situação de prostituição e a mulher vítima de violência em relações de intimidade, e trata-se de uma questão que se liga às próprias representações sociais acerca da prostituição.

22 A título de exemplo, Miller & Schwartz (1995) puderam concluir que 94% das mulheres na prostituição tinham sido agredidas sexualmente e 75% tinham sido violadas pelos compradores de sexo.

Assim, enquanto a mulher/esposa/companheira/namorada tende a ser enquadrada na categoria das mulheres credíveis nas suas queixas (reconhecendo-se, ainda assim, a comum e perversa persistência de vieses de género, ligados à dependência e subjugação do feminino ao masculino), à mulher em situação de prostituição não é atribuída igual credibilidade e os limites parecem ser muito mais flexíveis, relativamente ao que pode, ou não, ser considerado agressão, nomeadamente, como referimos anteriormente, na violência sexual ou na violação, uma vez que há a "venda" de sexo, o que confere direitos ao comprador de sexo, direitos esse que serão interpretados de modo mais ou menos abrangente, o que, no limite, legitima uma interação sexual violenta.

Em última instância, e por influência do julgamento social, "à mulher prostituída não é reconhecido o direito de estabelecer limites à experiência sexual pela qual foi paga. Não tem direito a objetar, nem tão-pouco a não objetar, pois aquilo que importa são as exigências do comprador. O seu corpo está ali para acomodar e satisfazer a experiência sexual de outrem, independentemente da angústia que isso lhe possa causar, independentemente daquilo que lhe é exigido, independentemente de quão lesada, física ou psicologicamente, ela se sinta no final" (Moran, 2013: 140).

2.7.2. Vulnerabilidades socioeconómicas

A fragilidade económica, associada a escassas oportunidades de emprego (em relação com a baixa escolaridade e ausência de qualificação, mas também com as próprias desigualdades entre mulheres e homens no mercado de emprego), assim como os meios sociais de origem tendem a ser apontados como fatores fundamentais para o aliciamento das mulheres para o sistema de prostituição.

Nesse sentido, a pobreza funciona, e sempre funcionou, como um potenciador da entrada na prostituição (Farley & Kelly, 2000). Naturalmente que, ainda que não se tratando de um predeterminismo, ou de um destino traçado à partida, existem certas condições de natureza material que condicionam o exercício da prostituição (Ribeiro, 2004).

Segundo Finstad *et al* (1982, cit por HØigard & Finstad, 1992), o dinheiro é a razão para a prostituição – para as mulheres prostituídas, a prostituição é um meio para atingir um fim, o dinheiro. Não obstante, também o uso de drogas está interligado à obtenção de dinheiro, no sentido em que este é necessário para alimentar vícios ligados àquele. A grande parte das mulheres não opta pela via da poupança, isto é, ao invés de deixarem de parte algum dinheiro para investimentos futuros, gastam-no em diversos vícios, ligados ao consumo de estupefacientes ou à aquisição de objetos materiais.

Claro que alguma literatura, designadamente aquela que se apresenta favorável à caraterização da prostituição como uma atividade profissional semelhante a qualquer outra, regida pelas "normais" leis de mercado, e as mulheres em situação de prostituição como empresárias, que exercem a atividade impelidas pelo desejo de ganhar muito dinheiro rapidamente (Carr, 1995; McCaghy & Hou, 1994, cit por Farley & Kelly, 2000).

Todavia, e como realçam Farley & Kelly, a realidade dos bordéis em vários locais do mundo mostra uma situação totalmente diversa. Em que as mulheres são vendidas pelas famílias e forçadas a prostituírem-se desde idades muito jovens, ou, eventualmente, são jovens em fuga de ambientes familiares abusivos. As autoras referem, concretamente, a situação de bordéis em Taiwan – que foram objeto do estudo de McCaghy & Hou, 1994, mas nós acrescentamos a realidade que tivemos oportunidade de verificar em bordéis e bares de Bangkok, em 1999, ou nos bares ou nas ruas de Phnom Penh, em 2005, onde a realidade do turismo sexual (com homens – europeus ou americanos – entre os 40 e os 60 anos a subirem aos quartos ou a passearem nas ruas com crianças de treze ou catorze anos) e da degradação das mulheres é evidente, assim como as suas idades precoces (e precocemente erotizadas nos gestos e comportamentos) e o ambiente de coação a que se encontram expostas.

Na análise à realidade do sistema de prostituição e tráfico de pessoas em diferentes regiões do mundo, Lydia Cacho constata que, quanto mais desenvolvido é o país, mais provável é o recurso a mulheres estrangeiras, oriundas de países pobres, no sistema de prostituição. Referindo-se à situação da prostituição em Israel, mas adaptável à realidade de outros países com enquadramentos legais distintos, nomeadamente, àqueles onde a prostituição foi enquadrada como uma atividade de trabalho legal, por exemplo, Alemanha, Países Baixos ou Nova Zelândia: "O governo quer o melhor para as mulheres israelitas: educação, progresso e liberdade e, por esta razão, permite a entrada de mulheres estrangeiras que façam aquilo que as mulheres israelitas, por terem outras opções, não querem fazer. A maioria destas mulheres são do Uzbequistão, Moldávia, Rússia e Ucrânia. Outras provêm da Lituânia, Cazaquistão, China ou Bielorrússia" (Cacho, 2010: 43). Nos outros países referidos mudarão, apenas, as nacionalidades: nigerianas, colombianas, mexicanas, brasileiras, filipinas, sírias, mas mantém-se o padrão de pobreza ou de conflito nos países ou regiões de origem.

Também na Europa, mais de metade de todas as pessoas na prostituição são migrantes (Adair & Nezhyvanko, 2017), sendo que mesmo nos países onde vigora o sistema de proteção laboral dos/as "trabalhadores/as do sexo", a sua inserção social, na sociedade de acolhimento, não é plena, não apenas por terem um menor conhecimento dos meca-

nismos legais, como por possuírem condições prévias (desde os países ou regiões de origem)[23] de maior vulnerabilidade cultural, económica e sociofamiliar que funcionaram, exatamente, como os fatores que as encaminharam apara a prostituição.

Perante isto julgamos ser pertinente reforçar o questionamento acerca do facto de o conceito de "propriedade sobre o corpo" ser, efetivamente, um conceito aplicável a todas, ou sequer à maioria das mulheres, à escala global, ou constituir, apenas um conceito "exclusivo" das mulheres de classe média do mundo desenvolvido? E este não é um questionamento menor, em primeiro lugar, porque nele radicam elementos estruturalmente associados ao sistema de prostituição e, em segundo lugar, porque é na resposta a este questionamento que se fundam muitos dos argumentos que preconizam diferentes enquadramentos legais para a prostituição.

Se assumirmos que as condições de extrema vulnerabilidade em que se encontram muitas mulheres as "encaminham" para o sistema de prostituição, o que parece suceder é aquilo que uma das entrevistadas de Lydia Cacho, antiga vítima de tráfico e prostituída, descreve: "Não tens saída e sentes-te sozinha, por isso é melhor não ver a realidade. Limitas-te a viver e tentas não refletir muito. E no fim, acabas por pensar «que mal há em vender o meu corpo, se o corpo é a única coisa que eu tenho para vender?»" (Cacho, 2010: 24).

Deriva, ainda, desta consideração a necessidade de pensar a prostituição, enquanto problema social, tanto a montante como a jusante do seu exercício, na medida em que as vulnerabilidades e condicionalismos que "empurraram" as mulheres para o sistema de prostituição, serem os mesmos que as mantêm nesse mesmo sistema. E isto implica que qualquer intervenção promotora e capacitadora tem de atuar, em simultâneo, na prevenção e na reparação.

Assim, os baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional, que favorecem a entrada precoce no sistema de prostituição, ou a entrada e reentrada das mulheres no sistema, em resultado de trajetórias profissionais precárias e erráticas, associadas à falta de suporte familiar ou a ambientes familiares hostis, não apenas aparecem como fatores determinantes *ex-ante*, como se constituem como fatores dificultadores da saída definitiva das mulheres da prostituição, mantendo-as "presas" a esse mesmo sistema, mesmo que a maioria afirme a sua vontade de sair (Farley *et al*, 1998).

Trata-se, como afirma Moran, de "lhes explorar a pobreza, para, depois, lhes explorar o corpo" (Moran, 2013: 110).

As diferentes investigações realizadas tendem a mostrar que as mulheres em situação de prostituição, qualquer que seja a sua origem nacional ou étnica, vêm das camadas e regiões socioeconomicamente mais desfavorecidas, com carências e vulnerabilidades ao nível mais básico da subsistência quotidiana (Raymond, 2003, Sacramento & Ribeiro, 2002, Ribeiro, 2004).

Além da pobreza de rendimento, será importante salientar que as regiões ou países, em que os sistemas políticos e governativos são mais fracos e corruptos, tendem, também, a ser fatores que espoletam a criminalidade e, por essa via, o tráfico de pessoas, designadamente, para exploração sexual. Citando Roberto Savianno, no seu prefácio à obra de Lydia Cacho, onde quer que os governos sejam fracos, onde quer que a sociedade seja mais permissiva com a criminalidade, as mulheres e as crianças são as primeiras vítimas (Savianno in Cacho, 2010).

Como sublinha Raymond (2003) mais do que falar de escolha, e perante as suas múltiplas fragilidades socioeconómicas, a realidade da entrada no sistema de prostituição é, para muitas mulheres, uma estratégia de sobrevivência, para elas próprias e para quem delas depende, nomeadamente, os filhos e as filhas. Não se trata de uma escolha vocacional de uma profissão, mas antes da acomodação perante a falta de outras escolhas e esta distinção determina toda a diferença.

Moran acrescenta que as necessidades económicas são a principal forma de aprisionar as mulheres na prostituição, na medida em que, de facto, o dinheiro ganho lhes pode permitir uma situação de falso controlo sobre as suas vidas: "conseguem alimentar os seus filhos e pagar as suas contas. Parece impor-se uma ordem e é essa ordem que sugere o controlo individual. Todavia, o que sucede é que as mulheres não adquirem o controlo das suas finanças, elas transferem esse controlo para a própria prostituição [...]. A passagem é direta: da prostituição para a pobreza.[24] Para se afastarem de uma, terão de enfrentar a outra. Isto não é independência económica, nem controlo financeiro. Isto é aprisionamento na prostituição". (Moran, 2013: 134).

23 Realçamos, desta forma, que o conceito de migrante não se aplica, apenas, a cidadãs de países estrangeiros, como também àqueles que procedem a movimentos internos, nomeadamente, a partir das regiões mais pobres ou etnicamente minoritárias, como sucede em muitos países asiáticos, no Canadá, ou na Nova Zelândia (Adair & Nezhyvanko, 2017).

24 Se recordarmos que, na maioria das situações, a passagem já tinha sido a inversa, isto é, da pobreza para a prostituição, vemos que estas mulheres estão presas num círculo vicioso, em que as alternativas não o são verdadeiramente e se repetem continuamente.

Uma falta de escolhas que é, ela própria, mais uma evidência da desigualdade entre mulheres e homens: o facto de os homens receberem maiores salários e remunerações, comparativamente às mulheres, oferece-lhes um leque de oportunidades bem mais alargado do que aquele de que dispõem as mulheres (Núncio, 2008), o que os coloca, potencialmente, muito mais facilmente na posição de "vendedores de sexo" do que "vendedores do corpo".[25]

E mesmo quando não há uma manifestação expressa de vontade de sair do sistema, designadamente, em mulheres que não têm um proxeneta e se prostituem autonomamente, registámos, na generalidade das investigações empíricas consultadas, o reconhecimento da importância das questões económicas: por um lado, porque assumem que foram as necessidades económicas (muitas vezes extremas) a determinar a entrada no sistema, e, por outro lado, porque continuam a ser identificadas razões económicas (já mais ligadas a hábitos de consumo), para a permanência no sistema.

E mesmo quando a prostituição é definida como uma fonte de rendimento económico, é comum alguma ambivalência discursiva, que tem subjacente uma desvalorização da sua condição (na prostituição), face às de outras mulheres, com profissões socialmente aceites e validadas: "Na verdade, o meu sonho era trabalhar como esteticista, ter um gabinete de estética só meu. Não posso fazê-lo, porque nunca poderia ganhar o suficiente para ter tudo aquilo a que estou habituada, por exemplo, a roupa, os sapatos, nem poderia ajudar a minha mãe e a minha irmã, lá no Brasil", foi-nos dito por uma mulher que se prostitui num apartamento em Lisboa.

Na mesma linha, Raymond *et al* (2001) inquiriram profissionais que lidavam diretamente com mulheres prostituídas, ou com o sistema de prostituição, nos EUA, e a maioria considerou que a entrada destas mulheres no sistema não correspondeu a uma opção voluntária (67% no caso dos profissionais de forças de segurança e 72% no caso dos trabalhadores sociais).

Um dos fatores que pode contribuir para acentuar a vulnerabilidade socioeconómica das mulheres em situação de prostituição é a maternidade, como sublinha o estudo de Ribeiro (2004). Trata-se de um padrão relativamente comum nas classes da base da pirâmide social, com precocidade da condição de mães, umas vezes em resultado de gravidezes não-desejadas, outras pelo facto de, em determinados contextos sociais, a maternidade ser percebida como uma "fuga" à escola, ou à família de origem e a possibilidade de passagem à condição de adultas.

Acresce que, em muitas destas situações, a maternidade precoce é um fenómeno geracionalmente herdado, com frequente deserção dos pais, no momento em que tomam conhecimento da gravidez ou após pouco tempo de coabitação. É igualmente comum que surjam outros relacionamentos ou uniões de caráter efémero, que geram descendência, ficando as mulheres como únicas responsáveis pelo sustento das crianças (Núncio, 2013).

Aliás, esta responsabilidade exclusiva pelo sustento dos filhos e das filhas é um dos fatores mais comummente justificativos da entrada ou permanência das mulheres no sistema de prostituição, encarando-as como um sacrifício necessário, em nome de um bem-maior que é o do amor maternal (Ribeiro, 2004), que constitui, aliás, a principal das prescrições sociais do feminino.

Na mesma linha, Cacho (2010) refere que a generalidade das mulheres traficadas, deixa um/a ou mais filhos/as nos seus países de origem e que a expectativa de melhorar a vida da sua descendência é a força motriz que as leva a procurar as "oportunidades" de trabalho oferecidas pelos traficantes. E os/as filhos/as acabam por ser, também, a razão que as mantém no sistema, quer pela ameaça de extradição – sem qualquer recurso económico – quer pela ameaça direta à segurança e vida dos seus filhos e das suas filhas.

2.7.3. Saúde, Risco e Dependências

Alguns estudos, particularmente na área da saúde, culpabilizam as mulheres em situação de prostituição, acusando-as de incorrerem em riscos, quer na proteção da sua saúde (a utilização do preservativo, por exemplo) quer no favorecimento da violência e do assédio a que estão sujeitas (Vanwesenbeeck *et al*, 1993, cit por Farley & Kelly 2000).

Relativamente à utilização de preservativo, um estudo realizado por Raymond *et al* (2001), nos EUA, revela que 47% das mulheres prostituídas revelaram que os homens têm a expectativa de não utilizar preservativo, que 73% dos homens oferece maior pagamento se não utilizar preservativo e 43% que os homens se tornam violentos quando as mulheres insistem na sua utilização. Estes dados são facilmente comprovados pelos anúncios a sexo, em que o "natural", isto é, a não-utilização de preservativo, nomeadamente no sexo oral, é referido com muita frequência.

Assim, a não-utilização de preservativo converte-se num fator "concorrencial" para maiores ganhos, quer seja imposto pelos proxenetas e donos de espaços (por exemplo, relativamente a estabelecimentos onde essa utilização não é exigida), quer seja utilizado pelas próprias mulheres (por

25 A distinção terminológica é intencional, na medida em que os proxenetas são, de facto, vendedores de sexo, mas não vendedores do seu próprio corpo.

exemplo, para aumentar a atratividade, junto dos compradores de sexo por parte de mulheres mais velhas, ou em casos de adições em que os consumos exigem maior quantidade de dinheiro ganho) (Raymond, 2003).

No que respeita aos efeitos sobre a saúde mental, a condição de mulher em situação de prostituição tem como um dos principais correlatos o fenómeno de dissociação emocional, que corresponde ao processo de "evasão" da mente em situações de extremo stress, para evitamento do trauma.

O desenvolvimento desta capacidade de dissociação converte-se, para a vítima, numa forma de autoproteção e começa, muitas vezes, a ser desenvolvida na infância, em contextos abusivos e violentos, podendo, posteriormente, evoluir para comportamentos de negação (Farley & Kelly 2000).

Esta dissociação implica o desenvolvimento de estratégias, que assumem formas diferentes, mas que têm um mesmo objetivo: permitir à mulher separar-se, ou evadir-se mentalmente, da realidade e do momento em que está a ser prostituída.

Estabelece-se, desta forma, uma rutura entre o corpo, presente no ato sexual, e as emoções, ausentes ou "dormentes". Trata-se de um processo complexo, de autodefesa e auto-preservação, recorrente nos testemunhos de mulheres em situação de prostituição, em que é revelado que esta evasão, é relativa ao próprio "Eu", ou seja, a mulher como que se reparte em duas: a que é prostituída e a verdadeira e desencadeia todos os esforços para que elas não coincidam.

A prazo, esta separação será geradora de uma difusão identitária, em que a pessoa já não se conhece verdadeiramente, ou seja, parafraseando Rachel Moran, "já não consegue responder à seguinte questão: quem és, quando ninguém está a olhar?" (Moran, 2013: 146).

O facto de muitas mulheres em situação de prostituição terem sido vítimas de abusos sexuais na infância, favorece o recurso a este comportamento dissociativo, desenvolvido, muitas vezes, desde idades precoces. Moran cita o exemplo de uma jovem prostituída que tinha sido vítima de abusos, por parte do padrasto, durante a infância. Estes abusos sucediam durante o dia, quando a mãe não estava em casa, pelo que ela, desde muito cedo começou a ligar o período do dia a um período de degradação, humilhação e vergonha. Como consequência, prostituía-se, apenas, durante o dia e, apesar de ter um companheiro estável há alguns anos, declarava-se incapaz de manter, com ele, relações sexuais durante o dia – tratava-se, naturalmente, da distinção emocional entre o sexo vergonhoso e humilhante e o sexo como manifestação afetiva entre duas pessoas (Moran, 2013: 113).

Um estudo realizado em Portugal, com 52 mulheres na prostituição de rua, refere que 44,2% das mulheres já tinham tentado suicidar-se em algum momento das suas vidas. 30,4% já tinham tentado suicidar-se três ou mais vezes. 60,9% das mulheres tinham tentado o suicídio nos quatro anos prévios ao estudo (Teixeira, 2011).

Considerando que a dissociação psicológica está associada a situações de elevado trauma, Farley (1998), constatou, nas suas entrevistas com mulheres prostituídas de cinco países, que 67% dessas mulheres cumpriam os critérios de diagnóstico de Perturbação de Stress Pós-Traumático, como, por exemplo, ansiedade, depressão, insónia, irritabilidade, flashes de memórias, difusão emocional e hiperatenção.

Toda a experiência de violência, na trajetória da prostituição, faz com que, mesmo em situações em que a violência não acontece, ela esteja, ainda assim, presente, numa ameaça criada pelas memórias, o que repercute em tensão psicológica extrema (Moran, 2013).

A Perturbação de Stress Pós-Traumático é muito comum entre antigos combatentes, ou em pessoas torturadas, ou mantidas, durante muito tempo, em cativeiro.

E esta última categoria, ligada ao aprisionamento, é, segundo Farley *et al* (1998), fundamental para compreender a relação entre a mulher em situação de prostituição e o proxeneta, dado que a violência, o medo e a "exclusividade" da interação geram uma autoimagem de incapacidade e uma ligação emocional de dependência e gratidão, semelhante à descrita no designado Síndrome de Estocolmo. Tal constatação não é surpreendente se considerarmos que no sistema de prostituição, e na relação de dependência com o proxeneta, a mulher é despojada de referenciais de socialização que eram, como já referimos, tendencialmente, muito débeis.

Nesta linha, existem teorizações que defendem que as mulheres em situação de prostituição possuem traços de personalidade de tipo masoquista, ou pelo menos de vitimização e que estas caraterísticas compõem parte da sua autoimagem. Todavia, importa recordar que, em muitas situações, e sendo comuns a violência e a privação de afetos nas interações familiares, dá-se uma aprendizagem e interiorização desse padrão, e, como tal, a relação com o(s) proxeneta(s) limita-se a consumar esse padrão de expectativas, acrescentando-lhe uma máscara de proteção, de afeição e de "exclusividade", que tem, para o proxeneta, uma dupla intencionalidade: em primeiro lugar, a de aumentar a submissão e a dependência das mulheres; e, em segundo lugar, a de evitar a criação de laços entre as mulheres que dele(s) dependem, e que poderiam colocar em causa o seu domínio absoluto.

O facto é que nesta relação de dependência e submissão dá-se uma desaprendizagem (se é que ela alguma vez existiu) da vida autónoma e das interações sociais "normais" e a mulher esquece-se de quem é realmente, numa difusão identitária, favorecida pela estigmatização social e pela falta de contactos com outros, fora do sistema (o isolamento das mulheres é uma das formas de garantir o controlo sobre elas, tal como sucede nas situações de violência em relações de intimidade). É neste contexto complexo e pluridimensional, que se encontram as raízes da ambivalência de emoções e de expectativas, associados à saída do sistema.

Tal como sucede em situações de cumprimento de penas de prisão longas – e, com frequência, estas mulheres estão presas ao sistema durante muito tempo e/ou em condições de extrema opressão – se a libertação se constitui como o grande desejo, o grande objetivo de vida e o grande repositório de todos os planos, por outro lado ela é, também, encarada com muitos receios por conter, em si, dimensões novas e desconhecidas (Núncio, 2019), além dos medos relacionados com a própria violência do sistema e com as reações sociais negativas, perante o seu passado de mulher prostituída, rotulada e marginalizada pelo coletivo social, que lhe aplicou o rótulo de "puta".

No que respeita à saúde física, destacam-se dois elementos: o primeiro, que corresponde a uma previsível reduzida procura de assistência médica por parte destas mulheres, justificada, por exemplo, pela sua condição de dependência e enclausuramento e pela vergonha e receio face à perceção de julgamentos sociais negativos. O segundo, que se liga a uma maior prevalência de procura de cuidados médicos, apenas como consequência de agressões físicas ou sexuais graves.

Apesar destes elementos, que dificultam a identificação de problemas de saúde entre esta população, os estudos apontam para maiores taxas de mortalidade e menor esperança média de vida entre as mulheres em situação de prostituição, sendo, nesta matéria, importante sublinhar a existência de inúmeros fatores de co-morbilidade, de natureza extrínseca e intrínseca.

A título de exemplo, na investigação realizada por Lydia Cacho, um dos informadores entrevistados, referiu que em muitos bordeis em que a utilização do preservativo é reduzida, as mulheres são injetadas com antibióticos, como forma de proteção dos compradores de sexo. Naturalmente que esta situação implica que estas mulheres desenvolvam uma resistência aos antibióticos, que as torna muito mais vulneráveis perante qualquer infeção (Cacho, 2010).

A associação entre adições, nomeadamente a drogas ou outras substâncias psicotrópicas, e o exercício da prostituição é uma temática muito relevante em muita da investigação produzida neste âmbito e, no geral, podem distinguir-se os estudos que referem que as caraterísticas de personalidade (tendência para a vitimização), as desordens emocionais ou as trajetórias de vida conduzem as mulheres ao consumo e dependência e, posterior e consequentemente, à prostituição (De Schampheleire 1990, cit por Farley & Kelly 2000).

Outros estudos referem que muitas mulheres são prostituídas sem terem qualquer historial prévio de consumo de drogas e que o início desse consumo decorre, exatamente, da prática da prostituição, como forma de anestesiar a violência e o trauma físicos e psicológicos a que são submetidas, auxiliando-as no processo de dissociação das circunstâncias (Green *et al*, 1993; Morrison, 1995; Graaf *et al*, 1995). Citando uma das entrevistadas de Lydia Cacho, uma mulher síria que foi traficada e prostituída e iniciou os consumos no sistema de prostituição: "o ópio permitia-me voar, não sentir, não ser eu" (Cacho, 2010: 24).

Na mesma linha, e na investigação de referência realizada por HØigard & Finstad, as mulheres em situação de prostituição referem que o ato de se prostituírem só era tornado possível por estarem sob o efeito de drogas, na medida em que este efeito favorecia a sua dissociação emocional (HØigard & Finstad, 1986).

Acresce que, com frequência, são os próprios proxenetas, que iniciam as mulheres no consumo de drogas, tanto com o objetivo de as manter mais controladas e crescentemente dependentes deles, quanto com o objetivo de as tornar mais vulneráveis, submissas e recetivas aos compradores de sexo e às suas exigências. Por exemplo, a dependência de drogas parece ser fator potenciador da cedência das mulheres à não-utilização de preservativo ou a atos sexuais que recusariam (Graaf *et al*, 1995).

Farley & Kelly (2000), referem o trabalho de El Bassel *et al* (1997) que concluiu que as mulheres que trocam sexo por drogas apresentam maiores níveis de tensão psicológica do que aquelas que não o fazem, o que é compreensível dada a maior pressão para angariar mais compradores de sexo e conseguir maiores ganhos.

Em qualquer dos casos, estas mulheres com adições, adensam as suas vulnerabilidades aparentes e, segundo Morrison, a vulnerabilidade extrema sugerida pelo facto de estarem sob o efeito de drogas ou álcool parece torná-las mais apelativas para os compradores de sexo, talvez porque essa aparência surge, aos seus olhos, como uma forma de legitimar o abuso sexual, mediante a contrapartida de um pagamento, que sabem ser essencial à mulher para suprir a dependência (Morrison, 1995: 292).

Se no estudo de Morrison esta aparência de adição determinava maior procura por parte dos compradores de sexo, em contexto de prostituição de rua, ou de bar, no caso da prostituição que tem lugar em espaços mais recatados e dirigida a um tipo de comprador de sexo com maior poder económico, procura-se que a dependência de drogas não seja aparente no corpo das mulheres, eufemisticamente referidas como "modelos" ou "acompanhantes de luxo", pois este comprador de sexo procura, também, a garantia de que está a comprar uma mulher saudável (Cacho, 2010: 149).

2.7.4. Questões étnico-raciais e etárias

No sistema de prostituição, as mulheres são vendidas e diferentemente valorizadas, em função da sua idade, aparência, cor de pele e características étnicas (Barry, 1995), o que fica bem patente na própria categorização apresentada nos anúncios a sexo.

A idade constitui um dos fatores de "valorização" diferenciada das mulheres no negócio do tráfico de pessoas para fins sexuais e no negócio global do sexo (Moran, 2013, Bindel, 2017, Malarek, 2011).

Assim, do ponto de vista etário, a preferência dos compradores de sexo orienta-se para as mulheres mais jovens, incluindo crianças, pré-adolescentes e adolescentes, o que, consequentemente, aumenta o seu valor para as redes de tráfico e exploração sexual e para o sistema de prostituição, mas aumenta, também, a sua vulnerabilidade e capacidade de resistência à entrada nesse mesmo sistema, sobretudo, se considerarmos que a esta entrada precoce e forçada, estão associados a pobreza, a negligência e os maus-tratos familiares, exploração e venda por parte das próprias famílias, isto além da incapacidade de julgamento, decorrente da fase de desenvolvimento pessoal em que se encontram (Bindel, 2017; Cacho, 2010; Moran, 2013).

Porque estas questões étnico-raciais e etárias estão interligadas com alguns dos maiores problemas identificados, a nível global, relativamente ao sistema de prostituição: o tráfico de pessoas e o turismo sexual.

Relativamente ao tráfico de pessoas, reconhecidamente uma atividade ilícita tão lucrativa quanto o tráfico de drogas ou de armas, as assimetrias económicas crescentes e as vulnerabilidades de alguns países ou regiões, em matéria social, política, económica, ambiental ou de conflito e perseguição, constituem as grandes causas para o crescente volume de pessoas traficadas.

E quando se argumenta que a legalização da prostituição é uma forma de diminuir o tráfico, a evidência aponta no sentido de não ter havido uma diminuição do tráfico de pessoas para fins sexuais, nos países que adotaram uma política de legalização da prostituição, designadamente os Países Baixos ou a Alemanha. De igual modo, continua a existir uma sobre-representatividade de mulheres oriundas de países terceiros, particularmente daqueles mais afetados por essas vulnerabilidades (países do antigo Bloco de Leste, da América do Sul e de alguns países asiáticos).

Dada esta sobre-representatividade de mulheres pobres, oriundas de regiões pobres, Raymond (2003) questiona se a prostituição não se converteu, nos países em que foi legalizada, numa opção exclusiva para quem é pobre e, portanto, vulnerável.

E esta vulnerabilidade é aquilo que prende estas mulheres ao sistema, como refere uma das entrevistadas por Lydia Cacho: "Eu vivia no terror de que alguém no sistema se aborrecesse de mim, chamasse as autoridades e me repatriassem para o meu país, porque no meu país eu não tinha nada" (Cacho, 2010: 25).

Como sublinha Raymond (2003), o facto de serem atribuídos vistos de trabalho "sexual" independente (e voluntário) a estas mulheres não significa que, na origem da sua chegada não esteja a ação de redes internacionais organizadas, que atuam como fornecedores de produtos, obedecendo à lógica da procura/oferta, própria dos mercados.

A nacionalidade e a origem étnico-racial constituem, também, fatores frequentemente associados aos processos de rotulagem e estigmatização social das mulheres em situação de prostituição (Agustín, 2007), categorizando e associando determinadas proveniências nacionais ou étnicas à prostituição.

Sacramento & Ribeiro (2014) reportando à realidade da zona raiana do norte de Portugal mencionam o caso concreto das brasileiras, com origem no célebre caso das Mães de Bragança (Machado Pais, 2010), mas a este estereótipo referente às brasileiras, poder-se-ão acrescentar outros, referentes, por exemplo, às mulheres romenas ou ucranianas, em contextos urbanos como o de Lisboa ou Porto. A nacionalidade parece, assim, converter-se num dos principais elementos a suscitar os discursos e as práticas estigmatizantes, como as próprias visadas reconhecem (Sacramento & Ribeiro, 2014).

De acordo com os mesmos autores, isto sucede devido a uma categorização que é feita com base em estereótipos, ou assente em mitos vários, ligados, por exemplo, ao aspeto físico ou ao padrão de comportamento, a que a maioria dos indivíduos, num dado contexto social, atribui um determinado significado simbólico.

E é esse significado simbólico que pode levar à maior procura de determinadas mulheres, por exemplo, porque os compradores de sexo associam determinadas origens nacionais ou étnicas a uma maior desinibição, ou a uma maior expressividade, ou a um maior carinho, por exemplo.

Como consequência, essa categorização estereotipada acaba por converter-se, nesses mesmos contextos, num fator de rotulagem e de desqualificação social (Sacramento & Ribeiro, 2002 e 2014).

No plano internacional, outros estereótipos comuns ligam-se com as características das mulheres asiáticas, nomeadamente, pela sua fragilidade e infantilidade aparentes, ou, com as mulheres do leste europeu, loiras, altas, de pele e olhos claros, que, por exemplo, na Turquia recebem a alcunha de *Natashas* (Cacho, 2010; Malarek, 2005).[26]

Como sublinham Couto *et al* (2012), a relevância atribuída à nacionalidade das mulheres em situação de prostituição relacionada aos estereótipos associados a uma maior disponibilidade sexual destas mulheres, pode conduzir à desvalorização da sua condição, por exemplo, de vítimas de tráfico, assumindo que a prostituição constitui sempre, para estas mulheres, uma opção de migração laboral.

Neste sentido, erguem-se algumas vozes que defendem que estas mulheres têm perfeito conhecimento daquilo para que estão a ser angariadas e escolhem essa opção, nomeadamente, como estratégia, ou ardil, para obterem uma situação legal no país de destino, ao alegarem ser vítimas de tráfico.[27]

Todavia, e pelas razões de vulnerabilidade (económica, cultural, social e emocional) que temos vindo a descrever, não parece ser esta a realidade prevalecente, sendo que mesmo nos casos em que existe, por parte das mulheres, conhecimento da atividade (de prostituição) para a qual estão a ser angariadas, esse conhecimento não prevê toda a violência e chantagem posteriores (exercidas não só sobre si, como sobre as suas e os seus familiares), que compõem o tráfico de pessoas. Não poderá, por isso afirmar-se que, para a maioria dessas mulheres, a alegação de terem sido traficadas constitua uma estratégia para ultrapassar a sua situação de indocumentadas no país.

2.8. Representações sociais, estereótipos e estigmatização

No que respeita às mulheres em situação de prostituição, a literatura demonstra que elas sempre se constituíram como um dos grupos mais fácil e comummente visados pela censura social (Oselin, 2009), e, como tal, têm sido alvo de categorizações estereotipadas, geradoras de preconceitos, de discriminação e de segregação, em todas as épocas e nas mais diversas culturas, religiões e latitudes.[28]

Essa censura social funda-se nas prescrições morais relativas à sexualidade, particularmente, à sexualidade feminina, pelo que qualquer investigação acerca do tema da prostituição tem também, necessariamente, de ser enquadrada numa perspetiva de género e das expectativas sociais em torno dos papéis femininos e masculinos.

É importante, neste ponto realçar, uma vez mais, que, enquanto sujeitos sociais, aos homens e às mulheres foram adstritos, além destes papéis e funções diferentes, mundos diferentes, com o quotidiano das mulheres circunscrito ao espaço interno e reservado da domesticidade, e o quotidiano dos homens a desenrolar-se no espaço externo e público dos negócios, do trabalho e da participação social.

Ora, a prostituição, embora respeitando à intimidade, situou-se sempre numa espécie de interseção entre o público e o privado, o que acentuava a dicotomia, do ponto de vista do julgamento social, entre a mulher esposa e mãe, recatada e protegida no seu espaço privado, e a mulher prostituída, exposta no espaço público da rua, ou, pelo menos, em espaços de acesso mais ou menos público, como no caso dos bordeis.

Assim, recuando a épocas históricas mais remotas, que marcam as raízes da matriz moral que persiste até hoje, e que continua a ser uma componente relevante nos processos de socialização das sociedades contemporâneas, aquilo que se evidencia é uma sobrevalorização do masculino que tem como contraponto a subvalorização, ou talvez mais precisamente, a menorização (social, intelectual e legal) do feminino.

No caso das mulheres em situação de prostituição, os processos de julgamento social e de estigmatização de que

26 Recomenda-se a leitura da obra *The Natashas: Inside the New Global Sex Trade*, de Victor Malarek, de 2005.

27 Este argumento funda-se no prescrito pela Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional (em Portugal concretizada na Resolução da AR n.º 32/2004, que contempla o Protocolo de Palermo) no sentido de os governos deverem adotar medidas para proteger as pessoas vítimas de tráfico, podendo inclusive conceder-lhes um estatuto de residência. Sublinha-se, todavia, que de acordo com o registado no Relatório de Segurança Interna referente a 2019, foram concedidas, apenas 16 autorizações de residência, ao abrigo do artigo 109.º da Lei de Estrangeiros, sendo apenas 2 concedidos a mulheres Cfr. https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDA0sAAAQJ%2bleAUAAAA%3d

28 Embora alguns autores refiram que a estigmatização social da mulher prostituída é produto da moral sexual imposta pela tradição judaico-cristã, que converteu a prostituição em sinónimo de devassidão e, como tal, as mulheres prostituídas passaram a ser sujeitas a controlo e repressão (Ringdal, 2004), a verdade é que mesmo em momentos históricos anteriores, e noutras culturas, estas mulheres eram sempre consideradas diferentes e segregadas. De igual modo, tanto no judaísmo, quanto no islamismo, no hinduísmo ou no budismo, a prostituição é condenada e as mulheres que a exercem são votadas ao ostracismo social, sendo que nos países em que a religião e o Estado se sobrepõem, a tendência é para que as mulheres prostituídas professem outras religiões, ou provenham de países ou zonas onde essas outras religiões predominam.

são alvos, nos mais variados contextos, resultam da predominância de representações sociais negativas, muito mais marcadas relativamente às mulheres, do que ao próprio sistema de prostituição, o que será justificado pelo facto de o "sistema", como um todo, incorporar os homens/compradores de sexo e as suas "normais necessidades", de base instintiva, enquanto o julgamento social relativo à mulher em situação de prostituição se refere, apenas, à vivência feminina, aferida segundo a dicotomia atrás referida.

A verdade é que, como tem sido defendido desde a sua explicitação por Moscovici, essas representações de natureza coletiva representam uma importante forma de poder – o poder das ideias do senso comum – no sentido em que a sua partilha se converte numa forma de conhecimento, correspondente à imagem que o grupo social constrói do objeto real, sendo esse conhecimento a principal condicionante das práticas sociais relativamente a esse mesmo objeto.

E o poder destas representações sociais torna-se patente, ainda antes de se refletir nos quotidianos das mulheres em situação de prostituição, no facto de o qualificativo "puta" ser utilizado como uma ofensa maior, na linguagem corrente e em todos os contextos socio-históricos e culturais.

Simultaneamente, este qualificativo é mais uma das formas sociais de demarcação entre as mulheres, num efetivo processo de controlo da sexualidade feminina (Pheterson, 1993), ou, eventualmente, num processo de controlo moral da sexualidade, demarcando a sua função procriativa, com uma dimensão sentimental associada (ainda que não de amor romântico, seguramente, de respeito), da sua função de troca, em que ambas as partes, quem se prostitui e quem paga, são movidas pela vontade de recompensa – gratificação financeira e gratificação pelo prazer sexual, respetivamente (Davis, 1937).

Este controlo moral da sexualidade consolidou-se, sobretudo no século XIX, com a medicalização e judicialização das práticas sexuais, categorizando algumas dessas práticas como naturais, que seriam aquelas que poderiam ser praticadas com as mulheres legítimas, nomeadamente, em relação com a função reprodutiva, e outros atos como antinaturais, patológicos ou perversos, que, dados esses seus atributos negativos, deveriam ser praticados, apenas com as mulheres em situação de prostituição.

Sublinha-se que a utilização da expressão "praticar com" é intencional, e pretende ilustrar o poder masculino sobre a sexualidade das mulheres, patente, por exemplo, na utilização, em determinados contextos sociais e geográficos e entre as mulheres mais velhas, da frase "o meu homem serviu-se de mim", para designar a própria cópula conjugal. Um poder masculino que decorre de toda uma ancestral cultura patriarcal de submissão da mulher ao homem.

Impende, pois, sobre a mulher em situação de prostituição um rótulo que, forçosamente, condiciona e constrange os seus quotidianos, as suas interações sociais e as próprias aspirações de vida (Oselin, 2010), afetando, de igual modo a sua autoimagem e autoestima.

É um rótulo que aprisiona estas mulheres e que, nesse sentido, funciona como um reforço da sua permanência no sistema de prostituição. "Há uma natureza opressiva da prostituição que todas, até certo ponto, acabamos por sentir. É um segredo que carregamos todos os dias, quando estamos na sociedade «respeitável» e tentamos integrar-nos nela. Mas mesmo que mais ninguém conheça esse segredo, nós conhecemo-lo" (Moran, 2013: 59).

Este processo de rotulagem, decorrente do processo de interação social, traduz a categorização dos indivíduos em função de caraterísticas consideradas desviantes, face ao normativo social vigente. Por se desviar deste normativo vigente, o indivíduo sofre uma sanção social que, genericamente, se traduz na segregação relativamente ao coletivo. Conforma-se, assim, a estigmatização social, ou seja, o processo de marcação e depreciação do indivíduo, a partir dos julgamentos sociais acerca das suas condutas, feito por esse mesmo coletivo, responsável, em cada época e contexto, pela definição do que é, ou não, categorizado como conforme à norma, ou como desviante à norma (Goffman, 1963; Lemert, 1972; Becker, 1966).

Como consequência, o processo de rotulagem é, também, um processo de difusão identitária, a partir da incorporação, pelo rotulado, de uma nova identidade – aquela que lhe é socialmente atribuída – passando a comportar-se de acordo com as expectativas sociais associadas ao rótulo, o que, num quase paradoxo, acaba por lhe conferir uma perceção de "conformidade" social – ainda que essa "conformidade" traduza o padrão não-normativo (Núncio, 2019).

Este processo é relatado por Rachel Moran nos seguintes termos: "de repente, dei-me conta de que aquele era o meu modo de vida, de que era a única via para mim, a única na qual eu poderia enquadrar-me" (Moran, 2013: 62).

Pela interiorização e da própria experiência subjetiva (Sacramento & Ribeiro, 2014), essa rotulagem acaba por reforçar a identidade da mulher como "prostituta", o que dificulta a sua capacidade de perspetivar uma identidade e realidade de vida alternativas.

Através da rotulagem social, a mulher deixa, no plano da sua autoimagem, de *estar* em situação de prostituição, para passar a *ser* prostituta, o que dificulta a sua saída do sistema, pois, com frequência, a alternativa a essa identidade que lhe é atribuída pelo coletivo social, é não ter qualquer identidade, ou seja, é o vazio identitário a acompanhar o vazio de futuro.

Claro que como referiu Becker (1966), a aceitação do rótulo e do processo de estigmatização, não é imediato, nem pacífico e os indivíduos tendem a debater-se, nomeadamente através de um discurso defensivo e auto-justificativo, que tenta confrontar o julgamento coletivo e legitimar a sua conduta, nomeadamente com recursos e argumentos socialmente consagrados e valorizados, como, por exemplo, a necessidade de sustentar os filhos/as filhas (Sacramento & Ribeiro, 2014).

A consciência desta estigmatização, e do modo como ela se estende, também, àqueles e àquelas que são mais próximos/as destas mulheres, e os/as abrange na categoria de estigmatizados/as, faz com que, designadamente perante os filhos ou as filhas, elas tentem esconder o facto de exercerem a prostituição (Ribeiro, 2004).

Todavia, e perante uma persistente vulnerabilidade social, essa defesa vai enfraquecendo e converte-se muito mais num mecanismo de enfrentamento dos outros "julgadores", do que numa real avaliação subjetiva da condição individual. Este enfrentamento da sociedade "que julga" é, tendencialmente, uma exteriorização destinada à autoproteção, na medida em que essa avaliação subjetiva da condição individual é dolorosa, "vergonhosa" e culpabilizadora[29] para a mulher.

Acresce que os processos de estigmatização e rotulagem são, também, consequência da ação e do papel crescentemente poderosos dos media, quer no que se refere aos meios tradicionais de comunicação de massas, quer, com cada vez maior peso, no que respeita às redes sociais. Desde os estudos de Foucault, na década de 70, que se reconhece que os media têm um efetivo papel de reguladores normativos, estabelecendo aquilo que, no domínio das representações sociais, é considerado comportamento socialmente prescrito e, por oposição, comportamento socialmente desviante.

Se, do ponto de vista teórico, esta tese pode ser questionada (e muitos/as fizeram-no), na medida em que coloca o público num lugar totalmente passivo, de mero recetor e reprodutor das mensagens veiculadas, parece ser incontestável que os media assumem, de facto, um papel extremamente poderoso no processo de categorização, estereotipagem e formação de representações sociais.

Neste sentido, é de destacar a responsabilidade dos meios de comunicação na construção da realidade, através das mensagens estereotipadas que fazem com que as pessoas percam a sua individualidade e se convertam, em matéria das representações sociais, numa massa homogénea (Queiroz, 2016).

No caso das mulheres em situação de prostituição, será de sublinhar que os estereótipos, e consequente reação de preconceito, são formados por duas vias: o primeiro pela atividade exercida, o segundo, e que lhe serve como reforço, pela proveniência nacional ou étnica.

Ao considerarmos os discursos mediáticos e a sua importância na construção da realidade, entendemos que os meios de comunicação de massa possuem grande parcela de responsabilidade na veiculação de mensagens, que associam determinados grupos (étnicos, nacionais, de classe...) a estereótipos que, posteriormente, enformarão as representações sociais acerca desses grupos, na maior parte das vezes numa lógica simplista e maniqueísta de distinção entre uns/umas (a maioria normativa e julgadora) e os/as outros/as (os diferentes da norma).

2.9. A saída do sistema de prostituição

A definição de estratégias e programas para saída do sistema de prostituição tem de compreender uma análise realista e aprofundada dos múltiplos fatores e vulnerabilidades que estiveram na base da sua entrada e reentradas nesse mesmo sistema, na medida em que são, exatamente, esses fatores e essas vulnerabilidades, que funcionam como barreiras à efetiva oportunidade de escolha, por parte destas mulheres.

Acresce que o próprio sistema de prostituição, as suas técnicas, táticas, formas de recrutamento e *modus operandi*, se modificou substancialmente nas últimas décadas, aproveitando as vantagens oferecidas por um mundo globalizado, por um capitalismo desregulado, por uma desigualdade crescente e por níveis de corrupção alarmantes, em muitos países. Diversificou-se a procura e a oferta, diversificaram-se as rotas e os destinos, e da prostituição de rua, de bordel ou de bares de alterne, controlada por proxenetas e madames em pequena escala, passou-se a uma prostituição feita, também, de apartamentos luxuosos e reservados; de serviços de acompanhantes, que são transportadas diretamente aos hotéis; de casas de massagens; de encontros restritos para violações em grupo; de pornografia e salas de webcams. Muitos dos proxenetas ou madames "tradicionais" converteram-se em funcionários/as subordinados/as das grandes máfias internacionais, que operam em muitos países com uma substancial impunidade, que lhes é garantida pela conivência corrupta das autoridades, das diversas áreas e escalões hierárquicos.

E se não poderemos, como defende alguma literatura, rotular todas as mulheres em situação de prostituição como

29 Ainda que essa mulher que se autoculpabiliza e envergonha tenha consciência de que é vítima de um sistema organizado. Uma jovem americana "angariada" pela mafia japonesa, prostituída e violada, e com um processo de investigação conjunto do FBI e polícia japonesa, referiu, na sua entrevista a Lydia Cacho, que "demorou mais de duas semanas a telefonar aos seus pais, por sentir vergonha daquilo por que tinha passado" (Cacho, 2010: 57).

vítimas, a verdade é que a maioria delas o é. E se não podemos também, como defende essa mesma literatura, afirmar que a prostituição nunca é uma escolha de vida das mulheres, a verdade é que, para a maioria delas, não o é de facto. E, finalmente, se não podemos subsumir o problema social da prostituição, no outro problema que é o tráfico de pessoas, a verdade é que estas são duas questões que estão crescentemente ligadas na atualidade.

Como tal, não poderemos, de igual forma, querer revestir de hipocrisia, ou de intencionalidade de controlo social e moral, todas as estratégias adotadas no sentido de apoiar as mulheres em situação de prostituição que querem sair do sistema, como sugerem, na sua análise crítica, Scoular & O'Neill (2007), ao defenderem que os programas de saída (como aquele que foi adotado no Reino Unido em 2006) são, simplesmente, o produto de uma agenda neoliberal, que persiste na tentativa de controlo moral e político dos cidadãos e das cidadãs, auxiliando aquelas e aqueles que, ao sair do sistema de prostituição, se dispõem a seguir o modelo normativo e socialmente prescrito, que lhes conferirá um estatuto de socialmente inseridas/os, e, em simultâneo, marginalizando, estigmatizando e criminalizando, aquelas e aqueles que não querem sair do sistema de prostituição.

Se perante as situações das mulheres vítimas de violência em relações de intimidade se reconhece que existe uma multiplicidade de fatores que podem contribuir para que elas neguem a sua condição de vítimas, que neguem a própria violência e que permaneçam numa relação abusiva, esse mesmo reconhecimento deverá ser feito face às mulheres em situação de prostituição, garantindo-lhes alternativas e respostas realistas e acessíveis de saída de um sistema que é, por definição, abusivo e atentatório da dignidade humana (Raymond, 2003).

Com base nestes pressupostos, ainda que não negando a diversidade das trajetórias de vida das mulheres em situação de prostituição, a verdade é que a maioria delas apresenta fatores que dificultam a sua saída do sistema de prostituição, designadamente: *a)* os traumas causados pelo historial de violência e abuso na infância; *b)* a pobreza e a falta de habitação; *c)* a falta de qualificação escolar e profissional; *d)* as perturbações psicológicas que muitas apresentam; *e)* as adições; *f)* as características de organização do próprio sistema de prostituição (com uma assimetria de poderes evidenciada em violência, coação e tráfico); e *g)* a vivência de exclusão com a consequente dificuldade de manutenção de interações sociais normativas.

Assim, e pese embora o facto de a utilização da terminologia reinserção social ser a comummente aceite, e se apresentar como consensual também nesta área, a verdade é que a sua adequação à realidade merece questionamento, quando o que está em causa são trajetórias de vida pessoais, e muitas vezes familiares e geracionalmente herdadas, em que a inserção nunca existiu verdadeiramente, algo que é comum entre estas mulheres. Neste sentido, talvez mais do que falar de reinserção social, importará falar de inserção social.

Porque a realidade com que nos deparamos no sistema de prostituição é a de mulheres com percursos de inserção anteriores muito débeis ou quase inexistentes, considerando aquelas que são reconhecidas como as principais áreas de inserção social da população.

E isto sucede porque, se em matéria de contextos familiares, as situações mais comuns são as de instabilidade, precariedade e violência, também a escola, que poderia atuar como elemento compensador desta débil inserção familiar e, frequentemente, comunitária, não o faz, devido ao facto de ter, ela própria, enquanto instituição socializadora, dificuldade em integrar as franjas da sociedade, o que favorece o absentismo, o insucesso e o abandono escolares precoces, contribuindo, por essa via para, ao invés de promover inclusão, reforçar as trajetórias anteriores de exclusão, predizendo, igualmente, exclusões futuras (Xiberras, 1996).

Assim, se abandonarmos, por um momento, alguma da crueza e do anonimato das tendências sociais (e respetiva análise sociológica) e nos concentrarmos na trajetória individual de uma mulher em situação de prostituição, o que vemos é um percurso de vida em que, de um modo ou de outro, falharam todas as grandes instituições socializadoras – a família, a vizinhança, as e os pares e a escola.

Todavia, esta questão reinserção *versus* inserção é algo que ultrapassa as fronteiras da conceptualização teórica, pois implica a adoção de respostas e medidas de caráter diferente, mais profundo e mais básico, do que as implicadas num processo que seja, de facto, de reinserção, nomeadamente, em questões como: *a)* a reconstrução *vs.* construção de redes de apoio; *b)* a reaprendizagem *vs.* aprendizagem de hábitos ou competências de trabalho; ou *c)* de treino *vs.* aquisição de normas de interação social (Núncio, 2019).

Em qualquer dos casos, o conhecimento das mulheres e o seu acompanhamento continuado, favorecedor da construção de uma intervenção, fundada numa relação de sinceridade e de confiança, humanizada, respeitadora e empática.

Para tal é necessário a adoção, por parte da e do profissional, de uma postura de total disponibilidade e de escuta ativa, além da atitude fundamental de não julgamento, que se reconhece ser de particular dificuldade em matérias ligadas à intimidade e à sexualidade e, ainda, por se tratar de um domínio ligado ao sistema de valores e referenciais de conduta (Núncio, 2019).

Acresce que as dimensões de culpabilização, baixa autoestima, ou visão distorcida das interações entre as pessoas (decorrente de abusos em idades precoces), exigem o treino e desenvolvimento de competências técnicas específicas.

O estabelecimento desta relação é essencial para: *1)* conhecer a pessoa, as suas circunstâncias e história de vida; *2)* promover o *insight* e a reflexão; *3)* analisar, em comum, problemas e necessidades; *4)* identificar objetivos e estratégias para os alcançar; *5)* planear ações e ativar recursos; *6)* motivar para a mudança e *7)* promover a capacitação e a autoconfiança.

Entre as investigações recolhidas por Farley & Kelly (2000) a maior necessidade das mulheres na saída do sistema de prostituição é o alojamento, tanto de curto prazo, em que as opções das mulheres apontavam para casas de acolhimento, ou casas-abrigo, seguramente por uma perceção de maior segurança e, também, defendemos por serem facilitadoras da inserção social, quanto a longo prazo, com uma habitação digna. Foram também reveladas necessidades de qualificação e estágios profissionais e de tratamento de adições (Farley *et al*, 1998).

Relativamente à questão da qualificação e treino profissionais, a entrada precoce de muitas mulheres na prostituição determina que muitas delas sejam escassamente escolarizadas e não tenham qualquer competência ou experiência de trabalho, o que associado ao estigma e à formação de uma autoimagem negativa, dificulta a sua inserção, o que implicará medidas de discriminação positiva de entrada no mercado de emprego, nomeadamente, através de protocolos com entidades externas – públicas, privadas ou de terceiro setor, que receberão como contrapartida benefícios ao nível fiscal.

Essa inserção no emprego terá de ser complementada por aconselhamento e apoio psicossocial, que auxilie estas mulheres no processo de transformação identitária que está implícito na sua reinserção social, numa perspetiva reflexiva que consciencialize as mulheres acerca da sua condição e torne consistente a sua motivação para a saída definitiva do sistema de prostituição. Simultaneamente, estará a estimular-se o desenvolvimento de comportamentos facilitadores das relações interpessoais, essenciais à reconstituição das redes informais de suporte, e o desenvolvimento de novas formas de comunicação e de expressão, fundamentais para o estabelecimento de um novo padrão de relações com o meio social mais vasto, nomeadamente, pela neutralização de estereótipos associados à prostituição.

A promoção da constituição (ou reconstituição) de redes sociais de apoio, de natureza informal, que sejam securitárias em termos afetivos e das vivências do quotidiano.

De acordo com HØigard & Finstad (1992), muitas mulheres, após ingressarem num emprego *normativo*, referem ser expostas pelos restantes colegas, sendo-lhes atribuído o rótulo de *"prostituta"*, o que faz com que grande parte delas não perdure por muito tempo nestes trabalhos. Consideravam que se cometessem um erro nas tarefas que lhes eram atribuídas, o mesmo iria ser justificado com base na sua vida passada, e não como um erro que qualquer trabalhador/a poderia cometer.

Para aquelas que, para além do mundo da prostituição, estão envolvidas no mundo da droga, que por si só exige poder económico, faz todo o sentido começar por solucionar este, em prol daquele.

Considerando a prevalência, relativamente elevada, de comportamentos aditivos, entre as mulheres em situação de prostituição (muitas vezes, como referimos atrás, decorrentes do próprio ato de se prostituírem), os programas específicos destinados à paragem de consumos e ao tratamento da adição, constituem uma dimensão fundamental para a saída definitiva do sistema, ou seja, para evitar que mulheres que saem, voltem a entrar, por necessidade de dinheiro para os consumos.

No que se refere às representações sociais e de socialização para os valores das gerações futuras, a legalização da prostituição, por normalizar a compra de seres humanos, acarreta o perigo de transmitir às e aos jovens a ideia de que o corpo e a sexualidade das mulheres constituem bens transacionáveis e que a prostituição corresponde à compra de um serviço lúdico, semelhante a qualquer outro (Leidholdt, 2000, cit. por Raymond, 2003).

Neste sentido, as campanhas de transformação de mentalidades, desenvolvidas em escolas, por exemplo, são essenciais numa lógica transformativa dessas representações sociais.

Foi o que sucedeu na Suécia, em que o processo de criminalização dos compradores de sexo foi acompanhado por campanhas nacionais, em que posters colocados em locais públicos alertavam para a violência associada à prostituição e ao tráfico, colocando em evidência o comprador de sexo e o seu papel ativo nessa violência.

Em matéria das e dos profissionais e da sua eventual intervenção quotidiana com mulheres em situação de prostituição é considerada fundamental a organização de sessões informativas, dinamizadas por pares (profissionais da mesma área) com experiência de intervenção direta com esta população específica, para sensibilização para esta temática e desconstrução de mitos.

Na Península Escandinava foram desenvolvidos diversos programas de assistência. *Malmo Project*, na Suécia, foi o

primeiro e serviu como modelo para os restantes. Surgiu em 1977 e era representado por dois sociólogos, homens, e dois assistentes sociais, um homem e uma mulher. O objeto do projeto era produzir pesquisa e tirar as mulheres da prostituição, através da sua honestidade e lealdade, não produzindo julgamentos, como forma de conseguir a confiança das mulheres em situação de prostituição. Este projeto ajudava-as a nível de assistência económica, a nível de habitação, empregabilidade ou escolaridade. Estabelecia contactos entre elas e psicólogos/as ou médicos/as, e auxiliava-as com problemas legais. Também no que diz respeito aos proxenetas envolvidos, a equipa oferecia-se para as ajudar no corte de relação com os mesmos. *O Malmo Project* estabeleceu uma vasta rede de serviços para as mulheres. Segundo HØigard & Finstad (1992), com base na análise dos dados resultantes do programa, mais de metade das mulheres envolvidas neste projeto teriam abandonado a prostituição.

Também em Oslo, para além de programas desta natureza, foram desenvolvidos outros mais direcionados para os compradores de sexo. Estes assentavam na persuasão e consciencialização, acerca daquilo que significava realmente a prostituição para aquelas mulheres e quais as consequências nocivas para as mesmas, com o objetivo de os sensibilizar a uma não procura de sexo pago.

Na Noruega, foi apresentada uma proposta, por Cecilie HØigard e Liv Finstad, para a criminalização, unilateralmente, dos compradores de sexo. Muitos deles não estão conscientes do quão prejudicial pode ser o seu comportamento para as mulheres envolvidas na prostituição. Assim sendo, a sugestão apresentada pelas duas autoras baseia-se nas consequências das ações dos homens e nos efeitos a longo prazo que as mesmas apresentam para as mulheres. Além disso, crê-se que muitos destes homens apresentam um estatuto social onde a ameaça pela lei seria eficaz. O objetivo seria o de limitar o volume total da prostituição. Esta proposta foi discutida durante vários anos.

Não obstante, a inserção social destes homens, após contacto com a lei penal, pode-se tornar mais complicada (HØigard & Finstad, 1992). Isto porque, embora muitos deles estejam bem estruturados e inseridos na sociedade, onde será preciso apenas trabalhar na sua reinserção na comunidade, existem muitos outros que nunca estiveram devidamente inseridos socialmente, tendo de ser aqui feito um trabalho consistente na sua inserção social e na apresentação de alternativas – ora, basta que este seja escasso, em simultâneo com o estigma associado ao contacto direto com a lei penal, para que o futuro destes homens seja catastrófico.

A 9 de novembro de 2020, foi apresentada uma proposta de criação de um projeto-piloto de apoio à saída para pessoas na prostituição, pela Deputada não inscrita Cristina Rodrigues. A mesma surge enquanto documento de inclusão no Orçamento de Estado de 2021, numa proposta de aditamento à Proposta de Lei nº 61/XIV/2ª, no seu artigo 145º-A – *Projeto-piloto de diagnóstico, apoio e acompanhamento a pessoas em situação de prostituição*.

O lançamento deste projeto-piloto será feito com base numa articulação entre entidades públicas responsáveis, autarquias locais e organizações não governamentais. Nestas últimas, o grande foco seria nas associações de mulheres, por se crer terem um melhor conhecimento e compreensão e, consequentemente, procederem a um esboço mais real daquelas que são as medidas adequadas de apoio e acompanhamento a estas pessoas inseridas no meio da prostituição.

Esta proposta passa pela realização de um *diagnóstico* que incide, em especial, nas trajetórias de vida destas mulheres, desde as suas experiências de vida passadas, às repercussões destas no presente e, possivelmente, no futuro, e, ainda, ao consequente estado vulnerável em que se encontram; uma *análise crítica* dos sistemas de deteção de situações de tráfico de seres humanos para exploração sexual, no sentido de detetar as lacunas dos mesmos e, posteriormente, os tornar mais eficientes; um *desenho e teste de sistemas de apoio* específicos e especializados nos domínios da proteção social e familiar, cuidados de saúde, emprego, apoio a vítimas de violência sexual e de tráfico de seres humanos para fins sexuais; e um *acompanhamento de pessoas estrangeiras*, no que respeita à sua regularização e documentação, assim como um apoio no regresso ao seu país de origem.

O Governo ficará, ainda, encarregue de promover ações de formação direcionadas a profissionais que intervenham nestas áreas, como forma de diminuição, ou eliminação, de estereótipos associados a pessoas em situação de prostituição, através de uma abordagem e trabalho mais cuidados, naquele que é um tema suscetível de alguma sensibilidade e vulnerabilidade.

É de extrema importância a implementação deste tipo de programas, financiados pelo Estado. Não se pretende que estas mulheres se vejam obrigadas a sair do mundo da prostituição, mas antes que se faça um trabalho continuado com as mesmas, na base do respeito, onde ouvi-las se constitui um princípio-chave.

É necessário que prevaleça uma cooperação entre profissionais e instituições. Estes seres humanos, na maioria das vezes, apresentam debilidades nos vários ramos da sua vida, quer pessoal, emocional, psicológica, financeira e, até mesmo, escolar. Como tal, é precisa uma intervenção adequada nestas áreas por parte dos respetivos e das respetivas profissionais competentes.

Por último, mas não menos importante, as soluções apresentadas a estas mulheres têm de ser tidas a longo prazo, no sentido de lhes dar credibilidade para a existência de uma vida melhor e digna no seu futuro mais longínquo.

03. Procedimentos metodológicos

3.1. Definição de procedimentos e fundamentação

Considerando a complexidade e o caráter "sensível" do tema desta investigação, propomos uma abordagem exclusivamente de natureza qualitativa e intensiva, que permita a compreensão ampla e aprofundada do sistema de prostituição em três planos: *1)* no plano do conhecimento dos sujeitos intervenientes; *2)* no plano do conhecimento das intervenções profissionais neste domínio; *3)* no plano do conhecimento das representações sociais e estereótipos veiculados pelos meios de comunicação social, que são determinantes para a formação e/ou reprodução de juízos valorativos (preconceitos) sobre o tema, na sociedade portuguesa.

Ressalvamos que a natureza qualitativa e intensiva desta investigação, bem como a especificidade e características do objeto de estudo, não permitem intenções de representatividade da informação recolhida, para aquilo que é o todo do sistema de prostituição em Portugal, nem tão-pouco em Lisboa, mas antes a intenção de traçar um retrato da realidade a que pudemos ter acesso, de modo a contribuir para a elaboração de recomendações para uma estratégia de programas de saída do sistema de prostituição, com medidas e ações específicas, adequadas, realistas e acessíveis às mulheres em situação de prostituição que pretendam essa saída.

De facto, o enfoque biográfico das histórias de vida parece ser o mais ajustado numa investigação centrada nas vivências pessoais, designadamente, as trajetórias de entrada/reentrada na prostituição; os sentidos e significados atribuídos à sua situação e circunstâncias; as relações e interações sociais; a perceção dos olhares da sociedade, entre outras.

Recorremos, assim, a uma lógica indutiva em que, a partir das experiências dos indivíduos, se formam propostas de ação que possam ir ao encontro dessas mesmas experiências, convertendo as/os destinatárias/os das propostas, em participantes na sua construção, o que corresponde a uma efetiva cocriação das medidas e respostas, que deveria, aliás, ser dominante na definição das políticas sociais.

Sublinhamos, ainda, que os contributos de análise feminista da *experiência das mulheres* se revelaram determinantes nesta dimensão de participação e cocriação (Amorós, 2000).

Tratando-se de um estudo diagnóstico, de natureza qualitativa, as técnicas de recolha de informação a utilizar serão:

1. A pesquisa documental sobre as temáticas relacionadas com o tema da investigação, que compreende tanto os documentos publicados (livros ou artigos científicos e relatórios institucionais), quanto a chamada documentação da área cinzenta, ou seja, estudos não publicados, mas validados (Carmo e Ferreira, 2018).
2. As entrevistas de história de vida e de história familiar a mulheres em situação de prostituição, com vista ao conhecimento de "quem são" estas mulheres, quais as suas trajetórias biográficas e no sistema de prostituição, os constrangimentos que enfrentam nos seus quotidianos.
3. As entrevistas semiestruturadas com mulheres em situação de prostituição que permitam obter um conhecimento indireto do comprador de sexo, da organização do sistema de prostituição e das suas representações, expectativas e aspirações pessoais, designadamente, das medidas que consideram dever ser adotadas neste domínio.
4. As entrevistas semiestruturadas com profissionais que lidam diretamente com estas mulheres, para conhecimento dos contextos, formas, tipos e dinâmicas de interação com mulheres em situação de prostituição, das representações sociais acerca da prostituição, de eventual conhecimento indireto dos compradores de sexo, bem como a avaliação subjetiva das medidas e respostas de apoio e sugestões de estratégias a implementar neste domínio. Considera-se que, pelo facto de atuarem diretamente com as mulheres em situação de prostituição, estas e estes profissionais se constituem como informadoras/es muito mais qualificadas/os e que, por isso, a informação recolhida junto delas e deles será significativamente mais rica do que se se optasse por uma inquirição generalista e extensiva de profissionais, ainda que das mesmas áreas. Neste sentido, com a realização destas entrevistas, visa-se não uma simples soma de respostas, mas sim a profundidade e relevância das mesmas, dado o grau de referência da pessoa entrevistada, ou seja, serão selecionados indivíduos que possuam conhecimento e relevância na área estudada, que sejam "informadoras/es qualificadas/os" (Carmo e Ferreira, 2013).
5. A análise de conteúdo de anúncios de jornal de publicidade, para conhecimento da organização do sistema de prostituição e tipificação da "oferta" (e da procura).
6. Análise de conteúdo a títulos de imprensa que versem a prostituição, com vista a compreender a sua influência na construção, reforço e propagação dos mitos, visões estereotipadas e representações sociais acerca da prostituição.

No que respeita ao acesso às fontes, definimos as seguintes estratégias:

Tanto nas entrevistas às mulheres em situação de prostituição, como nas entrevistas a profissionais, o acesso às fontes foi feito pelo sistema de *"bola-de-neve"*, em que a partir de um/a entrevistado/a inicial se identificam novos/as informadores/as.

Considerando aquele que tende a ser apontado como o principal risco desta abordagem em "bola de neve", que é o de gerar uma excessiva homogeneização das pessoas entrevistadas e, consequentemente, do tipo de informação por elas prestada, definimos como condição o estabelecimento de alguma diversidade entre essas pessoas: no caso das mulheres, considerou-se importante garantir a diversidade etária, bem como de historial na prostituição e de "tipo de prostituição".

No caso das e dos profissionais, a preocupação situou-se, sobretudo, no plano da diversidade de áreas, nomeadamente, abrangendo os seguintes segmentos: profissionais de ação social e inserção no emprego, profissionais de saúde, profissionais das forças policiais e de segurança, profissionais de justiça e responsáveis autárquicos.

No que se refere ao número de entrevistas realizadas, quer a mulheres em situação de prostituição, quer a profissionais das diferentes áreas, foram fatores determinantes: os constrangimentos de natureza temporal, ligados ao prazo de realização do estudo e à acessibilidade e/ou disponibilidade das e dos entrevistados, sendo que a situação específica de pandemia foi, como aliás prevíamos, potenciadora desses constrangimentos. Ainda assim, consideramos que foi possível encontrar uma saturação da informação,[30] particularmente, no que respeita às entrevistas realizadas às mulheres que estão (ou estiveram) no sistema de prostituição.

Sublinhamos, ainda, que devido à situação pandémica da COVID-19, e à consequente limitação da possibilidade de contactos presenciais, optámos por enviar as questões por escrito, a profissionais, com posteriores contactos telefónicos, sempre que foi necessário esclarecer e/ou aprofundar algum tema.[31] Apesar desta opção, foi salvaguardado o mesmo tipo de cuidados e rigor ético que são adotados em contexto cara-a-cara. Foram garantidos e ficam salvaguardados o anonimato das pessoas entrevistadas e a utilização das respostas na medida do estritamente necessário para a prossecução das finalidades desta investigação.

30 Considera-se a existência de saturação da informação, quando os dados recolhidos a cada entrevista já não acrescentam elementos relevantes, relativamente aos dados anteriormente apurados.

31 Ponderámos a opção da realização de entrevistas via plataformas virtuais, mas a sobrecarga de agendas e compromissos e a necessidade generalizada de reorganização de rotinas, limitaria a capacidade de resposta e, consequentemente, o número de entrevistas realizadas.

Relativamente às entrevistas às mulheres no sistema de prostituição, o acesso às entrevistadas foi conseguido por profissionais da área social e por conhecimentos próprios, sendo que algumas das mulheres inquiridas nos indicaram outras respondentes.

Foi realizado um total de vinte e quatro entrevistas, todas elas presencialmente, à exceção de duas que, por conveniência das entrevistadas, foram feitas via zoom. Os locais de encontro presencial foram escolhidos pelas entrevistadas e a duração das entrevistas situou-se num intervalo entre os 45 minutos (numa entrevista via zoom) e as três horas e vinte minutos (numa entrevista presencial).

Nenhuma das entrevistas foi gravada (em registo áudio ou vídeo) como garantia de confiabilidade e demonstração de respeito pela privacidade das mulheres. Assim, todas as citações apresentadas nas tabelas ou ao longo do texto resultam de apontamentos escritos durante a entrevista (com a devida permissão da entrevistada) ou de conteúdos retidos na memória da entrevistadora e anotados no final da entrevista.

No que respeita a entrevistas a profissionais foram dirigidos pedidos de resposta a trinta e nove pessoas, identificadas a partir da sua experiência de trabalho com esta população específica, nas áreas da intervenção psicossocial, da saúde, da investigação criminal e justiça, do emprego, da gestão autárquica e do ativismo e advocacia social.

Receberam-se trinta e oito respostas de profissionais, de diferentes áreas, que lidam ou lidaram, de forma direta com o sistema de prostituição, no âmbito do seu exercício profissional.

Na análise de conteúdo aos anúncios a sexo em jornais, e porque se pretendeu, a partir destes anúncios, complementar o conhecimento da organização do sistema de prostituição, definiu-se um período temporal de três semanas (entre 24 de novembro e 15 de dezembro) e foi feita a análise intensiva àqueles anúncios, publicados diariamente no Jornal Correio da Manhã, que se referiam, especificamente, à região de Lisboa.

Relativamente à imprensa escrita, foi feita a análise de títulos que versem a prostituição, de dois jornais diários nacionais no período de 2019/2020. Os dois jornais analisados foram o Correio da Manhã e o Público, e esta escolha baseou-se na evidência de diferenças a quer ao nível de linhas editoriais, quer ao nível do tipo de linguagem utilizado.

A opção pela análise aos títulos, e não à notícia na íntegra, justifica-se: 1) pela sua maior e mais fácil disseminação, nomeadamente, pela reprodução nas redes sociais; 2) pelo facto de, devido à comprovadamente reduzida capacidade de tempo de leitura (cerca de 30/40 segundos), ser de presumir a existência de uma quantidade significativa de pessoas que apenas lê os títulos das notícias.

3.2. Recolha e análise de informação

Na construção dos instrumentos de recolha de informação, tanto no que se refere às grelhas de questões das entrevistas semiestruturadas, quanto no respeitante à análise de conteúdo de anúncios e títulos de imprensa, a preocupação foi a de conseguir obter dados que permitissem uma análise intensiva e consistente, não apenas do ponto de vista da estruturação de cada um desses instrumentos, mas, sobretudo, do ponto de vista da sua consistência face aos objetivos da investigação.

Considerando os objetivos definidos para este estudo, de natureza descritiva e interpretativa da realidade, o tratamento das entrevistas e dos conteúdos de imprensa será feito com recurso a uma análise de conteúdo categorial ou temática (Bardin, 2004).

A informação a recolher foi determinada de acordo com as dimensões consideradas mais relevantes e em correspondência com os objetivos específicos definidos para o estudo, conforme quadro seguinte:

QUADRO 2: METODOLOGIA DE RECOLHA E ANÁLISE DA INFORMAÇÃO

ALVO	TÉCNICA DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO	DIMENSÕES DE ANÁLISE	CORRESPONDÊNCIA COM OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Mulheres em situação de prostituição	Entrevistas semiestruturadas de história de vida e de história familiar	Idade. Local de nascimento. Situação no país. História familiar de origem (composição; situação socioeconómica; exposição a violência, abuso ou risco). Percurso escolar. Percurso profissional. Situação familiar atual (composição e história; situação socioeconómica; situações de violência, abuso ou risco no agregado familiar) *"História e trajetória"* na prostituição: permanências, intermitências e saídas do sistema. História clínica. Adições. Definição de *time-line* com momentos marcantes. Autoimagem. Recurso a apoios (saúde, sociais, judiciais ou outros). Avaliação desses apoios. Necessidades principais. Expectativas e aspirações para o futuro. Opinião sobre enquadramento legal.	1, 3 e 6
	Entrevistas semiestruturadas de conhecimento indireto dos compradores de sexo	Caraterização dos compradores de sexo. Representações e perceções acerca dos compradores de sexo. "Tipo" de procura. Situações de violência. Estratégias de evitamento.	2
Profissionais com intervenção direta na área	Entrevistas semiestruturadas	Contextos, formas, tipos e dinâmicas de interação com mulheres em situação de prostituição. Representações sociais acerca da prostituição. Conhecimento indireto dos compradores de sexo. Avaliação subjetiva e percetiva das medidas e respostas de apoio (adequação, acessibilidade e articulação). Sugestões de estratégias e respostas a implementar. Opinião sobre enquadramento legal.	4 e 6
Anúncios a sexo em jornais, na região de Lisboa	Levantamento e Análise de conteúdo	Organização do sistema de prostituição. Tipificação da "oferta" (e da procura).	3
Títulos de notícias sobre prostituição em jornais diários nacionais referentes aos anos 2019/2020	Levantamento e Análise de conteúdo	Evidências de juízos valorativos e preconceitos. Recurso a mitos e estereótipos.	5 e 6

Apresentamos, de seguida, as grelhas de questões das entrevistas e de análise de conteúdo, e respetivos fundamentos (os guiões completos poderão ser encontrados em anexo):

QUADRO 3: ENTREVISTAS A MULHERES EM SITUAÇÃO DE PROSTITUIÇÃO: RELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

TÓPICO	FUNDAMENTO
Idade	Conhecimento básico da estrutura etária e origem das mulheres em situação de prostituição
Local de nascimento	
Situação no país:	Conhecimento da relevância das situações de tráfico e estratégias utilizadas
Documentada/indocumentada	
Processo de entrada no país	
Processo de legalização	
História familiar de origem:	Conhecimento da influência dos contextos, situações e dinâmicas familiares de origem nas trajetórias individuais
Referência e caraterização dos elementos do sistema familiar	
Caracterização das interações e funcionamento interno (conjugal, parental, fraternal, materno/filial, paterno/filial ou outros)	
Avaliação do estilo de vida e situação socioeconómica	
Situações de violência, abuso ou risco	
História de comportamentos aditivos/doença na família	
Relações com a vizinhança e a comunidade e grupo cultural de referência	
Perceção da influência da história familiar na vida pessoal e na entrada na prostituição	
Percurso escolar:	Conhecimento da importância da escola enquanto agente de socialização e inclusão social e da importância da valorização/acesso à escola no contexto familiar
Frequência escolar	
Sucesso/insucesso	
Absentismo/abandono	
Perceção da escola	
Valorização da escola no sistema familiar	
Percurso profissional:	Conhecimento da importância do emprego (na sequência da escola) enquanto garantia de inserção social e de subsistência económica. Conhecimento das trajetórias profissionais (qualificação, precariedade, desemprego) e perceção de influência na entrada na prostituição.
Tipo(s) de trabalho	
Situação no trabalho (contrato/precária/sazonal/ ao dia/ intermitências e desemprego)	
Perceção da influência da história profissional na entrada na prostituição	

TÓPICO	FUNDAMENTO
Situação familiar atual:	
Referência e caraterização dos elementos do sistema familiar	Conhecimento da influência dos contextos, situações e dinâmicas familiares nas trajetórias individuais, designadamente, na entrada na prostituição
Situações de dependência (filhos/as ou outros/as familiares)	
Caracterização das interações e funcionamento interno (conjugal, parental, fraternal, materno/filial, paterno/filial ou outros)	
Avaliação do estilo de vida e situação socioeconómica	
Situações de violência, abuso ou risco	
História de comportamentos aditivos/doença na família	
Relações com a vizinhança, a comunidade e o grupo cultural de referência	
Relação entre situação familiar atual e entrada na prostituição	
***"História e trajetória"* na prostituição:**	Conhecimento sobre as trajetórias prostitucionais, fatores de permanência ou intermitência, contextos e organização do sistema de prostituição e valoração pessoal da prostituição
Entrada na prostituição	
Razões para entrada na prostituição	
Tempo na prostituição	
Continuidade/intermitência e razões	
Momentos de entrada e saída no sistema e fatores associados	
"Tipo" de prostituição e mudanças	
Opinião sobre a prostituição	
História clínica:	Conhecimento da incidência de patologias e respetivo acompanhamento clínico
Existência de doença crónica e historial	
Patologias mentais e historial	
Acompanhamento e historial	
Adições:	Conhecimento da incidência de comportamentos aditivos e perceção de relação com a prostituição
Consumo de álcool ou substâncias psicotrópicas	
Início de consumos (contexto e motivações)	
Escalada de consumos (contexto e motivações)	
Relação percebida entre a prostituição e os comportamentos aditivos	
Autoimagem:	Conhecimento dos impactos da prostituição na autoimagem da mulher em situação de prostituição, designadamente, na autoestima e na projeção acerca da imagem que as outras pessoas lhe atribuem
Descrição de si mesma antes de ser prostituída	
Descrição de si mesma enquanto mulher em situação de prostituição	
Consonância/dissonância entre imagem idealizada e imagem percebida	

TÓPICO	FUNDAMENTO
Recurso a apoios (saúde, sociais, judiciais ou outros):	Conhecimento do tipo de apoios procurados, entidades prestadoras, formas acesso aos apoios e sua avaliação, face às necessidades que originaram a procura
Identificação dos apoios recebidos (no passado e atualmente)	
Historial de acesso a esses apoios	
Avaliação dos apoios	
Necessidades principais:	Conhecimento das necessidades percebidas, da perceção de existência e acessibilidade de respostas e relação entre a obtenção dessas respostas e uma eventual saída da prostituição
Identificação de necessidades a curto e médio prazo	
Perceção da existência e acessibilidade de soluções/respostas a essas necessidades	
Ligação entre a satisfação dessas necessidades e saída da prostituição e sugestão de medidas e respostas a implementar	
Expectativas e aspirações para o futuro:	Conhecimento das aspirações e objetivos pessoais para o futuro e do grau de satisfação com a vida atual
O que gostaria de ser/fazer no futuro	
Quem seria a mulher que gostaria de ver ao espelho no futuro	
Qual o balanço que gostaria de fazer da sua vida, quando envelhecer	
Opinião sobre enquadramento legal:	Conhecimento da opinião, enquanto mulher em situação de prostituição, de qual o enquadramento legal mais adequado ao sistema de prostituição
Opinião sobre situação atual	
Como a justiça deve lidar com a prostituição	
Caraterização dos compradores de sexo:	Conhecimento indireto dos compradores de sexo de sexo, tipificação dos compradores de sexo e dos serviços procurados, representações e perceções a respeito dos compradores de sexos, perceção de violência e vitimação, e estratégias de evitamento
Quem são os compradores de sexo	
O que pensa/sente em relação aos compradores de sexo	
O que procuram os compradores de sexo	
Diferenças na procura em relação com tipos de comprador de sexo	
Situações de violência e tipos de violência	
Estratégias de "evitamento" utilizadas	

QUADRO 4: ENTREVISTAS A PROFISSIONAIS: RELAÇÃO COM OS OBJETIVOS

TÓPICO	FUNDAMENTO
Idade	Caraterização básica dos profissionais que lidam diretamente com mulheres em situação de prostituição
Sexo	
Profissão	
Interação profissional com mulheres em situação de prostituição:	Conhecimento dos contextos, contacto, circunstâncias, continuidade e duração da interação profissional
Contextos de interação profissional com mulheres em situação de prostituição:	
Formas de contacto	
Circunstâncias	
Regularidade de interação profissional com mulheres em situação de prostituição:	
Acompanhamento sistemático	
Atendimento pontual em situações específicas	
Tempo de interação profissional com mulheres em situação de prostituição	
Caraterização da mulher em situação de prostituição:	Caraterização das mulheres em situação de prostituição; conhecimento dos principais fatores ligados à prostituição, das principais necessidades e problemáticas das mulheres prostituídas; conhecimento da organização e evolução do sistema de prostituição/"indústria do sexo"; conhecimento das representações sociais das e dos profissionais a respeito das mulheres em situação de prostituição e do fenómeno da prostituição
Quem é a mulher em situação de prostituição	
Quais os fatores ligados à prostituição (entrada, permanência, intermitência, fatores e momentos de entrada e saída no sistema)	
Necessidades e problemáticas mais comuns	
Evolução do sistema de prostituição	
Conhecimento indireto dos compradores de sexo:	Caraterização indireta, a partir do contacto com as mulheres, dos compradores de sexo; representações das e dos profissionais acerca dos compradores de sexo
Quem são os compradores de sexo	
Quais as situações mais comummente relatadas	
Respostas e medidas em contexto de trabalho com mulheres em situação de prostituição:	Respostas das e dos profissionais; medidas desencadeadas; avaliação das respostas em relação com a evolução das necessidades; sugestões de estratégias a adotar e sua concretização em medidas
Avaliação subjetiva e percetiva das respostas e medidas	
Adequação às necessidades	
Acessibilidade (divulgação e elegibilidade)	
Articulação entre entidades e coerência de medidas	
Evolução do tipo de necessidades/problemáticas apresentadas	
Sugestões de estratégias a implementar	
Concretização de respostas e medidas específicas e seus benefícios	
Benefícios previsíveis dessas respostas e medidas	
Opinião sobre enquadramento legal da prostituição	Conhecimento das soluções legais de enquadramento da prostituição, defendidas pelas e pelos profissionais que atuam diretamente nesta área

QUADRO 5: ANÁLISE A ANÚNCIOS A SEXO

DIMENSÕES DE ANÁLISE (SIMPLES E BIVARIADA)
Nacionalidade/Origem
Características físicas
Características psicossociais
Estado civil
Condição socioeconómica
Atos praticados e preferências
Preços
Tempos
Tipo de espaço
Tipo de comprador de sexo
Uso de fotografias
Concelho

QUADRO 6: ANÁLISE A TÍTULOS DE JORNAL

DIMENSÕES DE ANÁLISE
Secção da Notícia
Contexto de referência
Terminologia utilizada

04. Mulheres em situação de prostituição em Lisboa

Foram realizadas vinte e quatro entrevistas semiestruturadas, em profundidade, a mulheres que estão, ou estiveram, no sistema de prostituição na cidade de Lisboa.

O acesso às entrevistadas foi conseguido através de profissionais da área social e por conhecimentos próprios, sendo que algumas das mulheres inquiridas nos indicaram outras respondentes, num sistema de bola-de-neve.

As entrevistas foram realizadas presencialmente (em locais escolhidos pelas entrevistadas), à exceção de duas que, por conveniência das mesmas, foram feitas via zoom. Em duas situações, foram entrevistadas duas mulheres em simultâneo, a pedido das próprias.

Por respeito à privacidade e como garantia de confiabilidade, as entrevistas não foram gravadas, pelo que todas as citações resultam de apontamentos escritos durante as entrevistas, ou de conteúdos memorizados e, posteriormente, anotados. Também por garantia de anonimato, todos os nomes utilizados são, naturalmente, fictícios.

4.1. Caraterização sociodemográfica e situação no contexto prostitucional

As idades das mulheres entrevistadas variam entre vinte e quatro e cinquenta e cinco anos.

Seis mulheres (25%) têm um percurso migratório: três (duas brasileiras e uma romena) encontram-se, neste momento, em situação irregular no país, e três nascidas no estrangeiro (Brasil e Cabo Verde) são já cidadãs portuguesas.

Relativamente aos locais de nascimento em Portugal, dispersam-se por todo o território continental, apesar de, atualmente, integrarem o sistema na área de Lisboa. Todavia, e como é comum na organização do sistema de prostituição, algumas destas mulheres já estiveram em contexto de prostituição noutros locais do país e, no caso de uma entrevistada, também em Espanha. Esta circulação das mulheres constitui-se, aliás, como um dos traços do sistema de prostituição, a que está subjacente uma lógica de "renovação da oferta", para satisfação da "procura".

Cinco das entrevistadas (21%) já saíram do sistema. Entre estas mulheres, já saídas da prostituição o tempo mais longo de permanência na prostituição foi de dezoito anos e o mais curto foi de um ano e meio, com um tempo médio de permanência de dez anos.

Nas que permanecem em situação de prostituição (79% das entrevistadas), o tempo mais longo é de vinte e nove anos (início aos treze anos) e o mais curto de dois anos. O tempo médio de permanência para as mulheres que ainda estão no sistema é de treze anos.

No tipo de prostituição, predomina a de apartamento e de bar (o bar de alterne, ou o bar de espera, bar de luxo ou gentlemen club)[32], ou seja, a prostituição em espaços fechados, em que também se incluem as "casas de massagem" e as "agências de acompanhantes".

Este crescente "fechamento da atividade prostitucional" está em conformidade com a tendência de evolução do sistema de prostituição, quer em Portugal quer nos restantes países, identificada pelas mulheres e por profissionais entrevistadas/os, mas também pela literatura a respeito do tema e, até, pela imprensa.

A prostituição de rua corresponde, nos casos das mulheres entrevistadas que permanecem no sistema, a 12% e está, sobretudo, associada à toxicodependência e/ou ao envelhecimento das mulheres, o que corrobora, também, a situação comummente reconhecida de perda de valor das mulheres mais velhas, que leva a que não possam continuar nos espaços fechados e passem a prostituir-se na rua.

Relativamente às mulheres saídas do sistema, todas estavam em contexto de prostituição de rua, o que reforça a ideia, aliás defendida por certas/os profissionais, de uma maior facilidade de saída, neste tipo de prostituição, pela maior facilidade de abordagem por parte das instituições sociais e por uma maior liberdade na procura de apoio.

QUADRO 7: CARATERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E SITUAÇÃO NO CONTEXTO PROSTITUCIONAL

"NOME"	IDADE	LOCAL NASCIMENTO	SITUAÇÃO LEGAL	CONTEXTOS DE PROSTITUIÇÃO	TEMPO NO SISTEMA	PERMANÊNCIA NO SISTEMA
Ana (E1)	26	Brasil	Visto caducado	Apartamento	4 anos	Sim
Berta (E2)	24	Interior centro	Portuguesa	Casa de Massagens	1 ano e meio	Não
Carla (E3)	42	Litoral algarvio	Portuguesa	Bares de alterne; Rua	29 anos	Sim
Diana (E4)	28	Cabo Verde	Portuguesa	Bares; apartamento e webcam	9 anos	Sim
Emília (E5)	31	Lisboa	Portuguesa	Bares; apartamento e webcam	10 anos	Sim
Fátima (E6)	25	Interior norte	Portuguesa	Bares (Espanha e Portugal)	5 anos	Sim
Guiomar (E7)	28	Litoral alentejano	Portuguesa	Apartamento e webcam	4 anos	Sim
Hélia (E8)	25	Subúrbios de Lisboa	Portuguesa	Apartamento	2 anos	Sim

32 O Bar de Alterne é aquele em que as mulheres devem incentivar o comprador de sexo ao consumo de bebidas, que são vendidas a preços mais elevados devido à presença das mulheres, que recebem uma comissão pelas bebidas. As mulheres podem, eventualmente, prostituir-se, com os compradores de sexo do bar. O Bar de Espera é aquele em que as mulheres esperam os compradores, o que reverte em lucro para o dono do bar. Em muitos casos, exploram quartos no mesmo edifício, onde as mulheres recebem os compradores de sexo. Os Bares de Luxo ou os Gentlemen Club funcionam de modo semelhante, distinguindo-se apenas pela seleção de admissão. As Casas de Massagens e os Apartamentos funcionam como bordéis e as Agências de Acompanhantes operam como "centrais de contacto", entre os compradores e as mulheres prostituídas, combinando preços e locais de encontro.

"NOME"	IDADE	LOCAL NASCIMENTO	SITUAÇÃO LEGAL	CONTEXTOS DE PROSTITUIÇÃO	TEMPO NO SISTEMA	PERMANÊNCIA NO SISTEMA
Íris (E9)	45	Norte litoral	Portuguesa	Bares de alterne	10 anos	Não
Jacinta (E10)	30	Interior alentejano	Portuguesa	Bares	8 anos	Sim
Lurdes (E11)	45	Brasil	Portuguesa	Bares e clubes de striptease no Brasil; bares em Portugal. Proprietária de bares e apartamento.	13 anos em prostituição	Sim (agora, como exploradora)
Maria (E12)	28	Brasil	Visto caducado	Apartamento	9 anos	Sim
Mónica (E13)	46	Lisboa	Portuguesa	Rua	5 anos	Não
Núria (E14)	33	Brasil	Portuguesa	Apartamento	4 anos	Sim
Olívia (E15)	44	Lisboa	Portuguesa	Rua	5 anos	Sim
Paula (E16)	27	Arredores de Lisboa	Portuguesa	Apartamentos; hotéis; rua	5 anos (intermitência por tratamentos dependência)	Sim
Quitéria (E17)	55	Lisboa	Portuguesa	Rua	15 anos	Não
Rosa (E18)	52	Periferia de Lisboa	Portuguesa	Rua	18 anos com intermitências	Não
Soraia (E19)	29	Litoral norte	Portuguesa	Apartamento (atualmente casa própria)	4 anos	Sim
Teresa (E20)	39	Interior centro	Portuguesa	Domicílios	5 anos	Sim
Úrsula (E21)	25	Roménia	Sem visto	Bares	5 anos	Sim
Valéria (E22)	39	Lisboa	Portuguesa	Rua	22 anos com intermitência de 3 anos (por prisão)	Sim
Wilma (E23)	32	Arredores do Porto	Portuguesa	Apartamento e acompanhante em agência	9 anos	Sim
Xana (E24)	30	Interior Norte	Portuguesa	Apartamento e acompanhante em agência	7 anos	Sim

4.2. Histórias de vida

Relativamente às histórias de vida, apesar da diversidade expectável, tanto em termos de contextos familiares e sociais de origem, quanto de trajetórias individuais, foi possível encontrar algumas características comuns, semelhantes, aliás, às identificadas na generalidade das investigações acerca desta população: **famílias de origem marcadas por interações deficitárias e ausência de afeto; situações de violência e abuso; pobreza ou carência económica; contextos sociais e culturais de exclusão social; baixos níveis de escolaridade e ausência de qualificação profissional; trabalho indiferenciado, mal remunerado e precário e percursos de emprego erráticos; relações afetivas com elevada toxicidade e dependência (em que se confundem as figuras do companheiro e do proxeneta); baixa autoestima; abulia, resignação e falta de perceção face à capacidade de mudança, que resultam na ausência ou difusão de expectativas de futuro.**

4.2.1. Famílias de origem

Metade das entrevistadas cresceram numa família nuclear. Duas assistiram ao divórcio (em forte litígio) entre pais e mães. Duas mulheres foram retiradas aos progenitores (toxicodependentes) tendo uma ficado com familiares, enquanto a outra entrou no sistema de acolhimento. Quatro mulheres foram vítimas de abandono pelo pai e duas pela mãe e uma ficou precocemente órfã de mãe. Há uma significativa preponderância de famílias numerosas (41% pertencem a fratrias com três ou mais irmãos e irmãs).

Relativamente às interações familiares, regista-se uma significativa prevalência (83% das entrevistadas) de relações desequilibradas, associadas a negligência, violência, quadros depressivos ou outras perturbações mentais e abusos sexuais.

"Acho que não faltava lá em casa nenhuma forma de violência. Há uns anos, eu estive numa casa de abrigo e a psicóloga de lá fazia-nos falar da violência que não era só física, que era psicológica, sexual, de dinheiro... pois na minha família havia delas todas."

(Carla)

As principais causas identificadas para os comportamentos violentos são:

• O alcoolismo que é, maioritariamente, associado à figura paterna, ou a dependência de drogas e substâncias psicotrópicas, identificada nalgumas fratrias.

"Meu pai bebia muito e aí, nessas alturas, a coisa pegava bravo, com minha mãe e com todos os filhos. A meus irmãos ele batia de cinto e também pegava na minha mãe e chamava ela de tudo. A mim e à minha irmã não batia muito, mas metia medo, quando bebia, porque gritava feito louco."

(Ana)

• Os hábitos cultural e socialmente internalizados e validados, nos contextos de origem.

"O meu pai às vezes chegava a casa com os copos, de estar com os amigos, mas isso é como o bater nas mulheres, faz parte da mentalidade."

(Fátima)

Considerando, especificamente, a violência sexual nas famílias de origem, quatro mulheres (17%) revelaram ter sido vítimas de abuso sexual na família, circunstância que se viram forçadas a ocultar, por culpabilização ou medo.

"O meu irmão violou-me e abusou de mim durante quase dois anos e, depois, quando eu falei, os meus pais ainda me acusaram e me mandaram ficar calada."

(Íris).

Como é frequente em famílias economicamente mais fragilizadas, ou com um padrão de interações mais desequilibrado, 25% das entrevistadas revelam ter vivido situações de autonomização precoce e parentificação.[33] Uma das mulheres foi mãe precocemente, seguindo um padrão herdado da sua mãe e da sua avó, que tiveram, também, gravidezes precoces.

"Nós os filhos ficávamos muito entregues a nós mesmos, mas isso era normal, lá no bairro, quando os pais eram gente de trabalho, como os meus. Depois, os meus irmãos mais velhos também deixaram a escola para trabalhar e nós, os mais novos ficávamos em casa, todos e fazíamos o comer e íamos à escola."

(Diana)

No plano da exposição ao risco, importa, ainda, referir que seis entrevistadas (25%) revelam a existência de doença mental nos seus progenitores e progenitoras (seis situações de depressão e uma de perturbação de stress pós-traumático).

"Lembro-me que a minha mãe estava triste. Olhava para nós como se não nos conhecesse. Era a nossa vizinha que nos ajudava e nos dava comida e cuidava da roupa e da casa. Depois, quando se juntou com o meu padrasto, começou o inferno, porque aí ele nem deixava a vizinha entrar em casa."

(Maria).

33 O conceito de parentificação tem duas aceções: aquela que refere às situações em que irmãos ou irmãs mais velhos/as ficam responsáveis pelos cuidados e supervisão aos e às mais novos/as; aquela que refere às situações em que os filhos ou as filhas assumem o papel de mães ou pais dos seus próprios progenitores ou progenitoras.

"O meu pai fazia-nos a vida num inferno. Dizia que era por causa da guerra na Guiné. Assim do nada começava a gritar e a bater e não dizia coisa com coisa. A minha mãe tinha muito medo dele. E também me parece que a minha mãe tem um atraso, talvez porque o meu avô era muito bêbedo."

(Olívia).

Estes dados confirmam, na íntegra, aqueles que tendem a ser os traços mais comuns, em matéria de história familiar das mulheres em situação de prostituição: fratrias numerosas, ausência de figuras parentais, negligência, maus-tratos, violência, iniciação sexual precoce, causada por abusos sexuais na família, desagregação familiar, autonomização precoce e parentificação, carência afetiva, gravidezes precoces e institucionalização no sistema de acolhimento, alcoolismo ou adições de progenitores e progenitoras.

QUADRO 8: FAMÍLIAS DE ORIGEM, INTERAÇÕES FAMILIARES E SITUAÇÕES DE RISCO, VIOLÊNCIA OU ABUSO

1.	Família intacta; fratria numerosa. Pai, mãe e quatro irmãos e proximidade com avó e padrinhos. Conflitos e violência por alcoolismo do pai. Proteção da irmã mais nova. Submissão da mãe. ***"Meu pai bebia muito e aí, nessas alturas, a coisa pegava bravo, com minha mãe e com todos os filhos. A meus irmãos ele batia de cinto e também pegava na minha mãe e chamava ela de tudo. A mim e à minha irmã não batia muito, mas metia medo, quando bebia, porque gritava feito louco."*** ***"Minha mãe vivia calada, com medo dele, igual a nós, porque nunca sabíamos como ele ia chegar em casa."***
2.	Filha única, pais divorciados, com 1 meio-irmão. Exposição a conflitualidade conjugal intensa. Divórcio difícil. Ficou a viver com a mãe ríspida, mas funcionalmente ligada à filha.
3.	Família intacta; fratria de 3. Exposição e vitimação a todas as formas de violência, mesmo sexual. Alcoolismo do pai. ***"O meu pai bebia muito e quando bebia era violento. Batia-nos, a nós e à minha mãe, gritava, insultava-nos. Dizia que um dos meus irmãos não era filho dele, porque tinha metido na cabeça que a minha mãe tinha andado com outro homem. Depois, os meus irmãos também lhe respondiam e até chegaram a andar à pancada."*** ***"Acho que não faltava lá em casa nenhuma forma de violência. Há uns anos, eu estive numa casa de abrigo e a psicóloga de lá fazia-nos falar da violência que não era só física, que era psicológica, sexual, de dinheiro... pois na minha família havia delas todas."***
4.	Família intacta. Fratria de 5. Autonomização precoce. Parentificação, por ausência de trabalho dos pais. Castigos físicos pela mãe percebidos como forma de educação. ***"Nós os filhos ficávamos muito entregues a nós mesmos, mas isso era normal, lá no bairro, quando os pais eram gente de trabalho, como os meus. Depois, os meus irmãos mais velhos também deixaram a escola para trabalhar e nós, os mais novos ficávamos em casa, todos e fazíamos o comer e íamos à escola."***
5.	Fratria de 2. Abandono pelos pais (toxicodependentes) em idade precoce. Ficou com os avós, com quem manteve uma boa relação.
6.	Família intacta. Fratria de 3. Família marcada por violência doméstica, que associa ao contexto rural. Violência conjugal e castigos físicos aos filhos e às filhas. Passividade da mãe.
7.	Retirada aos pais (toxicodependentes) aos 3 anos – vítima de agressão pela mãe. Viveu com a avó e um tio toxicodependente e entrou no sistema de acolhimento aos 7 anos. Ambiente de disfuncionalidade familiar e violência associadas à toxicodependência de pais e tio. Permanência no sistema de acolhimento entre os 7 e os 18 anos. Exposição e vitimação a violência física e psicológica e ao consumo de drogas desde idade precoce. ***"Os meus pais tinham problemas de toxicodependência e de consumo de álcool. Quando eu tinha três anos, a minha mãe teve um ataque de fúria e despejou-me uma panela de água quente para cima, ainda tenho este ombro todo marcado. Felizmente, só me apanhou o ombro. Nessa altura, o tribunal declarou que eles não podiam ficar comigo e que eu ia ficar na casa da minha avó paterna, que vivia sozinha. Eu fui e vivi lá, mas havia um tio meu que também era toxicodependente e voltou para casa. E ele era muito mau para a minha avó, porque queria dinheiro para a droga e ela não lhe dava, porque não podia e ele batia-lhe."***

8.	Dois irmãos de primeira união da mãe. Abandono pelo pai. Recasamento da mãe e nascimento de mais 2 filhos. Bom ambiente familiar entre a mãe e o padrasto e os irmãos. Marca do abandono pelo pai. Autonomização e responsabilização precoces.
9.	Família intacta. 1 irmão mais velho. Violência doméstica e castigos físicos e abuso sexual pelo irmão. Exposição a violência conjugal. Castigos físicos pelo pai. Abusada sexualmente pelo irmão, de forma continuada, não foi apoiada pelos pais, quando contou o que se passava. ***"O que me magoou foi contar à minha mãe que o meu irmão abusava de mim e ela ainda me bater, chamando-me mentirosa e puta."***
10.	Abandono pela mãe, nunca soube quem era o pai. Viveu com os avós, com quem mantinha uma boa relação, assim como com a família alargada (tios e primos). Acredita ter nascido em consequência de uma violação.
11.	Duas irmãs, abandonadas pela mãe, foram criadas pelos tios. Durante o casamento dos pais, a mãe envolveu-se com um homem casado, foi repudiada pela comunidade e prostituiu-se num bordel. Historial de violência física e abusos sexuais continuados na família materna.
12.	Fratria de 3. Abandono pelo pai. Tentativa de suicídio da mãe, dependentes dos cuidados de uma vizinha. Nova união da mãe quando ela tinha 10 anos. Quadro depressivo da mãe, após deserção do pai. Negligência com os/as filhos/as, motivada pela depressão e apatia. Tentativas de suicídio maternas. União posterior da mãe com homem violento e abusivo. Violência doméstica e abuso sexual pelo padrasto (durante 6 meses). Culpabilizada pela mãe, fugiu de casa aos 15 anos. ***"Lembro-me que a minha mãe estava triste. Olhava para nós como se não nos conhecesse. Era a nossa vizinha que nos ajudava e nos dava comida e cuidava da roupa e da casa. Depois, quando se juntou com o meu padrasto, começou o inferno, porque aí ele nem deixava a vizinha entrar em casa."***
13.	Fratria de 6. Morte precoce da mãe. União do pai com uma vizinha. Falta de carinho e atenção por parte do pai e madrasta. Autonomização precoce. Ausência de apoio, acompanhamento ou referências. Negligência. Castigos físicos. ***"A minha madrasta era como se tivesse ciúmes de nós. E mandava no meu pai. Nós andávamos ao Deus dará. O meu pai só era capaz de nos bater com o cinto quando ela fazia queixas."***
14.	Mãe e avó. Engravidou precocemente e deixou o filho ao cuidado da mãe e avó. Matriarcado de pobreza. Deserção dos homens. Monoparentalidade e gravidezes precoces. Exposição a criminalidade e violência no contexto de vizinhança.
15.	Família intacta. Fratria de 4. Violência doméstica ligada a PSPT do pai. Deficiência cognitiva da mãe, que justifica com o alcoolismo do avô materno e exposição e vitimação à violência (violência geracionalmente herdada). ***"O meu pai fazia-nos a vida num inferno. Dizia que era por causa da guerra na Guiné. Assim do nada começava a gritar e a bater e não dizia coisa com coisa. A minha mãe tinha muito medo dele. E também me parece que a minha mãe tem um atraso, talvez porque o meu avô era muito bêbedo."***
16.	Pais divorciados (divórcio aos 6 anos). Irmão adolescente por parte do pai. Divórcio litigioso dos pais, aos 6 anos. Continuação da conflitualidade relativamente à sua educação, com interferência dos avós. Recomposições familiares de ambos os progenitores. Violência psicológica, decorrente das disputas parentais. ***"Para os meus pais eu era uma coisa, que eles compravam com outras coisas."***
17.	Família intacta. Frequência de internato escolar de elite. Família intacta. Educação segundo padrões rígidos e conservadores. Regras de educação rígidas, mas sem violência.
18.	Fratria de 2. Família intacta. Família intacta. Desde pequenas que, quando não estavam na escola, ajudavam os pais no comércio em feiras. Como os pais circulavam pelo país ficavam muito tempo sós, com vigilância de uma vizinha. Castigos físicos, exigência de trabalho infantil (validados como parte do padrão "normal" de educação).
19.	Filha única de casamento intacto. Mudança de comportamento do pai (agressividade e afastamento) após desemprego, consequente degradação do ambiente familiar.

20.	Fratria de 3. Casamento intacto dos pais. Família intacta. Educação conservadora numa mentalidade rural. Autonomização e responsabilização precoces pelas tarefas domésticas (por ser rapariga e mais velha). Agressividade do pai (sem violência extrema), associada aos hábitos culturais e ao feitio. Por ser rapariga e mais velha ficou responsável por cuidar dos irmãos. ***"O meu pai era agressivo, tanto com a minha mãe, como connosco, mas nunca houve assim situações de violência extrema. E também é uma pessoa com um feitio difícil, muito fechado. E trabalhavam muito, os meus pais, numa vida muito dura. Eu como era rapariga e a mais velha é que ficava encarregada, desde pequenina, de tomar conta da casa e dos meus manos, porque a minha mãe andava a trabalhar."***
21.	Casamento intacto dos pais. Fratria de 4 irmãos. Relações familiares descritas como "normais". Não existiram situações de violência ou abuso.
22.	A mais velha de fratria de 4. Deserção do pai e dos sucessivos companheiros da mãe. Relações familiares classificadas como difíceis, com situação de doença mental da mãe – depressão e ideação suicida – e ligação ao tráfico e consumo de droga por dois companheiros da mãe. As agressões eram frequentes, pelos diferentes companheiros da mãe (violência física, psicológica e económica e sexual). Os filhos foram negligenciados e deixados entregues a si próprios. ***"Os homens com quem a minha mãe viveu eram uns chulos. Só queriam que ela lhes desse dinheiro. Outros estiveram presos ou andavam fugidos da polícia. Uma desgraça! E nós, os filhos, era como se não existíssemos. É por isso que eu não quero saber da minha mãe. Não lhe perdoo."***
23.	Casamento intacto dos pais. Um irmão mais velho emigrado. Bom ambiente familiar. Sem violência.
24.	Bom ambiente familiar, apesar das frequentes depressões da mãe, depois de enviuvar.

Para além da vitimação à violência ou da ausência de afetos, a carência económica, a pobreza e a miséria, associadas a contextos de vizinhança marcados pelo crime ou pela exclusão social, são bastante evidentes nas histórias de vida das mulheres entrevistadas.

"As nossas desgraças vinham todas da miséria em que a gente vivia. O meu pai gastava quase tudo o que ganhava, e era pouco, no vinho. A gente vivia de esmolas: das esmolas dele, quando se lembrava que tinha uma família para sustentar e das esmolas da outra gente, que tinha pena."

(Carla).

"O ambiente era muito pesado: crime, droga, as mulheres eram perseguidas e estupradas. Ficávamos grávidas e os homens não assumiam nada. A minha mãe e a minha avó viviam de trabalhar nas limpezas."

(Núria)

QUADRO 9: SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA DA FAMÍLIA DE ORIGEM E CONTEXTOS COMUNITÁRIOS DE ORIGEM

1.	Pobreza extrema e fome. Ambiente de conhecimento próximo com moradores do bairro. ***"A gente vivia num bairro e todo o mundo se conhecia. E todo o mundo era pobre e toda a família tinha problemas, se não por uma coisa, por outra."*** ***"Eu era uma moça igual a tantas outras, lá na minha cidade: pobre, sem grande futuro, e com vontade de sair da miséria. Acho que a miséria era o que melhor me definia como pessoa, porque era tudo o que eu era e, ao mesmo tempo, tudo o que eu não queria ser."***
2.	Sem problemas financeiros. Contexto de classe média. Boa inserção social da família.

3.	Carência extrema. Dependência de caridade. Contexto de proximidade na pobreza, alcoolismo e toxicodependência. ***"As nossas desgraças vinham todas da miséria em que a gente vivia. O meu pai gastava quase tudo o que ganhava, e era pouco, no vinho. A gente vivia de esmolas: das esmolas dele, quando se lembrava que tinha uma família para sustentar e das esmolas da outra gente, que tinha pena."*** ***"Depois, em relação à droga, o ambiente do turismo também convidava a isso. A gente ia para os bares, com os alemães, os holandeses, os ingleses e toda a gente queria droga. Foi por isso que muita gente começou a traficar, como o meu irmão e o meu companheiro e o pai dele, que também era pescador, mas percebeu que assim ganhava mais."***
4.	Trabalho indiferenciado do pai e da mãe, fratria numerosa, pobreza e contexto social de vizinhança favorecedor de exclusão, com criminalidade ligada à droga e violência entre grupos que vulnerabiliza e vitimiza as raparigas. ***"No bairro sim, a partir de certa altura, começou a haver muita violência, entre os grupos e para nós as meninas, também. Olhe, nós tínhamos de ter um homem, para nos proteger e isto é a mais pura verdade!"***
5.	Pobreza e contexto de vizinhança favorecedor de exclusão. ***"A vida era difícil, porque era só a pensão do meu avô que não chegava para nada. Passávamos muitas dificuldades e lembro-me que tínhamos ajudas da Misericórdia. Os meus pais eram viciados e deixaram-nos. A minha mãe ainda aparecia às vezes, o meu pai sei que morreu e a minha mãe deixou de aparecer. Nunca mais soubemos dela. E a vida no bairro também era dura, por causa do tráfico, da polícia..."***
6.	Pobreza, contexto rural pobre e de mentalidades atrasadas. ***"Aquilo é uma terra atrasada, onde não chega nada. E depois, é claro que nós vivíamos com dificuldades. Não tínhamos fome, mas também não tínhamos fartura. A casa era muito fria no inverno, íamos a pé para a escola, pela berma da estrada, porque a camioneta só passava lá em baixo, já quase ao pé da vila."*** ***"As pessoas não têm horizontes. Para elas é o dia-a-dia, o comer. Mais do que isso não são capazes de pensar. E há muita brutalidade, muito vinho."***
7.	Pobreza ligada ao consumo de drogas. Comunidade pequena com conhecimento próximo.
8.	Pobreza associada ao trabalho indiferenciado e mal pago dos pais. Vínculos fortes com a comunidade de vizinhança, por partilha de origem nacional e de costumes. ***"A vida não era fácil. O meu padrasto trabalhava nas obras, a minha mãe nas limpezas, saía de casa muito cedo, voltava tarde. Eu ainda muito novinha comecei a tomar conta dos meus irmãos mais pequenos."***
9.	Pobreza do trabalho no campo. Emigração dos pais. Forte proximidade na aldeia de origem. Isolamento e discriminação na Alemanha.
10.	Baixos rendimentos, pelas pensões baixas dos avós e vida no campo. Vínculos fortes da família com a comunidade de aldeia.
11.	Baixos rendimentos. Terra pequena com conhecimento próximo, o que agravou a situação com a mãe.
12.	Grandes carências económicas. Contexto de bairro, a vizinha foi o vínculo protetor na infância.
13.	Pobreza. Trabalho indiferenciado e mal pago do pai. Bairro pobre, com conhecimento próximo entre os e as habitantes.
14.	Pobreza. Contexto social de criminalidade e exclusão (favela). Comunidade fechada pela criminalidade. ***"O ambiente era muito pesado: crime, droga, as mulheres eram perseguidas e estupradas. Ficávamos grávidas e os homens não assumiam nada. A minha mãe e a minha avó viviam de trabalhar nas limpezas"***
15.	Pobreza extrema. Cresceu numa barraca, realojamento em bairro social. Contexto social de fechamento na pobreza e exclusão. Perceção de estigma anterior e posterior ao realojamento em bairro social.
16.	Situação financeira boa, família de classe média alta. Boa inserção em meio social diferenciado.
17.	Família de classe média alta com bons recursos económicos, cultural e socialmente diferenciada e inserida.

18.	Dificuldades económicas, pobreza e más condições de habitação. Contexto de bairro caraterizado pela precariedade habitacional (bairro clandestino) e pela pobreza. ***"Os meus pais eram de uma aldeia ao pé de Viseu e vieram para Lisboa. Foi o meu pai quem construiu a casa onde vivíamos, aos poucos, e como o dinheiro permitia. Aquilo era tudo clandestino e no inverno era só lama. E ainda tínhamos de ir um grande bocado a pé para a escola".***
19.	Condições adequadas, a que se seguiram dificuldades económicas, geradas pelo desemprego de longa duração do pai. Família socialmente inserida. Contexto de classe média baixa.
20.	Carência económica pelos escassos rendimentos do trabalho agrícola. Família socialmente inserida. Contexto rural de conhecimento próximo.
21.	Muita pobreza. Dois irmãos emigraram para a Alemanha. Uma irmã continua na Roménia. Diz que o único problema era a pobreza e sentirem que se ficassem na sua terra não teriam oportunidades. É natural de uma vila pequena, em que as pessoas se conhecem bem. ***"Pobreza demais. E falta de esperança".***
22.	Pobreza – monoparentalidade feminina. A mãe foi explorada economicamente pelos sucessivos companheiros. Vivia num bairro conhecido pela criminalidade e tráfico de droga. Foram realojados no processo de desmantelamento do bairro. ***"Nós nascemos e crescemos num bairro que era um supermercado de drogas. Havia droga na rua, que era onde nós estávamos sempre, e droga em casa, que os gajos da minha mãe tinham lá."***
23.	Situação económica boa e inserção social.
24.	Situação económica boa. Contexto rural de grande proximidade.

Predominam, nas histórias familiares de origem, as situações de carência económica, pobreza e miséria, a que se associam, com frequência, contextos de vizinhança marcados pela criminalidade ou pela exclusão social (apenas 13% classificam como boas ou muito boas as condições socioeconómicas da família de origem).

Também estes dados confirmam aquelas que a literatura e a experiência de profissionais identificam como constituindo as principais vulnerabilidades socioeconómicas das mulheres em situação de prostituição: miséria ou acentuada carência económica, deficientes condições habitacionais e contextos de vizinhança marcados pela criminalidade e/ou pela exclusão social.

Como resultado da combinação destas múltiplas dimensões de vulnerabilidades, a generalidade das mulheres entrevistadas neste estudo (79%) considera existir uma influência da sua história familiar e dos contextos sociais de pertença na sua entrada na prostituição.

"Se eu acho que entrei na prostituição por causa disto? Porra, é que foi direitinha. Aos treze anos já eu andava enrolada com gajos mais velhos para ganhar dinheiro. Foi nessa altura que comecei a sair para os bares e a fumar haxixe."

(Carla).

"A minha mãe já tinha-se prostituído e, apesar de eu criticar, para mim seria uma forma de sair daquela vida atrasada de campo."

(Lurdes).

QUADRO 10: PERCEÇÃO DA INFLUÊNCIA DA HISTÓRIA FAMILIAR NA ENTRADA NA PROSTITUIÇÃO

1.	A pobreza como fator de emigração e posterior entrada na prostituição. ***"Talvez pela pobreza. Para poder tirar a minha mãe e os meus irmãos daquela miséria."*** ***"Hoje, eu mando dinheiro para a minha mãe e estou sempre dizendo que encha a geladeira de comida"***
2.	Ansiedade, insegurança e baixa autoestima causadas pela conflitualidade dos pais. ***"Se eu tiver de pensar no que foi a minha vida é esta a noção que tenho: de falta de segurança em mim própria. Sempre tive uma autoestima baixa e o meu aspeto físico nunca ajudou. Eu era sempre a mais feia da turma e do grupo de amigos."***
3.	O contexto familiar e social de pobreza e toxicodependência, agudizado pelo turismo. ***"Se eu acho que entrei na prostituição por causa disto? Porra, é que foi direitinha. Aos treze anos já eu andava enrolada com gajos mais velhos para ganhar dinheiro. Foi nessa altura que comecei a sair para os bares e a fumar haxixe."***
4.	O estigma do contexto social de origem, favorecedor de desvio e de fechamento das pessoas do bairro. ***"Sabe, viver num bairro é sempre mau, malvisto para quem é de fora. É sempre aquela coisa da desconfiança. E isso acontecia na escola, quando saíamos, em todo o lado. Isso vai pesando na gente. Depois, também há quem só conheça a vida do crime. Começa-se com coisa pouca, mas depois há muita pressão. As companhias têm muita influência e essa coisa dos grupos também."***
5.	Contexto de vizinhança como influenciador da trajetória.
6.	A necessidade de fuga a um contexto social atrasado. A ilusão de uma vida "de telenovela".
7.	Põe a hipótese de ser como os pais e ter um comportamento autodestrutivo. ***"Ou então saio aos meus pais, eu sei lá. Dizem que o sangue pesa muito. Se calhar é isso..."***
8.	Sem qualquer relação.
9.	Relaciona com a situação de violação e abusos pelo irmão e pela falta de apoio dos pais. ***"Se não tivesse acontecido aquela situação com o meu irmão, em que ele me violou e abusou de mim durante quase dois anos e, depois, quando eu falei, os meus pais ainda me acusaram e me mandaram ficar calada, a minha vida teria sido diferente. E o mais incrível é que vim a saber que tinha acontecido o mesmo à minha avó, com o irmão dela e ela calou isso a vida toda e aguentou ficar ali ao pé dele, como se não se tivesse passado nada."***
10.	Relaciona a revolta que sempre sentiu por ter sido abandonada pela mãe, com a entrada no sistema de prostituição.
11.	O facto de a mãe ter estado na prostituição, tornou-a numa forma de sair da pobreza e da vida no campo. ***"A minha mãe já tinha-se prostituído e, apesar de eu criticar, para mim seria uma forma de sair daquela vida atrasada de campo."***
12.	Os abusos sexuais pelo padrasto e a fuga de casa condicionaram a trajetória de vida.
13.	A infância e a adolescência difíceis determinaram as carências económicas que levaram à prostituição.
14.	Pobreza e falta de oportunidades que levaram à emigração e posterior entrada no sistema de prostituição.
15.	Ambiente familiar adverso que levou a saída precoce de casa.
16.	A toxicodependência e a prostituição como consequência da revolta e frustração com os pais.
17.	Trajetória totalmente oposta ao expectável pelo ambiente familiar e social de origem. ***"Tudo o que fiz na vida foi completamente ao contrário da minha educação e daquilo que era o meu meio social. E isso também é importante, para que se perceba que isto também acontece naquilo a que se costuma chamar as famílias de bem."***

18.	Sem estabelecer uma relação direta, admite que a falta de oportunidades gerada pelo contexto familiar poder ter favorecido a entrada no sistema de prostituição. Todavia, autoculpabiliza-se, manifestando baixo autoconceito e autoestima. ***"Se eu vivi o que vivi foi por culpa minha, por culpa da minha estupidez. Claro que se eu tivesse tido estudos e outro acompanhamento na família poderia ser diferente, mas a minha irmã cresceu como eu e nunca se meteu em nada disso. Eu é que sempre tive a cabeça fraca."***
19.	A deterioração económica e do ambiente familiar afetaram a sua trajetória de vida. ***"Quando o meu pai ficou desempregado, a nossa vida piorou muito, a todos os níveis e, por exemplo, eu não pude continuar a estudar, pois não havia dinheiro para isso."***
20.	Sem relação entre história familiar de origem e entrada na prostituição. ***"Nem eu nunca imaginei que me ia ver nesta situação, quanto mais a minha família. Os meus pais e os meus irmãos nem imaginam nada disto."***
21.	Foi a necessidade económica da família que a fez ser aliciada para a emigração.
22.	Considera que o ambiente familiar e o contexto de vizinhança favoreceram o consumo de drogas, a criminalidade e a prostituição.
23.	Considera que teve um bom ambiente familiar e que não há qualquer relação entre a sua história familiar e a prostituição. ***"Não sou, nem nunca fui, uma desgraçadinha. E acho muito perigoso que se cole essa imagem às pessoas que se prostituem. Eu sei o que faço e faço-o porque quero e acho que já vai sendo tempo de a sociedade aceitar que isto é uma escolha. Uma escolha que eu fiz e que muitas outras pessoas fazem e que tem de ser respeitada e protegida e não julgada com moralismos."***
24.	Não considera existir influência entre a história familiar de origem e a prostituição.

4.2.2. Percursos escolar e profissional

A desvalorização da escola como fator espaço de socialização e aprendizagem é uma característica predominante no percurso destas mulheres, quer por elas mesmas, quer pela sua família. Deste modo, o abandono escolar por falta de interesse, por falta de aproveitamento ou por falta de recursos são os mais comuns. Este abandono é também justificado pela ansiedade de poder trabalhar o mais cedo possível para fugir aos contextos em que vivem.

No que concerne à escolarização, a maioria destas mulheres é pouco escolarizada (58%) não possuem mais do que o 9º ano de escolaridade (ou equivalente) e abandonou a escola precocemente. Apenas uma das entrevistadas possui uma licenciatura e duas têm frequência do ensino superior (uma interrompeu e outra está a concluir o curso).

O abandono escolar precoce é justificado por cinco razões fundamentais:

1) falta de recursos económicos.

"Não havia condições em casa, nem dinheiro. Aprendi o básico, sei ler e escrever, mas não passo de uma ignorante."
(Maria).

2) Desvalorização da escola no sistema familiar.

"Ninguém da família achava que a escola era importante. Era tudo ignorantes. O que queriam era que a gente ganhasse dinheiro e a escola não dava dinheiro a ninguém, pelo contrário, só dava despesa e impedia-nos de trabalhar."
(Carla).

3) Ausência de gosto e/ou perceção de incapacidade para os estudos.

"Eu sei lá, estava na escola, mas não era capaz de entender nada."
(Rosa)

4) Perceção da escola como espaço de reforço de exclusão social.

"A escola não é para gente como nós. Os professores não queriam dar aulas na minha turma, porque era quase tudo do bairro."

(Diana)

5) Necessidade/vontade de começar a trabalhar, como forma de obter rendimentos e/ou de saída e autonomização dos contextos familiares e sociais de origem.

"Deixei com 14 anos, quase quinze, para ir trabalhar. A minha madrinha ainda insistiu, mas eu não queria. Eu queria trabalhar, ganhar o meu dinheiro."

(Ana)

É possível concluir a existência de uma espécie de *continuum* de exclusão social vivido e percebido por estas mulheres, que se inicia nos contextos familiares e comunitários de origem e é reforçado pela escola.

Enquanto instituição socializadora, a escola não apenas demonstra incapacidade de contrariar esse processo de exclusão, como parece fortalecê-lo, pela incapacidade de motivar e estimular a aquisição de competências diversificadas e não padronizadas.

Finalmente, importa sublinhar que esta incapacidade de estímulo e motivação, por parte da escola, contribui para criar ou adensar sentimentos de incapacidade intelectual (como fica patente no discurso das entrevistadas, ao referirem *"não ter cabeça"*, *"não ter capacidade"*, ou *"a escola não ser para elas"*).

Estes sentimentos de incapacidade, sobretudo por estarem associados a trajetórias de carência afetiva, repercutem-se na baixa autoestima e na reduzida autoconfiança manifestadas pelas mulheres e recorrentemente referidas pela e pelos profissionais que com elas lidam.

QUADRO 11: PERCURSO ESCOLAR

1.	Saída precoce da escola para trabalhar. Ausência de valorização da escola na família (analfabetismo dos pais) e pela própria. ***"Deixei com 14 anos, quase quinze, para ir trabalhar. A minha madrinha ainda insistiu, mas eu não queria. Eu queria trabalhar, ganhar o meu dinheiro."***
2.	Percurso escolar de sucesso (a concluir licenciatura). Gosto pelo estudo e valorização da escola no meio familiar (pais licenciados). ***"A minha mãe e o meu pai são licenciados, os meus avós também sempre falaram da importância dos estudos e no nosso círculo de amigos todos estudavam."***
3.	Abandono escolar precoce. Ausência de valorização da escola, percebida como um impedimento à possibilidade de ganhar dinheiro. ***"Ninguém da família achava que a escola era importante. Era tudo ignorantes. O que queriam era que a gente ganhasse dinheiro e a escola não dava dinheiro a ninguém, pelo contrário, só dava despesa e impedia-nos de trabalhar!"***
4.	Abandono da escola no 9º ano. Falta de gosto pela escola. Percurso de reprovações por faltas. Valorização da escola pelos pais. Perceção da escola como espaço potenciador de exclusão. ***"Fiz tudo até ao 9º ano, depois fui para o ensino profissional, ou não sei quê, para qualquer coisa social, mas aí já desliguei da escola. Queria era namorar, casar, ter filhos."*** ***"A escola não é para gente como nós. Os professores não queriam dar aulas na minha turma, porque era quase tudo do bairro."***
5.	Abandono da escola no 9º ano. Historial de desinteresse, absentismo, indisciplina e reprovações. ***"Sempre achei que a escola não me servia para nada. E também sempre fui uma revoltada e arranjava problemas com toda a gente."***

6.	Concluiu o 11º ano. Gosto pelo estudo. Saiu por falta de condições económicas e desvalorização pela família. ***"Eu gostava da escola. Sempre era uma maneira de sair de casa, de estar na vila e havia coisas que gostava de aprender."*** ***"Queriam lá os meus pais saber da escola. Nem sei se lá andaram. Sim, andaram, mas só fizeram a escola primária. No fundo, são dois ignorantes."***
7.	Concluiu curso profissional. Não gostava do ensino regular, até ao 9º ano (perceção de discriminação e exclusão pela escola), gostou do curso profissional (pela vertente prática). ***"Os professores não nos ligavam, porque nós éramos do acolhimento. Toda a gente sabia e depois tratavam-nos diferente. Depois no profissional gostei mais, também era mais prático e eu queria trabalhar para ter independência. E fazíamos estágios e era bom."***
8.	Abandono da escola no 9º ano. Historial de insucesso e passagem a programa educativo especial.
9.	Concluiu o 11º ano no estrangeiro. Falta de gosto pela escola e perceção de discriminação no país onde esteve emigrada.
10.	Concluiu o 9º ano. Historial de absentismo e insucesso. Desinteresse e falta de estímulo familiar.
11.	Abandono escolar após conclusão da primária. Gosto pela escola, mas falta de possibilidades económicas para estudar e ausência de valorização pela família. ***"Aos 11 anos saí da escola, mas gostava muito de aprender. Ainda hoje, eu leio livros e assisto a programas para aprender coisas de história. Gosto de saber como se vivia noutras épocas!"***
12.	Abandono escolar precoce. Falta de condições económicas e de ambiente familiar.
13.	Concluiu ciclo preparatório. Absentismo, desinteresse e insucesso. Perceção de exclusão na escola. ***"A escola não era lugar para nós. O que eu sentia era que estava ali a perder tempo. Hoje sei que não é assim e que devia ter estudado."***
14.	Concluiu o equivalente ao 7º ano. Falta de interesse e de condições económicas. Distanciamento entre a escola e o contexto social de origem.
15.	Frequentou a escola até ao 8º ano. Absentismo, falta de condições e ambiente familiar, desvalorização pela família.
16.	Concluiu o 12º ano. Passagem por 3 colégios privados, devido a problemas de indisciplina e insucesso. Valorização da escola no contexto familiar e social. ***"Fiz sempre tudo para irritar os meus pais. Portava-me mal, faltava às aulas, tinha más notas, mudava de colégio."***
17.	Concluiu o 11º ano. Frequência de escola privada em internato e sucesso escolar. Valorização da escola na família e no meio social.
18.	Concluiu o 6º ano de escolaridade. Abandono escolar precoce para ajudar os pais e perceção de incapacidade intelectual.
19.	Frequência de 1º ano de licenciatura. Valorização da escola pela família, abandono da universidade por incapacidade económica gerada pelo desemprego do pai.
20.	Concluiu o 6º ano. Abandono da escola por falta de recursos económicos, distância e falta de valorização pela família.
21.	Concluiu o ensino básico na Roménia. A família não tinha condições económicas.
22.	Concluiu o 6º ano de escolaridade. Percurso de insucesso, absentismo e desinteresse, ligados ao ambiente familiar e à negligência.
23.	Licenciatura. A família valorizava e incentivava o estudo.
24.	Concluiu o 12º ano. A família valorizava e incentivava o estudo, abandonou no final do 12º ano para casar, pensando retomar, posteriormente, os estudos.

As baixas qualificações escolares e a ausência de formação profissional (apenas duas das entrevistadas concluíram cursos profissionais – uma delas, já em adulta, como parte do contrato de inserção) justificam os empregos indiferenciados, precários e com remunerações baixas, referidos por 75% estas mulheres, sobretudo no setor dos serviços (domésticos, restauração e comércio), mas também na indústria ou na agricultura.

A precariedade e os baixos salários combinam-se na criação de trajetórias profissionais erráticas, com mudanças frequentes de emprego e sucessão de períodos de emprego/desemprego.

Quando verificam que os salários não são suficientes para o seu sustento e/ou das suas famílias ou ficam em situação de desemprego, estas mulheres acabam por recorrer à prostituição como tentativa de superar essas dificuldades.

Importa, todavia, referir que, apesar destas situações de precariedade, as mulheres em situação de prostituição estão no sistema com a ideia de ser uma situação provisória, até encontrarem uma solução para os seus problemas económicos, um facto que é sublinhado pelas e pelos profissionais que entrevistámos em investigações sobre o tema. Como a entrada na prostituição não contribui para essa melhoria da sua situação económica, este caráter "provisório" acaba por se prolongar no tempo, agudizando as dificuldades e "aprisionando" as mulheres ao sistema.

QUADRO 12: TRABALHO E TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS

1.	Trabalhos não qualificados no comércio, serviços domésticos e restauração. Trabalhos precários, mal pagos e sem benefícios sociais. ***"Eu trabalhei sempre. Mas foi tudo mal pago e sem qualquer benefício social, é claro. E trabalhei, porque me dispus a fazer o que fosse preciso para poder ganhar o meu dinheiro."*** ***"Mesmo cá (em Portugal), eu trabalhava no restaurante todos os dias, só folgava um dia em cada duas semanas, o trabalho era cansativo, muitas horas e nem o salário mínimo eu recebia."***
2.	Sem experiência prévia de trabalho. ***"Nunca trabalhei. Fui sempre estudante. Agora estou a trabalhar num call-center, enquanto tento acabar o curso, mas detesto o que faço e as condições. Mas espero não ficar muito tempo, é mesmo pelo ordenado".***
3.	Sucessão de trabalhos indiferenciados e temporários. Esta precariedade do trabalho foi agravada pelo consumo de drogas. ***"Nunca tive um emprego que fosse a sério, com um contrato."***
4.	Nenhuma experiência profissional, por coabitação com namorado traficante. ***"Eu nunca tive um trabalho. Quando saí da escola andava com o meu namorado pelo bairro, nunca trafiquei, mas ajudava-o nas coisas dele."***
5.	Trabalhos indiferenciados no comércio, precários e com salários baixos.
6.	Trabalho doméstico e no comércio. Contrato de trabalho e estabilidade, mas sem perspetivas nem gosto pelo que fazia.
7.	Trabalho no comércio (área do curso profissional). Percurso profissional errático com mudanças sucessivas e situações de desemprego.
8.	Trabalho indiferenciado no comércio e serviços. Percurso profissional errático e precário.
9.	Trabalho não qualificado na indústria, comércio e serviços. Precariedade, baixos salários e desemprego.
10.	Trabalho não qualificado no campo e na indústria. Trabalho sazonal e precário no campo. Trabalho com contrato numa fábrica e despedimento.

11.	Trabalho no campo e trabalho doméstico. Trabalhos mal pagos e desemprego.
12.	Trabalho indiferenciado e precário no setor doméstico e restauração.
13.	Trabalho indiferenciado, precário com baixas remunerações (costura, limpezas, restauração).
14.	Trabalho indiferenciado e precário no setor das limpezas.
15.	Início de trabalho precoce e não-qualificado na indústria e sucessão de trabalhos indiferenciados. Trabalho precário, salários baixos e percurso errático com sucessão de emprego/desemprego. ***"Eu nunca tive medo do trabalho. Nem me lembro de mim sem ser a trabalhar, porque sempre fui eu a fazer tudo em casa e com os meus irmãos. E deitei sempre mão a tudo o que é trabalho, mas o dinheiro nunca chega."***
16.	Nunca trabalhou. Ausência de experiência e qualificação profissionais.
17.	Nunca trabalhou até parar de consumir drogas. Trabalha agora em apoio social, devido à aquisição de competências profissionais após saída da prostituição e paragem de consumos.
18.	Trabalho precário na venda ambulante.
19.	Trajetória de emprego estável no comércio, mas indiferenciado e sem perspetivas ou gosto.
20.	Trabalho no campo, nas limpezas e na prestação de cuidados. Continua a trabalhar, tem contrato, mas o salário é insuficiente, pelo que recebe dinheiro em troca de atos sexuais, no contexto de trabalho.
21.	Trabalho no campo e numa casa como empregada doméstica, na Roménia. Trabalho precário e sem perspetivas.
22.	Fez trabalhos esporádicos nas limpezas e num café. Nunca teve vínculo laboral. Esteve presa por tráfico de droga e trabalhou na cozinha, enquanto cumpriu pena.
23.	Trabalho num pronto-a-vestir e numa agência de viagens. Demitiu-se pela prostituição.
24.	Trabalho num escritório de contabilidade, de onde se demitiu pela prostituição.

Como é reconhecido pelas e pelos profissionais que entrevistámos, e referido, também, nos diferentes estudos e relatórios acerca das mulheres no sistema de prostituição, as fragilidades nas trajetórias escolares e profissionais constituem fatores muito importantes para a entrada no sistema, geralmente, pelo efeito combinado da ausência de qualificações e competências, das baixas remunerações e da precariedade e desemprego associados aos trabalhos indiferenciados.

"Não tenho dúvidas que se tivesse emprego não tinha entrado na prostituição."

(Íris)

Assim, também a maioria das entrevistadas neste estudo (75%) reconhece a influência dessas vulnerabilidades, no plano profissional, para a entrada no sistema de prostituição, sendo essa entrada, geralmente, percebida como uma solução de "recurso" e temporária, algo, aliás, também constatado nas diferentes investigações sobre o tema.

"Nessa altura, o meu companheiro disse-me que um amigo dele tinha um bar, assim de alterne, e que eu podia ir para lá, que sempre ganhava mais dinheiro."

(Carla)

Todavia, mesmo se desconsiderarmos as pressões do proxenetismo, o próprio facto de uma mulher entrar no sistema de prostituição torna-se potenciador das dificuldades pré-existentes de acesso ao emprego.

Trata-se, então, de um processo que se autoalimenta, contribuindo para um aprisionamento na prostituição: as mulheres entram no sistema, por não terem emprego e, depois, por estarem no sistema, têm ainda mais dificuldades em aceder ao emprego.

No entendimento das mulheres entrevistadas, e tal como corroborado pelas e pelos profissionais entrevistadas/os, estas trajetórias escolares e profissionais precárias, operam não apenas como "facilitadores" da entrada no sistema de prostituição, mas também como "dificultadores" da sua saída do mesmo, sendo apontados como razões de permanência.

QUADRO 13: PERCEÇÃO DA INFLUÊNCIA DA HISTÓRIA ESCOLAR E PROFISSIONAL NA ENTRADA NA PROSTITUIÇÃO

1.	Relação entre insuficiência de salário, pobreza e entrada na prostituição.
2.	Não relaciona.
3.	Influência mútua: a ausência de trabalho levou à entrada na prostituição; o facto de se prostituir impediu-a de ter um emprego. ***"Nessa altura, o meu companheiro disse-me que um amigo dele tinha um bar, assim de alterne, e que eu podia ir para lá, que sempre ganhava mais dinheiro (...) E eu fui e comecei a trabalhar lá. Ganhava uma comissão pelas bebidas, mas onde se ganhava era a ir com eles para o quarto, porque o dono do bar tinha uma pensão, ao fundo da rua e a gente ia com os clientes e pagava-lhe uma comissão e o aluguer do quarto."***
4.	Relação entre a ausência de trabalho e a participação na atividade criminosa do namorado para entrada no sistema de prostituição. ***"Esses amigos também tinham umas miúdas a trabalhar num bar e o meu namorado disse que eu também podia ir, porque as coisas estavam más e ia ajudar. E eu fui."***
5.	Os baixos salários e a sugestão de poder ganhar muito dinheiro. ***"O trabalho não dava nada. Quando o meu primo me disse que no bar eu podia ganhar muito dinheiro, eu fui. Não podia continuar pobre a vida toda."***
6.	Relação entre a falta de perspetivas profissionais e a vontade de ganhar mais e o aliciamento para o sistema.
7.	Relação entre a situação de desemprego e a entrada no sistema de prostituição.
8.	Relação entre a falta de emprego e a entrada no sistema.
9.	Relação entre a falta de emprego e a entrada no sistema.
10.	Acredita que se tivesse emprego não teria entrado no sistema de prostituição.
11.	Relaciona a falta de dinheiro e o facto de a mãe se ter prostituído com o recurso à entrada no sistema.
12.	Relaciona a falta de qualificação profissional com o desemprego e a entrada no sistema de prostituição.
13.	Relaciona a falta de emprego estável e seguro com a entrada na prostituição.
14.	A precariedade e os baixos salários levaram-na a emigrar (promessa de contrato na restauração) e a entrar no sistema de prostituição.
15.	Relação entre baixos salários e falta de emprego e entrada na prostituição.
16.	Não relaciona.
17.	Não relaciona.
18.	Não relaciona.
19.	Não relaciona.
20.	Relaciona o baixo salário, as dívidas e o desemprego do marido com a entrada na prostituição. ***"Eu nunca pensei fazer nada disto. Com o primeiro cliente começou quase por pena dele, que era um homem ainda capaz, que tinha ficado viúvo e estava muito sozinho. E claro que eu sabia que ele tinha muitas posses e, para mim, era uma ajuda muito importante. Depois com o desemprego do meu marido, passei a fazer com outros clientes, senão perdíamos tudo."***
21.	Perante a falta de trabalho e os baixos salários, umas amigas vieram para Portugal, através de um angariador e uma dessas amigas sugeriu-lhe que viesse também, para trabalhar na casa de uma família, onde ganharia muito bem.
22.	Considera que as diferentes circunstâncias se influenciaram e reforçaram, conduzindo à entrada no sistema de prostituição. ***"Acho que foi tudo junto: a minha mãe que não queria saber de nós, eu que não queria saber da escola, o bairro, as companhias, não saber fazer nada, a droga. Tudo."***

23.	Estabelece relação com a insatisfação face ao emprego. ***"O que eu queria era trabalhar na aviação, quando não fiquei num concurso, desmotivei-me e percebi que como acompanhante ganhava muito mais do que na agência de viagens."***
24.	O salário era baixo e precisava de mais rendimentos por ter um filho a cargo.

4.2.3. Situação familiar atual

Na análise à situação familiar atual, procurou-se conhecer o tipo de agregado familiar em que vivem e as dinâmicas relacionais nesse agregado; a existência de situações de violência ou abuso e de comportamentos aditivos; as condições socioeconómicas e a vinculação à vizinhança e à comunidade; e, finalmente, a perceção de relação entre a situação familiar atual e a prostituição.

Das mulheres entrevistadas, oito vivem sozinhas, três vivem com os filhos/as, uma vive com a mãe, uma partilha o apartamento com a amiga com quem se prostitui, uma vive com a filha e a sogra (o companheiro está preso) e nove vivem com companheiro ou marido (3 delas com filhos/as). Finalmente, uma das entrevistadas que está inserida numa rede de prostituição partilha casa com outras mulheres.

Na descrição da composição do agregado familiar, a questão das relações afetivas foi frequentemente mencionada. Assim, entre as mulheres que vivem sós é frequente a referência ao sentimento de impossibilidade de partilharem a sua intimidade com um homem, feita quer por mulheres que permanecem no sistema de prostituição, quer por aquelas que já saíram do sistema.

"Agora, homens em casa, nem pensar. Homens são os clientes, mas esses até tento nem olhar para eles."

(Diana)

Aliás, em três das mulheres saídas do sistema foi expressamene referida esta dificuldade, sendo que uma delas, atualmente já casada, diz que após a saída lhe foi, durante muito tempo, impossível imaginar ter uma relação afetiva e de intimidade, algo que só foi superado com apoio e terapia.

"Durante muito tempo eu criei um bloqueio. Não suportava que nenhum homem me tocasse, nem sequer que olhasse para mim, porque associava a sexo e isso eu não conseguia. Construí um bloco, à minha volta e só com terapia e grupos de ajuda mútua consegui ultrapassar."

(Quitéria)

Este é um elemento merecedor de reflexão, na medida em que é ilustrativo das perceções negativas acerca das vivências íntimas e dos traumas gerados pela sexualidade e intimidade violentas (nos planos físico, psicológico, emocional e identitário) vividas em contexto de prostituição.

Noutras mulheres, a relação afetiva apresenta traços de dependência emocional, tendo o companheiro ou marido sido responsável pela sua entrada no sistema de prostituição, e/ou a serem o seu proxeneta.

Esta dependência emocional e os elevados níveis de toxicidade destas relações não poderão ser dissociados das vivências e trajetórias prévias, nomeadamente a nível familiar, muito marcadas pelo abuso e pela ausência de afeto, que ao contribuir para as baixas autoestima e autoconfiança das mulheres, as torna mais carentes do ponto de vista afetivo.

Acresce que estas trajetórias prévias condicionam, também, expectativas relativamente aos perfis dos relacionamentos, que "normalizam" o abuso, a exploração e a violência, como fazendo parte das relações de intimidade e/ou como sendo, mesmo, manifestações de amor.

"O meu namorado sabe o que eu faço, e sabe que é uma forma de ganhar dinheiro. Às vezes para os dois, porque ele trabalha nas obras e tem muitas vezes que não tem trabalho, ou se magoa e se não trabalhar não ganha, daí eu ajudo."

(Ana)

Relativamente às mulheres com filhos/as, estes e estas constituem-se como a primeira das preocupações para as mulheres entrevistadas, quer ao nível do seu sustento, quer ao nível do cuidado em ocultar deles e delas o facto de se prostituírem.

"Eu não quero que o meu filho saiba o que eu faço. Deus me livre! Por isso é que não dou confiança a ninguém, porque ele está a crescer, está na escola e ainda lhe podiam ir dizer. Para ele, eu trabalho nas limpezas e num restaurante e é assim que eu quero que fique. E quando puder saio, por causa dele, antes de ele ser mais velhinho."

(Diana)

Três das entrevistadas perderam a guarda dos/as filhos/as e uma terceira tem dois filhos, tendo deixado um deles (fruto de uma gravidez precoce) no Brasil, ao cuidado da sua mãe e tendo deixado o outro com o ex-marido, após fuga.

"O que me revolta é que eu comecei na prostituição porque precisava de dinheiro, para me sustentar a mim e ao menino, já que o meu marido nos tinha abandonado, e, depois, ele usou isso para me tirar o meu filho."

(Soraia)

No plano das interações familiares, a situação de prostituição determina mudanças no padrão de relações e afastamento relativamente a outros/as familiares, debilitando os vínculos destas mulheres e adensando a sua perceção de solidão.

"A casa da minha mãe eu vou pouco. Falo com ela, mas não temos uma relação, porque ela não perdoa a minha vida. E sei que tem pena por causa do neto, mas não consegue encarar-me com esta vida."

(Diana)

63% das entrevistadas relata ser (ou ter sido) vítima de alguma forma de violência pelos companheiros, nomeadamente, a própria exploração sexual, ou proxenetismo, ou agressões físicas, verbais, psicológicas, sexuais ou financeiras.

"Com o meu companheiro, ele é violento, mas de me fazer ir para ao hospital, assim, do nada, desata a bater-me, aos murros, aos pontapés, a bater-me com a cabeça contra as paredes."

(Carla)

"O meu companheiro afastou-me de tudo e de todos. Os primeiros foram logo a minha família, mas também os vizinhos e os amigos. Eu deixei de ser senhora da minha vida. E eu, tola, dizia a tudo que sim, primeiro por amor e depois por medo... ou por amor, eu sei lá."

(Rosa)

Tal como sucede com a violência praticada pelos seus progenitores, também em relação aos companheiros há uma associação entre a agressividade e os comportamentos aditivos, ou as dificuldades económicas, que conduz a uma espécie de discurso desculpabilizador ou justificativo da violência.

"É difícil para o meu namorado arranjar trabalho, por isso eu tenho de continuar. Mas, quando ele tiver trabalho, eu vou parar, vamos casar, ter filhos e uma casa só para nós, quando a vida melhorar."

(Maria)

QUADRO 14: FAMÍLIA ATUAL, INTERAÇÕES FAMILIARES E SITUAÇÕES DE RISCO, VIOLÊNCIA OU ABUSO

1.	Vive só. Tem um namorado (com quem não coabita) que ajuda economicamente. Ajuda a família no Brasil. ***"O meu namorado sabe o que eu faço, e sabe que é uma forma de ganhar dinheiro. Às vezes para os dois, porque ele trabalha nas obras e tem muitas vezes que não tem trabalho, ou se magoa e se não trabalhar não ganha, daí eu ajudo."***
2.	Vive com a mãe e sozinha durante a semana, por causa dos estudos. Não antevê a possibilidade de um relacionamento afetivo. As interações familiares mudaram após a sua passagem pelo sistema de prostituição. ***"Aparentemente, não mudou nada e, no entanto, mudou tudo. Mudou a maneira como os meus pais me veem, sobretudo a minha mãe. Eu sei que os desiludi, mas o pior foi o inesperado (...) o choque da surpresa. Depois acho que todos nos culpamos: eles porque acham que falharam como pais, eu porque acho que falhei, como filha. E sim, se calhar falhámos todos, mesmo. Afinal não é fácil saber que a filha universitária se anda a prostituir em Lisboa."***

3.	Relação longa e turbulenta com o companheiro. Tiveram um filho que lhes foi retirado para adoção. Violência, ruturas e regressos. Tentou romper a relação por diversas vezes, esteve numa casa abrigo, mas saiu e voltou para o companheiro agressor. A toxicodependência do casal, percebida como um fator de união. ***"Vivo com o meu companheiro. Estamos juntos desde os meus treze anos. É uma vida! E eu sei que ele me faz mal, que é por causa dele que a minha vida é esta tristeza, mas é assim. Tivemos um filho, que me foi retirado e foi para adoção."*** ***"Com o meu companheiro, ele é violento, mas de me fazer ir para ao hospital, assim, do nada, desata a bater-me, aos murros, aos pontapés, a bater-me com a cabeça contra as paredes."*** ***"Já o deixei uma série de vezes, mas acabo por voltar. Apresentei queixa dele, fui para uma casa de abrigo, ele apanhou uma pena suspensa e eu acabei por voltar para ele."***
4.	Vive com o filho que tem uma deficiência cardíaca que obriga a um acompanhamento médico constante. Afastamento da família de origem por causa da prostituição. Foi vítima de violência por parte do companheiro, quando viviam juntos. Rejeita a hipótese de ter uma relação afetiva.
5.	Vive sozinha. Já coabitou com dois homens que a exploravam financeiramente. Mantém uma relação de tipo fraternal com uma prima por afinidade, com quem se prostitui. O irmão está preso.
6.	Vive com o companheiro, proxeneta numa rede e ligado a outras atividades criminosas e consumidor de cocaína. Relação de dependência e medo com o companheiro. Não se sente feliz, mas tem medo de sair e não vê alternativas. No entanto, considera que o facto de viver com o proxeneta a coloca em vantagem relativamente a outras mulheres que ele explora. ***"Nestes negócios, há muita circulação de mulheres e um amigo do meu namorado também leva e traz mulheres e, duma vez, levou uma e trouxe outras, e eu vim também, para trabalhar aqui em Lisboa. Entretanto, no bar, conheci o meu namorado, que trabalha no mesmo negócio e já vivemos juntos há um ano."***
7.	Sem relação afetiva. Partilha o apartamento com uma amiga, com quem se prostitui.
8.	Tem uma filha de três anos e um companheiro, o pai da filha que é toxicodependente e está preso por crimes ligados ao consumo de drogas. Vive num quarto na casa da sogra. Rutura com a família de origem, por causa do companheiro.
9.	Vive sozinha e rejeita a possibilidade de uma relação afetiva.
10.	Vive com os dois filhos (10 e 6 anos). O pai do filho mais velho abandonou-os, o pai da filha mais nova emigrou e só raramente ajuda financeiramente. Foi vítima de violência por parte do último companheiro que tinha ciúmes por ela estar na prostituição.
11.	Casada, tem dois filhos (13 e 9 anos). Preocupa-a que os filhos não saibam do facto de explorar espaços de prostituição.
12.	Vive com o companheiro, num quarto alugado na casa de um tio dele. Considera não haver violência, mas ele incentiva-a a prostituir-se, porque precisam de dinheiro, até ele arranjar emprego e ganhar o suficiente para casarem e terem filhos. ***"É difícil para o meu namorado arranjar trabalho, por isso eu tenho de continuar. Mas vou parar, vamos casar, ter filhos e uma casa só para nós, quando a vida melhorar."***
13.	Casamento feliz, após saída da prostituição. Considera que foi o marido quem a salvou da prostituição. ***"O meu marido foi quem me deu tudo. Foi ele quem me tirou daquela vida. Foi Deus que o pôs no meu caminho, se não fosse ele eu já estava morta."***
14.	Tem um filho no Brasil, fruto de uma gravidez precoce, que está entregue à sua mãe. Em Portugal esteve casada e tem um filho, mas, por ser vítima de violência teve de fugir e o filho está com a família do ex-marido. ***"O meu marido e a família são gente rude, de aldeia e eu nunca consegui adaptar-me a essa vida. Aguentei sete anos, por causa do meu filho, mas depois eu não podia mais. E ele era violento, tinha ciúmes de mim, por achar que eu andava com outros homens. Vim embora, mas deixei o meu filho, porque sabia que ele fica melhor com os meus sogros, que cuidam dele. Mas custa muito não saber dele. Não sei o que irá suceder."***

15.	Teve o primeiro filho aos 18 anos, mas foi abandonada pelo pai da criança, após viverem juntos 5 anos em casa da sogra. Depois foi viver com um homem mais velho que, a seguir, adoeceu. Hoje tem um companheiro com quem vive e que a introduziu na prostituição. É vítima de violência física e sexual e de exploração sexual pelo companheiro, o que levou à rutura com o filho.
16.	Está sozinha em situação de sem-abrigo. Viveu com duas pessoas com quem teve relações afetivas temporariamente, ambos toxicodependentes. Esteve em duas comunidades terapêuticas (custeadas pela família). Atualmente, pelo fracasso das tentativas anteriores, não mantém relação com ninguém da família e recusa qualquer aproximação.
17.	É casada, tem uma filha. Sublinha a dificuldade em pensar numa relação afetiva e de intimidade com alguém após a saída da prostituição. Retoma de laços com família de origem no momento de paragem de consumos e saída da prostituição. ***"Durante muito tempo eu criei um bloqueio. Não suportava que nenhum homem me tocasse, nem sequer que olhasse para mim, porque associava a sexo e isso eu não conseguia. Construí um bloco, à minha volta e só com terapia e grupos de ajuda mútua consegui ultrapassar".***
18.	Vive só. Tem um filho casado e uma neta, mantendo com todos um relacionamento próximo. Durante muitos anos cortou relações com a irmã (por exigência do companheiro), mas reatou-as há alguns anos. Foi vítima de violência doméstica e prostituição forçada pelo companheiro. ***"O meu companheiro afastou-me de tudo e de todos. Os primeiros foram logo a minha família, mas também os vizinhos e os amigos. Eu deixei de ser senhora da minha vida. E eu, tola, dizia a tudo que sim, primeiro por amor e depois por medo... ou por amor, eu sei lá!"***
19.	Casou aos 20 anos e mudou-se para Lisboa por causa do trabalho do marido. Atualmente é divorciada, a guarda do filho, de 5 anos, foi atribuída ao pai, após um processo litigioso (a guarda foi-lhe atribuída e, depois, retirada, por causa da sua falta de condições - exposição ao risco). Lamenta essa situação e diz que não vai desistir de mudar o regime das responsabilidades parentais, pois considera que foi vítima de injustiça e de vingança. Está com o filho uma vez por semana em visita supervisionada. ***"O que me revolta é que eu comecei na prostituição porque precisava de dinheiro, para me sustentar a mim e ao menino, já que o meu marido nos tinha abandonado, e, depois, ele usou isso para me tirar o meu filho."***
20.	Casou aos 19 anos, depois de 1 ano de namoro. Vive com o marido e dois filhos (15 e 9 anos). Com o desemprego o marido tornou-se mais controlador. Tensões pelo facto de ela ter assumido que se prostituía no seu local de trabalho. O marido deixou de ter relações íntimas com ela.
21.	Compartilha uma casa com outras mulheres.
22.	Vive em casa da família do companheiro. Tem uma filha (5 anos) que lhe foi retirada e está no sistema de acolhimento. Não sabe quem é o pai da criança. Considera que tem um ambiente familiar muito mau e as relações com o companheiro e a família dele são tensas e com episódios de violência, o que atribui à toxicodependência e à necessidade de dinheiro.
23.	Vive sozinha.
24.	Vive com o filho. Tem um namorado, com quem não coabita. Foi vítima de violência conjugal e de perseguição na fase de divórcio.

Entre as entrevistadas que permanecem em situação de prostituição prevalece a perceção de pobreza ou de carência económica, o que comprova que o sistema de prostituição não se traduz em vantagens económicas para as mulheres, como sugerem alguns dos mitos mais comummente identificados a respeito da prostituição.

Com efeito, estas mulheres que estão em situação de prostituição definem-se como vivendo em situação de necessidade ou extrema necessidade económica, situação agravada pelo contexto de pandemia atual, tal como reconhecido, também, nas entrevistas a profissionais, que não apenas reduziu o número de compradores, como levou a um abaixamento dos preços praticados, como se constata, também, nos anúncios analisados, em que o intervalo de valores mais comum é o dos 15 a 25 euros.

Apenas três das entrevistadas que permanecem no sistema (sendo que uma delas explora espaços de prostituição) classificam a sua situação económica como "boa", ainda que sublinhem as fortes perdas de rendimento, decorrentes da situação de pandemia.

A carência económica é particularmente referida pelas mulheres com filhas/os ou com outras/os familiares dependentes (mãe, avó, irmãs/irmãos), e pelas que têm problemas de toxicodependência, encontrando-se duas destas mulheres em situação de sem-abrigo.

Refere-se que a dependência de outros/as familiares, que não os filhos e filhas, foi apenas referida por mulheres migrantes, uma realidade que vai ao encontro daquilo que foi identificado por algumas e alguns profissionais, como sendo comum entre as mulheres imigrantes e traficadas, que é o facto de se sentirem responsáveis pela ajuda económica à família, no país de origem.

As cinco mulheres saídas do sistema de prostituição declaram-se satisfeitas com a sua situação socioeconómica. Essa satisfação é resultante quer da perceção de suficiência dos rendimentos, quer do facto de estar associada à própria saída do sistema e à manutenção de uma vida independente. Este é um elemento, igualmente, salientado pelas e pelos profissionais, por traduzir um processo de autonomização, capacitação e ganho de autoestima, inexistentes durante a permanência no sistema de prostituição.

Na identificação dos vínculos sociais destas mulheres, a nível de vizinhança e da comunidade, constata-se o reconhecimento de que a situação de prostituição determina mudanças no padrão de relações sociais e, até, afastamento relativamente a outros/as familiares (justificados pela vergonha, decorrente da perceção de censura social que impende sobre a prostituição), debilitando os vínculos familiares, de amizade e de vizinhança, e adensando a perceção de solidão e potenciando situações de isolamento social, que se traduzem num acréscimo de vulnerabilidade, ao limitar as oportunidades de mudança e os apoios, de natureza formal e informal, mas também num adensamento da exposição ao risco de violência.

Como é recorrentemente referido na literatura sobre o tema, a solidão destas mulheres (imposta pelos proxenetas ou autodeterminada pela "vergonha") é um dos fatores de dificuldade na saída do sistema.

> *"Aqui eu só me relaciono com duas ou três amigas brasileiras, também. E com o meu namorado, que é brasileiro também. De resto, vou no supermercado, no shopping, conheço as pessoas do prédio e o senhorio e lá no prédio do apartamento, tento passar desapercebida, porque as pessoas comentam e já tentaram nos expulsar."*
>
> *(Ana)*

Pelo contrário, no caso das mulheres saídas do sistema, ficou patente uma construção/reconstrução de vínculos familiares, sociais e comunitários, que não existiam durante a permanência na prostituição. Essa recuperação de vínculos e a consequente perceção de inserção social resultaram numa correspondente recuperação de autoestima e de autoconfiança.

QUADRO 15: SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA E VINCULAÇÃO SOCIAL

1.	Tem mais rendimentos do que no Brasil, o que permite ajudar a família. Sem vínculos na comunidade. Vergonha e perceção de discriminação. ***"A minha família lá no Brasil, eu sinto como responsabilidade minha, também, especialmente a minha mãe e a minha irmã."*** ***"Aqui eu só me relaciono com duas ou três amigas brasileiras, também. E com o meu namorado, que é brasileiro também. De resto, vou no supermercado, no shopping, conheço as pessoas do prédio e o senhorio e lá no prédio do apartamento, tento passar desapercebida, porque as pessoas comentam e já tentaram nos expulsar."***
2.	Situação económica razoável, pelo facto de estar a trabalhar e ter suporte dos pais. Mantém poucos vínculos de amizade e quase todos superficiais. Afasta-se dos contactos sociais e isola-se por ter vergonha de contar a sua história de passado na prostituição.
3.	Pobreza. O dinheiro ganho na prostituição é gasto nos consumos de drogas. Sem relações ou vínculos na comunidade. ***"O dinheiro vai sendo cada vez menos, porque eu já estou velha e os clientes pagam bem é às moças novas. E gasto na heroína, que é só o que eu consumo agora, porque me deixa calma e tranquila."***

4.	Rendimento insuficiente resultante de subsídios, que a faz permanecer na prostituição. Não mantém relações de amizade na vizinhança nem no bar à exceção da ama do filho e uma prima do ex-companheiro, igualmente em situação de prostituição.
5.	Classifica a situação económica como razoável. Não mantém vínculos de vizinhança, amizade ou familiares relevantes.
6.	Dependência financeira total relativamente ao companheiro. Sem vínculos relevantes e em situação de isolamento pelo proxeneta.
7.	Considera que ganha bem, mas a situação piorou com a pandemia. Não mantém vínculos significativos e tem conflitos com os vizinhos do prédio. ***"Nós vivemos e trabalhamos num prédio e os vizinhos já nos quiseram pôr fora e fizeram queixas e tudo, mas a casa é dos pais da minha amiga, por isso não podem fazer nada. Mas metem-nos papéis na caixa do correio, mandam bocas. A nós e aos clientes, que isso ainda é o pior. E nós não nos metemos com ninguém, não há barulhos, os homens entram e saem sem confusão. Dizem que dá mau nome ao prédio e às pessoas. Até parece que aquela merda é algum prédio de luxo."***
8.	Recebe o RSI, mas não é suficiente, pelo que se prostitui. Sem vínculos relevantes de vizinhança ou amizade.
9.	Avalia sua situação como satisfatória por ter uma casa e viver do seu trabalho (saiu do sistema de prostituição).
10.	Vive com muitas dificuldades, recebe apoio e fundo de garantia pela falta de pagamento de pensão de alimentos. Já viveu num quarto (todos a dormirem na mesma cama) agora vive numa casa da câmara, com uma renda baixa. Não tem vínculos sociais e só uma amiga (a quem confia os filhos) sabe que se prostitui.
11.	Boa situação económica (explora, com o marido, espaços de prostituição). Preocupação para que no prédio onde moram e na escola dos filhos ninguém saiba qual a sua vida. Os amigos que sabem estão, também, ligados ao meio prostitucional.
12.	Dificuldades financeiras que levam à permanência na prostituição. Socialmente isolada, as suas únicas relações de amizade são com os amigos e familiares do namorado.
13.	Adequado às necessidades. Vínculos sociais fortes, após saída do sistema.
14.	Dificuldades económicas após a separação, porque dependia economicamente do marido. Sem vínculos sociais, isolada.
15.	Situação de miséria, estão ambos desempregados, o dinheiro que têm é o ganho na prostituição e diminuiu com a pandemia. Sem vínculos sociais.
16.	Miséria e situação de sem-abrigo. Sem vínculos sociais e rutura com família de origem.
17.	Situação socioeconómica boa, após saída da prostituição e paragem de consumos. Fortes vínculos sociais, familiares e comunitários, após saída do sistema.

18.	Recebe um ordenado baixo, mas que dá para pagar a renda de casa e para as despesas (saiu do sistema de prostituição). Tem vínculos familiares e com colegas de trabalho, que construiu após morte do companheiro e saída da prostituição (há 11 anos).
19.	Diz que depende do dinheiro da prostituição e não tem dificuldades financeiras, mas preferia ter outra forma de ganhar dinheiro. Sem vínculos significativos, rutura com família de origem.
20.	Insuficiência de rendimentos, na situação de desemprego do marido e excesso de dívidas. Relações superficiais com vizinhança. Duas amigas próximas a quem oculta a situação. Sem rede de apoio familiar, devido à distância. ***"Vivo uma vida dupla, numa pressão constante: é a rejeição do meu marido, é o medo que os patrões descubram e me despeçam, é o medo que os meus filhos saibam, é a vergonha que outras pessoas saibam e é o medo de deixar isto e perdermos tudo o que temos, até a nossa casa, para mais agora com a pandemia, em que o único dinheiro que entra é só o meu."***
21.	Pobreza e falta de liberdade. Quase não tem contactos fora do sistema de prostituição.
22.	Vivem de apoios sociais. Com a pandemia diz que a pobreza se converteu em miséria e que está totalmente dependente desses apoios.
23.	Considera ter uma situação económica confortável e um padrão de vida satisfatório. ***"Vivo com conforto. Tenho aquilo que quero. Estou bem."***
24.	Diz que tem possibilidade de dar boas condições de vida ao filho e que isso é o mais importante. Considera que tem amigos e uma vida "normal".

No que respeita à perceção da influência da situação familiar atual na entrada e/ou permanência no sistema de prostituição, 63% das entrevistadas respondem positivamente, seja por referência à relação afetiva com o companheiro/proxeneta, seja pela necessidade de dinheiro para fazer face às necessidades da família.

"Se eu estou na prostituição é pelos meus filhos. Só por eles. Quando nós estamos sozinhas é diferente, agora ver os meus filhos passar necessidades, isso não. E a verdade é que não era com os subsídios, nem a lavar escadas que eu os consigo sustentar."

(Jacinta)

Se a entrada e/ou permanência no sistema é percebida como estando ligada à situação familiar, duas das entrevistadas que já saíram do sistema estabelecem também relações entre essa saída e as suas vidas familiares. Num caso, porque considera que o marido foi o responsável por essa saída, e no outro porque reconhece que a sua vida familiar atual só foi tornada possível pela sua saída do sistema de prostituição.

"O meu marido foi quem me deu tudo. Foi ele quem me tirou daquela vida. Foi Deus que o pôs no meu caminho, se não fosse ele eu já estava morta."

(Mónica)

"Se eu hoje sou a mulher que sou e tenho a vida que tenho, isso só foi possível por ter parado de consumir e ter saído da prostituição."

(Quitéria)

QUADRO 16: PERCEÇÃO DA INFLUÊNCIA DA SITUAÇÃO FAMILIAR NA ENTRADA/PERMANÊNCIA NA PROSTITUIÇÃO

1.	Relaciona a permanência na prostituição com a possibilidade de poupar dinheiro e ajudar a família no Brasil.
2.	Não se aplica.
3.	Atribui ao companheiro a responsabilidade pela entrada na prostituição, pelo consumo e tráfico de drogas e pelo cumprimento de penas de prisão.
4.	Após entrada na prostituição engravidou e o namorado foi preso. Continuou na prostituição como forma de subsistência. Prostituiu-se durante a gravidez. Mantem-se pela insuficiência de rendimentos face às despesas relacionadas com a saúde do filho. A sua preocupação é ocultar do filho a situação de prostituição. ***"Eu não quero que o meu filho saiba o que eu faço. Deus me livre! Por isso é que não dou confiança a ninguém, porque ele está a crescer, está na escola e ainda lhe podiam ir dizer. Para ele, eu trabalho nas limpezas e num restaurante e é assim que eu quero que fique. E quando puder saio, por causa dele, antes de ele ser mais velhinho."***
5.	Não refere.
6.	Já estava na rede de prostituição. O facto de estar com este companheiro/proxeneta é percebido como protetor, mas aprisiona-a ao sistema.
7.	Não refere.
8.	O companheiro preso, a necessidade de sustento da filha e o rendimento insuficiente são os motivos de permanência na prostituição.
9.	Saiu do sistema.
10.	É por causa dos filhos que está na prostituição, porque o dinheiro dos subsídios ou o que poderia ganhar num trabalho indiferenciado não lhe daria para os sustentar. ***"Se eu estou na prostituição é pelos meus filhos. Só por eles. Quando nós estamos sozinhas é diferente, agora ver os meus filhos passar necessidades, isso não. E a verdade é que não era com os subsídios, nem a lavar escadas que eu os consigo sustentar."***
11.	O facto de ela ter sido prostituída e de o marido estar ligado ao sistema, faz com que explorem espaços de prostituição, sendo que ela já não se prostitui.
12.	A pressão do companheiro que a explora é a razão de permanência na prostituição.
13.	Saiu do sistema há 10 anos, com o apoio do atual marido.
14.	Fugiu do marido violento e da sua envolvente cultural, e entrou no sistema de prostituição.
15.	Esteve no sistema quando ficou sozinha com o filho, para o poder sustentar. Agora regressou por necessidade economia e imposição do companheiro que lhe "arranjou" os primeiros compradores de sexo.
16.	Não refere. Considera que a entrada na prostituição se deveu à toxicodependência.
17.	A atual situação familiar só foi possível pela paragem de consumos e saída da prostituição.
18.	A entrada na prostituição deu-se por imposição do companheiro. Saiu do sistema há 11 anos, após a sua morte.
19.	Entrou no sistema de prostituição quando o marido saiu de casa, para poder ter dinheiro para sustentar o filho. Depois, por estar na prostituição, foi-lhe retirada a guarda do filho por exposição ao risco.
20.	Identifica como causas o desemprego do marido e a insuficiência de rendimentos para fazer face às dívidas.
21.	Não refere.
22.	Considera que o facto de ele e o companheiro serem toxicodependentes é determinante para a permanência no sistema de prostituição.
23.	Não refere.
24.	Ressalva que é importante saber que ganha o suficiente para dar boas condições ao filho.

4.2.4. Patologias, adições e acompanhamento de saúde

Relativamente à saúde, acompanhamento médico e comportamentos aditivos, a maioria das mulheres entrevistadas (63%) refere ter ou ter tido problemas de saúde, sendo que se destacam os do domínio da saúde mental, com relatos de depressão, ansiedade e ideação suicida (com e sem tentativas).

"Às vezes gostava de voltar tudo para trás, para não cair nos mesmos erros, mas isso não posso fazer, não é? Por isso, outras vezes penso que o melhor era tomar uma caixa de comprimidos e acabar com a minha vida."

(Fátima)

Quatro mulheres referem, em associação, outras patologias de carácter endocrinológico, hematológico e de doença infeciosa (HIV).

Apesar da prevalência de mulheres que admitem recorrer a calmantes, tranquilizantes, antidepressivos e soníferos (ou, como no caso de uma das entrevistadas, um anti-histamínico forte utilizado para dormir), a maioria não tem acompanhamento médico especializado, nem tão-pouco regular.

"Fui acompanhada pelo psiquiatra na cadeia, depois quando estive internada por me tentar matar e quando soube que era seropositiva. Ainda tenho o cartão das consultas, mas não vou. Para quê? Para falar dos meus problemas? Isso falo eu, comigo própria, a toda a hora e até falo demais, porque o que eu queria era esquecer-me deles."

(Carla)

No caso das que são acompanhadas pelo médico de família, apenas uma lhe revelou o facto de estar em situação de prostituição.

Merece ainda referência o facto de uma das entrevistadas – inserida numa rede de prostituição – ter referido que quando alguma das mulheres tem de recorrer a uma urgência hospitalar, vai sempre acompanhada por alguém da rede, como forma de ameaça e de pressão para não revelar a situação ou pedir ajuda.

Quanto à toxicodependência, ainda que comummente associada à prostituição, entre as mulheres entrevistadas, seis assumem situações de toxicodependência e estabelecem uma relação direta entre a sua dependência de drogas e a prostituição. Em quatro situações a prostituição é referida como a forma de sustentar os consumos (no caso de uma mulher que já saiu do sistema, assume que o processo terapêutico de paragem de consumos foi determinante para a saída da prostituição).

"(Droga e prostituição) nem na minha cabeça eu consigo separar as coisas. Porque preciso de dinheiro, porque o meu companheiro também consume e porque torna mais fácil ir com os homens. Ainda hoje, depois destes anos todos, preciso de consumir antes de ir para a rua."

(Carla)

Nas outras duas situações – de mulheres inseridas numa rede de prostituição – é referido que o consumo de calmantes é imposto pela própria rede.

É, ainda, de sublinhar que algumas entrevistadas consideram estar dependentes dos tranquilizantes e antidepressivos que lhes foram prescritos como terapia.

Em sentido contrário, uma entrevistada, que tendo sido prostituída, agora explora espaços de prostituição, refere que não admite que nenhuma das mulheres que estão nos seus bares ou apartamentos seja consumidora de drogas, porque isso causa deterioração do aspeto das mulheres e a sua consequente desvalorização.

QUADRO 17: PATOLOGIAS, ADIÇÕES, PATOLOGIAS E ACOMPANHAMENTO DE SAÚDE

1.	Consumo excessivo de álcool, mas esporadicamente. Utilização de anti-histamínico forte para dormir. Sem doenças crónicas. Cuidadosa com a saúde e o corpo. Sem acompanhamento médico regular.

2.	Problema de tiroide, responsável pelo aumento de peso. Problemas de ansiedade desde a infância. Aumento da ansiedade e ataques de pânico depois de passagem pelo sistema de prostituição. Ideação suicida (sem tentativas). Acompanhamento médico especializado regular. ***"Depois, com aquilo que aconteceu, a ansiedade piorou muito, comecei a ter ataques de pânico, deixei de ser capaz de estar sozinha, tinha medo de sair à rua. Agora estou controlada, porque estou medicada, mas ainda não me sinto normal."***
3.	Início precoce de consumos com haxixe, que associa ao contexto social. Escalada rápida de consumos. Relação direta entre toxicodependência e prostituição. Seropositiva há 15 anos. Foi acompanhada em psiquiatria, mas abandonou as consultas. Acompanhamento em infeciologia e medicação para o HIV. Uma tentativa de suicídio após retirada do filho. ***"Já consumi de tudo. Acho que não há nada que eu não tenha experimentado... Heroína, que é só o que eu consumo agora, porque me deixa calma e tranquila."*** ***"(Droga e prostituição) nem na minha cabeça eu consigo separar as coisas. Porque preciso de dinheiro, porque o meu companheiro também consome e porque torna mais fácil ir com os homens. Ainda hoje, depois destes anos todos, preciso de consumir antes de ir para a rua."*** ***"Fui acompanhada pelo psiquiatra na cadeia, depois quando estive internada por me tentar matar e quando soube que era seropositiva. Ainda tenho o cartão das consultas, mas não vou. Para quê? Para falar dos meus problemas? Isso falo eu, comigo própria, a toda a hora e até falo demais, porque o que eu queria era esquecer-me deles."***
4.	Consumo ocasional de cocaína antes do nascimento do filho. Autoculpabiliza-se pela doença do filho e associa-a a esse consumo, por isso, nunca mais consumiu. Sem historial de doenças. Acompanhada por médica de família que tem conhecimento da sua situação. Toma medicação para tranquilizar e dormir, prescrita pela médica.
5.	Sem historial de doenças, nem acompanhamento médico.
6.	Começou a ser obrigada a tomar tranquilizantes pela rede e considera que está viciada. Ataques de ansiedade. Toma calmantes. Revelou ideação suicida. Não tem acompanhamento médico. Refere que há mulheres que se tiverem de ir ao hospital vão acompanhadas por alguém do sistema.
7.	Sem doenças.
8.	Sem doenças.
9.	Dependência de calmantes durante o tempo na prostituição. Complicações decorrentes de aborto. Depressão e ansiedade. Acompanhada e medicada.
10.	Sem doenças conhecidas.
11.	Bebeu, mas nunca em excesso nem consumiu drogas. Não admite que as mulheres dos seus bares ou apartamentos se droguem, pois isso é fator de decadência e risco. Refere que a sua história de vida afetou a sua saúde mental, que sente muita raiva. Teve acompanhamento psicológico, após nascimento da filha, mas hoje só toma ansiolíticos e soníferos prescritos pelo médico (que desconhece a sua história).
12.	Não refere problemas de saúde física ou mental.
13.	Esteve internada no hospital com uma anemia grave. É acompanhada no hospital. Enquanto esteve na prostituição sentia muita ansiedade e tomava calmantes. Agora é raro tomar alguma coisa para dormir.
14.	Sente tristeza por estar longe dos dois filhos. Toma calmantes, para dormir e estar mais tranquila.
15.	Refere depressão e ideação suicida. Não tem acompanhamento médico regular.

16.	Começo de consumo de drogas (com haxixe) aos 13 anos. Consumo de heroína aos 15 anos. Consumo de *crack*, anfetaminas e heroína. A escalada de consumos levou-a a roubar em casa dos pais, dos avós e de pais dos amigos, dinheiro ou bens que vendia a um recetador. Depois fez furtos e roubos em lojas e entrou no sistema de prostituição. Toxicodependência, doença hepática, automutilação e duas tentativas de suicídio. Acompanhamento em consultas hospitalares, às quais refere faltar muitas vezes.
17.	Começo aos 17 anos, com heroína (sem escalada de drogas leves para drogas duras). A necessidade de dinheiro para os consumos crescentes determinou o abandono de casa e a prostituição e o afastamento total da família de origem. Percurso de degradação física e psicológica associada à prostituição. Várias tentativas de suicídio. Teve apoio na paragem de consumos (tratamento de adição) e acompanhamento de saúde mental.
18.	Ideação suicida. Perturbação de ansiedade. Doença cardíaca. Tem acompanhamento de clínica geral e cardiologia. ***"Se não fosse o meu menino, eu tinha-me matado."***
19.	Consumo ocasional de cocaína. Ansiedade e depressão.
20.	Refere ansiedade, pela situação de medo permanente de ser descoberta. Toma calmantes prescritos pelo médico de família, para poder dormir.
21.	Consumo de calmantes, comum entre as outras mulheres. Diz que se sente muito infeliz.
22.	Começo de consumo de haxixe aos treze anos, escalada de consumos. Diz que já consumiu todo o tipo de drogas. Atualmente consome heroína e benzodiazepinas. Por causa dos consumos fez tráfico e foi presa. Cumpriu três anos de prisão, tendo feito uma paragem de consumos, com um programa de metadona no EP. Tem múltiplos problemas de saúde, esteve várias vezes internada e fez tratamentos para a dependência, sem resultados.
23.	Não refere.
24.	Teve problemas de ansiedade, devido à violência conjugal, ao divórcio e à perseguição. Foi medicada, mas atualmente já não toma medicação.

4.3. Trajetória no sistema de prostituição

Nas condições e fatores de entrada no sistema assumem maior relevância (75%) as questões ligadas às carências ou dificuldades económicas e ao desemprego, algo que é comummente referido na generalidade dos estudos sobre o tema e que foi, aliás, destacado pelas/os profissionais entrevistadas/os no âmbito desta investigação.

"Estrangeira, sem estudos, quanto é que me pagam num trabalho qualquer?"

(Ana)

"Estava sem trabalho, no Porto, havia umas casas de alterne onde eu conhecia umas moças e no desespero fui para lá. Já tinha três meses de renda em atraso, não tinha outra saída."

(Íris)

Quatro mulheres referem que essa necessidade de dinheiro está (ou esteve) ligada à situação de toxicodependência.

"O dinheiro vai sendo cada vez menos, porque eu já estou velha e os clientes pagam bem é às moças novas. E gasto na heroína, que é só o que eu consumo agora, porque me deixa calma e tranquila."

(Carla)

Noutros dois casos, a necessidade de dinheiro é secundarizada pela imposição do companheiro/proxeneta, ainda que estes dois fatores não se dissociem, porque o argumento utilizado pelos proxenetas é o da carência económica, cuja resolução passará pela entrada no sistema de prostituição, que será, na argumentação desses proxenetas, de caráter provisório.

"Depois quando o menino nasceu começou o inferno: batia-me por tudo e por nada, bebia, nunca tínhamos dinheiro, eu tinha de falar às escondidas com a minha família. Até que se lembrou que o melhor era eu começar a ir com homens para ganhar dinheiro."

(Rosa)

Outras entrevistadas mencionam a perceção de que aquilo que poderiam ganhar num trabalho (considerando a sua falta de qualificação) não lhes permitiria manter o mesmo padrão de vida ou de gastos.

"Não é aquilo que uma pessoa sonha para a vida, mas ganho o meu dinheiro, não dependo de ninguém e posso ter as minhas coisas e a minha independência. Não é bom, mas era pior andar na rua a pedir esmola, ou matar-me a trabalhar para não ganhar nada."

(Emília)

Apenas para duas entrevistadas, os fatores de entrada na prostituição não se prendem, diretamente, com questões económicas: num dos casos, essa entrada teve a ver com o recrutamento para uma rede, facilitada pelas suas aspirações de vida, que considerava serem impossíveis de atingir na sua terra de origem.

No outro caso, a baixa autoestima relativamente à imagem corporal e à capacidade de ser sexualmente atraente foram determinantes para a entrada no sistema de prostituição.

"Havia também isso de ser atraente para os homens, uma coisa que, para mim, era novo e, até, excitante."

(E2)

13% das mulheres entrevistadas entraram no sistema de prostituição em contexto de redes organizadas de aliciamento e recrutamento de mulheres para exploração sexual.

"Eu não entrei por querer, nem sabia ao que ia. Fui apanhada numa máfia. Aliás, ainda estou apanhada."

(Fátima)

QUADRO 18: CONDIÇÕES E FATORES DE ENTRADA NO SISTEMA DE PROSTITUIÇÃO

1.	Trabalhava na restauração, e por sugestão da amiga, começou a ir a um apartamento nas folgas para ganhar mais. Depois deixou o restaurante e ficou só na prostituição. Mantem-se pelo dinheiro que ganha e pretende poupar para poder sair. Acha que o dinheiro que ganha lhe permite um certo tipo de consumo de bens que valoriza. ***"Estrangeira, sem estudos, quanto é que me pagam num trabalho qualquer?"*** ***"Nunca poderia ganhar o suficiente para ter tudo aquilo a que já estou habituada, por exemplo, a roupa, os sapatos, nem poderia ajudar a minha mãe e a minha irmã, lá no Brasil."***
2.	Através de colegas de curso universitárias que estavam no sistema. Sugestão de forma fácil de ganhar dinheiro para consumir bens como roupas ou calçado caros. A ideia de poder ser sexualmente atrativa, o que contrariava a sua autoimagem. ***"Além de poder ganhar dinheiro, porque, como é natural, a minha mãe não podia dar-me muito, dado que já gastava com a faculdade e o quarto e a alimentação e os transportes, havia também isso de ser atraente para os homens, uma coisa que, para mim, era novo e, até, excitante."***
3.	Entrada precoce na prostituição (13 anos) associada ao turismo no Algarve, em "engates" de bar, para ganhar dinheiro. ***"Aos treze anos, no Algarve, ia com velhos que me pagavam, estrangeiros e muitos portugueses, conhecia-os à noite na rua ou nos bares e fazia tudo no carro ou na mata."***
4.	Entrada no sistema por influência do namorado (em situação de fuga da polícia) para ganhar dinheiro. Permanece para ter dinheiro para sustentar o filho. ***"Fui por causa dos amigos do meu namorado e fiquei porque não tinha mais nada para fazer e tinha um filho para sustentar. E isso é mais importante que qualquer coisa na vida."***
5.	Entrada no sistema por influência do primo, com a sugestão de poder ganhar muito dinheiro. Permanece por achar que não tem alternativas onde ganhe o suficiente.

6.	Entrada no sistema através de um angariador que lhe prometeu trabalho num restaurante. Esteve em bares de beira-de-estrada com quartos em cima. Havia mulheres de várias nacionalidades que se sentiam presas sem hipótese de sair. Soube que o angariador tinha levado outras jovens portuguesas. Regressou a Lisboa, trazida pelo dono de um bar de Lisboa, para circulação das mulheres. ***"Eu não entrei por querer, nem sabia ao que ia. Fui apanhada numa máfia. Aliás, ainda estou apanhada."***
7.	Falta de emprego e de dinheiro e consciência da sua atratividade levou a que, com uma amiga, tentassem colocar um anúncio no jornal. ***"A ideia até foi da minha amiga. Eu sem trabalho, ela a ganhar mal na (loja de roupa) e quando saíamos havia sempre homens a engatar-nos. Então ela um dia, estávamos no café e estava o jornal na mesa com aqueles anúncios e ela disse-me: "olha lá, já pensaste que, se calhar, assim a gente ganhava dinheiro. Se já vamos para a cama com gajos sem receber, podemos levar dinheiro. Púnhamos anúncios no jornal ou nesses sites e logo se via". Eu acho que ela nem estava assim muito a sério, mas a mim pareceu-me que até era uma ideia. E foi o que fizemos. E fazemos ainda."***
8.	Falta de dinheiro, com o companheiro procurado pela polícia, entrou no sistema através de conhecidos do namorado. ***"Tinha de ganhar dinheiro, mas é claro que não é o que eu queria, mas era a única saída. Não dava para viver do RSI e do abono, não é? E não havia trabalho ou é tudo a ganhar uma miséria. Quer dizer, ia trabalhar, perdia o RSI e ganhava pouco mais?"***
9.	Falta de trabalho e de dinheiro, conhecia raparigas "alternadeiras" e foi para esses bares. ***"Estava sem trabalho, no Porto, havia umas casas de alterne onde eu conhecia umas moças e no desespero fui para lá. Já tinha três meses de renda em atraso, não tinha outra saída."***
10.	Situação de desemprego (despedimento da fábrica após baixa prolongada decorrente de complicações depois do nascimento do filho mais velho). Entretanto, foi abandonada pelo companheiro e não tinha rendimento. Referência, por uma pessoa conhecida à possibilidade de ganhar dinheiro nos bares de prostituição. ***"Quando eu tive o meu filho mais velho, passei muito mal, estive muito tempo de baixa e quando voltei a fábrica tinha de reduzir pessoal e eu fui despedida. Ainda tive o desemprego, mas era uma miséria. Entretanto, uma conhecida minha falou-me disto dos bares e disse-me que se ganhava dinheiro e que a gente até se acostumava. E eu fui com ela."***
11.	No Brasil, para ter dinheiro para sobreviver. Em 1998 veio para Portugal. ***"As meninas que estão connosco são bem tratadas, porque eu tenho a experiência, mas a história é semelhante à minha: estão aqui para fugir da pobreza. Tem brasileiras, portuguesas, romenas, da Moldávia."***
12.	Quando trabalhava no restaurante, no Brasil, disseram-lhe que lhe arranjavam um contrato para trabalhar num restaurante em Portugal. Emprestaram-lhe dinheiro para o bilhete de avião. Quando chegou a Portugal foi para um bar de prostituição e vivia numa pensão com outras mulheres.
13.	Necessidade de dinheiro para se sustentar e ao filho. ***"O dinheiro não chegava, eu tinha um filho para sustentar e a única coisa que tinha era o meu corpo. Tinha de ser."***
14.	Por ser vítima de violência e não se adaptar ao estilo de vida na terra do marido fugiu para Lisboa, onde através de uma conhecida, entrou num apartamento de prostituição, que é explorado por uma brasileira. ***"Eu estava sozinha, em Lisboa, cheia de medo que o meu marido me encontrasse, por isso pareceu-me a única forma de sobreviver."***
15.	Numa primeira vez, esteve no sistema por necessidade de dinheiro, para se sustentar e ao filho. Depois reentrou, por imposição do companheiro.
16.	Necessidade de dinheiro para consumo de drogas.
17.	Necessidade de dinheiro para consumo de drogas.

18.	Imposição do companheiro que lhe arranjou os primeiros compradores de sexo. ***"Depois quando o menino nasceu começou o inferno: batia-me por tudo e por nada, bebia, nunca tínhamos dinheiro, eu tinha de falar às escondidas com a minha família. Até que se lembrou que o melhor era eu começar a ir com homens para ganhar dinheiro."***
19.	Necessidade de dinheiro para se sustentar e ao filho, após separação do marido.
20.	Desemprego do marido, salário baixo e impossibilidade de pagar dívidas familiares.
21.	Quando chegou a Portugal, descobriu que a amiga a tinha enganado e que iria trabalhar para um bar de prostituição.
22.	Por consumir drogas e não ter supervisão ou acompanhamento começou a prostituir-se para ter dinheiro para os consumos. Os primeiros proxenetas e compradores de sexo foram os traficantes do bairro.
23.	Enquanto estudava fez alguns trabalhos como divulgadora de produtos e como rececionista de eventos e algumas colegas faziam prostituição como acompanhantes, para uma agência. Por saber que se ganhava bem, começou a fazê-lo esporadicamente, já depois de acabar o curso e enquanto trabalhava na loja e na agência de viagens. Quando percebeu que ganharia mais dinheiro como acompanhante do que no trabalho que tinha, demitiu-se e passou a dedicar-se, apenas, a ser acompanhante.
24.	Trabalhava no escritório de contabilidade e uma amiga falou-lhe de uma agência de acompanhantes. Precisava de dinheiro, por ter um filho a seu cargo e o salário ser baixo, e decidiu experimentar. Percebeu que poderia ganhar bastante mais.

Tal como tem sido constatado nos estudos acerca do sistema de prostituição e como nos foi referido pelas e pelos profissionais, que lidam com o sistema, a prostituição decorre crescentemente em espaços fechados, como apartamentos, casas de massagens e bares. Esta é uma das dimensões de evolução do sistema, verificável, também, entre as mulheres entrevistadas, com um predomínio da prostituição de apartamento e de bar.

Apenas cinco mulheres fizeram prostituição de rua, sendo que duas destas já saíram do sistema. Das três mulheres que estão na prostituição de rua, todas são toxicodependentes e duas estão em situação de sem-abrigo (uma ocupou numa casa devoluta e sem condições e a outra vive na rua). Uma destas mulheres relaciona o facto de estar na rua com a idade, a degradação pela toxicodependência e o tempo de permanência na prostituição – fatores de desvalorização que a fizeram sair dos bares onde antes se prostituía.

Duas mulheres estiveram numa agência de acompanhantes e estão atualmente num apartamento autogerido.

Três mulheres referem, também, a prostituição por webcam em sites da internet.

Uma das mulheres caraterizou a evolução do próprio sistema como estando crescentemente organizado, violento e controlado por redes, sendo que o próprio fechamento dos espaços é apontado quer como fator de maior violência, quer como marca da organização do sistema, que capitaliza esse fechamento numa lógica de invisibilidade e de garantia de maior impunidade, nomeadamente, em relação ao tráfico e ao lenocínio.

"Isto agora é muito diferente do que era quando eu vim para Lisboa, que foi quando eu tinha dezanove anos e o meu companheiro disse que aqui também tinha amigos com bares e que era melhor por causa de um primo que vivia na Amadora e traficava e ele ia trabalhar com ele. Agora isto há muitas estrangeiras, já nem são as brasileiras, são as romenas e as africanas, e essas trabalham para os gajos das redes e eles não as deixam um minuto. E são mais novas e levam os clientes todos. Eu só me safo, porque faço mais barato, mas os gajos delas já me ameaçaram..."

(Carla)

QUADRO 19: TIPO DE PROSTITUIÇÃO E TEMPO DE PERMANÊNCIA NO SISTEMA

1.	Apartamento (sempre o mesmo). Há 4 anos no sistema. ***"Fiquei sempre no apartamento, com a Lurdes. Ela também fez isso (prostituição), mas agora tem dois apartamentos e recebe do que nós ganhamos. Mas é cuidadosa com a gente e já tem uma clientela meio fixa e conhecida e isso também me dá uma segurança maior. Talvez por saber que isso pode ser duro, ela cuida de nós."***

2.	Casa de Massagens. Esteve no sistema durante 1 ano e meio. ***"As massagens de relaxamento que, basicamente, podiam ser tudo. Os preços eram fixados ao tempo e os patrões recebiam e davam-nos 30%. Se fosse lá quase todos os dias, havia semanas em que ganhava bastante, dependia do número de clientes, mas para mim, que andava sempre com pouca folga de dinheiro, parecia-me que estava rica. Claro que gastava tudo em roupa, sapatos, maquilhagem, dietas."***
3.	***"Engates de bar", depois, Bares de Alterne, agora, prostituição de rua (por causa da idade e do consumo de droga). Está há 29 anos no sistema. Saídas motivadas por cumprimento de pena de prisão, por internamento em comunidade terapêutica e permanência em casa-abrigo, sempre com reentradas.*** ***"Depois comecei nos bares de alterne e nos clubes, primeiro no Algarve e, depois, aqui em Lisboa. Entretanto, por causa das drogas e de estar velha, chutaram-me dos bares e passei a fazer a rua."*** ***"Bares e rua. Nunca andei pelos apartamentos, nem massagens, nem nada disso. Dos bares para a pensão, da rua para o carro e, às vezes, para a pensão, mais nada."***
4.	Prostituição de bares e apartamento privado de uma prima. Faz também webcam, através de um site. Está há 9 anos no sistema. ***"Os bares e a casa particular, mas só a nossa. E o site. Nunca andei nas ruas, e espero nunca andar, mas também nunca trabalhei num apartamento, para esses chulos. Sim, claro que os dos bares também são chulos, mas é diferente."***
5.	Prostituição de bares. Há dois anos faz só apartamento (seu) com a sua amiga. Faz também webcam, através de um site. Está há 10 anos no sistema.
6.	Bares em Espanha e Portugal, controlados por redes. Está no sistema há 5 anos (3 em Espanha – vários bares na região transfronteiriça a norte – 2 em Portugal). ***"Quando lá cheguei, uma casa enorme, à beira da estrada, com um estacionamento muito grande. Havia muitas raparigas, portuguesas, brasileiras, russas, romenas. E vivíamos lá, presas, e tínhamos de obedecer. Aquilo funcionava como restaurante e bar, mas isso era a fachada, porque nós estávamos lá, os quartos ficavam em cima e o dinheiro nem passava por nós e tínhamos de fazer tudo o que o cliente queria. E tudo é mesmo tudo, porque eu vi raparigas que se revoltaram e vi o que lhes fizeram. Por isso era calar!"***
7.	Apartamento e webcam. Permanece há 4 anos.
8.	Apartamento (já esteve em dois dos mesmos donos). Está há 2 anos no sistema.
9.	Bares de alterne, em diferentes cidades, para haver circulação de mulheres. Esteve 10 anos no sistema. Saiu há 5 anos.
10.	Bares diferentes (circulação de mulheres). Há 8 anos no sistema. ***"São bares, alguns bares e restaurantes, mas a gente vai rodando de uns para os outros, que é para haver sempre caras novas. Mas é tudo a mesma gente."***
11.	Bares e clubes de striptease no Brasil. Bares de Alterne e Clubes no Porto. Clube de striptease em Lisboa. Atualmente tem 2 bares (na margem sul) e 2 apartamentos (margem sul e Lisboa). 13 anos a exercer prostituição (5 anos no Brasil e 8 em Portugal). Há 14 anos explora espaços de prostituição.
12.	Bares. Está há 9 anos no sistema.
13.	Prostituição de rua. Esteve 5 anos (com intermitências ligadas a emprego/desemprego). Saída há 10 anos.
14.	Apartamentos (já esteve em 2 dos mesmos donos). Permanece há 4 anos.
15.	Prostituição de rua (em 3 zonas diferentes da cidade). No sistema há 6 anos (cerca de 1 ano e saída). Regressou há 5 anos.
16.	No começo (por ser atraente) esteve em apartamentos ou como acompanhante em hotéis. Depois, com a continuação de consumos, prostituição de rua, ligada à situação de sem-abrigo. Permanência há 6 anos, com interrupções ligadas a tratamentos da toxicodependência. Recaídas em consumos e regresso à prostituição.
17.	Prostituição de rua, ligada à toxicodependência e a situação de sem-abrigo. Esteve 15 anos no sistema e saiu há 22.

18.	Prostituição de rua. Esteve no sistema 18 anos. Duas tentativas de saída, com regresso por medo do companheiro e de ele lhe tirar o filho. Saiu após morte do companheiro.
19.	Apartamento e casa própria com três compradores fixos. Permanece há 4 anos.
20.	Recebe dinheiro de compradores de sexo que acompanha no âmbito da sua atividade profissional. Na situação há 5 anos.
21.	Bares. Refere que já circulou por outras zonas do país. Refere o Algarve e Santarém. Há 5 anos no sistema.
22.	Prostituição de rua. Diz que perdeu muitos compradores de sexo com a situação da pandemia e que está numa situação de miséria. Está há 22 anos, com interrupção durante os 3 anos em que cumpriu uma pena de prisão.
23.	É coproprietária de um apartamento com outras duas mulheres. Está há 9 anos no sistema.
24.	É coproprietária de um apartamento com outras duas mulheres. Está há 7 anos no sistema.

No que respeita à opinião das mulheres acerca da prostituição, a maioria expressa opiniões muito negativas.

"Eu acho que é uma vida que ninguém quer, não é? Pela vergonha, pelo medo, por não haver opções, por tudo. E quando se tem filhos, a vergonha ainda é maior. Eu não quero que chamem filho da puta ao meu filho. Ninguém quer, não é? E o pior é que entras e depois não podes sair."

(Diana)

Nesta visão negativa estão implícitas associações a:

• Vergonha

"A vergonha era muita. Eu no começo encolhia-me, com medo que passasse alguém conhecido. É muito difícil, é a sensação de que não valemos nada, ali na rua não somos gente."

(Mónica)

• Degradação

"É a maior podridão. E cola-se à gente."

(Íris)

• Despersonalização

"É o mais baixo que se pode descer. Tem tudo o que é mau. E uma pessoa deixa de se sentir gente. Cá por dentro, deixamos de nos sentir gente."

(Fátima)

• Morte

"(A prostituição é) a vida mais desgraçada que alguém pode ter. Morremos vivas"

(Carla)

Talvez pelas ideias negativas que ligam à prostituição, algumas das entrevistadas distanciam-se das imagens estereotipadas que elas próprias possuem a respeito das mulheres em situação de prostituição, admitindo não lhes ser fácil a identificação entre a sua circunstância pessoal e esse estereótipo.

"Eram as mulheres que eu via na estrada, lá na minha terra, que iam com os camionistas e com os homens das obras. Mulheres com mau aspeto, com um ar decadente as mais velhas, ou então umas toxicodependentes mais novas, ainda com pior aspeto. Por outro lado, havia aquela coisa de filme, as acompanhantes de luxo, lindas, cuidadas, com o aspeto que eu queria ter."

(Berta)

O correlato destas opiniões negativas manifesta-se na expressão de vontade de sair do sistema, presente no discurso da maioria das mulheres entrevistadas.

"Olha, é algo que eu jamais pensei fazer. Sabe aquela coisa de ser puta, que horror! Pois era o que eu pensava e, se calhar, ainda penso. Por isso não gosto de pensar em mim desse jeito. Eu sei o que faço, sei o que sou aos olhos dos outros, sei que as pessoas me olham mal, me veem como puta, porque era isso que eu pensava também, mas eu sinto que há mais (...) sei que isto não vai ser a minha vida. Não pode ser a minha vida, porque isso seria ruim demais."

(Ana)

Todavia, esta vontade de sair está envolta numa grande ambivalência, associada à perceção de incapacidade de mudar, ao medo do desconhecido, à falta de força e de autoconfiança e às atitudes de resignação e abulia, que decorrem de toda uma trajetória prévia de depreciação.

"Olhe não é que goste do que faço, mas é a vida."

(Jacinta)

Das dezanove mulheres que permanecem no sistema, apenas cinco manifestam o desejo de permanecer, sendo que uma delas, neste momento, apenas atua como proxeneta e as restantes não dependem de um proxeneta.

"Gostava que respeitassem o meu direito de fazer uma escolha a viver de determinada atividade e a ter os direitos que têm as pessoas que se dedicam a outros trabalhos. Porque é esse o meu caso, eu fiz uma escolha de vida."

(Wilma)

Em relação à autoimagem, a maioria das mulheres revela ter tido, desde idades precoces, uma autoimagem e um autoconceito de carácter negativo, que associam à sua história familiar e social de origem, ou a determinados episódios da sua trajetória de vida, prévios à entrada no sistema de prostituição.

"Tudo o que eu sonhei para a vida: ser feliz, ter filhos, isso roubaram-mo na minha própria família (abusos sexuais pelo irmão e coação familiar para abortar). A partir daí não se pode esperar mais, nem vale a pena ter ilusões."

(Íris)

Relativamente à consonância/dissonância entre a autoimagem idealizada e a percebida, no discurso da maioria das entrevistadas perpassa sentimentos de dissonância, desencanto e, mais uma vez, de impotência perante as circunstâncias.

"Não gosto da pessoa em que me tornei. Houve momentos em que pensei que podia ser feliz, ser normal, como a outra gente, mas agora já não. Agora sei que não sou capaz, que isso não é para mim."

(Olívia)

QUADRO 20: OPINIÃO SOBRE A PROSTITUIÇÃO E AUTOIMAGEM

1.	Quer sair, porque tem vergonha da sua vida. Visão estereotipada da prostituição. Prévia identificação com a pobreza. Não se vê como prostituída, mas como alguém que está na prostituição (transitoriedade e utilitarismo). ***"Olha, é algo que eu jamais pensei fazer. Sabe aquela coisa de ser puta, que horror! Pois era o que eu pensava e, se calhar, ainda penso. Por isso não gosto de pensar em mim desse jeito. Eu sei o que faço, sei o que sou aos olhos dos outros, sei que as pessoas me olham mal, me veem como puta, porque era isso que eu pensava também, mas eu sinto que há mais (...) sei que isto não vai ser a minha vida. Não pode ser a minha vida, porque isso seria ruim demais."*** ***"Para mim, prostituta é aquela mulher que está na beira da estrada, que vai com qualquer um que pára o carro. Uma mulher decadente, sem amor-próprio, fraca."***
2.	Distanciamento pessoal face à visão estereotipada das mulheres em situação de prostituição. Autoimagem muito negativa, devido ao excesso de peso. Valorização do facto de se ter sentido sexualmente atraente. Pelas representações estereotipadas acerca da prostituição, nunca pensou que pudesse suceder-lhe, só ganhou consciência após saída do sistema. ***"Eram as mulheres que eu via na estrada, lá na minha terra, que iam com os camionistas e com os homens das obras. Mulheres com mau aspeto, com um ar decadente as mais velhas, ou então umas toxicodependentes mais novas, ainda com pior aspeto. Por outro lado, havia aquela coisa de filme, as acompanhantes de luxo, lindas, cuidadas, com o aspeto que eu queria ter."*** ***"Sentia-me atraente, quero dizer, afinal havia homens que se sentiam sexualmente atraídos por mim. Por outro lado, comecei a cuidar-me mais e isso fazia-me sentir melhor, quando me olhava ao espelho."***

3.	Fala de grandes mudanças no sistema de prostituição (maior presença de redes violentas). Define a prostituição como uma forma de morte em vida. A entrada precoce na prostituição faz com que tenha uma imagem difusa de si antes disso. Sente-se precocemente envelhecida. Gostaria de ser totalmente diferente e recrimina-se pela perceção de falta de força para mudar, pela sua passividade. ***"Isto agora é muito diferente do que era quando eu vim para Lisboa, que foi quando eu tinha dezanove anos e o meu companheiro disse que aqui também tinha amigos com bares e que era melhor por causa de um primo que vivia na Amadora e traficava e ele ia trabalhar com ele. Agora isto há muitas estrangeiras, já nem são as brasileiras, são as romenas e essas trabalham para os gajos das redes e eles não as deixam um minuto. E são mais novas e levam os clientes todos. Eu só me safo, porque faço mais barato, mas os gajos delas já me ameaçaram..."*** ***"(A prostituição é) a vida mais desgraçada que alguém pode ter. Morremos vivas."***
4.	Associa a prostituição a vergonha e a medo. Refere a dificuldade em sair. Gosta da sua imagem pessoal, mas não gosta da vida que tem. Acredita que a prostituição a envelhecerá precocemente. ***"Eu acho que é uma vida que ninguém quer, não é? Pela vergonha, pelo medo, por não haver opções, por tudo. E quando se tem filhos, a vergonha ainda é maior. Eu não quero que chamem filho da puta ao meu filho. Ninguém quer, não é? E o pior é que entras e depois não podes sair."*** ***"Se calhar, gosto de mim por fora, mas não gosto de mim por dentro. E olhe que o meu aspeto ajuda a ter clientes."***
5.	Associa a prostituição à única forma de ganhar o suficiente. Gosta de si e cuida da sua imagem que considera importante para o que faz. Não pensa em si como prostituta, porque o seu estereótipo de prostituição tem a ver com dependência de um proxeneta, dependência de drogas ou degradação física. Resignação perante a realidade. ***"Não é aquilo que ninguém sonha, mas ganho o meu dinheiro, não dependo de ninguém e posso ter as minhas coisas e a minha independência. Se é bom? Não! Mas era pior andar na rua a pedir esmola, ou matar-me a trabalhar para não ganhar nada."*** ***"Eu sei que podia dizer que me detesto, por causa do que faço, mas não é assim. Acho-me bonita e atraente, tenho clientes, cuido de mim e tenho dinheiro para cuidar de mim. E a vida é o que é."***
6.	Considera que na prostituição as pessoas deixam de ser gente. Antes era uma rapariga de aldeia que sonhava com as vidas que via nas telenovelas. Agora não gosta da sua vida. Considera que a prostituição a despersonalizou e que nada na sua vida correu como sonhado. ***"É o mais baixo que se pode descer. Tem tudo o que é mau. E uma pessoa deixa de se sentir gente. Cá por dentro, deixamos de nos sentir gente!"***
7.	Assume que é independente e só paga os anúncios e o site e que está na prostituição porque quer. Que não é o seu sonho de vida, mas que os empregos mal pagos e pesados também não o são. Sente que tem de aceitar as circunstâncias da vida. Acha que o pior é a rejeição social de que são alvo. Considera que atualmente tem uma imagem mais cuidada e elegante.
8.	Considera que a profissão não é uma forma de vida desejável para ninguém. Quando começou na prostituição era uma mulher jovem com um companheiro com problemas com a justiça, sem dinheiro e com uma filha para sustentar, que é a sua prioridade. Resignação perante a necessidade. ***"Se pudesse deixava esta vida."***
9.	Associa a prostituição a vergonha e decadência, que deixam marcas. Perda de autoestima decorrente de violação pelo irmão e falta de apoio da família. Baixa autoestima reforçada pelo contexto de prostituição e em recuperação após saída do sistema. ***"É a maior podridão. E cola-se à gente."*** ***"Tudo o que eu sonhei para a vida: ser feliz, ter filhos, isso roubaram-mo na minha própria família. A partir daí não se pode esperar mais, nem vale a pena ter ilusões."***

10.	Envergonha-se do que faz, sobretudo, pelos filhos. Nunca se sentiu normal e teve sempre medo de ter a doença mental da mãe. Não gosta do que faz, mas mostra-se resignada, porque o que faz é pelos filhos, para não os abandonar como fez a sua própria mãe. ***"Olhe não é que goste do que faço, mas é a vida."***
11.	Define a prostituição como uma vida dura e difícil. Era uma menina de um local atrasado, que na primeira vez que foi com um comprador de sexo chorou e não foi capaz. Considera que tudo na vida implica sacrifícios e que se transformou noutra pessoa e esse foi o preço para sair da pobreza. ***"É duro! É como lhe digo, minha mãe esteve nessa vida, eu também, mas não quero que a minha filha esteja. E juro que vou fazer de tudo para ela não estar."***
12.	Infância e adolescência muito más, nunca gostou de si própria.
13.	Associa prostituição a vergonha, medo e degradação. Infância infeliz e da solidão que sentiu após o nascimento do filho quando foi vítima de violência. Vergonha enquanto esteve na prostituição. Perceção de mudança e recuperação de autoestima após saída. É uma mulher feliz e agradecida pela oportunidade de sair da prostituição. ***"A vergonha era muita. Eu no começo encolhia-me, com medo que passasse alguém conhecido. É muito difícil, é a sensação de que não valemos nada, ali na rua não somos gente."***
14.	Questionamento acerca da sua capacidade como mãe e associa esse questionamento à prostituição. Resignação perante as circunstâncias e incapacidade de mudar.
15.	Afirma querer sair, mas não ser capaz, nem ter forças para mudar. ***"Não gosto da pessoa em que me tornei. Houve momentos em que pensei que podia ser feliz, ser normal, como a outra gente, mas agora já não. Agora sei que não sou capaz, que isso não é para mim."***
16.	Associa prostituição à toxicodependência e à decadência física. Desde criança que se vê como uma revoltada e que continua a ser assim.
17.	Classifica a prostituição como um inferno. Degradação provocada pelo consumo de drogas e pela prostituição. Recuperação lenta da felicidade e da realização, num processo lento, após saída do sistema.
18.	Refere-se à prostituição como algo nojento e degradante. Boa imagem antes de se prostituir (alude ao facto de nos termos conhecido na infância) e diz que se sente precocemente envelhecida e estragada. Lamenta ter sido crédula e pouco inteligente e atribui a isso o seu percurso de vida.
19.	Total oposição entre aquilo que imaginava para a sua vida, quando entrou na universidade, ou depois, quando casou e teve um filho, e aquela que tem sido a sua realidade em situação de prostituição. ***"Primeiro, quando entrei na faculdade, o meu sonho era acabar o curso e ter uma boa carreira profissional. Depois, quando me casei e tive o meu filho, achei que a minha vida iria ser normal, igual à de toda a gente. Hoje, vejo que nada correu como eu pensava."***
20.	Sente nojo, medo e vergonha. Diz não conseguir integrar a ideia de se estar a prostituir, por ter uma vida dupla. Tem dificuldade em ver-se como uma mulher que se prostitui. Dificuldade em identificar-se com as suas imagens estereotipadas acerca da mulher que se prostitui (a mulher decadente, da rua, ou a mulher bem-vestida dos bares). ***"Não costumo pensar em mim como prostituta, mas sim, é isso que faço. E não é fácil. São homens velhos, com cheiro a velhos. Às vezes tenho tanto nojo! Mas têm dinheiro, vivem bem e estão sozinhos, quase todos, porque há dois que têm as mulheres em casa, acamadas. E pagam-me bem. E tratam-me bem, com respeito."***
21.	Não gosta do que faz, mas não encontra alternativas e tem medo. Não foi para se prostituir que saiu do seu país. Nunca contou a ninguém da família porque tem vergonha e não quer dar esse desgosto aos pais. Aliás, o mesmo sucede com as amigas que vieram antes. ***"Eu não posso dizer aos meus pais e aos meus irmãos o que se passa. Para eles, eu estou bem, a trabalhar numa casa de um casal de velhos. As outras fazem o mesmo. Somos de uma terra pequena, e os nossos pais iam morrer de vergonha."***

22.	Considera que a prostituição é uma vida de decadência. Não gosta de si, nem da sua vida. Lamenta ter falhado em tudo, sobretudo, como mãe. Revela que gostaria de voltar a ter a filha com ela, mas, ao mesmo tempo, diz que a criança estaria melhor se fosse adotada por uma família "normal". ***"Como é que eu posso gostar de mim? Como é que alguém, no meu lugar poderia gostar da vida?"***
23.	Considera que é uma escolha de vida, que deve ser respeitada. Diz que sempre gostou de si e continua a gostar. ***"Gostava que respeitassem o meu direito de fazer uma escolha a viver de determinada atividade e a ter os direitos que têm as pessoas que se dedicam a outros trabalhos. Porque é esse o meu caso, eu fiz uma escolha de vida."*** ***"Sinto-me bem comigo e com a minha vida. Se alguém tem problemas com aquilo que é o meu trabalho, são os outros, não sou eu."***
24.	Considera que é um trabalho que escolheu fazer e, por isso, diz sentir-se bem com a sua vida.

4.4. Apoios, necessidades e expectativas

A partir das trajetórias de vida e prostitucionais, foi pedido às mulheres entrevistadas que identificassem as suas necessidades, e perguntado em que medida consideravam que a satisfação dessas necessidades teria efeitos na sua permanência ou saída do sistema de prostituição.

No caso das mulheres já saídas do sistema, todas receberam apoios, que valorizam como tendo sido determinantes para a saída do sistema. Duas mulheres receberam apoio de instituição social com intervenção na área (apoio psicossocial, psicológico, jurídico, de encaminhamento para consultas de psiquiatria, de inserção no emprego e alojamento). Uma entrevistada refere que o apoio consistiu no tratamento da toxicodependência e outra no acesso a um curso de formação profissional, que lhe permitiu a inserção no emprego.

"Eu sabia que havia uma instituição que ajudava as mulheres na minha situação. Uma manhã, acordei e pensei que já não aguentava mais. Ou saía daquela vida ou matava-me. Aliás, já uma vez me tinha tentado matar, mas deram comigo e levaram-me para o hospital. Então fui lá. E falei e disse isto: que ou saía ou me matava. E foram impecáveis e apoiaram-me logo e arranjaram-me um sítio para ficar, por uns tempos, depois fui para a própria instituição, comecei a trabalhar lá, tinha consultas e apoio e, depois, quando já havia condições, ajudaram-me a encontrar este trabalho e a casa onde vivo agora. Não tenho luxos, a roupa que visto é a que me dão, mas já me sinto uma pessoa normal."

(Íris)

Em relação às mulheres que permanecem no sistema de prostituição, sete revelam nunca ter pedido qualquer tipo de apoio, sendo que três destas entrevistadas estão em Portugal em situação irregular e outra assume estar numa rede de prostituição. Em qualquer destes casos, o medo é a razão para não procurarem apoio e/ou informação acerca de eventuais ajudas.

Entre as que recebem (ou receberam) algum tipo de apoio, assumem relevo as prestações pecuniárias, como o abono de família, o rendimento social de inserção, o subsídio de desemprego, ou o subsídio social de desemprego. Uma mulher, em situação de carência mais severa, recebe apoio alimentar. Duas receberam apoio ao nível da habitação (casas camarárias). Finalmente, uma entrevistada, em situação de sem-abrigo e toxicodependência, estava à espera de ser admitida numa comunidade terapêutica.

No que respeita à avaliação dos apoios, sobretudo os pecuniários, são considerados insuficientes, desarticulados e não adaptados às suas circunstâncias específicas (relacionadas com o contexto prostitucional), sobretudo pelas mulheres que têm filhos a cargo.

"Oiça lá, aquilo são apoios? Receber cento e sessenta ou cento e setenta euros? É uma esmola que dão às pessoas. Se não temos casa, nem emprego, nem nada, é com aquilo que vamos viver? Só para rir!"

(Guiomar)

Em relação à avaliação dos serviços, encontramos discursos antagónicos. Entre as mulheres já saídas do sistema de prostituição, a relação com os diferentes serviços é classificada como tendo sido boa e determinante para o suporte nesse processo de saída, particularmente no caso das instituições particulares de solidariedade social.

"O acolhimento e o apoio psicológico foram excelentes, o apoio jurídico, para eu perceber o que se estava a passar, também e, inclusivamente, acompanharam-me, quando fui chamada a depor na polícia."

(Berta)

Esta avaliação positiva da relação com os serviços e/ou profissionais é referida, também, por algumas das mulheres que ainda permanecem no sistema (foi, aliás, através destas profissionais que se estabeleceu o acesso às entrevistadas).

"Se estou aqui a falar consigo, devo-o à Dra. ... Se não fosse ela já tinha morrido. É a única pessoa em quem eu confio, porque eu cheguei aqui um dia a dizer que me ia matar e ela ajudou-me. Já não saí daqui sem ajuda."

(Olívia)

No extremo oposto, encontramos a avaliação muito negativa da relação com as entidades, quer por parte das mulheres estrangeiras indocumentadas, quer por parte de outras entrevistadas portuguesas, sendo que no caso destas avaliações negativas se destacam as relações com os serviços públicos.

"Não tenho qualquer confiança. Comigo, a situação da equipa do tribunal de menores foi vergonhosa. Humilharam-me e enxovalharam-me, só porque o pai do meu filho tem dinheiro. Quando foi da situação do desemprego do meu pai, com tantos e tantos desempregados, não houve qualquer resposta. Era o subsídio de desemprego, era mandarem-nos procurar emprego, e mais nada, nem sequer apoio psicológico para pessoas que perderam o emprego de uma vida inteira."

(Soraia)

QUADRO 21: RECURSO E AVALIAÇÃO DE APOIOS

1.	Nunca recorreu a apoios. O único contacto foi com o SEF. No seu caso, receia ser apanhada em situação de indocumentada. Em geral considera que as mulheres na prostituição têm muitas dificuldades de difícil resolução. ***"Como vai tirar da rua uma mulher dessas que se prostitui na estrada e que tem filhos para criar? É difícil, não? Talvez se encontrassem um lugar para essas mulheres trabalharem fosse mais fácil."***
2.	Recorreu a apoios quando foi ameaçada pelos donos da casa onde estava, ao mesmo tempo que queria ocultar a situação à família. Recebeu apoio de uma instituição social, a nível psicológico, jurídico e encaminhamento para consultas de psiquiatria. Avalia esse apoio como determinante para vencer o medo e sair do sistema. ***"Procurei apoio quando os patrões foram denunciados por lenocínio e eu me vi envolvida no processo, a ser chamada para apresentar queixa, a ser intimada a depor, e a receber cartas da polícia e do tribunal na casa da minha mãe, que, naturalmente, não sabia de nada. Além de que recebia ameaças constantes, por telefone e na rua, para não falar, nem acusar."*** ***"O acolhimento e o apoio psicológico foram excelentes, o apoio jurídico, para eu perceber o que se estava a passar, também e, inclusivamente, acompanharam-me, quando fui chamada a depor na polícia."***
3.	Recurso a diferentes apoios em circunstâncias distintas e por diferentes entidades. Considera que os apoios são temporários e insuficientes e que têm de ser acompanhados pela vontade individual de mudança. Perceção de insuficiência e desarticulação de respostas. ***"Já tive muitos apoios, no hospital, no CAT, em Tires, na Casa de Abrigo, na Misericórdia... Recebo o Rendimento Social de Inserção, eu e o meu companheiro. Mas não chegaram para me tirar desta vida. Porque é que não chegaram? Eu sei lá! De um lado, porque era agora uma ajuda, depois acabava. Do outro, porque eu também nunca fiz grande coisa para mudar."***
4.	Recebe subsídios (RSI e por deficiência do filho) e teve direito a habitação social. Fez um curso de formação profissional no âmbito do contrato de inserção. Considera os apoios insuficientes para a subsistência familiar e que o curso de formação profissional não foi uma mais-valia.
5.	Pessoalmente, nunca recorreu a apoios sociais. A família de origem recebia apoios sociais.

6.	Nunca pediu qualquer apoio. Sente que ninguém a pode ajuda, que não há respostas nem preocupação em criá-las.
7.	Recebeu RSI, mas foi suspenso por não ter feito um curso. Nunca mais recorreu a apoios. Afirma que os apoios existentes não tiram as pessoas da situação de miséria. ***"Oiça lá, aquilo são apoios? Receber cento e sessenta ou cento e setenta euros? É uma esmola que dão às pessoas. Se não temos casa, nem emprego, nem nada, é com aquilo que vamos viver? Só para rir!"***
8.	Apoio da técnica de RSI e contacto com técnica de reinserção social por causa do companheiro. Considera que os apoios são insuficientes e que não há respostas que permitam sair do sistema. ***"Os apoios não chegam para nada. Nem a uma casa tenho direito, porque a assistente social diz que há famílias à espera que têm mais pontos."***
9.	Conhecimento de instituição que ajudava mulheres em situação de prostituição e decisão de procurar ajuda, por se sentir desesperada. Recebeu apoio de emergência (acolhimento e apoio psicossocial) e, mais tarde, ajudaram-na a encontrar casa e trabalho. Considera que o apoio foi fundamental para a saída, mas sublinha que as necessidades são muitas e é difícil a sua superação. ***"Eu sabia que havia uma instituição que ajudava as mulheres na minha situação. Uma manhã, acordei e pensei que já não aguentava mais. Ou saía daquela vida ou matava-me. Aliás, já uma vez me tinha tentado matar, mas deram comigo e levaram-me para o hospital. Então fui lá. E falei e disse isto: que ou saía ou me matava. E foram impecáveis e apoiaram-me logo e arranjaram-me um sítio para ficar, por uns tempos, depois fui para a própria instituição, comecei a trabalhar lá, tinha consultas e apoio e, depois, quando já havia condições, ajudaram-me a encontrar este trabalho e a casa onde vivo agora. Não tenho luxos, a roupa que visto é a que me dão, mas já me sinto uma pessoa normal."***
10.	Abono de família, fundo de garantia (por não pagamento de pensão de alimentos) RSI, casa da Câmara com renda baixa. Antes recebeu subsídio de desemprego. Os apoios foram sempre através de serviços sociais, revela ter uma relação de grande confiança com a assistente social. Considera que os apoios pecuniários são insuficientes e não dão para viver, mas valoriza o apoio em habitação. ***"É pouco. Não chega para nada. É uma ajuda, mas muito pequena. Talvez o melhor tenha sido a casa, porque era muito mau quando vivíamos num quarto. Aquilo não eram condições para as crianças."***
11.	Nunca recorreu a nenhum apoio.
12.	Nunca pediu apoios, nem sabe quais existem. Pela sua situação indocumentada tem medo de recorrer aos serviços.
13.	Recebeu abono de família e subsídio de desemprego quando foi despedida.
14.	Nunca procurou apoios. Desconfiança e desconhecimento dos apoios. Pensou queixar-se de violência doméstica, mas o facto de todos se conhecerem na aldeia, e de ela ser estrangeira, fê-la acreditar que ninguém acreditaria na queixa.
15.	Já tinha tido apoios. A família sempre teve apoios sociais, nomeadamente habitação. Quando esteve sozinha com o filho também teve apoios da Misericórdia. Agora recebem RSI e ajuda alimentar. Têm vários meses de renda de casa em atraso. Refere a insuficiência dos apoios e a importância de relação de confiança com os serviços. ***"Se estou aqui a falar consigo, devo-o à Dra. (...) Se não fosse ela já tinha morrido. É a única pessoa em quem eu confio, porque eu cheguei aqui um dia a dizer que me ia matar e ela ajudou-me. Já não saí daqui sem ajuda."***
16.	A família do último namorado recebia apoios do centro social e paroquial, e quando ficou em situação de sem-abrigo, procurou a assistente social que os acompanhava.
17.	Fez tratamento à adição e teve acompanhamentos de saúde vários, mas o apoio da família de origem foi fundamental. Considera que os recursos não são suficientes, nem articulados e é fundamental existirem respostas concretas e específicas para quem quer sair do sistema.
18.	Frequentou um curso de formação profissional, que lhe permitiu encontrar emprego e sair do sistema. O apoio foi importante para sair do sistema, embora enquanto o companheiro foi vivo nunca tenha pedido apoio relativamente à violência doméstica.

19.	Contacto com justiça de família e menores. Desconfia dos apoios socias, não só a partir da sua experiência, com os serviços de justiça de menores, mas a partir da experiência de desemprego prolongado do seu pai, em que considera que nunca houve qualquer tipo de apoio a nenhum nível, nem financeiro, nem de saúde mental. ***"Não tenho qualquer confiança. Comigo, a situação da equipa do tribunal de menores foi vergonhosa. Humilharam-me e enxovalharam-me, só porque o pai do meu filho tem dinheiro. Quando foi da situação do desemprego do meu pai, com tantos e tantos desempregados, não houve qualquer resposta. Era o subsídio de desemprego, era mandarem-nos procurar emprego, e mais nada, nem sequer apoio psicológico para pessoas que perderam o emprego de uma vida inteira."***
20.	Subsídio social de desemprego do marido e apoio social escolar para os filhos. Considera que os apoios sociais são insuficientes e dá o exemplo da situação de desemprego do marido e os reduzidos apoios sociais escolares para os filhos.
21.	Não sabe o que pode fazer para sair do sistema. Diz ter medo da polícia e de ser presa.
22.	Recebe RSI e apoio alimentar. Avalia os apoios como insuficientes. Critica o facto de ter feito paragem de consumos enquanto esteve presa, mas não ter tido acompanhamento nem apoio na saída da prisão, pelo que recaiu.
23.	Nunca pediu ou recebeu apoios.
24.	Nunca pediu ou recebeu apoios.

Na identificação das necessidades pontuam as que se relacionam:

1. Com o emprego.

"Eu não tenho experiência de trabalho, não tenho estudos, andei no curso, mas aquilo nem servia para nada, era só para passar o tempo e justificar o subsídio. Se eu for à procura de trabalho, quem é que mo dá?"

(Diana)

2. Com um salário suficiente.

"O emprego é o mais importante. A maioria de nós não tem estudos e, por isso, os trabalhos que há é nas limpezas, nos lares e assim. E ganha-se pouco. Se a pessoa tem filhos e, ainda por cima, está sozinha, não tem maneira de se sustentar."

(Jacinta)

3. Com habitação a preço acessível.

"Precisava de uma casa, porque agora estamos a viver num prédio a cair. Estamos inscritos na câmara, mas nada. Precisava de ajuda para deixar a droga, mas tínhamos de ser os dois a deixar, mas, francamente, já não acredito que consiga."

(Carla)

4. Com necessidade de poupar para ajudar a família.

"Para já eu preciso ganhar mais e juntar dinheiro."

(Ana)

5. Com o tratamento de dependências.

"A minha necessidade maior era deixar as drogas. Só assim é que poderia mudar o resto."

(Valéria)

6. Com a segurança e proteção contra as redes.

"Poder ser livre e não ter medo."

(Úrsula)

Ressalvam, no entanto, que consideram difícil a satisfação destas necessidades, devido aos seus percursos de vida prévios à entrada no sistema de prostituição (e que condicionaram essa entrada), mas também devido ao facto de ser difícil sair do sistema e ser socialmente aceite.

Entre as mulheres que já saíram do sistema, é destacada a consciência das necessidades variadas e específicas desta população.

"As mulheres na rua têm vidas desgraçadas. Falta-lhes tudo: casa, emprego, sítio para os filhos. Depois há muitas que se drogam, há os chulos. Tudo o que não presta. E não é fácil saírem. É tanta coisa para resolver."

(Mónica)

Para a maioria das entrevistadas, a satisfação destas necessidades poderia ajudar à saída do sistema de prostituição, que, no entanto, acreditam ser muito difícil, havendo, inclusive, entrevistadas que referem que a atuação mais importante seria a de apoiar as mulheres para que não entrem no sistema.

"Pelo que eu vi, a pressão e a ameaça são muito fortes. Entrar é fácil, sair é quase impossível."

(Berta)

"Ajudar quem está a começar nesta vida e quem está a começar nas drogas. Ajudar as miúdas novas que deixam a escola e se metem nisto. A essas sim, vale a pena. A mim e a outras como eu, já não..."

(Carla)

QUADRO 22: NECESSIDADES PRINCIPAIS E RELAÇÃO ENTRE A SUA SATISFAÇÃO E A SAÍDA DO SISTEMA

1.	Ganhar mais dinheiro para poupar. Fazer uma formação em estética. Regularizar a situação em Portugal. Ter condições para acolher a mãe e a irmã e pagar-lhe os estudos. Se conseguisse poupar e fazer a formação sairia da prostituição. ***"Para já eu preciso ganhar mais e juntar dinheiro."***
2.	Considera que a sua não foi uma situação típica, mas foca-se na vergonha e no medo. O apoio e acompanhamento psicossociais como essências para ultrapassar essa vergonha e o medo. ***"O acolhimento e o apoio social e psicológico são essenciais para ajudar a vencer o medo e a vergonha, porque, apesar da diferença da minha situação, eu acredito que esses são os sentimentos dominantes: vergonha e medo."***
	Por ser uma vivência que deixa marcas é importante o apoio da saúde mental. O apoio recebido foi determinante para sair do sistema. Consciência das dificuldades na saída. "É uma vivência que deixa marcas e que tem de ser acompanhada ao nível da saúde mental, para ajudar a pessoa a superar." "Pelo que eu vi, a pressão e a ameaça são muito fortes. Entrar é fácil, sair é quase impossível."
3.	Casa (está em situação de sem-abrigo, num prédio devoluto). Tratamento da toxicodependência. Considera que no seu caso pessoal a saída seria difícil, mas que as ajudas devem ser para quem é mais nova e está há pouco tempo no sistema de prostituição. ***"Precisava de uma casa, porque agora estamos a viver num prédio a cair. Estamos inscritos na câmara, mas nada. Precisava de ajuda para deixar a droga, mas tínhamos de ser os dois a deixar, mas, francamente, já não acredito que consiga."*** ***"Ajudar quem está a começar nesta vida e quem está a começar nas drogas. Ajudar as miúdas novas que deixam a escola e se metem nisto. A essas sim, vale a pena. A mim e a outras como eu, já não..."***

4.	No seu caso, trabalho com segurança e salário adequado às necessidades, que considera difícil dada a pouca qualificação. Para a generalidade das mulheres na prostituição, são necessários trabalho, habitação e saúde e é necessária a atenção da sociedade. Com um emprego adequado sairia do sistema de prostituição. ***"Eu não tenho experiência de trabalho, não tenho estudos, andei no curso, mas aquilo nem servia para nada, era só para passar o tempo e justificar o subsídio. Se eu for à procura de trabalho, quem é mo dá?"*** ***"Se me arranjassem um emprego decente, com um ordenado que me desse para dar uma vida ao meu filho, é claro que deixava esta vida. Agora, assim não. É mau? É sim senhora! É mais do que mau, que a gente não somos trapos sujos, que é como nos tratam, mas pelo menos tenho o meu dinheiro. É muito? Não é. E agora então... mas ajuda a sobreviver. Mas não se fica rica nesta vida, isso é mentira. Ou pelo menos eu não conheço nenhuma que tenha ficado rica. Ricos ficam esses e essas que têm as massagens e os apartamentos e os sites, mas nós, que vendemos o corpo, que é a única coisa que temos para vender, nós não. Ganhamos para o dia-a-dia e já é bom. E eu ganho para mim. O que fará as outras, que o que ganham é para os chulos!"***
5.	Considera que com a sua falta de qualificações escolares e profissionais seria difícil não estar em situação de pobreza, enquanto na prostituição ganha dinheiro que lhe permite viver. Fala dos efeitos que o confinamento teve na redução do dinheiro recebido. Reconhece que para muitas mulheres que querem sair, por serem exploradas, não há alternativas. ***"Eu para sair teria de ganhar o mesmo que ganho agora, ou que ganhava antes disto, porque agora é cada vez menos."*** ***"Acredito que há muitas mulheres, como as que havia nos bares, que são maltratadas e não ganham nada. Para essas é que tem de haver ajudas."***
6.	Necessidade de um emprego e de uma casa, longe, para se sentir segura e livre da rede. Teme o envelhecimento e a desvalorização. Afirma que se tivesse essas condições (emprego e casa fora do alcance da rede) deixaria de imediato o sistema. ***"Isto é muita violência. No meu caso e no das mulheres que sempre estiveram comigo, há coisas horríveis. E enquanto não se acabar essa violência, enquanto não se acabarem estas mafias que trazem as mulheres, isto não tem solução. Eles acabam com uma mulher e é como se ela nunca tivesse existido. E passam-nos, de uns lados para os outros, enquanto não somos velhas. E quanto mais velhas somos, piores os sítios, é claro. E piores os clientes."***
7.	Quer continuar a viver como vive, acha que a prostituição é um trabalho como outro qualquer e que os compradores de sexo são livres de procurar ou não os seus serviços. ***"Agora estou bem, não quero mudar a minha vida, nem quero que se metam comigo. Eu vivo a minha vida, faço o meu trabalho. Não arranjo problemas. E os homens vêm porque querem, ninguém os obriga e eu, no meu caso, também faço isto porque quero, é um trabalho, como outro qualquer."***
8.	Casa (a preço suportável) para não ter de viver com a sogra. Emprego com salário suficiente. Tratamento para a toxicodependência do companheiro. Considera que com casa, emprego e com tratamento para a toxicodependência do companheiro deixaria a prostituição, mas que não consegue esses apoios. ***"Não consigo. Já corri tudo e só levo nãos."***
9.	Quer manter a sua vida e nunca voltar à prostituição e reconhece que o apoio foi determinante. Gostaria de ser totalmente independente, sem ter de recorrer a mais ajudas.

10.	Gostaria de ter um emprego que lhe permitisse ter rendimento suficiente para ela e para os filhos. Teme o envelhecimento e a desvalorização. Com um emprego com salário suficiente sairia do sistema. ***"O emprego é o mais importante. A maioria de nós não tem estudos e, por isso, os trabalhos que há é nas limpezas, nos lares e assim. E ganha-se pouco. Se a pessoa tem filhos e, ainda por cima, está sozinha, não tem maneira de se sustentar."*** ***"Eu gostava de sair desta vida, não ter a ideia de que vou ficar nisto para sempre, até porque não posso, porque chega uma idade em que já não valemos nada."***
11.	Não refere.
12.	Gostaria que o namorado arranjasse um emprego, para poderem casar e ter filhos. Não estabelece necessidades e/ou objetivos pessoais. Faz depender uma eventual saída do sistema da mudança na situação do namorado.
13.	No seu caso, por ter saído do sistema só deseja ter saúde para dar uma boa vida aos filhos. Diz que para a maioria das mulheres que conheceu na rua, a saída do sistema é muito difícil, dadas as suas carências (habitação, emprego, saúde, cuidado aos filhos, violência e dependência de proxenetas...). ***"As mulheres na rua têm vidas desgraçadas. Falta-lhes tudo: casa, emprego, sítio para os filhos. Depois há muitas que se drogam, há os chulos. Tudo o que não presta. E não é fácil saírem. É tanta coisa para resolver."***
14.	Diz que gostaria de poder ter os filhos consigo, mas que acredita que isso não será possível. Resignação à situação.
15.	Sair da miséria vivida por causa da pandemia. Considera que as necessidades são tantas que não pensa ser possível sair do sistema.
16.	Necessita tratar-se da dependência e está à espera de ser admitida num centro terapêutico. Tem consciência de que o tratamento da toxicodependência será a única forma de tentar ter um projeto de vida, mas tem medo de fracassar como já aconteceu antes.
17.	Refere que para quem ainda está no sistema o essencial é a tomada de consciência face à própria situação e uma vontade, também própria e consolidada, de mudar. No seu caso, o tratamento da toxicodependência foi fundamental para sair do sistema.
18.	Diz que no seu caso o problema esteve sempre na relação afetiva com o proxeneta e no facto de ter sido vítima de violência doméstica. Considera que essa é uma situação comum e que as mulheres têm de ter ajuda a esse nível. Refere que o mais importante é ter um local para viver em segurança com os filhos.
19.	Ter estabilidade de emprego, com salário adequado, para poder recuperar guarda do filho. Com o emprego adequado sairia da prostituição.
20.	Melhor salário e emprego para o marido. Gostaria de deixar aquilo que faz, mas diz que isso só seria possível se o marido recomeçasse a trabalhar e ela arranjasse um emprego com melhor salário. Sente que nenhuma das situações é fácil de conseguir.
21.	Poder ser livre e não ter medo. Gostaria de deixar a vida que tem e de tentar ter um trabalho "normal" na Alemanha, junto dos irmãos.
22.	Conseguir abandonar os consumos de drogas. Considera que essa seria a forma de deixar a prostituição e de começar a gostar de si mesma. Gostaria de sair de casa da família do companheiro. Se parasse os consumos poderia sair do sistema e mudar a sua vida. ***"A minha necessidade maior era deixar as drogas. Só assim é que poderia mudar o resto."***
23.	Identifica como necessidade principal a de ver reconhecida e respeitada a sua escolha de vida. Não quer sair do sistema. ***"Gostava que respeitassem o meu direito de fazer uma escolha a viver de determinada atividade e a ter os direitos que têm as pessoas que se dedicam a outros trabalhos. Porque é esse o meu caso, eu fiz uma escolha de vida."***
24.	Gostaria de ver o filho crescer bem e ter um bom futuro e diz que no que depender dela irá fazer tudo para lhe proporcionar isso. Não quer sair do sistema.

No que respeita a expectativas para o futuro, é recorrente a referência ao envelhecimento e à desvalorização que lhe está associada no sistema de prostituição.

"Eu gostava de sair desta vida, não ter a ideia de que vou ficar nisto para sempre, até porque não posso, porque chega uma idade em que já não valemos nada."

(Jacinta)

Nalguns casos, a perceção de fechamento do sistema e de decadência própria, levam a que as mulheres rejeitem construir expectativas de futuro, ou pensem, sequer, em termos de futuro, opondo-lhe a ideia de só lhes ser possível viver o momento presente.

"Para mim, não há futuro. É só o dia de hoje. Chegar ao fim do dia de hoje."

(Carla)

Os filhos e as filhas, e a vergonha de eles e de elas saberem que estão no sistema de prostituição, determinam as expectativas de futuro de muitas das mulheres, que contrapõem à sua condição atual o conceito de "normalidade" e lhe associam a possibilidade de aumento de autoestima.

"Olhe gostava de sair disto, mais para saber que o meu filho não tinha vergonha de mim. Gostava de ser como as outras mães, com um emprego, bom ou mau, mas um emprego sério. E gostava de ter paz."

(Diana)

"Gostava de ter tido uma vida normal e igual à das outras pessoas."

(Hélia)

Esta ideia de vida normal é, também, referida pelas mulheres que já saíram do sistema e que referem a satisfação com a vida atual, sendo que uma delas refere ter conseguido uma vida de tranquilidade que não julgava ser possível. Outra entrevistada, igualmente saída do sistema e que presta apoio a pessoas em situação de prostituição, refere que essa tarefa se converteu numa missão de vida, numa espécie de retribuição pelo facto de ter ultrapassado a sua situação de toxicodependência e de prostituição.

"Eu não sou religiosa, mas penso que tem de haver alguma coisa, porque se eu sobrevivi a tantas coisas, nomeadamente a tentativas de suicídio, é porque tenho uma responsabilidade na vida: a responsabilidade de ajudar os outros."

(Quitéria)

QUADRO 23: EXPECTATIVAS PARA O FUTURO

1.	Sair da prostituição. Ter uma profissão, casar, ser mãe e ser uma mulher "normal", com uma vida "normal". Saber que conseguiu ser forte, vencer a miséria e apoiar a família ***"Ser esteticista. Sair dessa vida. Casar, eu acho, e ser mãe. Ter uma vida de mulher normal."*** ***"A mulher que conseguiu vencer a miséria e ajudar a família. Uma mulher forte."***
2.	Desejo de esquecer o que viveu e tentativa de o superar. Desejo de aumentar a autoestima. ***"Gostaria de pensar que, afinal, valho mais do que pensava."***
3.	Ausência de esperanças que associa à falta de força para mudar. Considera que é demasiado tarde e que já perdeu tudo. Não pensa em futuro, mas no dia-a-dia. ***"Para mim, não há futuro. É só o dia de hoje. Chegar ao fim do dia de hoje."***

4.	Gostaria de não se envergonhar perante o filho. Gostaria que o filho recuperasse da doença e crescesse como um homem respeitador das mulheres. ***"Olhe gostava de sair disto, mais para saber que o meu filho não tinha vergonha de mim. Gostava de ser como as outras mães, com um emprego, bom ou mau, mas um emprego sério. E gostava de ter paz!"*** ***"Gostava que ele se curasse de uma vez e que se faça um homem respeitador das mulheres e trabalhador."***
5.	Não pensa no futuro. Apenas quer ganhar dinheiro para juntar para a velhice. Diz que quando já não tiver compradores de sexo ou se cansar colocará mulheres jovens a trabalhar para ela. ***"Vai chegar uma idade em que já não tenho clientes, ou ninguém vai pagar nada de jeito por mim. Por isso vou poupando algum dinheiro. E, se calhar, arranjo umas miúdas novas que queiram vir para cá e recebo uma comissão."***
6.	Hesita entre o arrependimento e a vontade de poder voltar atrás e não cometer os mesmos erros ou suicidar-se. ***"Às vezes gostava de voltar tudo para trás, para não cair nos mesmos erros, mas isso não posso fazer, não é? Por isso, outras vezes penso que o melhor era tomar uma caixa de comprimidos e acabar com a minha vida."***
7.	Não pensa muito no futuro. Diz que talvez vá para a terra da amiga ou então abrirão um bordel.
8.	Gostaria de deixar a prostituição para ser uma mulher normal, igual às outras. ***"Gostava de ter tido uma vida normal e igual à das outras pessoas."***
9.	Gostaria de conseguir esquecer o seu passado (abuso sexual e prostituição) e viver como uma pessoa "normal". Quer sentir-se uma vencedora, por ter ultrapassado tudo o que foi negativo na sua vida. ***"Gostava de chegar a velha e poder pensar que consegui ultrapassar tanta coisa e sobreviver."***
10.	O seu desejo é criar os filhos com qualidade, dar-lhes estudos e ter netos. Gostaria de sentir que foi capaz de criar os filhos sozinha.
11.	Dar uma boa educação aos filhos e manter o seu estilo de vida (explora espaços de prostituição).
12.	Perceção de falta de controlo/vontade sobre a sua própria vida.
13.	Gostaria que os filhos nunca conhecessem a sua história. Que a sua vida continue igual à que tem hoje, depois de sair do sistema.
14.	Não pensa no futuro. ***"As coisas são o que têm de ser. Eu vivo um dia de cada vez e tento não pensar muito."***
15.	Desesperança resultante da situação de miséria.
16.	Gostaria de não se drogar e de sair da situação de sem-abrigo. Gostaria de voltar a estudar.
17.	Aprendeu, gradualmente, a lidar com o seu passado e reconhece o modo como essa trajetória enformou o que é hoje. Procura, com a sua experiência, apoiar outras pessoas. ***"Eu não sou religiosa, mas penso que tem de haver alguma coisa, porque se eu sobrevivi a tantas coisas, nomeadamente a tentativas de suicídio, é porque tenho uma responsabilidade na vida: a responsabilidade de ajudar os outros."***
18.	Após ter saído do sistema de prostituição, gosta da sua vida atual, diz que tem mais do que alguma vez imaginou ser possível e só quer poder continuar a trabalhar e a ter o filho e a neta perto dela.
19.	Recuperar a guarda do filho.
20.	Deixar o que faz, voltar a ter uma vida familiar normal e não ter de andar com medo e com vergonha.
21.	Poder estar junto dos irmãos na Alemanha e ter uma vida de mulher "normal".
22.	Deixar os consumos. Ter amor-próprio e dignidade. Saber que a filha tem uma vida boa e "normal". ***"Ter amor-próprio e dignidade que não tenho nesta vida e por causa da droga. E poder saber que a minha filha tem uma vida boa, uma vida normal."***
23.	Continuar a viver do modo como vive hoje e perceber que há uma mudança de mentalidades que seja mais respeitadora da liberdade individual.
24.	Continuar a viver do modo como vive hoje.

4.5. Opinião sobre enquadramento legal

Com base no pressuposto da importância de "escutar" a voz das populações, antes de se proporem e/ou promoverem medidas e respostas a elas destinadas, foi pedido às mulheres entrevistadas que expressassem a sua opinião acerca do enquadramento legal do sistema de prostituição (tal como foi feito relativamente à identificação das necessidades e avaliação dos apoios).

Estas opiniões decorrem, de modo substancial, dos seus "olhares" relativamente à organização e funcionamento do sistema de prostituição, e é a partir desses "olhares" que elencam eventuais medidas.

"Há muita exploração e as mulheres são o elo mais fraco. A maioria das mulheres não quer viver disto. A maioria tem vergonha. Ninguém quer ser puta, não é?"

(Ana)

Predomina a constatação da existência de exploração, nomeadamente, por redes organizadas, na prostituição. Nuns casos, essa exploração resulta de tráfico de raparigas e mulheres, noutros casos, resulta de engodos e aliciamentos enganosos das mulheres. Qualquer que seja a circunstância, as entrevistadas revelaram absoluta consciência de que essa exploração resulta do aproveitamento das condições de fragilidade económica e social das mulheres.

"Há meninas que são iludidas com promessas de trabalho, outras que são trazidas à força, até pelos namorados e maridos."

(Ana)

Nestes casos de exploração, tráfico e violência, as entrevistadas defendem mais investigação e punições mais severas para os exploradores.

"Se calhar devia haver mais controlo da exploração das mulheres. Porque é esse o problema: na prostituição, as mulheres são exploradas, vendidas, trocadas, como se fossemos coisas. Aí sim, valia a pena condenar quem vive à custa disso. E são muitos. Uns diretamente, outros indiretamente."

(Íris)

Todavia, sublinham o poder económico do sistema de prostituição que favorece a existência de conivências várias.

"Alguém quer que isto acabe? Isto é velho como o mundo e há muita gente a ganhar dinheiro com a prostituição. E mais, há é muita hipocrisia, porque os polícias também se aproveitam e toda a gente se aproveita e faz de conta que a gente não existe."

(Carla)

A par dos interesses envolvidos, algumas mulheres referem que esta questão é alvo de indiferença social e que isso dificulta a ação neste domínio, quer em matéria de investigação e punição, quer em matéria de proteção das vítimas.

"Ninguém quer saber. Até eu, que estive na rua, prefiro nem ver, faço de conta que não sei, que não vejo. É muito difícil haver saídas."

(Mónica)

Este é um elemento importante, destacado, igualmente, por profissionais, que leva a que a prostituição seja uma espécie de não-assunto, para a maioria da população, quer pelo preconceito do não merecimento, resultante de valorações morais, quer por uma paradoxal validação social da prostituição, na linha de uma tradição que entendia a prostituição como uma utilidade social, capaz de dar resposta às naturais pulsões sexuais masculinas, que não poderiam encontrar resposta nas mulheres não-prostituídas, ou seja, nas "mulheres sérias". Apesar de toda a evolução nas vivências da sexualidade, a verdade é que persistem traços desta perspetiva "utilitarista" e "funcionalista" da prostituição.

Em matéria legislativa, algumas mulheres rejeitam, de forma liminar, a "legalização", considerando que essa seria, apenas, uma forma de validar o proxenetismo, o lenocínio,

"Se os políticos querem legalizar é para dar a ganhar dinheiro aos chulos e às mafias e ainda ganharem com impostos."

(Emília)

o tráfico e a exploração.
Outras referem que essa seria uma solução possível, mas apenas salvaguardando que se aplicaria, exclusivamente, às mulheres que exercem prostituição de forma totalmente livre e autónoma.

"Nem todas as situações são iguais. Se as mulheres estão na prostituição e gostam e se querem manter, elas são trabalhadoras do sexo e a intervenção deve ser feita para redução de riscos. Se a mulher é explorada, quer sair, deve haver apoios, sendo o primeiro a habitação, até porque muitas mulheres engravidam e têm filhos e precisam de um lugar para morar, os cuidados para os filhos e o rendimento."

(Quitéria)

Duas das entrevistadas defendem, abertamente, a profissionalização, como garantia de proteção e segurança, em diferentes dimensões.

"Eu acho que há um equívoco de base, que é o de quererem igualar todas as situações. E não são iguais, porque nem todos os trabalhadores sexuais são vítimas e desgraçadinhos. Para alguns, como eu, este é um trabalho, escolhido e decidido, igual a outro qualquer. Mas, depois, há, de facto, vítimas. E o problema é que com esta história de tornar tudo igual, as vítimas continuam a estar desprotegidas, as redes de exploração continuam a crescer e nós continuamos sem proteção. Acho que já é tempo de acabar com hipocrisias e teorias ultrapassadas."

(Wilma)

Esta lógica de divisão, entre as mulheres que estão "voluntariamente" na prostituição e aquelas que estão "coagidas" no sistema, suscita algumas questões fundamentais: a primeira, resultante do facto de a coação se poder exercer de formas muito distintas, que podem ir da explícita violência física ao subtil encorajamento da dependência emocional.

A segunda, que resulta da análise das próprias trajetórias de vida da maioria das mulheres e dos seus contextos socioeconómicos de origem e que legitima a interrogação acerca da existência de uma verdadeira "liberdade" (ou possibilidade dela) em muitas mulheres.

Não se tratando de uma menorização ou vitimação de todas as mulheres que se encontram no sistema de prostituição, o facto é que as suas condições de extrema vulnerabilidade (de caráter multifatorial) permite este questionamento.

É comum, entre as entrevistadas, a referência à necessidade do desenvolvimento de apoios e respostas específicos, não apenas para que as mulheres que querem sair da prostituição, mas também para as mulheres mais velhas que deixam de ter "valor" ou "lugar" no sistema num sistema que se organiza, exclusivamente, numa lógica de "procura/oferta".

"Para quem quer sair e para as mulheres mais velhas deveria haver soluções de emprego, com um salário digno. Porque uma mulher envelhece e já não tem lugar na prostituição, ou então tem de se sujeitar a tudo e fica na mesma na miséria."

(Lurdes)

Uma das entrevistadas defende que a prostituição é uma forma de violência sobre as mulheres, equiparável à violência doméstica, pelo que o regime de proteção e apoios deverá ser semelhante.

"A prostituição é igual, ou pior, que a violência doméstica, então a proteção deveria ser igual."

(Rosa)

QUADRO 24: OPINIÃO SOBRE ENQUADRAMENTO LEGAL

1.	Reconhecimento da existência de muita exploração das mulheres na prostituição e de muitas mulheres que são iludidas na vinda para Portugal. Reconhecimento de violência na exploração sexual. Defesa de investigação e condenação, com punições severas de quem explora as mulheres. Reconhecimento de muitos interesses envolvidos, que dificultam a investigação e condenação. ***"Há muita exploração e as mulheres são o elo mais fraco. A maioria das mulheres não quer viver disto. A maioria tem vergonha. Ninguém quer ser puta, não é?"*** ***"Há meninas que são iludidas com promessas de trabalho, outras que são trazidas à força, até pelos namorados e maridos."*** ***"Seria importante perceber quem são aqueles que exploram, obrigam e maltratam e condená-los (...) acho que tem de haver punições severas."***

2.	Difícil prova do lenocínio e exploração sexual. Penas mais severas para o proxenetismo. Proteção das vítimas. Punição da corrupção facilitadora do lenocínio e exploração sexual. ***"A lei relativa ao lenocínio e exploração sexual existe, mas algo está mal, quando se vê como é difícil provar e agir."*** ***"O mais grave são todos esses que têm negócios de prostituição e que se sentem impunes, para explorar, ameaçar e, se calhar, matar, quem os denuncia."***
3.	Falta de vontade social para acabar com a prostituição. Conivência de várias entidades e indiferença social. Punição das máfias estrangeiras. ***"Alguém quer que isto acabe? Isto é velho como o mundo e há muita gente a ganhar dinheiro com a prostituição. E mais, há é muita hipocrisia, porque os polícias também se aproveitam e toda a gente se aproveita e faz de conta que a gente não existe."*** ***"Essas romenas, que aí andam, mais essas mafias que as trazem e lhes levam o dinheiro todo, esses sim, deviam ir para a cadeia e mandados para a terra deles, que disso já cá temos muito."***
4.	Considera que a "legalização" seria apenas uma forma de ajudar o proxenetismo. Tem conhecimento de países que penalizam o comprador, mas pensa que isso não resultaria em Portugal. ***"Se querem legalizar é para dar a ganhar dinheiro aos chulos e para levarem impostos, isto é o que diz a minha mana, porque eu não tenho ideia bem formada sobre isto."*** ***"Há países em que os clientes pagam multa, mas isso não haveria de ser em Portugal!"***
5.	Considera que se aproveitam da pobreza e da falta de oportunidades das jovens, para as explorarem e traficarem. Defende a criminalização das máfias, mas duvida da vontade de o fazer, por causa da corrupção. ***"Se os políticos querem legalizar é para dar a ganhar dinheiro aos chulos e às mafias e ainda ganharem com impostos."***
6.	Considera que se aproveitam da pobreza e da falta de oportunidades das jovens, para as explorarem e traficarem. Defende a criminalização das mafias, mas duvida da vontade de o fazer, por causa da corrupção. ***"Devia acabar com estas máfias, mas o dinheiro pode muito e compra tudo, não sei se me entende..."***
7.	Defende que quem quer sair deve ser apoiado, porque é muito difícil a uma mulher que se prostituiu encontrar trabalho. E refere que a partir de certa idade já não vale a pena continuar na prostituição. Refere ainda que se há violência e proxenetismo estes devem ser investigados e punidos, mas considera que quem faz da prostituição um trabalho deve poder fazê-lo livremente. ***"Se há quem esteja forçado devia haver maneiras de ajudar e de dar oportunidades, mas é difícil, porque é preciso muita coisa: emprego e ninguém quer empregar uma mulher que esteve na prostituição, casa para morarem, porque os ordenados não chegam, depois muitas têm filhos e não têm maneira de os sustentar, outras têm medo de sair e do que lhes pode acontecer. Eu sei lá! Mas quem está porque quer, como nós, isso deixem-nos ter a nossa vida à vontade."***
8.	Considera é que a preocupação deveria ser a de evitar que as mulheres se vejam forçadas a entrar na prostituição, para subsistirem. Porque é o facto de estarem em situação de necessidade que leva a que sejam exploradas. Pensa que ninguém quer saber do que lhes acontece, nem se preocupam com a sua situação. ***"Não sei. Não é bom explorarem a gente, mas também nós estamos porque precisamos e sem isto ficamos sem nada. E também, para lhe dizer a verdade, acho que ninguém quer saber. Os que vivem disto vão continuar a viver, os clientes vão continuar a existir e a gente vai ter de continuar a sujeitar-se."***

9.	Parece-lhe haver cada vez mais prostituição e total desinteresse em fazer algo quanto a isso. Defende o controlo e a penalização severa de quem explora as mulheres (direta e indiretamente). ***"Se calhar devia haver mais controlo da exploração das mulheres. Porque é esse o problema: na prostituição, as mulheres são exploradas, vendidas, trocadas, como se fossemos coisas. Aí sim, valia a pena condenar quem vive à custa disso. E são muitos. Uns diretamente, outros indiretamente."***
10.	Refere haver muita prostituição e mulheres em condições muito más. Defende a penalização e o controlo mais severo da exploração das mulheres. Menciona a pandemia e os efeitos na degradação das condições de vida. ***"Há muita prostituição. Agora com o COVID as coisas pioraram, mas há muita. E há situações muito más. No meu caso só troco de bares, mas há mulheres que são tratadas como animais, pior que animais. Há casas aí que são a maior desgraça."***
11.	Deveria haver respostas para as mulheres que querem sair e para as mais velhas, que têm de se sujeitar a situações piores. Defende que as mulheres que estão com ela são livres e, por isso, deveriam ter direitos e proteção. ***"Para quem quer sair e para as mulheres mais velhas deveria haver soluções de emprego, com um salário digno. Porque uma mulher envelhece e já não tem lugar na prostituição, ou então tem de se sujeitar a tudo e fica na mesma na miséria."***
12.	Sem opinião acerca de enquadramento legal refere que se sentiu enganada quando chegou a Portugal, mas que se sentia só e não tinha como fugir ou a quem recorrer, por isso deveria haver proteção.
13.	Acha que ninguém quer saber da situação da prostituição. Que a sociedade não as considera como gente e que não há apoios. ***"Ninguém quer saber. Até eu, que estive na rua, prefiro nem ver, faço de conta que não sei, que não vejo. É muito difícil haver saídas."***
14.	Diz não ter opinião, porque foi algo que nunca imaginou fazer.
15.	Sem opinião sobre enquadramento legal, diz que só vai para a prostituição quem não tem nada na vida.
16.	Não tem opinião, diz que nunca se preocupou com isso, porque, para ela, a prostituição é a forma de ter dinheiro para os consumos.
17.	Refere que devem existir respostas diferentes para situações diferentes. Se uma mulher está na prostituição de livre vontade e como forma de vida, devem existir respostas ao nível da redução de danos. Se uma mulher está explorada ou sente que quer sair da prostituição é importante haver recursos de resposta, em primeiro lugar, ao nível da habitação (para elas e filhos), do rendimento e do cuidado/educação das crianças. Refere o exemplo da lei francesa com a criminalização da compra de sexo. ***"Nem todas as situações são iguais. Se as mulheres estão na prostituição e gostam e se querem manter, elas são trabalhadoras do sexo e a intervenção deve ser feita para redução de riscos. Se a mulher é explorada, quer sair, deve haver apoios, sendo o primeiro a habitação, até porque muitas mulheres engravidam e têm filhos e precisam de um lugar para morar, os cuidados para os filhos e o rendimento."***
18.	Considera que, para muitas mulheres, a prostituição é mais uma forma de violência doméstica e que isso deveria ser reconhecido pela lei.
19.	Sem opinião sobre enquadramento legal, refere o recurso à entrada na prostituição, como única forma de ganhar dinheiro mais rapidamente, para quem não tem perspetivas de emprego.
20.	Não tem opinião sobre enquadramento legal, porque nunca tinha pensado acerca do assunto. Anteriormente condenava as mulheres que estavam na prostituição e achava que elas não queriam trabalhar e queriam dinheiro fácil.
21.	Diz que no seu país é frequente acontecer às raparigas, o que lhe aconteceu a ela: serem aliciadas com promessas de trabalho e, depois, chegadas a Portugal ou a Espanha irem para bares de prostituição ou para a estrada. Refere que algumas autoridades do seu país são coniventes e recebem dinheiro, ou pertencem às redes de tráfico. Diz que essas redes têm de ser criminalizadas nos dois países.

22.	Considera que a prostituição é uma vida de decadência, com uma carga muito grande de violência e humilhação. Diz que a sociedade não quer saber e finge que a prostituição não existe. ***"Isto é uma decadência e uma violência. Mas ninguém quer saber. Nem de nós, nem da prostituição. Faz-se de conta que não existe."***
23.	Considera que a prostituição deve ser reconhecida como um trabalho, o trabalho sexual, não só porque permitiria garantir os direitos, proteção e segurança daquelas que se dedicam à prostituição, mas também porque permitiria identificar e proteger as pessoas que são vítimas de tráfico e de exploração e reduzir essa atividade de exploração. ***"Eu acho que há um equívoco de base, que é o de quererem igualar todas as situações. E não são iguais, porque nem todos os trabalhadores sexuais são vítimas e desgraçadinhos. Para alguns, como eu, este é um trabalho, escolhido e decidido, igual a outro qualquer. Mas, depois, há, de facto, vítimas. E o problema é que com esta história de tornar tudo igual, as vítimas continuam a estar desprotegidas, as redes de exploração continuam a crescer e nós continuamos sem proteção. Acho que já é tempo de acabar com hipocrisias e teorias ultrapassadas."***
24.	Considera que a prostituição deve ser reconhecida como um trabalho, por razões de segurança e proteção. ***"Acho importante que se assuma, de uma vez por todas, que a prostituição existe, existiu sempre e continuará a existir e que se as pessoas não estão obrigadas, devem poder fazer o seu trabalho e garantir que têm direitos e segurança."***

4.6. Compradores de sexo e vivências prostitucionais

Para conhecimento indireto dos compradores de sexo, foi pedido, às entrevistadas que caraterizassem esses compradores e aquilo que procuram no recurso à prostituição.

Destaca-se a diversidade etária, de estatuto socioeconómico e, até, de pertença étnico-cultural.

"Nos bares em que estive, a clientela era quase tudo homens assim da idade que eu tenho agora e mais velhos, acho que muitos casados, outros que iam uns com os outros, e alguns mais novos, em festas e assim. Na rua, apanha-se de tudo: esses imigrantes que andam aí, indianos ou paquistaneses, ou sei lá, os pretos, homens que estão sozinhos. Mas também se apanham outros, tarados, em bons carros e que se vê que estão bem na vida, mas que gostam de se satisfazer connosco."

(Carla)

A existir alguma tipificação, esta parece decorrer, sobretudo, dos locais específicos – associados a alguma estratificação socioeconómica e das preferências sexuais.

"Apanhei de tudo: mais novos, mais velhos, educados, mal-educados. Nunca encontrei o cliente-tipo. Talvez as preferências-típicas: sexo oral e mamas."

(Berta)

"Uns pagam mais, outros menos, uns bebem bebidas caras, outros bebem bagaço, mas o que querem é uma mulher que, por lhe pagarem lhes faça tudo o que eles querem. Só varia o sítio e o aspeto, de resto não há diferenças."

(Fátima)

Resulta da análise ao discurso das mulheres entrevistadas, a existência de um forte juízo valorativo relativamente a dois aspetos: o primeiro, assente no facto de, na maioria dos casos, os compradores serem homens casados, algo percebido como mais condenável. Uma das mulheres referiu, aliás, durante a entrevista, que conseguia compreender que alguns homens sozinhos, nomeadamente imigrantes, recorressem à prostituição, mas que não conseguia ter o mesmo tipo de compreensão relativamente aos homens "casados e com família" que constituem a maioria dos compradores de sexo.

"Há coisas que nem dá para contar, porque tenho vergonha. Vergonha por mim e por eles, que muitos têm famílias."

(Hélia)

O segundo juízo valorativo, assenta na consciência de objetificação das mulheres, através do ato de "compra", e que se associa à mentalidade vigente e a comportamentos socialmente "validados". Uma das entrevistadas, entrada mais tardiamente no sistema, refere, mesmo, que nunca tinha pensado acerca do assunto porque cresceu a pensar que era "normal" que "os homens" procurassem a prostituição.

"São homens que nascem numa cultura em que a mulher ainda é vista como um objeto e que, por isso, acham que as podem comprar, comprar o seu sexo."

(Berta)

A este ato de compra está subjacente o estabelecimento de uma relação assimétrica de poder, que legitima, pelo dinheiro, a supremacia do homem (comprador) sobre a mulher (comprada).

"Tem a ver com isso de pagarem. Compram-nos e é isso que eles procuram. Porque não é o mesmo que irem com uma mulher a quem não pagam. Para eles nós não valemos nada, depois de pagarem."

(Hélia)

Essa supremacia, não apenas permite aos homens a perceção de se tornarem "proprietários" das mulheres e, por isso, poderem, durante um certo tempo "utilizá-las" em função, exclusivamente, da sua vontade, como representa o epítome da relação totalmente desumanizada.

"Desumanização é a melhor palavra. Ninguém é humano: quem se prostitui torna-se um objeto, o comprador é a fonte do dinheiro e da agressão."

(Quitéria)

Relativamente à sua perceção daquilo que influencia os homens na compra de sexo, as entrevistadas referem a possibilidade de realização de práticas sexuais que não realizariam com as suas parceiras habituais (por vergonha ou rejeição – fetiches, parafilias, ou práticas "menos convencionais") e a exposição/consumo de pornografia.

"Ainda tem muito aquela coisa de fazer o que não faz em casa e também eu acho que a pornografia contribui para isso. Depois há homens para quem o facto de pagar lhes dá uma sensação de mandar, de ser dono das mulheres e poderem fazer tudo. É daí que vem a violência e o abuso."

(Lurdes)

QUADRO 25: COMPRADORES DE SEXO E MOTIVOS PARA A COMPRA DE SEXO

1.	Diversidade. Por se tratar de um apartamento há compradores de sexo fixos. Casados, socialmente integrados, na faixa entre os 45 e os 65 anos. Procuram a sensação de poder sobre as mulheres. Procuram práticas sexuais que não têm com as parceiras habituais. ***"Tem de tudo... lá no apartamento são homens entre os 45 e os 65 anos, casados, todos, com algum dinheiro e que têm uma vida normal, com bons empregos e boas casas."*** ***"A excitação de se sentirem poderosos, donos da mulher. Hoje as mulheres são iguais aos homens e alguns precisam sentir, de novo, que são mais poderosos."***
2.	Não identifica comprador de sexo-tipo, mas sim preferências típicas. Ligação a uma cultura machista de objetificação da mulher. Procuram práticas diferentes e ligadas a fantasias e pornografia. ***"Apanhei de tudo: mais novos, mais velhos, educados, mal-educados. Nunca encontrei o cliente-tipo. Talvez as preferências-típicas: sexo oral e mamas".*** ***"São homens que nascem numa cultura em que a mulher ainda é vista como um objeto e que, por isso, acham que as podem comprar, comprar o seu sexo."*** ***"Aquilo que não fazem em casa, ou com as companheiras e que veem na pornografia. E satisfazer algumas fantasias."***

3.	Diversidade dos compradores de sexo em função dos contextos de prostituição. Procuram a satisfação de "taras" sexuais. Entende que a solidão pode ser motivo para recurso à prostituição, e distingue essas situações dos que têm família e procuram a prostituição para satisfazer "taras". ***"Nos bares em que estive, a clientela era quase tudo homens assim da idade que eu tenho agora e mais velhos, acho que muitos casados, outros que iam uns com os outros, e alguns mais novos, em festas e assim. Na rua, apanha-se de tudo: esses imigrantes que andam aí, indianos ou paquistaneses, ou sei lá, os pretos, homens que estão sozinhos. Mas também se apanham outros, tarados, em bons carros e que se vê que estão bem na vida, mas que gostam de se satisfazer connosco."***
4.	Diversidade dos compradores de sexo. Incapacidade de encontrar um comprador-tipo. Procuram práticas que não têm com as companheiras. ***"A uns deve ser porque não faziam aquilo com as outras mulheres, por vergonha. A outros deve ser porque assim pagam e não pensam mais nisso. E depois há aqueles que são mesmo doentes. E olhe que eu percebi isso logo que comecei, porque estava grávida e, no fim, já com uma barriga que mal podia com ela, nem queira saber as coisas que pediam. Aquilo é doença! São coisas com as mães deles, ou sei lá!"***
5.	No bar havia maior diversidade. No apartamento diz ser seletiva com os compradores. Julga que são influenciados pela pornografia que lhes desperta fantasias que não têm com mulheres a quem não paguem. Refere-se ao exemplo do site onde faz webcam, em que os compradores de sexo aumentaram durante a pandemia. O facto de pagarem fá-los sentir com direito sobre as mulheres.
6.	Diversidade de compradores de sexo, determinada por locais e preços. Refere que procuram dominar as mulheres e que o facto de pagarem permite isso. ***"Uns pagam mais, outros menos, uns bebem bebidas caras, outros bebem bagaço, mas o que querem é uma mulher que, por lhe pagarem lhes faça tudo o que eles querem. Só varia o sítio e o aspeto, de resto não há diferenças."***
7.	No apartamento os compradores de sexo são mais velhos, na net mais jovens. Diz que praticam preços elevados, por isso os compradores de sexo são selecionados. Motiva-os a concretização de fantasias e cita exemplos: *bondage*, sexo a três, show lésbico, práticas que não têm com outras parceiras não-pagas. Para outros são momentos de descontração.
8.	Nos dois apartamentos diz que são homens com recursos financeiros. Refere que nem os compradores de sexo se interessam pela mulher, nem esta pelos compradores de sexo – relação despersonalizada. O facto de pagarem retira à mulher o estatuto de pessoa e é isso que os homens compram. Refere sentir vergonha pelos compradores de sexo. ***"Tem a ver com isso de pagarem. Compram-nos e é isso que eles procuram. Porque não é o mesmo que irem com uma mulher a quem não pagam. Para eles nós não valemos nada, depois de pagarem."*** ***"Há coisas que nem dá para contar, porque tenho vergonha. Vergonha por mim e por eles, que muitos têm famílias."***
9.	Predomínio de homens acima dos 40 anos, de todos os estratos sociais. Pensa que os compradores de sexo procuram a perceção de propriedade, através do ato de compra. ***"Procuram o prazer de comprar. É isso que os excita. A ideia de nos comprarem e, por isso, fazerem o que querem."***
10.	Refere que a circulação de mulheres entre os bares acontece porque os compradores de sexo de cada sítio são regulares. Refere taras e perigos entre os compradores regulares e que muitos são homens de estrato social elevado.
11.	Diversidade de homens que compram sexo, dizendo que são os locais que estabelecem as diferenças. A maioria são homens entre os 40 e os 70 anos, casados (alguns divorciados). Procuram práticas que não fazem em casa, influenciados pela pornografia. E também a sensação de propriedade e de domínio, resultantes do facto de pagarem. ***"Ainda tem muito aquela coisa de fazer o que não faz em casa e também eu acho que a pornografia contribui para isso. Depois há homens para quem o facto de pagar lhes dá uma sensação de mandar, de ser dono das mulheres e poderem fazer tudo. É daí que vem a violência e o abuso."***

12.	Todo o tipo de homens.
13.	Refere que na prostituição de rua encontrou todo o tipo de compradores de sexo, alguns com boa posição social. Procuram a prostituição para fazer o que não fazem com as mulheres.
14.	Refere que nos apartamentos onde está os compradores de sexo são regulares e de estrato social médio alto. Considera que procuram satisfazer desejos diferentes e viver outras experiências.
15.	Sublinha que, mesmo na rua, há todo o tipo de compradores de sexo – identifica a classe social pelo carro e pelas roupas.
16.	Refere que era diferente ir aos hotéis ou estar no apartamento, relativamente aos compradores de sexo da rua.
17.	Reforça a ideia de desumanização: da mulher, que ao ser comprada se transforma num objeto e do comprador de sexo, que é percebido como fonte de dinheiro ou de violência. ***"Desumanização é a melhor palavra. Ninguém é humano: quem se prostitui torna-se um objeto, o comprador é a fonte do dinheiro e da agressão".***
18.	Compradores de sexo de todos os tipos.
19.	Diz que no apartamento, os compradores de sexo eram de classe alta, quase todos casados e acima dos 45 anos. Procuravam satisfazer fantasias, algumas ligadas a perversões que não poderiam realizar noutro contexto. Refere que a questão de pagarem os faz sentir numa situação de poder absoluto sobre as mulheres. Diz que para muitos compradores de sexo a ideia é a de que a mulher que se prostitui gosta daquilo que faz. Atualmente, diz que os seus compradores de sexo a procuram não apenas pelo sexo, mas como uma forma de escape à rotina familiar e profissional.
20.	Diz que nunca pensou nisso, porque sempre achou que era normal os homens recorrerem à prostituição. No seu caso, os compradores de sexo são homens idosos, com bom rendimento, que se sentem sós e procuram companhia, carinho e satisfação sexual segura e sem saírem de casa.
21.	Diz que são homens de todo o tipo que se sentem donos das mulheres.
22.	Considera que há homens de todo o tipo, mesmo na prostituição de rua. Pensa nos compradores de sexo como uma necessidade e diz que são homens com taras e problemas sexuais, sobretudo, os portugueses, casados. Noutros casos, refere que são imigrantes, que estão sozinhos.
23.	Refere que a maioria dos compradores de sexo são habituais e têm um estatuto social e um poder económico elevado. A maioria procura descontração e prazer e que tem compradores de sexo que já a ajudaram (e às suas amigas) noutros aspetos das suas vidas e que, por isso, têm uma relação de confiança.
24.	Considera que trabalha numas circunstâncias específicas, com compradores de sexo privilegiados. Rejeita a ideia de que não pode haver prazer na relação com o comprador de sexo, pois diz que há alguns compradores de sexo com quem tem muita intimidade e com quem tem muito à-vontade. Com outros, sabe que está a prestar um serviço profissional.

Partindo da frequente alusão à pornografia e à violência que lhe está associada, das trajetórias prostitucionais já descritas e das referências habituais à violência em contexto de prostituição, com a correspondente necessidade de recurso a estratégias de evitamento, foi pedido, às mulheres entrevistadas que abordassem estas duas questões.

Confirma-se, nos seus discursos, a perceção generalizada de violência contida na prostituição. Em primeiro lugar, a violência mais óbvia – exercidas pelos compradores e proxenetas.

"Começa com a violência das máfias que levam as mulheres e com os donos dos bares e dos clubes, para quem a nossa vida não vale nada. Se morrer uma, logo arranjam outra."
(Fátima)

"Violência é tudo isto. Violência é ter sexo com uma data de homens num dia."
(Fátima)

E, em segundo lugar, a violência do preconceito social.

"Mas sabe o que também é violência? É olharem para nós como lixo. Isso, se calhar, ainda é o pior, porque das tareias, a gente cura as negras. Da faca, a gente ou morre ou aguenta-se. Mas agora da vergonha, isso a gente não se cura."

(Carla)

Entre as entrevistadas, a maioria (83%) relata ter sido vítima de algum tipo de violência, que pode ir desde algumas práticas sexuais que constituem formas de violação, até espancamentos, violações, roubos, ou agressões e ameaças verbais, sendo que, como referiu uma das entrevistadas, estas situações de violência têm também o efeito de fazer recordar experiências traumáticas do passado.

É de sublinhar que estas situações de violência nunca foram denunciadas às autoridades, pela perceção de que não seriam valorizadas ou, sequer, credibilizadas.

"Fui violada, três vezes. Violada mesmo. Duas, no quarto, pelo cliente e uma, por um que era cliente e me fez uma espera na rua e me obrigou a entrar no carro e me levou para uma mata e me violou. Mas nunca fiz queixa. Para quê? Alguém ia acreditar na palavra de uma puta que diz que foi violada?"

(Jacinta)

Na referência ao recurso a estratégias de evitamento, a maioria das entrevistadas não identifica estratégias específicas, preferindo antes mencionar as sensações e sentimentos que lhes são despertados pela presença dos compradores de sexo.

"Não sei. Sei que quando estou com alguns, no quarto, só me apetece vomitar. Porque estamos ali, com um homem, depois com outro, depois outro e, no fundo, não interessa quem nós somos. Nem eles se interessam. E temos de estar contentes e, às vezes, fingir que estamos a gostar. Com outros não, que esses é como se nos forçassem. E forçam mesmo. Mas pagam, não é? E se pagam, têm direitos."

(Hélia)

Entre as mulheres que identificam essas estratégias de evitamento, destacam-se: a dissociação, a mecanização, o pensamento utilitarista acerca do benefício económico e a tentativa de apressar o fim do ato sexual.

"Penso que o meu corpo é mecânico e a cabeça vai para lembranças boas, ou para alguma coisa que eu sonho ter: pode ser um vestido, uma casa ou outra vida."

(Ana)

"Claro que tinha medo, mas não tinha outra saída, pensava nisso e fazia tudo para que ele acabasse depressa."

(Mónica)

QUADRO 26: SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E ESTRATÉGIAS DE EVITAMENTO

1.	Passou por uma situação de agressão com um comprador de sexo que não queria utilizar preservativo. Sente que o facto de estar num apartamento a protegeu. Como estratégias de evitamento, utiliza a dissociação ou pensa nas compensações materiais. ***"Só houve uma vez, mas aí o facto de estar no apartamento protegeu-me, porque a Lurdes tem uma pessoa que aparece quando há problemas. Um cliente que me empurrou e bateu contra a parede, quando eu exigi o preservativo. De resto, nunca passei por violência. Já aconteceu insistirem e tentarem forçar, por exemplo, anal, mas nunca violência a sério."*** ***"Penso que o meu corpo é mecânico e a cabeça vai para lembranças boas, ou para alguma coisa que eu sonho ter: pode ser um vestido, uma casa ou outra vida."***

2.	Violência verbal (ofensa) durante o ato sexual. Violência (ameaças) pelos donos da casa de massagens. Sentia repulsa olfativa. Concentrava-se na autoimagem de ser sexualmente atrativa. Motivava-se pela curta duração do ato. ***"Nunca sofri violência por parte de um cliente, pelo menos física. Verbal sim, durante o ato, insultos, palavrões. Fui ameaçada, isso sim, pelos patrões, ou melhor, pelos gorilas dos patrões, porque eles nunca me ameaçaram diretamente."*** ***"Enquanto estava com os clientes, tentava abstrair-me dos cheiros, que era o pior. Tentava pensar que eu atraía aquele homem e isso podia bastar-me. Nos casos piores, rezava para o tempo passar depressa."***
3.	Foi vítima de várias situações de violência física. Considera que a maior violência é o desprezo e a desumanização de que as mulheres em situação de prostituição são vítimas, causadora de vergonha e humilhação. A droga é estratégia de evitamento, mas a principal é a dissociação. ***"Já passei por tudo: desde ter uma faca encostada ao pescoço, a não me pagarem, a baterem-me, a levarem-me para uma casa e serem três a violarem-me. Já tive polícias a obrigarem-me, e estavam de serviço."*** ***"Mas sabe o que também é violência? É olharem para nós como lixo. Isso, se calhar, ainda é o pior, porque das tareias, a gente cura as negras, da faca, a gente ou morre ou aguenta-se, agora da vergonha, isso a gente não se cura."***
4.	Tenta abstrair-se da sua presença ou pensar nos ganhos em dinheiro. Tenta apressar as circunstâncias. Dissocia-se, assumindo uma personagem e só volta a ser ela quando está em casa. ***"Agora, homens em casa, nem pensar. Homens são os clientes, mas esses até tento nem olhar para eles."***
5.	Quando trabalhou em bares de alterne foi espancada duas vezes e abusada mais de uma vez. No apartamento há a questão de quererem baixar os preços, sobretudo, quando querem práticas com as duas.
6.	Sente medo e nojo dos compradores de sexo. Refere violência por parte das mafias e dos compradores de sexo. Sofreu uma violação por um comprador de sexo em Espanha e um espancamento grave por um comprador de sexo em Portugal, durante a interação sexual. Os calmantes são a estratégia de evitamento, uma habituação fomentada pela rede. ***"Começa com a violência das mafias que levam as mulheres e com os donos dos bares e dos clubes, para quem a nossa vida não vale nada. Se morrer uma, logo arranjam outra."*** ***"Violência é tudo isto. Violência é ter sexo com uma data de homens num dia."***
7.	Refere violência associada a algumas práticas, mas sempre controlada. Já foram vítimas de dois assaltos, mas não apresentaram queixa por receio do preconceito. Reconhece os perigos daquilo que faz e diz que por serem duas se tentam proteger uma à outra e têm um sistema de câmaras, mas não pensam apresentar imagens à polícia se houver algum problema. Refere que não necessita de estratégias de evitamento, porque pensa que está a fazer o seu trabalho.
8.	Refere que há compradores de sexo violentos e que se sente mais violentada quando atende dois compradores de sexo. Admite sentir repulsa por alguns compradores, mas que o facto de pagarem faz com que tenha de suportar. Como estratégia de evitamento pensa no facto de estar ali por necessidade. ***"Não sei. Sei que quando estou com alguns, no quarto, só me apetece vomitar. Porque estamos ali, com um homem, depois com outro, depois outro e, no fundo, não interessa quem nós somos. Nem eles se interessam. E temos de estar contentes e, às vezes, fingir que estamos a gostar. Com outros não, que esses é como se nos forçassem. E forçam mesmo. Mas pagam, não é? E se pagam, têm direitos."***
9.	Refere ter vivido algumas situações de violência e o sentimento de medo permanente, sempre que estava com os compradores. Diz que enquanto estava na prostituição sentia nojo e raiva pelos compradores, mas que hoje os despreza (equipara-os ao seu irmão abusador). Como estratégia de evitamento refere o não sentir, nem pensar e fingir, simplesmente. ***"Não pensar, não sentir e fingir o que nos pedem para fingir."***

10.	Distingue entre compradores de sexo que a enojam e outros que lhe são indiferentes. Foi violada por três vezes, duas no quarto por compradores de sexo, outra por um comprador de sexo que a seguiu e violou. Nunca apresentou queixa por achar que ninguém acreditaria que haja violação em contexto de prostituição. ***"Aqueles que são mesmo putanheiros são nojentos. Querem sempre mais, tratam-nos mal, falam de nós aos outros, como se fôssemos gado. Outros, são homens que estão ali. Não é que sejam indiferentes, mas não penso neles. Ao fim de uns tempos, já nem pensamos nem sentimos."*** ***"Fui violada, três vezes. Violada mesmo. Duas, no quarto, pelo cliente e uma, por um que era cliente e me fez uma espera na rua e me obrigou a entrar no carro e me levou para uma mata e me violou. Mas nunca fiz queixa. Para quê? Alguém ia acreditar na palavra de uma puta que diz que foi violada?"***
11.	Reconhece a existência de violência e relata uma vez em que foi perseguida na rua e violada por dois compradores de sexo do bar. Quanto a estratégias de evitamento, diz que a melhor é não pensar.
12.	Diz que já foi vítima de violência, mas não especifica, embora refira que cada comprador de sexo a faz reviver as memórias de abuso pelo padrasto. Diz que não pensa muito sobre os compradores de sexo, apenas faz aquilo para que é paga e tenta acabar depressa. ***"Não penso sobre eles, mas para mim, são tudo homens iguais ao meu padrasto e só quero que acabe rápido."***
13.	Diz que tinha medo, sempre que entrava no carro de um homem, mas tinha de aguentar porque precisava e concentrava-se nisso, tentando apressar o final. ***"Claro que tinha medo, mas não tinha outra saída, pensava nisso e fazia tudo para que ele acabasse depressa."***
14.	Diz que há compradores de sexo mais desagradáveis, mas que os apartamentos têm segurança. Pensa que está ali por necessidade e isso é a melhor estratégia.
15.	No seu caso perturba-a mais saber que muitos dos compradores de sexo são conhecidos do companheiro e isso faz com que tenha medo. Diz que na prostituição ninguém é verdadeiramente humano: nem a mulher nem o comprador de sexo. Diz que é algo que sabe que tem de fazer, por isso não pensa muito. ***"Ali ninguém vale nada, nem os clientes, nem nós. Estamos ali, mas é como se não estivéssemos. Para eles, nós não somos gente, para nós, eles também não são gente."***
16.	Afirma já ter sido roubada na rua (não especifica se na prostituição se como sem-abrigo). Diz que sente revolta face aos compradores de sexo e que muitos querem baixar os preços, sobretudo, com a pandemia.
17.	Durante os 15 anos na prostituição foi, várias vezes, agredida, violada, sequestrada. Sente que as autoridades não estão suficientemente sensibilizadas para queixas feitas por mulheres na prostituição. ***"No dia em que dei por mim com 32 kg e num quarto com vários homens que me tinham violado, soube que tinha de sair."***
18.	Diz ser doloroso recordar os tempos da prostituição e refere que foi vítima de muita violência. ***"Eu tento esquecer. Fazer de conta que foi um pesadelo. Eu sei que não foi, mas há coisas, que se eu pensar nelas, perco a força de viver."***
19.	Não menciona situações de violência, embora admita que certas práticas sexuais são, em si mesmas, uma forma de violência, diz que são violações.
20.	Não refere situações de violência, mas diz sentir repulsa.
21.	Diz que a violência pode ser dos compradores de sexo e das redes e mesmo de outras mulheres que trabalham para as redes.
22.	Refere que por perceberem que é toxicodependente, muitos compradores de sexo tentam baixar os preços, sobretudo agora, desde a pandemia. Diz ainda que, também pela toxicodependência e por estar sozinha na rua, foi vítima de maior violência, quer dos compradores de sexo, quer de outras mulheres ou dos seus proxenetas. Enquanto está com os compradores de sexo não pensa neles, nem em si, mas apenas na necessidade de dinheiro para os consumos de droga.
23.	Revela que têm formas de garantir a segurança, sem revelar quais e diz que as experiências desagradáveis que pode ter com um comprador de sexo são semelhantes às experiências desagradáveis que poderia ter noutro trabalho qualquer.
24.	Não refere.

05. Profissionais que lidam com o sistema de prostituição

Foram realizadas entrevistas a trinta e oito profissionais, das áreas da intervenção psicossocial, da saúde, da investigação criminal e justiça, do emprego, da gestão autárquica e do ativismo e advocacia social, que lidam ou lidaram, em contexto da sua atuação profissional, com mulheres em situação de prostituição.

O sistema de referenciação de profissionais a entrevistar foi feito, igualmente, pelo sistema de bola-de-neve.

Neste caso, as entrevistas foram feitas a nível nacional, dado o caráter abrangente das questões e o objetivo de as suas respostas poderem constituir-se um contributo para a criação de uma estratégia nacional de apoio à saída.

Como consequência da pandemia da COVID-19, e da limitação da possibilidade de contactos presenciais, optámos por enviar as questões por escrito, com posteriores contactos telefónicos, sempre que foi necessário esclarecer e/ou aprofundar algum tema.

5.1. Caraterização sociodemográfica e contextos de intervenção

As idades das pessoas entrevistadas variam entre os vinte e quatro e os setenta e sete anos, compondo uma média de 48 anos. Vinte e seis são mulheres (68%) e doze homens (32%).

Os contextos em que lidam com mulheres no sistema de prostituição são: instituições sociais (IPSSs, ONGs e organismos públicos); órgãos de polícia criminal; órgãos de gestão autárquica; instituições de justiça e instituições de saúde.

O leque de profissões é variado, predominando assistentes sociais e psicólogas/os e inspetores/as de órgãos de polícia criminal. Há, ainda, magistradas/os e profissionais de saúde (medicina e enfermagem).

Apesar da diversidade de profissões, podem ser agrupadas/os nas seguintes áreas: intervenção social (53%); investi-

gação criminal (16%); saúde (13%) e justiça (13%). Foram, ainda, entrevistados autarcas (5%).

59% de profissionais entrevistadas/os têm (ou tiveram) um contacto regular e sistemático com mulheres em situação de prostituição. As e os restantes têm ou tiveram um contacto de carácter pontual, à exceção de uma entrevistada que classifica o contacto como indireto, por via da magistratura.

O tempo mais curto de contacto com estas mulheres foi de 1 ano e o mais longo de 40 anos.

QUADRO 27: CARATERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E CONTEXTOS DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

Nº Entrevista	Idade	Sexo	Profissão	Tipo de contacto (regular/pontual)	Tempo de contacto
1	44	Feminino	Assistente Social	Pontual	10 anos
2	67	Feminino	Dirigente associativa	Pontual	34 anos
3	45	Feminino	Psicóloga	Regular	14 anos
4	48	Masculino	Psicólogo	Pontual	20 anos
5	36	Feminino	Assistente Social	Pontual	7 anos
6	28	Feminino	Assistente Social	Regular	2 anos
7	40	Feminino	Psicóloga	Regular	3 anos
8	60	Feminino	Assistente Social	Regular	36 anos
9	54	Masculino	Inspetor OPC (SEF)	Regular	28 anos
10	30	Feminino	Psicóloga	Pontual	5 anos
11	64	Masculino	Prof. Universitário (Psicologia)	Pontual	31 anos
12	44	Feminino	Assistente Social	Regular	20 anos
13	50	Masculino	Gestor/Interventor Social	Regular	15 anos
14	55	Masculino	Assistente Social	Pontual	23 anos
15	67	Masculino	Autarca	Regular	4 anos
16	50	Feminino	Artista Plástica/ Interventora social	Regular	10 anos
17	48	Feminino	Jurista	Pontual	10 anos
18	47	Masculino	Inspetor OPC (PJ)	Regular	2 anos
19	35	Masculino	Inspetor OPC (PJ)	Pontual	7 anos
20	46	Feminino	Inspetor OPC (PJ)	Pontual	18 anos
21	48	Feminino	Educadora Social	Regular	12 anos
22	56	Masculino	Inspetor OPC (PJ)	Regular	33 anos
23	47	Masculino	Inspetor OPC (PJ)	Pontual	2 anos
24	67	Masculino	Autarca	Pontual	7 anos
25	53	Feminino	Assistente Social	Regular	34 anos
26	42	Feminino	Psicóloga	Regular	8 anos
27	37	Feminino	Assistente Social	Regular	6 anos
28	42	Feminino	Psicóloga	Regular	18 anos
29	55	Feminino	Juíza	Indireto	Não aplica
30	40	Feminino	Advogada	Regular	4 anos
31	55	Feminino	Ginecologista	Regular	3 anos
32	64	Feminino	Enfermeira	Pontual	12 anos
33	39	Feminino	Médica	Regular	8 anos
34	67	Masculino	Juiz	Pontual	21 anos

Nº Entrevista	Idade	Sexo	Profissão	Tipo de contacto (regular/pontual)	Tempo de contacto
35	24	Feminino	Enfermeira	Regular	1 ano
36	24	Feminino	Enfermeira	Regular	2 anos
37	77	Feminino	Socióloga	Regular	40 anos
38	44	Feminino	Magistrada MP	Pontual	15 anos

5.2. Situação das mulheres no sistema de prostituição

De acordo com a maioria das e dos profissionais (63%) é possível traçar um retrato-tipo das mulheres em situação de prostituição, apontando para um perfil de mulheres (portuguesas ou estrangeiras) com múltiplas vulnerabilidades, sendo as mais destacadas: **a pobreza ou a carência económica, as baixas qualificações escolares e profissionais, os contextos familiares de origem desestruturados, um historial de vitimação e/ou exposição a violência, os abusos sexuais na infância, a dependência afetiva, a ausência de uma rede social de suporte ou as adições.**

"Conheci mulheres, sobretudo mais velhas, que tinham sido prostituídas pela própria família (algumas filhas de mulheres prostituídas), em que "ciclo de pobreza" nunca tinha sido interrompido. Conheci mulheres traficadas, exploradas por redes criminosas, trazidas de países pobres e que tinham medo de represálias sobre as suas famílias. Conheci mulheres que recorreram à prostituição como forma de terem maior rendimento financeiro, ou porque estavam a estudar ou para complementar o "magro" orçamento familiar (...) O traço comum de todas elas era a pobreza e muitas vezes pessoas que as exploravam criando a convicção que era a única coisa «para que serviam»."

(E13)

Não obstante a salvaguarda da individualidade da pessoa e a consequente natural heterogeneidade das suas vivências, a caraterização feita nestas entrevistas está em total consonância com as histórias de vidas das mulheres que entrevistámos, e também com aqueles que tendem a ser os perfis mais comummente identificados nas investigações acerca deste tema.

É, igualmente, sublinhado o facto de muitas mulheres desconhecerem os apoios sociais existentes.

É muito relevante a referência frequente feita pelas e pelos profissionais, ao desconhecimento, por parte das mulheres em situação de prostituição, relativamente às respostas e

"Provenientes maioritariamente de classes sociais pobres; pouco instruídas e sem cursos de formação profissional; muitas não terminaram a escolaridade obrigatória; grande prevalência de mulheres estrangeiras ou migrantes. Um número relevante destas mulheres foi vítima de diferentes tipos de violência física e psicológica e um número significativo foi vítima de abuso sexual por pessoa próxima (pai ou outro familiar). Famílias de origem são muitas vezes disfuncionais ou com problemas graves nomeadamente de alcoolismo entre outros, e em muitas situações o agregado original é monoparental ou numeroso. Muitas passaram por situações graves de privação nomeadamente fome. Muitas passaram experiências traumáticas de perdas ou abandonos que se fazem repercutir em carências afetivas e desamor. Muitas mulheres ignoram os apoios sociais existentes ou a rede de apoio social disponível."

(E25)

apoios sociais a que poderiam recorrer e que são, ainda assim, e como veremos adiante, avaliados como insuficientes pela maioria das e dos profissionais. Trata-se, portanto, de uma dupla fragilidade, aliás reconhecida também pelas mulheres: o desconhecimento relativamente aos apoios e respostas e o carácter insuficiente, inconsistente e, muitas vezes, desconexo dos mesmos.

Numa das entrevistas, por referência específica às mulheres vítimas de tráfico, identifica-se a mulher prostituída como uma ***"mulher que com o objetivo de vir para a Europa na busca de vida melhor, caiu nas malhas de redes, ou foi enganada com promessas de trabalho bem remunerado." (E32).***

Três das pessoas entrevistadas (7%) afirmaram a sua discordância relativamente à utilização da terminologia "mulher prostituída", que consideram remeter para uma ideia de passividade e vitimação das mulheres, preferindo a expressão "mulheres que exercem prostituição" e rejeitaram, igualmente, a ideia de retrato-tipo, pela sua possível remissão para lógicas essencialistas na abordagem a esta população. Uma outra pessoa chamou a atenção para o facto de não haver apenas mulheres em situação de prostituição.

"Não é possível traçar, nem existe, um retrato-tipo da Mulher que exerce prostituição. Pessoalmente não gosto, nem concordo, com o termo "Mulher prostituída."

(E7)

É percetível, nas entrevistas a profissionais, a consciência de vulnerabilidades várias (em quase tudo coincidentes com a literatura e com a investigação produzidas a nível internacional) que, além de permitirem identificar o perfil da maioria[34] das mulheres que estão no sistema de prostituição, devem constituir, também, a base para a definição de políticas públicas a elas dirigidas. Assim, sem negar a indispensabilidade da participação das mulheres nessa definição de políticas, não poderão, também, ser negligenciadas as apreciações e observações de profissionais que, a partir de distintas áreas, lidam com o sistema de prostituição.

Na análise por área profissional, não se registam diferenças substanciais, quer na identificação do perfil das mulheres no sistema de prostituição, quer nas dimensões de vulnerabilidade que se associam a esse perfil.

QUADRO 28: RETRATO-TIPO DA MULHER EM SITUAÇÃO DE PROSTITUIÇÃO

1.	Mulheres economicamente vulneráveis ou com necessidade premente de dinheiro. Minoritariamente, identificam-se perfis em que as causas de entrada e/ou permanência na prostituição são algo diferentes, como é o caso das jovens que ambicionam um padrão de vida mais elevado. ***"Muito embora esse retrato tipo não seja único, está relacionado com as causas que estão na origem da prostituição. Na minha atividade profissional trabalhei com situações de grande vulnerabilidade socioeconómica, assim, a prática da prostituição como meio de aquisição de recursos económicos."***
2.	Mulheres com falta de pensamento autónomo, consciência e conhecimento dos direitos escasso, baixa autoestima, sentimentos de vergonha e culpa, com necessidade de assegurar a subsistência própria e dos/as filhos/as e, por vezes, por dependência afetiva do companheiro/proxeneta.
3.	Caraterísticas comuns ligada às necessidades e fatores de entrada/permanência no sistema. ***"Não diria retrato-tipo, mas algumas características comuns que se podem encontrar nas mulheres que exercem prostituição."***
4.	Apesar da dificuldade em traçar um retrato-tipo (problema transversal na sociedade portuguesa), reconhece prevalência de mulheres pobres, sem rede familiar de suporte, com filhos/as e frequentemente vítimas de violência, designadamente, sexual. ***"O retrato-tipo, no meu entender, é difícil de ser traçado. Atravessa de forma transversal o perfil das mulheres portuguesas, mas, são sobretudo mulheres mais pobres, sem rede familiar de apoio, com filhos e no caso em que trabalho, são vítimas de diferentes formas de violência para além da física, sobretudo sexual."***
5.	Mulheres com problemas de dinheiro e toxicodependência. ***"Na minha visão e com base na minha experiência, as mulheres com quem tenho tido intervenção, muitas delas têm consumos de estupefacientes e problemas financeiros, o que as leva a ter essa forma de angariar dinheiro."***
6.	Mulheres portuguesas e migrantes, entre os 28 e os 75 anos. Refere prevalência de situações de carência económica e de pobreza feminina, mas realça que não é generalizável a todas as mulheres. ***"Penso que a população alvo de intervenção, no geral, vivencia situações de carência económica, podendo afirmar que, frequentemente, a prostituição acaba por ser um dos espelhos da pobreza no feminino. No entanto, não poderei generalizar este retrato, tendo em conta que há casos em que a pobreza não é a realidade vivida de mulheres que acompanhamos."***

34 Sublinhamos a utilização da expressão "maioria", por também recusarmos visões generalistas e/ou essencialistas, que neguem a identidade e individualidade da pessoa, que, seguramente, não são também partilhadas e/ou defendidas pelas e pelos entrevistadas/os que admitiram, a partir da sua experiência, identificar um perfil da mulher em situação de prostituição.

7.	Considera não ser possível estabelecer o retrato-tipo e rejeita a terminologia "mulher prostituída", preferindo "mulher que exerce prostituição". ***"Não é possível traçar, nem existe, um retrato-tipo da Mulher que exerce prostituição. Pessoalmente não gosto, nem concordo, com o termo "Mulher prostituída".***
8.	Mulheres portuguesas e estrangeiras, que têm em comum a vulnerabilidade a vários níveis e trajetórias de vida marcadas por violência em sentido lato. A trajetória prostitucional é marcada pela progressiva decadência. ***"A trajetória prostitucional é uma trajetória de decadência."***
9.	Diferentes realidades, determinadas pela origem das mulheres e pelos locais de prostituição.
10.	Não identifica retrato-tipo da mulher em situação de prostituição.
11.	No começo da década de 1990 era possível traçar esse retrato, que se foi diversificando com a progressiva chegada de mulheres estrangeiras e com a crise económica. ***"Em 1991/1992, era possível (traçar o retrato-tipo); mas as coisas alteraram-se, nomeadamente com o boom de estrangeiras arrastadas para a prostituição, o aumento das dificuldades económicas durante a crise, em particular com o desemprego, no tempo da presença da troika."***
12.	Apesar da diversidade, destaca a prevalência de dois tipos de mulheres em contexto de prostituição: i) mulheres mais desorganizadas, pela sua dependência de substâncias (especialmente a cocaína que a torna mais vulnerável ao abuso sexual); ii) mulheres que não são dependentes que se organizam para viver da prostituição e conseguem, mesmo, planear a sua reforma.
13.	Diversidade: mulheres prostituídas pela família, numa manifestação de reprodução geracional da exclusão; mulheres de países pobres, traficadas e exploradas por redes de tráfico; mulheres com carências financeiras. ***"Conheci mulheres, sobretudo mais velhas, que tinham sido prostituídas pela própria família (algumas filhas de mulheres prostituídas), em que «ciclo de pobreza» nunca tinha sido interrompido. Conheci mulheres traficadas, exploradas por redes criminosas, trazidas de países pobres e que tinham medo de represálias sobre as suas famílias. Conheci mulheres que recorreram à prostituição como forma de terem maior rendimento financeiro, ou porque estavam a estudar ou para complementar o «magro» orçamento familiar (...) O traço comum de todas elas era a pobreza e muitas vezes pessoas que as exploravam criando a convicção que era a única coisa «para que serviam»".***
14.	Não identifica.
15.	Mulheres com baixa escolaridade, casamentos e relacionamentos amorosos muito sofridos com episódios traumatizantes. São mulheres tristes, com os laços familiares muito estilhaçados, algumas já com experiências e percursos de comportamento desviante, sem hábitos de participação e envolvimento na comunidade.
16.	Mulheres social e economicamente vulneráveis. Mulheres que foram traficadas ou consomem droga, tanto em Portugal, Gana ou Brasil (área de São Paulo).
17.	Impossibilidade de traçar um retrato-tipo.
18.	Não identifica.
19.	Mulheres que, por diversas razões, necessitam de obter dinheiro fácil e rápido. Mulheres com baixa autoestima.
20.	Mulheres de meios carenciados, muitas com relações amorosas abusivas, algumas toxicodependentes. Mulheres estrangeiras atrás de melhores condições de vida.
21.	Frágil, atitude sobrevivente, defensiva, desconfiada, traumatizada, resiliente, depressiva e esperançada num futuro melhor.
22.	Portuguesas e estrangeiras, têm escolaridade baixa, poucas competências profissionais, provenientes de famílias desestruturadas e de estrato social carenciado.
23.	Mulheres oriundas de famílias desestruturadas, com ausência de apoio afetivo por parte de familiares e amigos, baixo nível de escolaridade e com dependência de droga/álcool.
24.	Não refere

25.	Todas as faixas etárias (prevalência de mulheres adultas, mas algumas menores e outras idosas). Angariação feita, com frequência, em idades muito jovens. Provenientes maioritariamente de classes sociais pobres. São pouco instruídas (muitas sem escolaridade obrigatória) e sem formação profissional. Grande prevalência de mulheres estrangeiras ou migrantes. Um número relevante destas mulheres foi vítima de diferentes tipos de violência física e psicológica e um número significativo foi vítima de abuso sexual por pessoa próxima (pai ou outro familiar). Famílias de origem disfuncionais ou com problemas graves, nomeadamente, de alcoolismo entre outros. Situações de agregado original monoparental ou numeroso. Muitas passaram por situações graves de privação nomeadamente fome. Muitas passaram experiências traumáticas de perdas ou abandonos que se fazem repercutir em carências afetivas e desamor. É frequente que muitas mulheres ignoram os apoios sociais existentes ou a rede de apoio social disponível.
26.	Não é possível traçar um retrato-tipo, apenas fatores de vulnerabilidade. ***"Cada pessoa tem uma história única. Existem muitos fatores de vulnerabilidade, mas não há um padrão ou retrato-tipo."***
27.	Apesar de não considerar possível traçar um retrato-tipo, identificam-se traços em comum em muitas mulheres no sistema de prostituição, nomeadamente, baixa escolaridade, contextos de vulnerabilidade na família de origem (famílias numerosas com diferentes problemáticas) e contextos onde já existia algum tipo de violência. Muitas sofreram algum tipo de abuso físico ou emocional prévio. Mas, naturalmente, há também mulheres que não têm nenhum destes traços.
28.	Não considera que haja um retrato tipo da mulher prostituída, apenas algumas características comuns, relacionadas com os seus antecedentes pessoais.
29.	Mulher jovem, pobre, maltratada na infância, imigrante.
30.	Considera que, se no plano psicológico, não é possível traçar este retrato-tipo, no plano da inserção social, verifica-se que se tratam, na maioria, de mulheres com severas privações económicas e desestruturação do ponto de vista do enquadramento da rede institucional/familiar, isto é, sem apoio das entidades institucionais (Segurança Social, Freguesias) e com pouca escolaridade.
31.	Refere a possibilidade de traçar esse retrato-tipo, que é determinado pelos fatores de entrada e/ou permanência na prostituição.
32.	Mulher que com o objetivo de vir para a Europa na busca de vida melhor, caiu nas malhas de redes, ou foi enganada com promessas de trabalho bem remunerado.
33.	Impossibilidade de estabelecer um retrato-tipo. Chamada de atenção para o facto de não haver apenas mulheres em contexto de prostituição.
34.	Possibilidade de estabelecer retrato-tipo a partir de traços transversais, que coincidem com os fatores de entrada no sistema.
35.	Mulheres com grande carência económica, que não perspetivam outra forma de sustento
36.	Impossibilidade de traçar retrato-tipo, por só conhecer a prostituição de rua. Considera que haverá retratos de grupo/tipo de prostituição. ***"O meu contacto é quase exclusivo com prostituição de rua e daí não conhecer as outras realidades, no entanto penso que não é possível traçar um retrato tipo porque cada pessoa assume variantes muito específicas e íntimas. Penso que podemos assumir que existem vários retratos de grupos, mas não há uma imagem que caracterize transversalmente esta mulher."***
37.	Mulheres oriundas de bolsas de pobreza, tanto em Portugal, como no estrangeiro. Prevalência de situações de privação de afeto na infância. Incidência de abuso sexual na infância (entre os 8 e os 14 anos). Situações de gravidezes precoces, de insucesso escolar, de desemprego e com diversas vulnerabilidades psicológicas.
38.	Reconhecendo a heterogeneidade das mulheres, considera, no entanto, ser possível, partindo do seu trabalho enquanto magistrada, falar da prevalência de mulheres economicamente vulneráveis e com comportamentos aditivos.

Estes perfis formam-se a partir dos fatores percebidos como estando na origem da entrada e permanência no sistema de prostituição e associam-se a fragilidades e vulnerabilidades várias.

Considerando que a prostituição é uma forma de exploração, que radica nas desigualdades sociais, estas fragilidades são alvo de aproveitamento, por parte de todo um sistema (proxenetas, exploradores vários e compradores), porque, como refere uma das pessoas entrevistadas, ***"há sempre alguém atento à fragilidade do outro e que se tenta aproveitar dessa fragilidade." (E27)***.

Os fatores mais identificados, por profissionais, como determinantes na entrada do sistema de prostituição são: a necessidade de dinheiro, o desemprego, o medo e a coação, nomeadamente, por proxenetas individuais ou por redes, as adições ou alguns acontecimentos de vida que alteram a situação socioeconómica, como, por exemplo, a separação ou divórcio, ou o desemprego do cônjuge. As migrações são, também, um fator relevante para a entrada no sistema de prostituição, não apenas em resultado do aliciamento por falsas promessas de trabalho, como em resultado de dificuldades várias enfrentadas pelas cidadãs estrangeiras, quando em situação irregular em Portugal.

"Necessidades económicas, más experiências de socialização na infância, problemas ao nível da formação da personalidade, baixos níveis de instrução, condições de vida muito precárias (pobreza e exclusão social), comportamentos aditivos e desemprego. A pobreza e/ou necessidade económica por acontecimentos de vida, como o divórcio ou a perda de parceiro. Em situações minoritárias, ambição de padrão económico mais elevado."

(E8)

Pela sua experiência específica e/ou área de trabalho, algumas respostas referem-se a mulheres em situações específicas de vulnerabilidade, nomeadamente, mulheres estrangeiras ou mulheres com adições.

Assim, e por referência às mulheres estrangeiras, um dos entrevistados refere como causas de entrada no sistema ***"origem em meios sociais desfavorecidos (carências económicas, de habitação e cuidados de saúde básicos); monoparentalidade; disfuncionalidade familiar (controlo patriarcal e alcoolismo do pai); vitimação a maus-tratos (físicos e psicológicos) socialmente validados; desvalorização pela família e pela comunidade de origem; reduzida escolaridade ou formação profissional; fechamento no contexto familiar; dívidas familiares ou pessoais (coação para pagamento); venda pela família; recrutamento por amigos ou familiares; falsas promessas de trabalho e pagamento das despesas de viagem." (E9)***.

No caso das mulheres com adições, os fatores de entrada são ***"garantir dinheiro ou droga para sustentar os consumos (o sexo como moeda de troca)." (E12)***.

Destaca-se, na generalidade das respostas, a consciência da complexidade deste problema social, com uma entrevistada a sublinhar que ***"a prostituição é efetivamente pluricausal e pluridimensional." (E1)***.

"À cabeça o desemprego, ou emprego mal remunerado, ambas as situações associadas a uma precária situação financeira. Poderão existir depois situações que potenciam a prostituição. Promessas de terceiros de altas remunerações que, por norma, mais tarde se vêm a mostrar falsas. Ainda subsistem promessas por terceiros (proxenetas) de proteção, normalmente associadas a organizações que, por vezes, cuidam de necessidades básicas, como habitação e transportes, assim como da rotação de locais de prostituição."

(E34)

A natureza pluridimensional permite fazer uma distinção entre aquilo que são fatores diretos e individuais de entrada no sistema de prostituição – aqueles que impelem as mulheres para essa entrada – e aquilo que são fatores indiretos, de natureza estrutural e ligados a deficiências no próprio funcionamento da sociedade.

Esta distinção implica, como será referido adiante, a identificação de respostas de natureza "micro", que envolvem o apoio e acompanhamento individualizados, e as respostas de natureza "macro", isto é, as políticas públicas sectoriais que devem enformar uma Estratégia Nacional nesta área.

Sendo interdependentes e complementares, estes dois níveis de respostas devem alimentar-se mutuamente, seguindo a lógica holística de abordagem das situações que constitui um dos pressupostos desta investigação.

"Razões imediatas: necessidade de dinheiro para subsistência (sua e de filhos); pressão do companheiro; experiências traumáticas anteriores; manipulação pelo proxeneta. Razões estruturais: ausência de cultura de prevenção; falta de promoção de Direitos Humanos (pelo Estado e estruturas de intervenção); falta de intervenção holística coordenada e coerente, assente na figura do gestor de caso; impunidade legal; validação cultural da violência e da exploração."

(E2)

Apesar de muitas dos fatores apontados como responsáveis pela entrada no sistema de prostituição serem, também, identificados como fatores para a permanência nesse mesmo sistema, importa referir que outras causas lhes são aduzidas, nomeadamente, a perceção de preconceito ou exclusão, o desconhecimento de estruturas de apoio, o medo de represálias, a baixa autoestima e a perceção de incapacidade de mudança, ou a perceção de não-merecimento.

"As necessidades económicas, a culpabilização, a noção de estigma e não-merecimento pessoal, o sustento dos filhos e o medo."

(E8)

Uma vez entradas no sistema e exploradas por esse sistema, as vulnerabilidades das mulheres são constantemente acrescidas, o que não apenas limita as condições de saída, como favorece uma cada vez maior dependência desse sistema, avolumando-se e diversificando-se as dificuldades.

No que se refere às questões económicas, algumas respostas apontam para que a habituação a uma forma específica de lidar com o dinheiro possa ser um fator de permanência no sistema, quer pelos ganhos percebidos como mais imediatos, que lhes permitem ***"ter dinheiro diariamente" (E21)*** ou ***"romper o ciclo financeiro do dinheiro (ganho e gasto ao dia)" (E25)***, quer pela perceção de ***"impossibilidade de manter o padrão de rendimento, em caso de saída" (E11)***, quer, ainda, pela sugestão de que, em contexto de prostituição, muitas mulheres ***"encontram na prostituição, a liberdade e a autonomia financeira que nunca antes tinham tido." (E24)***, permitindo-lhes o ***"ganho de dinheiro num curto espaço de anos" (E12)***.

Também as questões do preconceito social e da ausência de respostas, orientadas para as especificidades desta população, podem constituir fatores de permanência no sistema.

"Inexistência absoluta de políticas públicas de apoio que garantam rendimentos de substituição, apoio à saúde mental e cuidados primários de saúde, confidencialidade e não discriminação no tratamento dos casos, inexistência de políticas públicas de habitação e de emancipação financeira através do encontro de trabalho, com a garantia de não estigmatização."

(E30)

Na verdade, estamos, de novo, perante fatores que se reforçam mutuamente e, ao reforçarem-se, operam como aprisionadores das mulheres no sistema de prostituição, na medida em que o preconceito social que impende sobre a prostituição ou, mais precisamente, sobre a mulher em situação de prostituição (enquanto categorização social) tem associada a questão do *"merecimento"*, isto é, do julgamento social do merecimento, partilhado pela opinião pública e fundado nos tradicionais mitos da *"vida fácil"* e dos *"ganhos fáceis"*.

Esta perceção de não-merecimento, face a uma vida social e moralmente "condenável", reflete-se na impopularidade de medidas de apoio a esta população-alvo. Ao converterem-se, por arrastamento em medidas socialmente criticadas, elas acabam por tender a ser negligenciadas pelo poder político, que as pretere em comparação com outro tipo de medidas "mais consensuais" (porque orientadas para uma população-alvo socialmente julgada como "merecedora").

Como consequência desta lógica "utilitarista" do poder político, é muito escasso o investimento em medidas e respostas orientadas para as especificidades das mulheres no sistema de prostituição e, nesse tal processo circular de autoalimentação, a ausência de respostas mantém as mulheres nesse sistema, reforçando o preconceito social e consolidando os mitos atrás referidos.

Foram destacados, nas respostas das e dos profissionais, as circunstâncias específicas de algumas mulheres, nomeadamente, imigrantes ou vítimas de tráfico, e o modo como essas circunstâncias – violência e coação, mas também perceção de responsabilidade relativamente à família deixada no país de origem – operam como determinantes de permanência no sistema de prostituição.

"Por referência a mulheres estrangeiras: retirada de documentos; alojamento em locais controlados pelas redes; impedimentos de saídas ou contactos; controlo permanente pelas redes; dependência económica da rede (pela retirada de dinheiro); ameaças à sua vida e/ou da família."

(E9)

Igualmente de destacar é uma resposta que refere que a própria degradação física e psicológica são fatores que acentuam a exclusão e levam à permanência no sistema: ***"o nível de degradação (física e psicológica) e exclusão em que se encontram." (E27)***.

Esta degradação física e psicológica é potenciada pelas dependências. Nestas situações, e como resultou das entrevistas às mulheres, incluem-se tanto os casos em que a necessidade de dinheiro para os consumos determina a entrada no sistema e a continuação/escalada de consumos é responsável pela permanência, quanto as situações em que os consumos se iniciam em contexto de prostituição, por imposição de proxenetas e redes, ou como forma de suportar as vivências prostitucionais e a violência e desumanização que estas vivências encerram.

> *"O tipo de população com a qual trabalho de mulheres que se prostituem, são maioritariamente mulheres consumidoras de drogas. Utilizam, por isso, a prostituição como uma forma de sustentarem os seus consumos. É muito devido à adição que acabam permanecer na prostituição."*
>
> *(E34)*

QUADRO 29: FATORES DE ENTRADA E PERMANÊNCIA NO SISTEMA DE PROSTITUIÇÃO

1.	Necessidades económicas, más experiências de socialização na infância, a formação da personalidade, baixos níveis de instrução, condições de vida muito precárias (pobreza e exclusão social), comportamentos aditivos e desemprego. A pobreza e/ou necessidade económica por acontecimentos de vida, como o divórcio ou a perda de parceiro. Em situações minoritárias, ambição de padrão económico mais elevado. ***"A prostituição é efetivamente pluricausal e pluridimensional."*** Como fatores de permanência identifica: a persistente carência económica, a persuasão pelo proxeneta ou a habituação a um estilo de vida.
2.	Razões imediatas: necessidade de dinheiro para subsistência (sua e de filhos/as); pressão do companheiro; experiências traumáticas anteriores; manipulação pelo proxeneta. Razões estruturais: ausência de cultura de prevenção; falta de promoção de Direitos Humanos (pelo Estado e estruturas de intervenção); falta de intervenção holística coordenada e coerente, assente na figura do gestor de caso; impunidade legal; validação cultural da violência e da exploração. A permanência no sistema decorre de: carência económica; adições; sustento dos/as filhos/as; falta de rede de suporte; autoculpabilização; vergonha e estigma; convicção de problema individual; falta de pensamento autónomo; desconhecimento de serviços de apoio; desconhecimento de direitos fundamentais.
3.	A entrada é determinada pelas necessidades económicas. A permanência no sistema resulta da persistência de necessidades económicas e da ausência de respostas no mercado formal de trabalho, que se adaptem às suas realidades e/ou trajetórias de vida.
4.	A entrada resulta de: necessidades económicas, pressão conjugal para sustento da família e situações prévias de abuso sexual, sendo estes mesmos fatores responsáveis pela permanência no sistema.
5.	Problemas económicos e de dependência, que determinam tanto a entrada, quanto a permanência no sistema.
6.	A entrada dá-se devido a pobreza; a necessidade pontual de obter rendimentos de forma rápida, a dependência de substâncias psicoativas e a exposição à violência. A permanência ocorre como resultado de: persistência de carência económica e dificuldade de inserção no mercado de trabalho e a condições socioeconómicas dignas. Refere que algumas mulheres inseridas no trabalho, permanecem no sistema de prostituição.
7.	Os fatores socioeconómicos são causa de entrada e a permanência no sistema resulta da dificuldade de integração no mercado de trabalho.
8.	Carências económicas, necessidade de conseguir dinheiro de forma rápida, baixa autoestima, historial de violência, tráfico e exploração. A permanência no sistema liga-se a: necessidades económicas, culpabilização, noção de estigma e não-merecimento pessoal, necessidade de sustento dos/as filhos/as e medo.

9.	Por referência a mulheres estrangeiras, identifica: origem em meios sociais desfavorecidos (carências económicas, de habitação e cuidados dessaúde básicos); monoparentalidade; disfuncionalidade familiar (controlo patriarcal e alcoolismo do pai); vitimação a maus-tratos (físicos e psicológicos) socialmente validados; desvalorização pela família e pela comunidade de origem; reduzida escolaridade ou formação profissional; fechamento no contexto familiar; dívidas familiares ou pessoais (coação para pagamento); venda pela família; recrutamento por amigos ou familiares; falsas promessas de trabalho e pagamento das despesas de viagem. Também por referência a mulheres estrangeiras, a permanência no sistema resulta: da retirada de documentos; do alojamento em locais controlados pelas redes; de impedimentos de saídas ou contactos; de controlo permanente pelas redes; de dependência económica da rede (pela retirada de dinheiro); de ameaças à sua vida e/ou da família.
10.	As necessidades de caráter socioeconómico mais frequentes determinam a entrada e a permanência no sistema.
11.	Dificuldades económicas e baixíssima escolaridade; desvinculações psicoafectivas; violência doméstica, em que os parceiros as forçam a prostituir-se; entrada em redes de prostituição, com violência física associada; adição química; gravidezes na adolescência e deserção do pai; necessidade de sustentar os/as filhos/as; objetivos socioeconómicos elevados, ao nível da prostituição de luxo. A permanência decorre de: falta de alternativas e impossibilidade de manter o padrão de rendimento, em caso de saída; violência exercida pelos chulos; domínio por parte de redes de tráfico de mulheres; dependências químicas.
12.	Considerando as mulheres com adições: garantir dinheiro ou droga para sustentar os consumos (o sexo como moeda de troca). Situação de indocumentadas no país. A permanência no sistema de prostituição liga-se a: fidelização de compradores de sexo, vontade de manutenção de padrão de vida, ganho de dinheiro num curto espaço de anos (o envelhecimento conduz à perda de compradores de sexo).
13.	A pobreza e fatores familiares são identificados como razões de entrada, enquanto para a permanência no sistema são referidos: a mentalização que não servem para nada, a destruição da autoestima, o medo de represálias.
14.	A entrada no sistema está ligada a grandes carências económicas; procura de mais rendimentos para solucionar vidas em dificuldades, que são aproveitadas por redes de tráfico humano, quer no plano local, quer global. A permanência no sistema tem a ver com a ação das redes de tráfico, o preconceito social e a ausência de meios de subsistência.
15.	A falta de realização profissional. O desespero da sobrevivência por insuficiência de recursos económicos e de apoios adequados do Estado e das IPSS. O dinheiro como possibilidade de garantir níveis e padrões de consumo. A permanência no sistema decorre da inalterabilidade destas condições com falta de alternativas e de projetos de vida dignos e respostas sociais insatisfatórias e inadequadas, nomeadamente, ao nível do emprego e da habitação.
16.	Falta de estabilidade e uma estrutura durante a infância, falta de oportunidades escolares, droga e novamente o ciclo da pobreza. A permanência no sistema decorre devido à vergonha e ao medo que criam um fosso entre a sociedade e a vida prostituída, sendo impossível sair sem apoio. ***"A permanência na prostituição deve-se a não conseguir voltar a integrar na sociedade, notei que depois de estar na prostituição a vergonha e o medo criam um fosso grande demais entre a sociedade e a vida prostituída. Por muito que queiram sair, sem apoio é quase impossível."***
17.	Pobreza e baixa escolaridade, que determinam a entrada e a permanência no sistema de prostituição.
18.	Razões económicas levam à entrada no sistema e a persistência dessas carências, a par da falta de apoios são razões de permanência.
19.	Vidas problemáticas desde a infância; carências afetivas; necessidade de obter "dinheiro fácil", muitas vezes para conseguirem manter dependências são os principais fatores de entrada. A permanência no sistema é condicionada pela carência económica e pela Influência de outras pessoas do seio da prostituição.
20.	As necessidades financeiras são os principais fatores de entrada e permanência no sistema de prostituição.
21.	Pobreza, baixa escolaridade, falta de oportunidades no mercado de trabalho e conflitos familiares. Para permanência no sistema contribui a falta de autoestima e o não acreditar em si própria enquanto pessoa digna.

22.	Como fatores que determinam a entrada no sistema, destacam-se: a pobreza, a inexistência de rede de apoio familiar, as circunstâncias pessoais, o sustento de filhos/as, a toxicodependência, a pressão de namorados ou companheiros que as inserem no meio e na atividade. Estes fatores, por não se alterarem, levam à permanência no sistema.
23.	Falta de outras opções de vida e a necessidade de sobrevivência, isto é, revela-se a única possibilidade de obter dinheiro para o sustento da família e/ou para o consumo de produtos estupefacientes, de que, muitas vezes, são dependentes. A permanência no sistema é determinada por uma perceção de autonomia económica que lhes era desconhecida.
24.	Múltiplos fatores levam à entrada no sistema, destacando-se a falta de emprego e necessidades económicas. A permanência decorre da manutenção destas dificuldades.
25.	Associado às caraterísticas das mulheres, é comum o fator precipitante ser a influência do proxeneta e, cada vez mais, a ação das redes de tráfico e exploração. ***"Existe sempre um fator precipitante da entrada na prostituição... um momento de maior fragilidade da mulher associado ao contacto com um angariador ou proxeneta que surge como o "salvador". Muito embora esta seja a maioria das histórias não é raro e sobretudo no caso de estrangeiras, encontrar pessoas vítimas de rapto executado por redes internacionais de proxenetismo."*** A permanência no sistema resulta da dificuldade de romper o ciclo económico da prostituição, do medo das redes organizadas, da estigmatização social e da autoestigmatização.
26.	Para entrada no sistema encontram-se fatores como: situações de vida de elevada vulnerabilidade, designadamente, violência/negligência familiar na infância e /ou adultez, abuso sexual na infância e/ou adultez, dificuldades profissionais (por exemplo: baixa empregabilidade/desemprego/vínculo laboral precário) e/ou financeiras, monoparentalidade, comportamentos aditivos (com ou sem consumos), doença mental (por exemplo: bipolar), rede social diminuta e pouco eficaz, baixa autoestima, desvalorização do corpo e da sexualidade. Algumas mulheres são aliciadas por parte de conhecidos, amigos e/ou familiares, e outras, em menor número, são forçadas. A permanência no sistema liga-se a: racionalização acerca da habituação, autoisolamento do afeto, mecanismos de dissociação, desenvolvimento de adições, mudança de perspetiva de vida, que passa a ser exclusivamente centrada no presente, redução da rede social, motivada pela vergonha e que leva a uma progressiva autoexclusão.
27.	A vulnerabilidade a que estão sujeitas, as dificuldades económicas com que se deparam a determinada altura da sua vida, a escassez de alternativas para enfrentar essas dificuldades e o aproveitamento dessas fragilidades por outrem. A permanência no sistema deriva da falta de oportunidades; da fragilidade em que se encontram devidos aos efeitos nefastos resultantes da prática da prostituição; do "dinheiro rápido" que conseguem com esta prática, que, para algumas, se torna viciante; ou que lhes dá um nível de vida de que depois não sabem/conseguem abdicar, ou que lhes permite ajudar "a família toda" e que lhes serve um pouco de "consolo", retirando daí alguma satisfação pessoal; da degradação (física e psicológica) e da exclusão em que se encontram.
28.	A falta de recursos e oportunidades ao longo da vida, vivências e recursos económicos com elevadas carências quer sejam económicas, sociais ou familiares. A permanência na prostituição é condicionada pelas necessidades que se vão criando ao longo do seu percurso. Normalmente, todo o sistema familiar fica dependente do rendimento da mulher que se prostitui (algo mais comum nas mulheres imigrantes). Podem, também, desenvolver um conjunto de dependências (álcool, drogas) e até alguma patologia mental que não permitirá à pessoa o desenvolvimento de competências ou estratégias para abandonar a prática da prostituição.
29.	Abandono e pobreza, tráfico sexual organizado e violência são identificados como fatores de entrada e permanência no sistema de prostituição.

30.	A entrada no sistema resulta de privações económicas, desestruturação familiar, dependências (alcoolismo/drogas), isolamento social, necessidade de providenciar cuidados básicos (rendimento, alimentação, vestuário) à família, geralmente menores, e, na situação de mulheres oriundas de outros países, casos de discriminação em função da sua origem étnica, racial ou nacional. A permanência é consequência da inexistência de políticas públicas de apoio que garantam rendimentos de substituição, apoio à saúde mental e cuidados primários de saúde, confidencialidade e não discriminação no tratamento dos casos, políticas públicas de habitação e de emancipação financeira através do trabalho, com a garantia de não estigmatização.
31.	Situações de precariedade económica e migratória e exclusão social levam à entrada no sistema e à permanência no mesmo.
32.	Forma de fazer face às necessidades básicas e, em muitos casos, uma questão de sobrevivência. Considerando as mulheres vítimas de tráfico, os principais fatores de permanência no sistema são a ausência de documentos de identificação, o medo por si e pelos familiares que ficaram no país de origem e a ausência de alternativas.
33.	Considera que a prostituição é um trabalho e que as motivações para o seu exercício são económicas. ***"Parece-me óbvio que se tratando de um trabalho, a maioria seja para garantir a subsistência ou tendo outra atividade para além desta seja a de complementar o seu ordenado."***
34.	O desemprego, o emprego mal remunerado, as situações económicas precárias, por vezes, também promessas enganosas de remunerações elevadas e promessas de proteção, em que as redes cuidam de necessidades básicas, como habitação e transportes, assim como da rotação de locais de prostituição. Para a permanência, persiste a questão financeira, nuns casos, porque conseguem rendimentos a que não tinham acesso e que permitem a aquisição de determinados bens ou a ajuda a familiares, nomeadamente, aos filhos, às filhas ou os pais. Noutros casos, a permanência resulta do facto de estarem presas a redes, que as pressionam. Esta situação é mais comum entre as mulheres estrangeiras.
35.	Vulnerabilidade social, estigma social, consumos de substâncias psicoativas são identificados como fatores de entrada e de permanência no sistema. ***"O tipo de população com a qual trabalho de mulheres que se prostituem, são maioritariamente mulheres consumidoras de drogas. Utilizam, por isso, a prostituição como uma forma de sustentarem os seus consumos. É muito devido a adição que acabam permanecer na prostituição."***
36.	A partir da sua experiência de contacto, o principal fator de entrada e permanência no sistema é a necessidade financeira para consumo de drogas.
37.	A entrada no sistema de prostituição ocorre por influência de outra pessoa, de um modo geral, do namorado ou marido. Os fatores de permanência são os que condicionaram a entrada, ainda que as mulheres expressem a ilusão de que a sua será uma situação temporária.
38.	Como fatores de entrada refere a idade, as frágeis condições socioeconómicas, desigualdades sociais, a desesperança no futuro, os comportamentos aditivos e a necessidade de satisfazê-los. A permanência no sistema decorre de alguma dificuldade para deixar toda a mecânica associada à prostituição, em especial quando exercida em grupo, ou seja, inserida em determinada dinâmica "empresarial" e dotada de algum grau de organização. Vergonha associada à possibilidade de os e as familiares poderem vir a saber.

O elenco de fatores que determinam a entrada e/ou permanência no sistema de prostituição, permitem identificar aquelas que são as principais necessidades ou problemas sentidos pelas mulheres, diferenciando **problemas e necessidades de caráter mais imediato e de intervenção social direta** (não raras vezes de emergência) e **problemas e necessidades de natureza estrutural**.

Se algumas destas necessidades eram prévias à entrada na prostituição e se associavam às suas trajetórias de vida precárias, sucede, também, que as próprias caraterísticas e funcionamento do sistema, além de agudizarem as necessidades pré-existentes, fazem surgir outras necessidades.

Em matéria de intervenção social direta são identificadas como necessidades:

1. O apoio e acompanhamento psicossocial, que são essenciais para a definição de projetos de vida e para a motivação para a mudança. A relevância deste apoio é maior, se considerarmos o isolamento social em que vive a maioria destas mulheres (imposto pelos proxenetas ou determinado pela "vergonha") e o efetivo desconhecimento de recursos e respostas disponíveis.

"A permanência na prostituição deve-se a não conseguir voltar a integrar na sociedade, notei que depois de estar na prostituição a vergonha e o medo criam um fosso grande demais entre a sociedade e a vida prostituída. Por muito que queiram sair, sem apoio é quase impossível."

(E16)

2. A organização e gestão dos quotidianos, nomeadamente, horários, formas de ganho e gasto do dinheiro ou rotinas quotidianas.

"A maior necessidade prende-se com a capacidade de gerir os seus recursos. Mesmo que estes sejam baixos, apresentam muita dificuldade na gestão da sua vida pessoal, quer a nível de rotinas, como monetárias, como sociais, etc."

(E28)

Esta é uma questão que tem de ser trabalhada de forma prioritária, de maneira a facilitar a prossecução de outros objetivos e a aumentar a autoconfiança e a capacitar e motivar para a mudança.

3. A assistência e acompanhamento na saúde, quer no plano da minimização dos riscos ***"a necessidade de material de proteção" (E6)***, ou do controlo de Infeções e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (IST e DST) ***"acesso a exames de controlo de Infeções ou Doenças Sexualmente Transmissíveis" (E10)***, quer ao nível da saúde mental, dado que são frequentes os problemas de ansiedade e de baixa autoestima: ***"ansiedade, questões associadas à regulação de humor, de autoestima e autoconceito." (E11)***.
4. Necessidades que assumem natureza urgente, como ***"a dificuldade de acesso aos serviços públicos ou a caducidade de documentos" (E21)***; ou ***"arranjar alguém de confiança que cuide das crianças durante a noite" (E15)***.
5. Relativamente às circunstâncias específicas das mulheres estrangeiras (em situação irregular no país) ou das mulheres vítimas de tráfico, as necessidades assumem também caráter de emergência e têm a ver com: a regularização da sua situação em Portugal, como ***"documentos/ título de residência para o exercício de atividade profissional" (E17)***; a necessidade de proteção contra as redes, considerando a sua situação de ***"insegurança e desproteção face aos proxenetas e redes" (E11)***; ou a ***"necessidade saber notícias dos familiares que ficaram no país de origem." (E32)***.

Nas necessidades de natureza mais estrutural, identificam-se:

1. A inserção no emprego.
2. O acesso à habitação.
3. A disponibilidade de cuidados de saúde (física e mental, nomeadamente, ao nível da situação comum de stress pós-traumático) e do tratamento de adições.
4. A garantia de proteção, segurança e apoio face à vitimação.

Perante este conjunto de problemas e necessidades, identificados por profissionais e patente nas histórias de vida das mulheres, impõe-se uma abordagem de caráter verdadeiramente profundo e holístico, fundado em projetos de vida individualizados e com acompanhamento continuado, não apenas ao nível dos apoios de natureza formal, como também, no recurso ao suporte pelos pares.

Em qualquer dos casos, há que sublinhar, também, que este será sempre um processo longo, de superação própria e de ganho de confiança, o que implica que as medidas e respostas de apoio, apesar de serem elaboradas em função das caraterísticas específicas da população-alvo, devem ser suficientemente alargadas e flexíveis, de modo a responderem às situações, vivências e tempos concretos de cada mulher.

"Serviços especializados com garantia de segurança. Autonomia financeira. Apoio psicológico - recuperação do Eu e superação de mecanismos de dissociação e reconstrução/ construção de capacidade identitária e pensamento autónomo. Grupos de autoajuda e ações de sensibilização para os Direitos Humanos. Todos os apoios deverão ser definidos caso a caso."

(E2)

Esta abordagem holística pressupõe o envolvimento de todos os elementos do sistema, pelo que deve compreender uma ação paralela, ao nível das mentalidades, para transformação do modo como a sociedade, no seu todo, encara as mulheres em situação de prostituição, e para a neutralização dos preconceitos que acabam por ser dificultadores de saída do sistema.

Esta ação, no plano das mentalidades, deverá materializar-se numa conscientização alargada, que envolva mais do que a prostituição, enquanto problema social, e que possa ser verdadeiramente transformadora das representações sociais em matéria da sexualidade de mulheres e de homens, que, tradicionalmente, favorecem a objetificação das mulheres e validam a compra de sexo pelos homens.

Esta conscientização deve iniciar-se pelos e pelas profissionais que, em diferentes circunstâncias e áreas, se confrontam com mulheres em situação de prostituição e que, por vezes, adotam comportamentos e atitudes de caráter discriminatório.

> *"Superação de estereótipos e preconceitos sociais, nomeadamente, por parte de agentes com intervenção direta na área."*
>
> *(E4)*

QUADRO 30: PRINCIPAIS NECESSIDADES E PROBLEMAS DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE PROSTITUIÇÃO

1.	Questões económicas, as condições de saúde a vigilância médica, o risco das ISTs, necessidades de apoio psicológico e proteção face aos problemas de violência (com companheiros e/ou proxenetas).
2.	Serviços especializados com garantia de segurança. Autonomia financeira. Apoio psicológico - recuperação do Eu e superação de mecanismos de dissociação e reconstrução/construção de capacidade identitária e pensamento autónomo. Grupos de autoajuda e ações de sensibilização para os Direitos Humanos. Todos os apoios deverão ser definidos caso a caso.
3.	Necessidades de natureza estrutural – vulnerabilidades socioeconómicas. Necessidades de natureza emocional – baixa autoestima.
4.	Necessidades de segurança e proteção, redefinição de projetos de vida, aquisição de competências e qualificações para superar a baixa escolaridade e acederem ao emprego, superação de estereótipos e preconceitos sociais, nomeadamente, por parte de agentes com intervenção direta na área.
5.	Necessidades e problemas de natureza económica socialmente transversais, mas muitas vezes ligadas aos consumos.
6.	Necessidades e problemas de natureza estrutural ligados a carência económica – agudizada pela pandemia – instabilidade e carência habitacional, violência, estigmatização social, apoio psicológico e na procura de emprego e formação. Necessidades ligadas à minimização de riscos: procura de material de proteção.
7.	Problemas económicos que geram alguma ansiedade, questões associadas à regulação de humor, de autoestima e autoconceito.
8.	Problemas de baixa autoestima, de saúde mental, de falta de competências profissionais e sociais, de processos de socialização deficientes, de vitimação face à violência, nomeadamente em relações de intimidade.
9.	Cuidados de saúde (física e mental); dependência de drogas ou psicotrópicos; vitimação a agressões várias; falta de alojamento; falta de meios de subsistência básica; proteção relativamente aos exploradores.
10.	Necessidades ao nível da segurança (vítimas de abusos, espancamentos, violações, prévios e durante a prostituição); necessidades económicas (o facto de não fazerem descontos não garante segurança na velhice); necessidades de saúde (acesso aos exames de IST e DST). Forte estigma social que leva a esconderem o que fazem, ao mesmo tempo que a exposição leva a assédio e agressão. Problemas estruturais de reprodução de ciclo de pobreza e exclusão e relações tóxicas com companheiros/proxenetas.
11.	Necessidades económicas e pobreza (atualmente agravadas); insegurança e desproteção face aos proxenetas e redes e dependências de drogas. Importância de criação de respostas psicológicas e socioeconómicas e de cuidados de saúde para esta população específica.

12.	A violência sexual e a vivência da sexualidade. Violência em contexto de prostituição, acentuada na prostituição de rua associada à toxicodependência. Prevalência de violência e abusos sexuais nas trajetórias de vida prévias à entrada no sistema de prostituição, que deixam marcas na vivência da sexualidade. ***"A questão da violência é um problema no trabalho sexual, mas como é ilegal é difícil criar mecanismos de proteção. A violência no trabalho sexual é muita e muito crua, sobretudo nas mulheres que usam drogas, onde a substância é sempre moeda de troca, os espaços da relação sexual são tão maus quanto os espaços de consumo. Depois não podemos confundir trabalho sexual com abuso. O trabalho, e daí a importância da regulação, tem regras muitas vezes perdidas no caos da vida da rua. As mulheres a trabalhar nos apartamentos, têm códigos, protegem-se entre elas, funcionam em comunidade. As mulheres na rua, e sobretudo as mulheres que usam substâncias são mulheres frequentemente abusadas, sexualmente pela falta de consentimento, sobretudo quando em estados alterados de consciência."***
13.	Falta de autoestima, dependência de alguém que lhes transmita uma sensação de segurança, medo, sentirem-se marginalizadas.
14.	Necessidade de meios de subsistência, necessidade de respeito e dignidade.
15.	Falta de um emprego digno e bem remunerado. Falta de alojamento digno, com rendas acessíveis e com a existência de equipamentos de proximidade e qualidade para tratar dos/as filhos/as. Arranjar alguém de confiança que cuide das crianças durante a noite.
16.	Dinheiro, traumas, medo, falta de autoestima.
17.	Falta de dinheiro, falta de documentos/ título de residência para o exercício de uma atividade profissional.
18.	Necessidades económicas e falta de retaguarda familiar.
19.	Sentem-se excluídas da sociedade; problemas em elevar a autoestima para mudar de vida.
20.	Falta de formação académica e profissional que lhes permite arranjar apenas empregos precários que financeiramente não cobrem os seus objetivos. Dependência de produtos estupefacientes. Falta de estrutura familiar.
21.	Necessidades genéricas de organização e segurança. Variadas questões práticas, seguimento em consultas médicas, escola dos filhos e das filhas, tratar do passe, dificuldade de acesso aos serviços públicos, caducidade de documentos, situação ilegal no país.
22.	Falta de formação escolar e profissional; relações familiares estáveis e "saudáveis"; tratamento para comportamentos aditivos; instabilidade emocional e de vida.
23.	Preconceito, estigma social e violência exercida por pessoas que as exploram.
24.	Dificuldade de reinserção social.
25.	Dificuldades socioeconómicas graves que não permitem garantir o acesso à habitação; desemprego e dificuldades de garantir o sustento do seu agregado familiar.
26.	Distingue necessidades de resposta no imediato (para além dos pedidos de material de prevenção e de pedidos de consultas médicas, solicitam alimentos, apoios para rendas, apoios na Segurança Social e nas Finanças, apoio para questões jurídicas, etc.), de necessidades mais estruturais (consultas de psicologia, apoio na regularização da imigração, apoio na queixa de violência familiar ou de regulação dos deveres parentais, apoio no reagrupamento familiar, apoio na integração em estruturas de ensino e formação profissional, apoio na procura de emprego, etc.). Finalmente, as necessidades ao nível da baixa autoestima, da perceção de reduzido valor próprio, de isolamento social e de falta de autonomia e autodeterminação.
27.	Problemas do foro psicológico/psiquiátrico (ansiedade, depressão, PTSD, entre outras), alcoolismo (que muitas relatam como uma necessidade para conseguirem "trabalhar" e que depois gera dependência), dependência de medicação para dormir, violência a que por vezes estão sujeitas (proxenetas, compradores de sexo e entre colegas); isolamento/exclusão social (passam horas fechadas em apartamentos/bares, sentem falta de rotinas sociais); dificuldades no acesso aos serviços, sobretudo, de saúde; e o preconceito/discriminação com que se deparam muitas vezes nos serviços.
28.	A maior necessidade prende-se com a capacidade de gerir os seus recursos. Mesmo que estes sejam baixos, apresentam muita dificuldade na gestão da sua vida pessoal, quer a nível de rotinas, como monetárias, como sociais, etc. Além desta necessidade principal, muitas mulheres que se prostituem apresentam problemas de consumo de bebidas alcoólicas e de consumos de drogas bem como alguma patologia mental associada.
29.	Falta de inserção no mercado de trabalho, exploração sexual e violência.

30.	Falta de autoestima; desestruturação psicológica (falta de horários, de propósito, ausência de coisas tão simples como horário de refeição, dia/tarde/noite, etc.); necessidade de acompanhamento ao nível da saúde mental; necessidade de apoios financeiros do Estado para soluções emergentes de habitação e de emancipação financeira.
31.	A partir da sua área profissional, identifica que os principais problemas e necessidades são: psiquiátricos, adições e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).
32.	Com base na experiência de trabalho na área da saúde com mulheres vítimas de tráfico, refere necessidades de cuidados de saúde, incluindo na área da saúde mental, necessidade de saber notícias dos/das familiares que ficaram no país de origem, necessidade de recuperar os seus documentos de identificação, necessidade de alimentação e bens essenciais e, genericamente, a necessidade de se sentirem pessoas em tudo o que tal significa. A estas necessidades, associa-se o medo de pedir apoio às instituições.
33.	A partir da consideração de trabalho sexual, considera que os problemas e necessidades são diversos, como para qualquer outra pessoa. Destaca, no entanto, uma maior preocupação relativamente aos riscos de IST.
34.	A principal necessidade é de um emprego com um salário que permita satisfazer as necessidades básicas, não só individuais, como familiares.
35.	Perseguição moral, religiosa e social. Necessidades ligadas a condições e direitos de "trabalho", ausência de "tabela de preços" e regulamentação do "serviço". ***"Não sendo em Portugal a prostituição um crime, era suposto que a mulher que se prostitui não fosse perseguida moralmente, religiosamente ou institucionalmente pela sociedade. Para além disto, existem necessidades reportadas por estas mulheres como desconto para impostos e direitos como higiene e segurança no trabalho, direito a baixa médica, férias, horas, etc. Existe ainda um problema relatado, relacionado com os preços praticados, que devido a uma não regulamentação deste serviço, acabam por não serem dignos e justos para as mulheres."***
36.	Necessidades de saúde (como o tratamento das IST, saúde mental) e de suporte e inclusão social.
37.	Necessidades de apoio social e apoio psicológico. Problemas mais frequentes: habitação, trabalho, afeto, conhecimento dos recursos a que tem direito e um fator importante, em grande parte não identificado, a recuperação do stress pós-traumático.
38.	As necessidades que conduziram à entrada e permanência na prostituição.

Embora os fatores de entrada e permanência no sistema de prostituição sejam consideravelmente estáveis ao longo do tempo, remetendo para trajetórias de vida com diferentes fragilidades, o sistema de prostituição mostra-se evolutivo, nas suas caraterísticas, organização e métodos de atuação.

Este é, aliás, um elemento que foi muito destacado neste trabalho, tal como sucede na literatura sobre o tema, desencadeando um questionamento acerca da capacidade de as diferentes entidades, nomeadamente na área da investigação criminal e da justiça, acompanharem a velocidade evolutiva e a adaptabilidade daquela que é a "indústria do sexo" no mundo global.

Nas entrevistas realizadas neste estudo foi destacada uma crescente complexificação, organização, diversidade e opacidade do sistema de prostituição.

"Prostituição de rua, bares e apartamentos, recurso a anúncios na imprensa escrita e utilização das redes sociais e da internet."

(E9)

Nesta complexificação está implícito um aumento da violência intrínseca ao sistema de prostituição, associado ao papel das redes de tráfico e exploração de cariz transnacional.

"Não é difícil encontrar máfias que operam internacionalmente e mantêm as mulheres sobre o seu controlo e algumas delas podemos afirmar que estão em "cativeiro" indocumentadas, controladas e fechadas em casas de onde só saem para se prostituir de forma vigiada."

(E25)

Este perfil de evolução do sistema contribui para um aumento da vulnerabilidade e num ***"agravamento das condições das mulheres" (E31)***, devido à redução da capacidade de sinalização e acesso, quer por parte dos órgãos de polícia criminal (mesmo considerando a crescente cooperação transnacional das forças de segurança, no que se refere ao tráfico de pessoas), quer por parte de serviços e instituições de apoio, que viram ***"o trabalho de apoio a esta população extremamente comprometido no contexto da atual pandemia a Covid-19" (E32)***.

Neste sentido, pode concluir-se que estamos num quadro de múltipla vitimação e vulnerabilidade das mulheres no sistema de prostituição.

Naturalmente que o sistema de prostituição, como sucede com qualquer sistema social, evolui em função das mudanças registadas na sociedade global, revelando a sua plasticidade, ***"que se adapta às mudanças e leis nos diversos países, de forma a contornar o sistema em vigor e aparentar a legalidade, visando sempre as pessoas mais desfavorecidas, necessitadas e vulneráveis" (E21)***. Ou, como é referido noutra entrevista, ***"a prostituição vai-se adaptando às mutações sociais e legais (E34)***.

A crescente utilização da internet e das diferentes plataformas virtuais (tanto para a venda de sexo, quanto para o aliciamento de mulheres e raparigas), acentuada numa conjuntura de pandemia, ou a maior segmentação da prostituição, em função da, igualmente maior, segmentação da oferta, são dois exemplos desta plasticidade e adaptabilidade organizativa do sistema.

"Funcionam as leis do mercado da "procura" e da "oferta". Quando a "procura" tem muita capacidade financeira, o intermediário (proxeneta) proporciona um "produto de luxo" (mulher jovem, bonita, bem arranjada, nacional ou exótica, mas imigrante regular). Quando a "procura" tem pouca capacidade financeira, o intermediário (proxeneta) proporciona um "produto low cost" (estrangeiras em situação irregular, provavelmente através de rede de tráfico) ou um "produto marca branca" (portuguesas que deixaram de ser jovens/bonitas e bem arranjadas)."

(E26)

Esta evolução do sistema reflete-se também em mudanças nos perfis das mulheres em situação de prostituição mais heterogéneos e diversificados, correspondendo à segmentação da "procura".

"Entre as mulheres mais velhas era comum a proveniência de meios familiares com historial de prostituição. Nas mulheres mais novas, verifica-se a prevalência de trajetórias de tráfico ou pobreza extrema."

(E13)

Reforçando a constatação do papel e do poder das redes organizadas e transnacionais de tráfico de pessoas e de aliciamento para fins de exploração sexual, são cada vez mais numerosas as mulheres estrangeiras no sistema de prostituição em Portugal, integrando, com frequência, uma espécie de plataforma giratória entre países e/ou regiões, respondendo às preferências dos compradores em matéria de "novidade" ou de caraterísticas específicas.

"O perfil da mulher prostituída na nossa realidade nacional, na minha perspetiva profissional, tem sofrido alterações. Sobretudo a partir dos anos 90 do século passado ao invés da convencional mulher, profissional do sexo, portuguesa, verificou-se um acréscimo substancial de jovens mulheres que se dedicavam ao exercício da prostituição como meio para financiarem a sua dependência do consumo de estupefacientes. Em especial as heroinómanas. Também na mesma década um fluxo de cidadãs estrangeiras jovens, sobretudo do Brasil que se implementaram em Portugal dedicam-se a esta atividade. Após a dissolução da URSS, já nos primeiros anos deste século, assistimos também a um forte fluxo de jovens mulheres provenientes desses países, que de igual modo passaram a dedicar-se à prostituição. Tendência que se mantem nos últimos anos provindas sobretudo da Roménia e Bulgária."

(E22)

À sombra de uma economia global, o espaço de recrutamento de mulheres e raparigas aumentou e tornou-se, também, global. Deixaram de ser, apenas, aquelas que pertencem às bolsas de pobreza dos campos ou das periferias urbanas nacionais, para passarem a ser outras, cuja origem está em bolsas de pobreza geograficamente distantes (África, América do Sul, Ásia ou Leste da Europa), mas com vulnerabilidades igualmente extremas, que as convertem em presas fáceis para esse sistema de crescente violência, que é a "indústria global do sexo".

Assim, o sistema de prostituição, além de aproveitar, como sempre sucedeu, as situações de feminização da pobreza, tem evoluído no sentido do crescente recurso ao tráfico de pessoas, através de redes que se estruturam e organizam como verdadeiros e sofisticados potentados financeiros.

"Para além da pobreza que sempre foi a principal causa da prostituição, surge agora um aumento da prostituição forçada devido ao tráfico sexual, que se considera ser a escravatura dos tempos modernos e que está organizada num negócio dos mais rentáveis do mundo, a par do tráfico de armas e de droga."

(E29)

As respostas, tanto legais, quanto em matéria de apoios, não têm, todavia, sido suficientemente céleres e eficazes, de modo a conseguirem responder a estas mudanças e complexificação do sistema, destacando-se, entre as e os profissionais entrevistados, a perceção de incapacidade de proteger as mulheres em situação de prostituição.

"Contínua omissão da tomada de medidas relativamente ao investimento público na criação de uma rede pública de apoio às mulheres prostituídas e na consideração da exploração na prostituição como violação dos direitos humanos, ao arrepio da evolução legislativa recente a que se tem assistido em vários países europeus (França, Estado Espanhol, Escócia, Irlanda) e por outro com tentativas reiteradas de legalização do lenocínio (cujo recente Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 72/2021 felizmente veio travar do ponto de vista jurisprudencial) e de regulamentação da prostituição como atividade laboral."

(E30)

QUADRO 31: EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE PROSTITUIÇÃO

1.	A evolução tem sido no sentido de uma representação social menos punitiva, sobretudo em contextos urbanos.
2.	Não refere.
3.	Não refere.
4.	A evolução do sistema tem sido no sentido de uma naturalização da prostituição, negligenciando os perigos e exploração a ela associados.
5.	Reduzida evolução do sistema e persistência da ligação a adições.
6.	O apoio e a informação prestados às mulheres, pelas instituições com intervenção na área permitiu um maior conhecimento dos direitos e que muitas mulheres saíssem do sistema. ***"Considero que o acesso à informação e o apoio prestado pelas instituições que atuam nesta área permitiu que mais mulheres conhecessem os seus direitos. O trabalho desenvolvido por estas instituições permitiu que muitas outras saíssem do contexto de prostituição."***
7.	A prostituição ainda é um tema tabu ao qual não tem sido dirigida grande atenção político-social. O que se reflete na falta de enquadramento e de direitos sociais das pessoas que exercem prostituição, como de reconhecimento da mulher enquanto pessoa capaz de tomar decisões livres sobre a sua vida e corpo, pela dificuldade de a sociedade perceber que, em muitas situações, esta é uma escolha da mulher.
8.	Evolução do sistema: crescimento da prostituição de apartamento/fechada (ainda que se mantenha a prostituição de rua e de estrada), diversificação das formas de proxenetismo, diversificação das nacionalidades das mulheres; redes de tráfico violentas.
9.	Prostituição de rua, bares e apartamentos, recurso a anúncios na imprensa escrita e utilização das redes sociais e da internet. Violência e coação pelos exploradores e cooptação de vítimas para recrutamento de novas vítimas.
10.	Poucas evoluções, exceto o abaixamento de preços na sequência dos anos de crise económica.
11.	Evolução do sistema: presença crescente de redes transnacionais e correspondente violência e exploração de matriz capitalista.
12.	Ausência de evolução legal. Evolução de algumas instituições de intervenção que acompanharam a mudança de perfil das mulheres: deixaram de ser mulheres portuguesas (do interior e ingénuas e surgiram mulheres estrangeiras que escolhem a prostituição como forma de ganhar dinheiro rapidamente para regressarem aos seus países (muitas mulheres que vieram em redes de tráfico e se libertaram e que estão na prostituição com conhecimento dos maridos). Nestes casos, a prostituição é emancipatória e permite às mulheres ganhar o dinheiro para o regresso.
13.	Entre as mulheres mais velhas era comum a proveniência de meios familiares com historial de prostituição. Nas mulheres mais novas prevalência de trajetórias de tráfico ou pobreza extrema.
14.	Não refere.

15.	O sistema está a crescer. A prostituição tem aumentado muito, sobretudo desde os tempos da Troika e do período de austeridade. Prostituem-se mulheres imigrantes, estudantes do ensino superior.
16.	Nos últimos 3 anos, menos mulheres em prostituição de rua ou de estrada e aumento de prostituição em apartamentos, fazendo parecer que a prostituição tenha diminuído e simultaneamente o tráfico. O que deve ser enganador e tornou mais invisível a situação e os problemas. ***"Nos últimos 3 anos tenho visto menos mulheres à beira da estrada, que neste momento estão em apartamentos, fazendo parecer que a prostituição terá diminuído e simultaneamente o tráfico. O que deve ser enganador e infelizmente a tornou mais invisível."***
17.	Não refere.
18.	Não refere.
19.	O sistema de prostituição tem evoluído, no sentido de trabalharem cada vez mais por "conta-própria", em alternativa a terem alguém que as controla. Além disso, publicita-se cada vez mais os anúncios na web.
20.	Hoje há mulheres mais novas e sem um envolvimento socioeconómico tão precário, que se dedicam à prostituição porque é um meio mais rápido de angariação de dinheiro e porque o desvalor da atividade não é tão acentuado como há alguns anos atrás. Contudo, mantêm-se também os perfis anteriores.
21.	Algo que se adapta às mudanças e leis nos diversos países, de forma a contornar o sistema em vigor e aparentar a legalidade, visando sempre as pessoas mais desfavorecidas, necessitadas e vulneráveis.
22.	O perfil da mulher prostituída na nossa realidade nacional, na minha perspetiva profissional, tem sofrido alterações. Sobretudo a partir dos anos 90 do século passado ao invés da convencional mulher, profissional do sexo, portuguesa, verificou-se um acréscimo substancial de jovens mulheres que se dedicavam ao exercício da prostituição como meio para financiarem a sua dependência do consumo de estupefacientes. Em especial as heroinómanas. Também na mesma década um fluxo de cidadãs estrangeiras jovens, sobretudo do Brasil que se implementaram em Portugal dedicam-se a esta atividade. Após a dissolução da URSS, já nos primeiros anos deste século, assistimos também a um forte fluxo de jovens mulheres provenientes desses países, que de igual modo passaram a dedicar-se à prostituição. Tendência que se mantem nos últimos anos provindas sobretudo da Roménia e Bulgária.
23.	Não refere.
24.	Não refere.
25.	Proxenetismo, tanto mais organizado, quanto o desenvolvimento das sociedades. Cada vez mais a organização se estrutura para tirar todo o dinheiro das mulheres e hoje nas ruas de Lisboa não é difícil encontrar máfias que operam internacionalmente e mantêm as mulheres sobre o seu controlo e algumas delas podemos afirmar que estão em "cativeiro" indocumentadas, controladas e fechadas em casas de onde só saem para se prostituir de forma vigiada.
26.	Distingue a evolução "pessoal": uma pessoa que se prostitui raramente o faz sozinha, começa sempre com algum intermediário (amiga, familiar, namorado, marido ou é forçada). Normalmente a primeira vez é sempre relatada com muita mágoa, dor, arrependimento e comoção. Mas a situação que levou à primeira vez mantém-se, e a pessoa acaba por repetir. Ao fim de umas semanas começa a anestesiar-se (psicologicamente com os mecanismos de defesa que referi antes; com álcool ou drogas, etc.). Do nojo inicial passa à habituação, e depois passa à perda de autodeterminação e de autonomia e acaba enredada numa situação quase impossível de sair sozinha. E a evolução sistémica, ligada à evolução da "procura", em que os proxenetas angariam pessoas em situação de maior vulnerabilidade que possam ser manipuladas e exploradas sexualmente, e que servem como produto – "oferta". E depois funcionam as leis do mercado da "procura" e da "oferta". Quando a "procura" tem muita capacidade financeira, o intermediário (proxeneta) proporciona um "produto de luxo" (mulher jovem, bonita, bem arranjada, nacional ou exótica, mas imigrante regular). Quando a "procura" tem pouca capacidade financeira, o intermediário (proxeneta) proporciona um "produto low cost" (estrangeiras em situação irregular, provavelmente através de rede de tráfico) ou um "produto marca branca" (portuguesas que deixaram de ser jovens/bonitas e bem arranjadas).
27.	Refere que não há evolução, os fatores e as causas que estão subjacentes ao sistema de prostituição continuam sem grande evolução (positiva).
28.	Não refere evolução, constatando, apenas, a existência de "vazio legal", onde o lenocínio continua a ser um crime punido de forma bastante leve no país.

29.	A proteção legal das pessoas prostituídas, quer perante quem as explora, quer perante os compradores de sexo, é ineficaz. Em Portugal vigora o sistema que pune quem explora as pessoas prostituídas (crime de lenocínio). Mas este sistema tem se revelado pouco eficaz no combate à prostituição. Surgiu um sistema novo já em vigor nalguns países (por exemplo, Suécia, França), que para além de punir quem explora, pune também o comprador de sexo. Este sistema parece ser eficaz na redução da procura de sexo pago e na redução do número de pessoas prostituídas.
30.	Considera preocupante a contínua omissão da tomada de medidas relativamente ao investimento público na criação de uma rede pública de apoio às mulheres em situação de prostituição e na consideração da exploração na prostituição como violação dos direitos humanos, ao arrepio da evolução legislativa recente a que se tem assistido em vários países europeus (França, Estado Espanhol, Escócia, Irlanda) e por outro com tentativas reiteradas de legalização do lenocínio (cujo recente Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 72/2021 felizmente veio travar do ponto de vista jurisprudencial) e de regulamentação da prostituição como atividade laboral. Tal leva a uma normalização da ideia de compra e venda das mulheres, à sua desproteção crescente face à sociedade e à lei, potenciando, inclusive, fenómenos que podem aumentar a violência contra as mulheres prostituídas, além do aprofundamento das suas condições sociais e económicas que as levam, prima facie, ao recurso a este meio de sobrevivência.
31.	Refere que a evolução do sistema tem sido no sentido do agravamento geral das condições das mulheres na prostituição.
32.	O sistema de prostituição está crescentemente ligado a consumos de drogas e violência. Destaca, ainda que o trabalho de apoio a esta população está extremamente comprometido no contexto da atual pandemia a Covid-19.
33.	Considera que não existe um sistema de prostituição, mas sim diferentes formas de fazer trabalho sexual que dependem da diversidade das pessoas que o fazem. Em coletivos, individualmente, na rua, em casa, em apartamentos de várias pessoas, em estabelecimentos, etc. Reforça a inexistência de evolução pelo não reconhecimento do trabalho sexual em Portugal e consequente desproteção.
34.	Defende que a prostituição de rua tem diminuído face à prostituição em espaços fechados e que há cada vez mais mulheres estrangeiras, que fogem da pobreza e procuram melhores condições de vida e são aliciadas por outras mulheres ou trazidas por redes.
35.	Concentra-se nas respostas legais e na sua morosidade. ***"Apesar de Portugal ter evoluído no sentido da legalização da prostituição, penso que a evolução para a regulamentação tem sido demorada, e sem apresentação de outras alternativas a isso."***
36.	Considera não trabalhar há tempo suficiente para estabelecer uma análise da evolução do sistema.
37.	Na essência, o sistema de prostituição não sofreu grandes alterações. Apesar disso, as novas tecnologias facilitam o recrutamento para a prostituição, aumentou o número de "casas fechadas" (bordéis), há um tráfico crescente de jovens de países pobres, para exploração sexual, bem como alguma banalização da prostituição feita por pessoas que desconhecem o sistema de prostituição, como funciona. Nesta lógica de oferta e de procura, a valorização das mulheres vai variando, nomeadamente, pela idade, o que faz com que as mulheres transitem das "casas fechadas" para a rua. ***"Este sistema funciona como um mercado de oferta e de procura. Oferta por parte da mulher que se vende e procura por parte do homem/cliente que a compra, mas existe uma terceira pessoa o chulo ou proxeneta, donos de bares de alterna, bares de espera, donos de pensões, quartos de hotel, redes organizadas de tráfico de pessoas. Neste sistema organizado há troca de raparigas, a que elas chamam de quinzenas, isto é, para satisfazer o desejo do cliente, existe a necessidade de renovação de jovens, caras e corpos novos e, por isso, é comum haver um acordo entre os exploradores ou donos das casas de enviarem de quinze em quinze dias, duas ou três raparigas para outros apartamentos ou casas e vice-versa".***
38.	Não refere.

É de salientar que nas respostas fornecidas pelas e pelos profissionais relativas à situação das mulheres no sistema de prostituição, bem como ao próprio sistema, não se registaram discrepâncias significativas entre os diferentes âmbitos de atuação profissional, verificando-se bastante homogeneidade de respostas, especialmente, no respeitante à identificação dos fatores de entrada e permanência no sistema e dos principais problemas e necessidades das mulheres em contexto de prostituição.

5.3. Respostas existentes e propostas de ação

Uma das consequências da complexidade e dos novos perfis assumidos pelo sistema de prostituição é a de uma correspondente complexificação das necessidades das mulheres (somando-se ou agudizando as pré-existentes). Estas necessidades são de caráter estrutural e as respostas disponíveis (tanto ao nível da intervenção direta, quanto das políticas públicas) são insuficientes.

"Os problemas são estruturais, requerem medidas estruturais de educação para a tolerância e sexualidade saudável, inclusão de imigração, luta contra a pobreza, etc. Enquanto houver pessoas disponíveis para comprar sexo, haverá sempre pessoas em situação de vulnerabilidade que podem ser usadas por intermediários para serem objetos à venda."

(E26)

Todavia, a avaliação acerca da disponibilidade de respostas e da sua capacidade efetiva, registou diferenças, consoante a área profissional das e dos entrevistadas/os, com maiores níveis de insatisfação entre as pessoas que atuam na intervenção social ou na saúde, comparativamente a profissionais de órgãos de polícia criminal ou da justiça.

Em matéria de ação social, salienta-se não apenas a escassez, assimetrias e dispersão de respostas, como também o seu caráter excessivamente padronizado e formatado, que é pouco adequado às especificidades da população-alvo. Como consequência, as escassas respostas existentes acabam por não resultar capacitadoras para a mudança e autonomizadoras na definição de um projeto de vida.

"As necessidades são específicas e deveriam existir também respostas mais abrangentes, para podermos dar respostas a diferentes necessidades. Deveriam ser disponibilizados mais recursos (a vários níveis) para conseguirmos diversificar ainda mais os serviços disponibilizados."

(E29)

A já tendencial escassez de respostas agravou-se com a situação pandémica, vivida a partir de março de 2020, que levou à agudização das necessidades e carências das mulheres, com um aumento muito significativo dos pedidos de apoio e com situações de entrada e/ou reentrada no sistema de prostituição, como resultado da incapacidade de subsistência própria e familiar.

"Com a pandemia, agudização das dificuldades económicas, aos níveis mais básicos da subsistência. Aumento de pedidos de apoio alimentar, de apoio psicossocial e psicológico e na procura de emprego."

(E7)

No domínio da saúde, as respostas mais positivas têm sido no contexto da minimização de riscos, persistindo e agravando-se as carências ao nível do acompanhamento médico continuado.

"Insuficiência das respostas, em que se destaca como positivo apenas as campanhas de sensibilização para redução de riscos."

(E15)

Esta insuficiência das respostas e apoios foi muito sublinhada por referência à situação das mulheres que se encontram em situação irregular ou de indocumentadas, cuja desproteção se manifesta em diferentes campos, designadamente, no da saúde e no da justiça. Assim, apesar de legalmente lhes estar consagrado o acesso ao SNS, a realidade é que estas mulheres se confrontam com barreiras efetivas a esse acesso.

"Também apresentam muitas dificuldades, as pessoas em situação ilegal, de recorrerem ao serviço nacional de saúde, o que não é possível, e como tal não tem acesso a cuidados de saúde primários, nem de saúde sexual, etc."

(E28)

Muitas destas mulheres, em situação de indocumentadas, são vítimas de redes de tráfico e é realçada a insuficiência da sua proteção, que está sujeita, por força da lei, à disponibilidade de colaboração com as autoridades na denúncia das redes.

Esta exigência legal envolve riscos reais para as mulheres (e para as suas famílias), pelo que optam por não fazer essa denúncia, permanecendo desprotegidas e reféns dessas redes.

"É um contexto difícil. Em termos de legislação estas mulheres podem regularizar a sua situação em Portugal, caso colaborem com as autoridades. Ora este é um passo que raramente dão, com medo das retaliações para si e seus familiares."

(E32)

Apesar destas dificuldades, a maioria das e dos profissionais de órgãos de polícia criminal tece avaliações positivas relativamente às respostas e apoios existentes, para as mulheres vítimas de tráfico e exploração para fins sexuais, quer no plano do seu âmbito direto de atuação, quer no plano das perceções relativamente às respostas globais para estas situações.

"Destacam-se, pela positiva, as casas abrigo, e a maior formação académica dos elementos que compõem as entidades que lidam com estas mulheres e que as torna mais sensíveis à problemática."

(E20)

Retomando um dos temas basilares na realização deste estudo, a insuficiência de respostas pode ser resultante do juízo social negativo (a que se liga o já referido julgamento social de merecimento) acerca das pessoas em situação de prostituição, que influencia o desinteresse e a falta de investimento, de entidades públicas e privadas, em medidas promotoras da capacitação e autonomização destas mulheres.

"As respostas são insuficientes por ser uma temática à qual a maioria dos empregadores e empresas não gosta de estar associada. Há pouca sensibilidade dos poderes públicos e das empresas, talvez pelo estigma do dinheiro fácil."

(E13)

Insuficiente, também, é a participação das mulheres no processo de definição dessas respostas, isto é, na ausência de auscultação das necessidades e anseios da população-alvo, na formulação de medidas de apoio.

Este constitui-se como um elemento fulcral, na medida em que, por definição, as políticas públicas têm de ser formuladas a partir dessa auscultação e do completo diagnóstico da realidade vivida pelos diferentes segmentos sociais.

"As mulheres não são «socialmente protegidas» e/ou chamadas a participar na definição de estratégias e medidas, creio que existe ainda muito a fazer nessa matéria."

(E7)

Apesar da perceção de insuficiência de respostas e apoios, várias e vários profissionais destacam elementos positivos, ligados, por exemplo, às parcerias entre associações e autarquias, às experiências de inserção no emprego e às respostas mais agilizadas em matéria de acesso à habitação, nomeadamente, na cidade de Lisboa.

"Dada a complexidade da problemática, são de extrema importância as respostas que resultam de parcerias entre as associações e as autarquias."

(E24)

É também realçado o importante papel de apoio prestado pelas instituições sociais que trabalham direta e especificamente com pessoas em situação de prostituição, criando relações de proximidade e confiança, que são fundamentais na estruturação de projetos de vida ou, simplesmente, no enfrentamento das dificuldades do quotidiano prostitucional.

"É positivo o trabalho dos profissionais das IPSS e ONG no terreno."

(E32)

Considerando o caráter reconhecidamente multidimensional da problemática, as parcerias constituem um pressuposto de base e desempenham um papel fundamental na efetivação desses apoios e respostas.

"Perante a complexidade da problemática, a articulação entre entidades (governamentais, municipais, associativas, etc.) é essencial."

(E24)

Todavia, a apreciação do funcionamento dessas parcerias apresenta, também, diferenças, quando se comparam as e os profissionais da área social ou da saúde e as e os profissionais da justiça ou de órgãos de polícia criminal, prevalecendo, entre o primeiro grupo, a perceção de reduzida ou insuficiente articulação, e entre o segundo grupo, considerações de adequação dessa articulação.

De acordo com as e os profissionais da área social e da saúde, esta insuficiente articulação radica em diferentes razões e manifesta-se de formas distintas. Assim, um primeiro obstáculo à efetividade das parcerias assenta nas diferentes perspetivas relativamente à prostituição, por parte das instituições sociais que atuam nesta problemática, numa clara menção às divergências entre instituições que defendem o regulamentarismo e aquelas que advogam o abolicionismo do sistema de prostituição.

"Dificuldades de articulação resultantes das diferenças no posicionamento a respeito da prostituição, do tipo de intervenção a realizar junto desta população e do enquadramento legal."

(E8)

Estas divergências podem não ser inteiramente impeditivas de articulação para resposta a situações pontuais e de ordem pragmática, mas dificultam uma real cooperação na definição de propostas de caráter estrutural, potenciada, de acordo com algumas e alguns profissionais, pela assimétrica promoção da participação das mulheres em situação de prostituição (população-alvo), na formulação de propostas de medidas que correspondam às suas realidades e deem resposta às suas necessidades.

"Existe troca de informação sobre materiais de informação/educação e comunicação em diferentes temáticas de interesse para as pessoas que exercem prostituição e técnicos, mas poucos momentos conjuntos de reflexão/formação/tomada de medidas/informação sobre atividades a decorrer, etc."

(E7)

Para além da articulação entre as instituições que lidam diretamente com pessoas em situação de prostituição, os apoios e as medidas implicam, sobretudo, uma cooperação com outras entidades, nomeadamente, organismos públicos com responsabilidades nos domínios da proteção social, emprego, migrações, habitação ou saúde. Só assim se poderão desenvolver respostas específicas, multidimensionais, estruturais e preventivas, para esta população.

Contudo, e como sucede noutros domínios sociais – numa das entrevistas refere-se que em Portugal ***"só temos redes de profissionais e não de entidades" (E2)*** – esta articulação é ainda escassa, difusa e com reduzido investimento (material e humano) na vertente preventiva de abordagem dos problemas sociais.

Urge, portanto, o desenvolvimento de uma cultura de articulação e cooperação entre entidades e de um pensamento estratégico, participado e de longo prazo, capaz de gerar respostas realmente promotoras, emancipatórias e empoderadoras.

"A dificuldade é estrutural, falta a prevenção. Acabamos sempre por estar a «apagar fogos», em vez de «limpar as matas». Deveria haver articulação entre os diferentes ministérios de forma a encontrar respostas mais estruturais de desenvolvimento do país."

(E26)

As dificuldades de articulação, nos âmbitos da ação social e da saúde, são, ainda, influenciadas pela natureza tendencialmente muito padronizada e pouco flexível, isto é, nada facilitadora das intervenções individualizadas e do acompanhamento continuado, que sendo sempre importantes, são, especialmente, essenciais na intervenção com esta população-alvo, quer para abordagem de situações complexas, quer para a construção de uma relação de confiança que possa alavancar o processo estrutural e consolidado de mudança.

"As respostas sociais das entidades públicas tendem a ser muito padronizadas, o que nem sempre se adequa aos tempos e necessidades das mulheres. São situações de vida muito dramáticas e por vezes levam muitos anos a conseguir romper com os ciclos de vida anteriores."

(E13)

Entre as pessoas entrevistadas cuja área profissional de atuação é a da justiça ou da investigação criminal, a apreciação das parcerias é mais favorável, quer no âmbito das respetivas áreas de atuação, quer com entidades exteriores, a atuarem noutros domínios.

"Existe preocupação de articulação e partilha de informação e estabelecem-se articulações importantes com outras entidades, nomeadamente na proteção e apoio às vítimas. Esta articulação e partilha são muito importantes para o sucesso na criminalização dos exploradores."

(E9)

Ainda por referência à articulação entre entidades, foram feitas, pelas e pelos profissionais, algumas sugestões relevantes, designadamente:

1) A aposta na constituição de equipas multidisciplinares: ***"A articulação poderia ser melhorada com uma fiscalização realizada por equipas multidisciplinares." (E19)***.

2) O fortalecimento de redes, nomeadamente, de base local: ***"Trabalhar em rede, envolver mais os programas sociais das autarquias na prevenção, acentuar os cuidados médicos e psicológicos, desenvolver um programa nacional de prevenção." (E11)***.

3) A maior robustez da cooperação transnacional entre entidades em áreas (sociais e locais) identificadas como estando a montante da entrada no sistema de prostituição: ***"A articulação deveria ser melhorada nas situações a montante: a identificação de origens de fluxos, potenciadores de exploração, deverá ser objeto de partilha e troca de informação entre entidades governamentais e não-governamentais." (E9)***.

4) A generalização da integração, partilha e disseminação de conhecimento: ***"As entidades teriam de integrar como prática regular, na sua estrutura e nos seus procedimentos, conhecimento científico, académico, tecnológico e de direitos humanos." (E2)***.

QUADRO 32: RESPOSTAS E ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES E ARTICULAÇÃO ENTRE RESPOSTAS E ENTIDADES

1.	Insuficiência de respostas e pouco investimento na intervenção com esta população específica, excetuando as respostas de minimização de riscos.
2.	Insuficiência de respostas. Problemas na articulação devido à ausência de uma cultura de articulação e coordenação entre entidades; as entidades teriam de integrar como prática regular, na sua estrutura e nos seus procedimentos, conhecimento científico, académico, tecnológico e de direitos humanos. ***"Em Portugal só temos redes de profissionais e não de entidades."***
3.	Necessidades socioeconómicas persistentes, que com a pandemia se agudizaram e se situam ao nível mais básico da subsistência. Destaca como positivo o facto de com a pandemia terem sido agilizados alguns processos, nomeadamente em Lisboa, ao nível da habitação. Relativamente à articulação considera que está dependente do posicionamento de cada entidade face à prostituição. Defende que a articulação terá de ser feita em prol daquela que é a vontade das mulheres. ***"A articulação deverá ser realizada em prol das vontades das mulheres. Quando todas as entidades conseguirem dialogar tendo como premissa o referido acima, a articulação poderá ser uma realidade."***
4.	Necessidades persistentes ao longo do tempo. Relativamente a mulheres vítimas de violência, as respostas são adequadas e destaca-se como positivo a existência de uma rede de parcerias. Alguma falta de articulação resultante de divergências na atuação das distintas entidades.
5.	No caso específico da intervenção com mulheres com dependências, destaca-se como positivo o acompanhamento individualizado, as equipas de rua e a sensibilidade e formação das técnicas e dos técnicos especializados. Na área específica da intervenção com mulheres com dependências, a articulação e recursos são avaliados como excelentes.

6.	As necessidades das mulheres agudizaram-se com a situação de pandemia, o que levou a um aumento de pedidos para fazer face a necessidades básicas. Disparidade nos apoios a nível nacional, e na área Metropolitana de Lisboa. A habitação continua a ser o grande obstáculo à intervenção. ***"Existe uma grande disparidade de respostas sociais a nível nacional, o que se torna um obstáculo para muitas mulheres. De facto, muitas mulheres dos arredores de Lisboa (Sintra, Almada, Barreiro, Loures, etc.) recorrem aos serviços de instituições que atuam nesta área, em Lisboa."*** A reduzida articulação resulta da falta de debate e da ausência de participação das mulheres.
7.	As necessidades são sempre maioritariamente financeiras. Subida dos valores de imobiliário, com aumento das rendas e à diminuição das pensões, transformadas em alojamentos locais. Com a pandemia, agudização das dificuldades económicas, aos níveis mais básicos da subsistência. Aumento de pedidos de apoio alimentar, de apoio psicossocial e psicológico e na procura de emprego. Respostas insuficientes por falta de um enquadramento para a prostituição e que estas mulheres não são "socialmente protegidas" e/ou chamadas a participar na definição de estratégias e medidas, crendo que existe ainda muito a fazer. Como evolução positiva destaca a desburocratização e facilitação de alguns processos, nomeadamente, de acesso à habitação em Lisboa, com medidas de apoio à habitação (*housing first* ou habitação social). Existe troca de informação sobre materiais de informação/educação e comunicação em diferentes temáticas de interesse para as pessoas que exercem prostituição e técnicos/as, mas poucos momentos conjuntos de reflexão/formação/tomada de medidas/informação sobre atividades a decorrer, etc. Cada um/a intervém de acordo com o que pensa. Escassa participação das mulheres nas decisões de intervenção.
8.	Reduzida evolução nas necessidades. Insuficiência de respostas e existência, por parte de algumas entidades, preconceito face a esta população. Destaca como positivo o reconhecimento social da instituição onde trabalha. ***"Existe, por vezes, por parte de algumas entidades, preconceito face a esta população."*** Dificuldades de articulação resultantes da excessiva burocratização dos processos e das diferenças no posicionamento a respeito da prostituição, do tipo de intervenção a realizar junto desta população e do enquadramento legal. A articulação seria facilitada pelo reconhecimento de que o tempo da intervenção social não é o tempo administrativo, nem o tempo político, de modo a evitar a pressão "quantificadora" e o apressar dos processos de mudança.
9.	Suficiência de respostas no que se refere ao fenómeno do combate tráfico de pessoas, sinalização, proteção das vítimas – em articulação com diferentes entidades - e criminalização dos exploradores. Destaca como positivo: a existência de uma unidade (no SEF), dedicada ao fenómeno do tráfico de pessoas, em articulação com diferentes instituições, governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais. A existência de dados, informação e conhecimento no SEF. E o estatuto da vítima. Avaliação positiva da articulação entre entidades com intervenção nesta área. Destaca a importância da criação e do fortalecimento de sinergias entre diferentes entidades.

10.	Perceção de preocupações crescentes com a segurança e a saúde. Avaliação de insuficiência de respostas. Avaliação positiva da existência de equipas que trabalham a redução de riscos e minimização de danos, a distribuição gratuita de preservativos e iniciativas de formação para pessoas em situação de prostituição. Articulação entre respostas e entidades percebida como débil. Necessidade de mais trabalho em rede, com maior envolvimento dos programas sociais das autarquias e desenvolvimento de um programa nacional de prevenção. ***"Trabalhar em rede, como sempre, envolver mais os programas sociais das autarquias na prevenção, acentuar os cuidados médicos e psicológicos, desenvolver um programa nacional de prevenção."***
11.	Insuficiência de respostas, apesar da atuação das poucas instituições credíveis e especializadas. Refere que a minimização de riscos não é suficiente, enquanto abordagem, e que a intervenção deve ser feita no sentido da reprogramação de trajetórias e projetos de vida.
12.	Destaca o reconhecimento da evolução de algumas instituições capazes de advogar pelos direitos das pessoas que escolhem a prostituição. Articulação entre respostas e entidades percebida como deficitária devido às diferentes perspetivas das instituições e entidades que intervêm na área e que, por preconceito, assimilam à condição de vítimas todas as mulheres que estão na prostituição.
13.	Respostas insuficientes (temática à qual a maioria dos empregadores e empresas não gosta de estar associada). Pouca sensibilidade dos poderes públicos e das empresas, talvez pelo estigma do "dinheiro fácil". Articulação ente entidades: respostas sociais das entidades públicas muito padronizadas, o que nem sempre se adequa aos tempos e necessidades das mulheres. ***"As respostas sociais das entidades públicas tendem a ser muito padronizadas, o que nem sempre se adequa aos tempos e necessidades das mulheres. São situações de vida muito dramáticas e por vezes levam muitos anos a conseguir romper com os ciclos de vida anteriores."***
14.	Importância de existirem entidades (públicas ou privadas) que, em parceria com instituições de intervenção social, criam respostas de emprego apoiado, no âmbito de um novo projeto de vida, promotor de integração social e neutralizador da marginalização. ***"O facto de existirem instituições, oficiais ou particulares, que aceitaram protocolar acordos, com associações e instituições de apoio, com o fim de acolher, oferecendo contratos, mulheres prostituídas que tentaram e foram conseguindo sair do meio onde se encontravam. (...) São medidas e respostas que promovem e ajudam a integração social de quem apenas conhecia a marginalização."*** A articulação entre entidades ainda tem de ser muito desenvolvida.
15.	Insuficiência das respostas, destaca como positivo apenas as campanhas de sensibilização para a redução de riscos. A articulação ente entidades é inexistente ou muito má. Deve ser promovida maior partilha de conhecimento e boas-práticas.
16.	Evolução das necessidades: as necessidades continuam as mesmas e os problemas que geram a prostituição também. Ao nível das respostas, há pouco contacto direto com as mulheres em situação de prostituição.
17.	Lacunas ao nível de respostas para estas mulheres, por exemplo, no apoio psicológico, saúde e emprego. Destaca como positiva a abertura das e dos profissionais para a ajuda na resposta a dar aos problemas das mulheres.

18.	Perceção genérica de insuficiência dos apoios. Destaca como positiva a criação de casas abrigo para vítimas de tráfico de seres humanos. Por referência ao tempo em que trabalhou na área refere a descoordenação entre entidades (polícia *vs* tribunais *vs* ONG's) sobre como classificar juridicamente o crime (Tráfico de pessoas *vs* lenocínio), além de haver uma grande descoordenação no apoio às vítimas. Não existiam protocolos de atuação em apoio às vítimas e os que havia não eram do conhecimento das e dos intervenientes. Considera que, atualmente, a situação foi melhorada.
19.	Em termos de evolução das necessidades, cada vez mais apresentam a necessidade de legalizar a atividade como profissão, com direitos e deveres profissionais e maior fiscalização para que possam desempenhar a atividade em segurança. Avaliação das respostas: têm sido crescentemente adaptadas à realidade e necessidades. Articulação entre entidades: boa. Poderia ser melhorada com a fiscalização realizada por equipas multidisciplinares. Destaca como positivo o facto de a sociedade cada vez mais se adaptar a essa realidade, sendo inclusivamente criadas instituições para apoiar as mulheres que se dedicam à prostituição.
20.	Respostas: destaca como positivo as casas abrigo, e a maior formação académica dos elementos que compõem as entidades que lidam com estas mulheres e que as torna mais sensíveis à problemática. Entre a polícia e as entidades com obrigações sociais existem linhas relativamente diretas e de encaminhamento imediato, embora precário, destas mulheres.
21.	Evolução das necessidades: dificuldade de acesso à habitação de acordo com os seus rendimentos, documentos caducados, situação ilegal de residência no país, necessidade de apoio alimentar. Respostas: insuficiência de respostas, necessidade de apoios mais específicos para a problemática em questão. Destaca como positivo a disponibilidade das e dos técnicos e dos serviços. A proximidade, assertividade como estratégias de ajuda. Articulação adequada.
22.	Esforço por parte das entidades públicas e privadas, sobretudo as ONG's para fazerem chegar respostas de apoio social a esta classe. ***"Nenhum sistema de apoio a grupos de risco prima pela perfeição, contudo reconheço que tem existido esforço por parte das entidades públicas e privadas, sobretudo as ONG's, para fazerem chegar respostas de apoio social a esta classe."*** Uma resposta legal mais musculada. A criação e implementação de casas de acolhimento e respetivo apoio integrado às suas utentes. ***"Uma resposta legal mais musculada contra os autores de crimes contra as profissionais do sexo. A criação e implementação de casas de acolhimento e respetivo apoio integrado às suas utentes."***
23.	Respostas: suficientes. Destaca as casas-abrigo. Articulação positiva entre respostas e entidades.
24.	Complexidade de necessidades. Perante a complexidade da problemática, a articulação entre entidades (governamentais, municipais, associativas, etc.) é essencial.

25.	Persistência de necessidades fundamentais: habitação; emprego; salários justos; documentação e acesso à saúde. Na fase de inserção deveremos olhar para a pessoa como um todo e responder de uma forma eclética tendo em conta os aspetos, sociais, físicos, psicológicos e emocionais. ***"As necessidades e problemáticas têm vindo a complexificar-se à medida em que Portugal se vai transformando cada vez mais num país desenvolvido. Como tal muitas das jovens são angariadas nos países subdesenvolvidos e por isso o proxenetismo está cada vez mais «estruturado» pelo que a intervenção é cada vez mais difícil. As novas tecnologias dificultam muito a intervenção técnica junto das vítimas. São cada vez mais difíceis o contacto e a aproximação."*** Entre entidades que trabalham a inserção de pessoas prostituídas a articulação flui e procura-se desenvolver um trabalho em parceria que vise a integração da pessoa, independentemente do seu passado ou da sua vida de prostituição. ***"Em relação às entidades que se dizem defensoras das causas das pessoas prostituídas não creio que exista articulação, os diferentes olhares sobre a problemática, sobre os direitos e deveres e sobre o regime legal a adotar, distanciam as entidades e afastam-nas."***
26.	Persistência de problemas e necessidades, de caráter estrutural, na sociedade portuguesa: problemas de inclusão de imigrantes e de intolerância racial; problemas com a sexualidade (intolerância, comportamentos de risco e de violência de género; deficiente educação para uma sexualidade saudável); problemas de emprego (vínculo precário e mal pago); problemas de apoios sociais insuficientes (quer o Rendimento Social de Inserção quer o salário mínimo); problemas de violência (sobretudo de género); problemas de acesso à saúde (em especial saúde mental); problemas de acesso à educação e à cultura. Os problemas são estruturais, pelo que requerem medidas estruturais de educação para a tolerância e sexualidade saudável, inclusão de imigração, luta contra a pobreza, etc. Enquanto houver pessoas disponíveis para comprar sexo, haverá sempre pessoas em situação de vulnerabilidade que podem ser usadas por intermediários para serem objetos à venda. Apesar de, no caso da instituição em que trabalha, avaliar positivamente as parcerias, refere que existe uma dificuldade estrutural, ligada à falta de prevenção, em que a intervenção acaba por ser sempre para "apagar fogos", em vez de "limpar as matas". Isso só seria conseguido com uma articulação entre os diferentes ministérios, de forma a encontrar respostas mais estruturais de desenvolvimento do país.
27.	Refere a existência de um número crescente de mulheres com problemas de depressão e ansiedade pelo estilo de vida que levam, pelo "sacrifício" que fazem pelas suas famílias, por poderem dar outras oportunidades aos filhos e às filhas, que elas mesmas não tiveram. Mas elas próprias não se orgulham do que fazem! Por isso o estigma continua e continuará... E enquanto tal acontecer é difícil encontrar respostas/novas oportunidades que possam facilitar alternativas/novos projetos de vida. As respostas são consideradas insuficientes. Uma vez que as necessidades são específicas, deveriam existir também respostas mais abrangentes, para dar respostas a diferentes necessidades. Deveriam ser disponibilizados mais recursos (a vários níveis) para conseguirmos diversificar ainda mais os serviços disponibilizados. Reconhecimento de uma crescente preocupação e intenção de se trabalhar em rede e de realizar uma intervenção mais holística, que, ainda assim, não é suficiente. Seria essencial incluir a pessoa e a sua vontade nas decisões que forem tomadas, ou seja, realizar uma abordagem mais colaborativa e menos assistencialista.
28.	Refere o agravamento das questões ligadas à saúde mental, gerando maiores necessidades. Refere, também, as dificuldades de as pessoas indocumentadas recorrerem ao Serviço Nacional de Saúde, o que dificulta acesso a cuidados de saúde primários e de saúde sexual. Considera que as respostas existentes ao nível das instituições que trabalham especificamente com esta população são suficientes. Classifica a articulação entre as diferentes entidades como pobre e ineficaz.
29.	Refere que, para além da pobreza que sempre foi a principal causa da prostituição, se assiste a um aumento da prostituição forçada devido ao tráfico sexual, que se considera ser a escravatura dos tempos modernos e que está organizada num negócio dos mais rentáveis do mundo, a par do tráfico de armas e de droga.

30.	Sublinha a persistência quer no tipo de necessidades das mulheres no sistema de prostituição, quer na ausência e ineficácia das respostas. Como positivo, destaca a maior visibilidade das campanhas que alertam para a questão. Considera que a articulação de respostas e entidades é praticamente inexistente.
31.	Revela a existência de dificuldades crescentes no apoio e acesso à saúde (sobretudo entre imigrantes). Define esta articulação como sendo a possível, num país em que este assunto não está na agenda, e destaca a importância de melhorar o trabalho em rede.
32.	No que se refere às mulheres vítimas de tráfico, sublinha que se trata de um contexto particularmente difícil. Em termos de legislação estas mulheres podem regularizar a sua situação em Portugal, caso colaborem com as autoridades. Todavia, este é um passo que as mulheres raramente dão, com medo das retaliações para si e seus familiares. Considera, por isso, que o sistema de proteção não funciona. Destaca como positivo o trabalho dos profissionais das IPSS e ONG no terreno. Refere que a articulação é praticamente inexistente.
33.	Destaca as dificuldades agudizadas pela pandemia e a desproteção pelo não reconhecimento do trabalho sexual. Sublinha como positivo a o facto de os serviços de apoio serem crescentemente oferecidos de forma menos moralista, o que ajuda a uma maior proximidade e confiança. Considera que não existe uma real articulação e que o facto de a intervenção estar, apenas, a cargo de ONGs determina grandes assimetrias a nível nacional e que o apoio seja prestado de forma muito heterogénea e determinada pelas orientações de cada instituição ou organização. ***"Até porque confiar esta questão apenas a ONG's faz com que a assimetria seja gigante de cidade para cidade, e que o apoio a estas pessoas se faça de forma bastante heterogénea podendo muitas ter o azar de se cruzarem com organizações abolicionistas que não respeitam minimamente o livre arbítrio destas pessoas vendo-as como vítimas, infantilizando-as e querendo a todo o custo que «saiam desta vida»."***
34.	Considera que as respostas são insuficientes, dada a dimensão e pluralidade das necessidades das mulheres. Considera que a articulação é insuficiente, porque as entidades policiais abordam o assunto numa lógica parcelar e divisionista, sem articular intervenções conjuntas, de nível local ou mesmo nacional. Defende que tem de haver vontade, por parte de responsáveis políticos, no sentido de determinar o entendimento das entidades policiais, para um combate efetivo à exploração de mulheres, nacionais e principalmente estrangeiras, que vivem da prostituição. ***"Toda esta problemática tem sido tratada como uma questão menor, permitindo assim a proliferação de uma inaceitável exploração por parte destas organizações criminosas. Combatê-las seriamente, seria o primeiro passo para a dignificação da condição destas mulheres."***
35.	Destaca um crescente acompanhamento a nível de saúde, com mais rastreios, encaminhamento e acompanhamento. Defende que as lacunas estão no facto do não reconhecimento do trabalho sexual. Avalia a articulação como deficitária, devido à falta de consenso acerca do enquadramento legal, por parte das diferentes entidades.
36.	Refere o aumento de necessidades e riscos durante a pandemia, que gera uma maior necessidade de encaminhamento e acompanhamento pela saúde. Considera que as respostas não são suficientes. Define a articulação como insuficiente e defende a existência de um programa para que todos os pedidos e procedimentos para suporte social e de saúde fossem mais rápidos e efetivos.

37.	A vontade expressa é de sair do sistema, sendo para tal identificadas necessidades de habitação, emprego, acompanhamento médico. As respostas existentes não são suficientes e, muitas vezes, por serem muito padronizadas e calendarizadas não se adequam às especificidades desta população. A orientação da intervenção tem de ser para a qualidade e não para a quantidade ou para as estatísticas. Ausência de articulação entre entidades, designadamente ao nível dos poderes públicos.
38.	Não refere.

Em matéria de sugestões de respostas e medidas a implementar, identificam-se dois grandes planos: o das políticas públicas e o da intervenção direta e específica com esta população-alvo, em conformidade com a própria distinção em matéria das necessidades e problemas mais comuns entre as mulheres em situação de prostituição.

Cada um destes planos apresenta conjuntos distintos de medidas que podem ser identificados da seguinte forma:

No plano da intervenção direta e específica:

A) Apoio psicossocial continuado.
B) Definição de projetos holísticos de desenvolvimento pessoal.
C) Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e deteção precoce ao nível da saúde mental.
D) Criação de espaços de cuidados de saúde, proteção e pernoita específicos.
E) Integração das mulheres em grupos de discussão (apoio a empoderamento, capacitação e autonomização).
F) Criação de programas de apoio à saída do sistema de prostituição, em que se destacam como propostas:

1. Respostas abrangentes e multidimensionais (saúde, habitação, emprego).
2. Existência de recursos específicos.
3. Acompanhamento continuado, por instituição/pessoa de referência.
4. Acesso à aquisição de competências sociais e profissionais.
5. Inserção no emprego.
6. Acesso à habitação.

"Respostas para as mulheres que querem sair do sistema, ao nível da aquisição de competências sociais e profissionais, da mudança de hábitos (delimitação de tempos e espaços e aquisição de rotinas), de colocação no trabalho, de habitação e respostas de cuidado aos filhos, de apoio na saúde, nomeadamente mental e de acompanhamento continuado (com instituição/pessoa de referência)."

(E8)

No plano das políticas públicas:

A) Medidas de política educativa:

1. Educação para a cidadania, com professoras e professores especializadas/os (nomeadamente, da área das ciências sociais).
2. Inclusão do ensino dos direitos humanos em todos os níveis de escolaridade.
3. Efetiva implementação e desenvolvimento da educação sexual (orientada para questões da afetividade, da liberdade e da igualdade entre mulheres e homens e não apenas para as dimensões biológica e fisiológica).
4. Mais informação preventiva, nas escolas, sobre sexualidade e violência nas relações de intimidade.
5. Desenvolvimento de programas de prevenção do abuso sexual, desde idades precoces, nomeadamente nas creches.

"Tem de existir uma mudança de mentalidade, que acho que só será possível através da educação das gerações vindouras; de uma vivência saudável da sua sexualidade para que diminuam os clientes (a procura)."

(E27)

B) Medidas de informação/conscientização da sociedade:

1. Campanhas de informação e alerta sobre exploração sexual, proxenetismo e tráfico de pessoas.
2. Campanhas de desconstrução dos mitos acerca da prostituição.
3. Campanhas promotoras de uma sexualidade igualitária.
4. Produção e disseminação de conhecimento científico acerca do sistema de prostituição.

"Nos planos mais macro da resolução de um problema social e da mudança para o futuro, só serão conseguidas através da mudança feita ao nível da mudança de mentalidades, nomeadamente, em relação à sexualidade, às relações entre homens e mulheres."

(E8)

C) Medidas de política de emprego e formação:

1. Acesso a formação em competências sociais básicas.
2. Acesso a formação profissional em áreas de maior empregabilidade e orientadas para as especificidades da população-alvo.
3. Criação de emprego protegido, para inserção no emprego (quer em protocolos com entidades privadas, quer em estruturas públicas, designadamente autárquicas).
4. Formação específica para as e os profissionais que trabalham com esta população.

"Formação para técnicos (trabalhadores sociais, policias, magistrados, pessoal de saúde, trabalhadores aeroportuários) sobre a problemática especifica da prostituição."

(E26)

D) Medidas de política de ação social:

1. Atuação preventiva relativamente aos principais fatores económicos e sociais, identificados como potenciadores de entrada no sistema de prostituição.
2. Incremento de apoios e respostas para mulheres mais velhas.
3. Apoio na capacitação das mulheres e na criação de grupos de autoajuda.
4. Criação de casas de acolhimento para as mulheres que pretendem sair do sistema.
5. Criação de linhas telefónicas de apoio.
6. Criação de subsídios específicos, acompanhados de planos de inserção.

"Diminuindo a intensidade da pobreza e aumentando a qualidade de vida das pessoas em situação de exclusão, melhorando a educação e a empregabilidade, melhorando o acesso à saúde e à cultura, diminuiria (ao longo das décadas) a emergência de pessoas em situação de vulnerabilidade que pudessem ser exploradas sexualmente."

(E26)

E) Medidas de política de saúde:

1. Aumento das respostas no domínio da saúde mental.
2. Aumento das respostas de tratamento de dependências.
3. Garantia de acompanhamento médico regular e continuado.

"Deveria ser melhorada a resposta da saúde mental e relativa às dependências."

(E5)

F) Medidas de política de habitação:

1. Desburocratização dos processos.
2. Incremento de projetos de acesso a habitação (do tipo "housing first").
3. Respostas de habitação na perspetiva da igualdade entre mulheres e homens.

G) Medidas de políticas de segurança, justiça e migrações:

1. Mais formação para agentes das forças de segurança.
2. Proibição de anúncios de venda de sexo.
3. Incremento da informação e dos dados sobre a ação de redes organizadas.
4. Consideração da exploração na prostituição como violação dos direitos humanos.
5. Alargamento do subsídio para vítimas de crimes violentos às vítimas de exploração sexual.
6. Maior proteção das vítimas de tráfico ou de redes de exploração sexual (alteração dos pressupostos legais acerca da denúncia) e regularização célere da sua situação no país.
7. Implementação de campanhas de alerta sobre exploração sexual em todos os locais de entrada e saída do país.

"O apoio não deveria depender da colaboração com as autoridades em relação aos traficantes. Deveria existir um departamento com estratégias céleres e eficazes de proteção a estas mulheres, incidindo sobretudo na sua regularização como base de partida para a construção de um projeto de vida realista. É uma problemática que exige uma estreita colaboração entre vários Ministérios. Teria como benefícios: a diminuição das oportunidades de tráfico e, consequentemente, uma diminuição do número de mulheres que caem nas redes. Inclusivamente oportunidade de regressarem em segurança para as suas famílias de origem se fosse essa a sua vontade."

(E32)

QUADRO 33: SUGESTÕES DE MEDIDAS A IMPLEMENTAR/DESENVOLVER

1.	Importância do conhecimento da realidade das mulheres em situação de prostituição, nomeadamente, no plano dos abusos de que são vítimas. Necessidade de mudanças na educação sexual e nas mentalidades, promotora da igualdade entre mulheres e homens. Necessidade de desenvolvimento de medidas preventivas nas causas económicas e sociais da prostituição. Necessidade de programas com respostas consolidadas ao nível da saúde e habitação, numa lógica de alternativa e apoio para saída do sistema. ***"Programas com respostas mais abrangentes quer ao nível da saúde quer ao nível de respostas de habitação. Respostas para diminuir os riscos da prática da prostituição e que possam oferecer uma saída alternativa."***
2.	Obrigatoriedade de ensino de direitos humanos em todos os níveis de escolaridade; o desenvolvimento de programas de prevenção do abuso sexual desde as creches; a responsabilização de exploradores e compradores de sexo; a garantia do direito à informação; a existência de recursos especializados. ***"Assegurar que os fatores de vulnerabilidade não justifiquem a entrada na prostituição."***
3.	A mudança deve começar na sociedade em geral, nomeadamente a questão do estigma e discriminação de que são alvo. Criar uma sociedade mais informada que aceite a existência da prostituição.
4.	Formação na desconstrução de estereótipos, particularmente, para as e os profissionais de intervenção na área, para prevenir discriminação. ***"Sobretudo as questões associadas aos estereótipos dos diferentes profissionais que lidam diretamente com estes casos, pois a partir do momento que sabem que estas mulheres se prostituíam a sua atitude fica diferente. Acho que é fundamental formação."***
5.	Desenvolvimento de estudos e/ou criação de um Observatório para a Prostituição, para melhor conhecimento da realidade. ***"Acho que é importante definir e avaliar o sistema de prostituição em Portugal. Existirem mais estudos ou até um Observatório para se poder identificar junto de diferentes interlocutores qual a realidade portuguesa."*** No caso de mulheres com adições, poderia ser melhorada a resposta ao nível do tempo de espera para entrada nas instituições, que pode levar à desmotivação. Deveria ser melhorada a resposta da saúde mental e relativa às dependências. ***"O tempo de entrada nas instituições, quando há consumos, por vezes, faz com que a população alvo desista da intervenção."***
6.	Definição de políticas sociais numa perspetiva de género, melhoria das respostas formais de proteção social dirigidas às especificidades desta população-alvo; respostas de emprego apoiado para esta população; resposta de habitação com perspetiva de género; mais respostas de acolhimento para mulheres vítimas de violência; formação e sensibilização das e dos profissionais que lidam com esta área, para evitar o estigma existente na sociedade em geral; movimentos criados por mulheres que estão/estiveram em contexto de prostituição, para participação ativa e definição de políticas sociais.

7.	Prioridade de um enquadramento legal e de sensibilização da sociedade. Para as mulheres: acesso a melhores condições de trabalho, proteção social, promoção da inclusão e integração social, capacitação e responsabilização. Para a sociedade em geral: maior igualdade entre mulheres e homens, maior respeito pela individualidade, maior sensibilização à violência. Promoção de ações de formação e capacitação de técnicas/os, momentos conjuntos de reflexão, definição de atividades, etc. Integração das mulheres em grupos de discussão e apoio ao seu empoderamento, capacitação e autonomização, integrando-as nas decisões sobre medidas a adotar e respeitando as suas decisões e individualidade. Ações para a sociedade em geral para combate ao estigma.
8.	Situam-se em dois planos – o da resposta às necessidades das mulheres, através da existência de respostas para as mulheres que querem sair do sistema: respostas ao nível da aquisição de competências sociais e profissionais, da mudança de hábitos (delimitação de tempos e espaços e aquisição de rotinas), de colocação no trabalho, de habitação e respostas de cuidado aos filhos e filhas, de apoio na saúde, nomeadamente mental e de acompanhamento continuado (com instituição/pessoa de referência). E no plano da resolução de um problema social e da mudança para o futuro – através da mudança feita ao nível da mudança de mentalidades, nomeadamente, em relação à sexualidade, às relações entre homens e mulheres.
9.	Formação para as e os diferentes agentes envolvidos. Mais e melhores dados, informação e conhecimento, sobretudo das movimentações dos designados grupos de criminalidade itinerante, responsáveis pela angariação de vítimas no seio de uma extensa rede de laços familiares, com muita mobilidade. Permitiria a identificação/referenciação mais rápida e eficaz de locais, vítimas e exploradores. ***"Formação para os diferentes agentes envolvidos. Mais e melhores dados, informação e conhecimento, sobretudo das movimentações dos designados grupos de criminalidade itinerante, responsáveis pela angariação de vítimas no seio de uma extensa rede de laços familiares, com muita mobilidade."***
10.	Reconhecimento da prostituição como atividade profissional como garantia de segurança, saúde, condições de trabalho e integração social.
11.	Aumento da aposta na prevenção, o que implica o incremento do apoio psicológico, médico e social. Permitiria criar alternativas válidas; prevenir doenças sexualmente transmissíveis e a doença mental, incluindo as adições; integrar socialmente as pessoas.
12.	Despenalizar a prostituição e consideração das mulheres que vendem sexo como empresárias e devem ser protegidas pela lei. Consideração do princípio de autogestão nos espaços de prostituição. Espaços de cuidados de saúde, proteção e pernoita específicos para quem se prostitui na rua.
13.	No plano macro, da sociedade e políticas públicas: acabar com estigma do "dinheiro fácil", dando a conhecer as histórias das mulheres; criação de emprego protegido numa fase de inserção na vida ativa; respostas sociais para as mulheres mais velhas. No plano da intervenção com as mulheres: apoio psicossocial de devolução de autoestima; formação e capacitação; projetos holísticos de desenvolvimento pessoal.
14.	Não refere.
15.	Melhores políticas públicas, mais investimento, mais disponibilização de meios e recursos para operacionalizar projetos e instalar casas de acolhimento. Estudo do fenómeno e recolha de informação sobre este problema. Melhor conhecimento das mulheres. Criação de respostas mais dignas e credíveis.

16.	Mais informação preventiva nas escolas, mais formação das forças de segurança (em grupos pequenos com mulheres que estiveram na prostituição).
17.	Não refere.
18.	Não refere.
19.	A legalização da profissão certamente acarretava exigências legais que em muito beneficiavam a atividade e as mulheres que se dedicam à atividade. Iria ser exigido condições e fiscalização para a prática da atividade, que contribuiria em muito para a segurança das mulheres que se dedicam à atividade.
20.	Sugestões: A mudança é social, não especificamente na área da prostituição. Uma sociedade mais acompanhada de escolaridade, educação e valores, altera automaticamente esta como outras problemáticas. Salários mínimos mais altos. Casas abrigo são positivas, mas apenas funcionam no imediato, como paliativos. Apostar na formação profissional, na angariação de empregos para estas mulheres seria o caminho. Depende também delas.
21.	Sugestões: A mudança de mentalidades, a consciencialização aprofundada sobre a problemática da prostituição. Permitiria apoio e integração social a longo prazo, visando a construção do projeto de vida.
22.	Não refere.
23.	Sugestões: Deveria haver maior um papel mais ativo das instituições na integração das vítimas na sociedade.
24.	Acompanhamento para uma inserção sustentável e duradoura na sociedade. A autarquia pode e deve ajudar também no acolhimento destas mulheres em certas atividades profissionais, garantindo a sua adequada formação. Terá como benefício a consciência, por parte das mulheres prostituídas, de que têm uma habilitação profissional para exercer uma atividade que lhes permita uma vida autónoma.
25.	Formação para técnicas/os (trabalhadoras/es sociais, policias, magistradas/os, pessoal de saúde, trabalhadoras/es aeroportuários) sobre a problemática específica da prostituição. Campanhas de combate e informação sobre o proxenetismo organizado e sobre as redes organizadas de proxenetismo. Educação para a sexualidade nas escolas. Mais organizações especializadas na problemática. A construção de uma sociedade mais justa com direito efetivo a habitação, emprego, educação etc.
26.	As sugestões situam-se no plano das mudanças estruturais, a nível sectorial. Na educação: educação para a sexualidade saudável, transversal a todos os níveis de ensino; a cidadania como uma disciplina lecionada por especialistas das Ciências Sociais, desde o 1º ao 12º ano (aumentando a educação para a tolerância, cidadania e sexualidade, diminuiria (ao longo das décadas) a emergência de compradores de sexo). Na proteção social: grupos de apoio violência de género (quer vítimas, quer agressores); grupos de apoio a puérperas (acompanhadas pelo menos nos primeiros 3 anos de idade dos/as filhos/as); Rendimento Social de Inserção capaz de garantir dignidade (enquanto preventivo de maiores custos futuros); aumento do salário mínimo, para diminuir a pobreza e a desigualdade sociais; criação de habitação social no tecido urbano ou rural (e não em bairros de exclusão). Diminuindo a intensidade da pobreza e aumentando a qualidade de vida das pessoas em situação de exclusão, melhorando a educação e a empregabilidade, melhorando o acesso à saúde e à cultura, diminuiria (ao longo das décadas) a emergência de pessoas em situação de vulnerabilidade que pudessem ser exploradas sexualmente.
27.	Mudança de mentalidades, que só será possível através da educação das gerações vindouras; de uma vivência saudável da sua sexualidade para que diminuam os compradores de sexo (a procura). Mudança nas leis de imigração e facilitação dos processos de obtenção de residência. Medidas de emprego ou de combate à exclusão que facilitem a integração laboral ou que sustentem o processo de mudança de vida. Permitiriam a diminuição da procura, logo da oferta; a diminuição dos migrantes ilegais, e da vulnerabilidade em que se encontram neste processo de legalização.
28.	Considera essencial o acesso à saúde pela população que está em situação irregular, o que permitiria um aumento da sua qualidade de vida.
29.	Não refere.

30.	O reconhecimento da exploração na prostituição como uma violação dos direitos humanos e, consequentemente, a criação de uma rede pública e de uma rede complementar (com IPSS) de casas abrigo de transição para mulheres prostituídas, linhas telefónicas de apoio, alargamento do subsídio para vítimas de crimes violentos a vítimas de exploração na prostituição, a criação de subsídios específicos para vítimas de exploração na prostituição, acompanhados de planos individuais de inserção profissional, uma rede de protocolos com municípios para a contratação de mulheres prostituídas, o aumento da formação específica das entidades policiais que lidam com esta matéria, o reconhecimento da íntima ligação da prostituição com o tráfico de seres humanos, a criação de rede de intérpretes gratuitos, a garantia do acesso a cuidados de saúde mesmo no caso de mulheres indocumentadas, a proibição de anúncios de venda de sexo nos jornais e a implementação de campanhas públicas em todos os locais de entrada e saída do país.
31.	Sugere o incremento da informação por considerar que as pessoas em situação de prostituição desconhecem os serviços de apoio disponíveis. Mais informação permitiria maior atuação na prevenção das complicações e/ou riscos da prostituição.
32.	Referindo-se à situação concreta das mulheres vítimas de tráfico, sugere que o apoio prestado não deveria depender da colaboração com as autoridades em relação aos traficantes. Sugere a criação de um departamento com estratégias céleres e eficazes, de proteção a estas mulheres, incidindo, sobretudo, na regularização da sua situação no país, como base de partida para a construção de um projeto de vida realista, para tal teria de ser desencadeada uma colaboração estreita entre vários Ministérios. Ao criar este tipo de estratégia, diminuiriam as oportunidades de tráfico e, consequentemente, o número de mulheres apanhadas nessas redes. Poderia ser, também, uma oportunidade de regressarem, em segurança, para as suas famílias de origem se fosse essa a sua vontade.
33.	Reconhecimento do trabalho sexual, como forma de garantir acesso a mais direitos, nomeadamente, reforma, certificado de incapacidade remunerado, licenças familiares. Para aquelas pessoas que decidam ter outro tipo de atividade, considera que seria importante o Estado ter uma resposta que avaliasse as situações individuais de forma a potenciar as suas capacidades, como para qualquer pessoa que decida mudar de atividade profissional. Organização, pelo Estado, de mais serviços que forneçam resposta à população geral, em matéria de IST (cita o exemplo da existência de apenas duas consultas em Lisboa). Considera que as respostas sociais deveriam ser responsabilidade do Estado e não entregues a ONG ou à Misericórdia.
34.	Considera que as autoridades policiais deveriam ter uma ação mais presente e deveriam articular com as autoridades congéneres dos países de origem das mulheres, para minimizar a exploração e a ação as redes. Todavia, considera que a ação terá de ser mais complexa e ao nível das políticas públicas, nomeadamente de emprego e educação.
35.	Distingue as mulheres que estão forçadas ou querem sair do sistema, para quem devem ser criadas as condições de apoio a essa saída e as mulheres que querem fazer prostituição como trabalho, para quem devem, também, ser criados mecanismos de apoio.
36.	Distingue as situações de mulheres que querem sair do sistema, para quem devem ser criadas as condições de apoio a essa saída e as mulheres que querem fazer prostituição, que deverá ser regulamentada. ***"Defendo que deve existir uma política implementada de apoio para as mulheres que pretendem deixar a prostituição e para aquelas que mantenham atividade, haja regulamentação adequada à sua proteção e bem-estar."***
37.	Na intervenção direta realça a importância de respeitar três dimensões fundamentais: 1) o que se vê da realidade, com a qual trabalhamos, 2) o que não se vê, 3) como se interpreta o que se vê. Sublinha a importância de ter a humildade de trabalhar em rede para partilha de experiências e encontrar, em conjunto, respostas adequadas à realidade das pessoas com quem trabalhamos. Em matéria de políticas públicas, o Estado tem de fazer prevenção séria e ter um plano real, assertivo, implicando-se no respeito pelas pessoas e no seu direito à dignidade, à saúde, ao trabalho, à habitação condigna, à igualdade. Em matéria de prevenção, o essencial é o combate à pobreza que está na origem da entrada no sistema de prostituição.
38.	Não refere.

5.4. Opinião sobre enquadramento legal

Da análise às entrevistas a profissionais, resulta a constatação de alguma imprecisão conceptual em matéria de enquadramentos legais, o que acaba por resultar numa diversidade de opiniões, que não espelha totalmente a realidade, na medida em que se recorre a terminologia distinta para referir posições idênticas (utilização indiferenciada de expressões como legalização, descriminalização, profissionalização, regulamentação e abolicionismo).

Esta imprecisão conceptual fica patentes nas respostas que se dividem entre o "abolicionismo"; a "criminalização mais severa dos exploradores e traficantes"; a "criminalização dos compradores de sexo"; a "regulamentação/descriminalização total do sistema de prostituição"; a "legalização da prostituição" ou a "profissionalização do trabalho sexual".

Ficam, ainda, evidentes as divergências no entendimento de conceitos como "liberdade sexual", "emancipação" ou "exploração".

O enquadramento legal da prostituição é, aliás, o único ponto de substancial diferença nas entrevistas a profissionais.

A referência aos direitos humanos e à dignidade das pessoas é central no discurso das e dos profissionais que defendem o abolicionismo.

"Subscrevo o modelo abolicionista porque isso significaria que estaríamos, de uma vez por todas, centrados em Direitos Humanos e investidos numa cultura de bem-estar e proteção de mulheres raparigas."

(E2)

A ideia da regulamentação ou da descriminalização total do sistema de prostituição é rejeitada, também, com argumentos ligados ao perigo de legitimarem situações de tráfico, exploração e violência.

"Defendo como mais adequado o sistema abolicionista que pune quem explora e quem compra o serviço. Só nunca pune as pessoas prostituídas. Há estudos que informam que na Suécia, este sistema, reduziu drasticamente a prostituição. Por outro lado, a legalização da prostituição como um trabalho não reduziu o tráfico para exploração sexual, nem a violência contra as mulheres prostituídas. Receio que a profissionalização da prostituição, num sistema que veja a decisão de uma pessoa se prostituir como livre, faça aumentar a exploração e desproteja as mulheres traficadas. Alguns estudos demonstram que, por exemplo na Alemanha, a prostituição aumentou e a legalização do negócio para quem explora permitiu que indivíduos que já tinham sido condenados por tráfico legalizassem a sua atividade."

(E29)

Destaca-se, ainda, que nesta lógica abolicionista, a exploração, dentro do sistema de prostituição, não se circunscreve aos que lucram com a venda de sexo, mas também aos compradores.

"Defendo a manutenção da legalidade da prostituição como atividade não punível (ou seja, quem se prostitui não deve ser penalizado), mas não como profissão, ou seja, o regime abolicionista. Não obstante, e face às experiências internacionais, defendo que o ato da compra deva ser uma contraordenação grave, punível com coimas significativas, que revertam a favor das associações que apoiam mulheres prostituídas, acompanhada de medidas de formação e educação para a igualdade aos clientes. Em 2020, o relatório oficial sobre a aplicação da lei francesa de 2016 contra o sistema da prostituição dizia-nos que 80% dos presidentes de câmara consultados estava a favor da lei que permitira, à data, que 395 pessoas saíssem da prostituição. 5000 clientes foram multados e as queixas por lenocínio aumentaram significativamente, o que significa que alguma visibilidade está a ser ganha num crime tradicionalmente invisível. Neste sentido seria, na minha opinião, este o modelo preferível, como monitorização obrigatória para adequação face aos resultados."

(E30)

A criminalização do tráfico e da exploração para fins sexuais é destacada por outras/os profissionais.

"Maior repressão relativamente ao tráfico e ao lenocínio, sabendo-se que as redes atuam com cada vez maior sofisticação e em associação com outros tipos de tráfico e lavagem de dinheiro, sendo fundamental o papel dos OPC."

(E8)

15% de profissionais (predominantemente da área da saúde ou da intervenção social na área da redução de danos) são favoráveis ao reconhecimento da prostituição como atividade profissional – o dito "trabalho sexual" ou à implementação do regulamentarismo. O facto de esta opinião ser defendida por profissionais ligados às práticas de redução de danos reforça o pendor sanitário deste tipo de enquadramento legal, ao colocarem a ênfase na importância, em nome da saúde pública, do rastreio das pessoas que se prostituem.

Ora, por mais que se afirme que este é um enquadramento progressista, emancipatório e fundado na liberdade individual, a verdade é que se trata de recuperar aquele que era o modelo do século XIX, na sua preocupação de salvaguarda da saúde, não das mulheres em situação de prostituição, mas sim dos compradores de sexo e das suas famílias, evitando a propagação de doenças transmissíveis sexualmente.

Aliás, a própria delimitação de áreas para prática da prostituição, como sucede hoje com os *Red Districts* em algumas cidades europeias, encontra completo paralelo nos designados *Bairros de Má Fama* de séculos passados, em que se concentravam as casas de passe e as mulheres "matriculadas" como prostitutas e cuja finalidade era, como referimos em capítulo anterior, também a de evitar o constrangimento da partilha de espaços entre as mulheres honradas e as prostitutas.

"Advogo por um sistema que proteja as pessoas e não as puna. Que as proteja essencialmente em três níveis: Saúde, Emprego e Social. Por isso advogo pelo Modelo Neozelandês, ao qual acresce ter sido uma legislação participada por um coletivo de trabalhadores sexuais, e a participação cívica, e o Estado proporcionar formas das pessoas a quem se dirigem as leis serem ouvidas, realmente ouvidas, só eleva a democracia."

(E12)

Importa sublinhar, tal como foi feito em algumas entrevistas, que o enquadramento legal relativo ao sistema implica outras iniciativas, legais e ao nível das políticas públicas, que implicam a promoção de estratégias de apoio à saída do sistema de prostituição, pelo reconhecimento do estatuto de vítima ou ações preventivas, a montante, na origem do sistema.

"A "lei da oferta e da procura" também está presente na atividade da prostituição, pelo que não será criminalizando, ou descriminalizando, que se acabará com tal prática; não será com medidas, mais ou menos avulsas, que se combate tal fenómeno. Apenas criando condições para retirar as pessoas da conjuntura em que se encontram se poderão obter resultados, visíveis. Que condições? Satisfação de necessidades básicas - trabalho, cuidados de saúde, alojamento e perspetiva de vida, etc. Como? Fazendo – informando, sinalizando, conhecendo, percebendo das competências de cada um/a, percebendo das necessidades, trabalhando em rede; satisfazendo, por um lado as necessidades básicas e, por outro, apontando caminhos, perspetiva de vida; percebendo-se, por outro lado, que quando um local fica vago é ocupado por alguém que irá necessitar de apoio. A montante, todo o trabalho que possa ser efetuado para mudar mentalidades, para construir pontes, para integrar, para reduzir ao mínimo os lucros gerados pelo fenómeno será fundamental."

(E9)

QUADRO 34: OPINIÃO SOBRE ENQUADRAMENTO LEGAL

1.	Considera que o que existe é uma situação de "vazio legal" que deixa em situação de desproteção muitas mulheres. Fortalecimento do combate ao tráfico de pessoas. A resolução não pode passar por criminalizar quem se prostitui, nem legalizar quem explora.
2.	Defesa do modelo abolicionista. ***"Subscrevo o modelo abolicionista porque isso significaria que estaríamos, de uma vez por todas, centrados em Direitos Humanos e investidos numa cultura de bem-estar e proteção de mulheres e raparigas."***
3.	A opção pela adoção de qualquer enquadramento legal terá de resultar da vontade das mulheres.

4.	O enquadramento legal deverá ser definido a partir do conhecimento da realidade, com um diagnóstico das pessoas envolvidas no sistema de prostituição e das organizações que lidam com este sistema. E deve ser definido sem considerações apriorísticas, tendo por base os Direitos Humanos.
5.	O enquadramento legal deverá ser definido a partir de uma discussão alargada que permita suprimir a discriminação, a violência, a exploração e o estigma, associados à prostituição, como forma de melhorar as condições de vida das mulheres. ***"Com base na minha experiência e na minha opinião pessoal, seja qual for o sistema adotado, é inegável que a discriminação, a violência, a exploração e o estigma sempre estão presentes na prostituição, sendo indispensável uma discussão vasta sobre o melhor sistema a ser implementado, visando a melhoria das condições de vida das mulheres prostitutas."***
6.	Não assume abolicionismo ou regulamentação. Defende que a opção terá de ser fundada na escolha das mulheres. ***"Considero que deviam ser auscultadas as mulheres que se encontram em contexto de prostituição na definição das políticas públicas."***
7.	O enquadramento legal deverá ser definido pela participação das pessoas que exercem prostituição.
8.	Maior repressão relativamente ao tráfico e ao lenocínio, sabendo-se que as redes atuam com cada vez maior sofisticação e em associação com outros tipos de tráfico e lavagem de dinheiro – papel fundamental dos OPC. Consideração das mulheres prostituídas como vítimas de um sistema.
9.	O enquadramento legal existente é criminalizador da exploração, tráfico e crimes afins. Considera que não será criminalizando ou descriminalizando, nem através de medidas avulsas que se acabará com um sistema que é regido pelas leis da "oferta e da procura". A atuação deve ser ao nível das condições de vulnerabilidade e necessidade que estão na base do sistema (satisfação de necessidades básicas, proteção, informação e sinalização e apoio em projeto de vida). Sublinha a necessidade de mediadas a montante como a mudança de mentalidades e a redução do potencial de lucro gerado pelo sistema. ***"Criminaliza-se quem angaria, quem fomenta, quem lucra com a atividade; percebendo-se que incorre na prática do crime de tráfico de pessoas, basicamente quem "controla" a vítima (muitas vezes controlando movimentos, alojamento, contactos, refeições, dinheiro auferido, etc.), tirando partido da atividade da mesma. Relacionado poderá existir outra tipologia criminal, como o auxílio à imigração ilegal, sequestro, coação, etc.*** ***A "lei da oferta e da procura" também está presente na atividade da prostituição; não será criminalizando, ou descriminalizando, que se acabará com tal prática; não será com medidas, mais ou menos avulsas, que se combate tal fenómeno. Apenas criando condições para retirar as pessoas da conjuntura em que se encontram se poderão obter resultados, visíveis. Que condições? Satisfação de necessidades básicas - trabalho, cuidados de saúde, alojamento e perspetiva de vida, etc.*** ***Como? Fazendo – informando, sinalizando, conhecendo, percebendo das competências de cada um/a, percebendo das necessidades, trabalhando em rede; satisfazendo, por um lado as necessidades básicas e, por outro, apontando caminhos, perspetiva de vida; percebendo-se, por outro lado, que quando um local fica vago é ocupado por alguém que ira necessitar de apoio.*** ***Existirá sempre prostituição, porque existe oferta e procura, porque existirá sempre alguém disposto a pagar e a receber (...).*** ***A montante, todo o trabalho que possa ser efetuado para mudar mentalidades, para construir pontes, para integrar, para reduzir ao mínimo os lucros gerados pelo fenómeno será fundamental."***

10.	Reconhecimento da prostituição como atividade profissional, para maior segurança e proteção e evitar a atual ausência de fiscalização, supervisão ou apoio. ***"A prostituição ser reconhecida como atividade profissional seria bastante benéfico. Teria regulamentação e, principalmente, traria segurança e proteção para quem a tem, precisamente, como atividade profissional (neste momento sem qualquer fiscalização, supervisão ou apoio)."***
11.	Rejeição do regime de legalização. Proposta de reforço da prevenção como forma de combate ao triângulo crime, carências e doença, que está na base da prostituição. ***"O regime de legalização parece-me errado. Há que trabalhar na prevenção (nos três níveis), na criação de respostas socioprofissionais e em termos sanitários. Tudo está errado na prostituição; só que as prostitutas são forçadas por condicionantes específicas, por vezes muito duras, enquanto os chulos fazem da prostituição atividade empresarial, e cometem frequentemente crimes, e severos, e os clientes carecem também de forte apoio psicológico e médico. Crime, carências e doença, eis a triangulação primordial da prostituição."***
12.	Defesa do modelo neozelandês, assente na participação ativa das pessoas em situação de prostituição, enquanto manifestação democrática. ***"Advogo por um sistema que proteja as pessoas e não as puna. Que as proteja essencialmente em três níveis: Saúde, Emprego e Social. Por isso advogo pelo Modelo Neozelandês, ao qual acresce ter sido uma legislação participada por um coletivo de trabalhadores sexuais, e a participação cívica, e o Estado proporcionar formas das pessoas a quem se dirigem as leis serem ouvidas, realmente ouvidas, só eleva a democracia."***
13.	Não punição das mulheres. Punição de todos os que se relacionam com a sua exploração. ***"Defendo que as mulheres não devem ser punidas, mas que todos os que estão relacionados com a sua exploração devem ser punidos."***
14.	Consideração da prostituição como uma forma de violação dos Direitos Humanos. Rejeita a legalização de qualquer situação que viole a dignidade da vida humana. ***"Tenho uma profunda convicção de que a vida humana é um dom natural, um direito natural, que não pode ser violado. Na linha, aliás, da Declaração Universal dos Diretos Humanos. Nesse sentido, considero que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultam em atos bárbaros que ultrajam a consciência da Humanidade. Portanto não posso apoiar a legalização de situações que violem a dignidade da vida humana."***
15.	Rejeição da legalização da prostituição e da sua equiparação a trabalho. "Defendo que a prostituição não deve ser legalizada nem considerada uma profissão como outra qualquer."
16.	A legalização da prostituição é uma legitimação da violência e da violação da mulher e uma facilitação do tráfico e da exploração. A proibição implica que muitas mulheres não terão dinheiro para as necessidades mais básicas. ***"Uma pergunta muito complicada.... Legalizar a prostituição é complicado pelo facto de que estamos, na minha opinião, a legalizar uma violência e violação sobre o corpo e mente da uma mulher prostituída e facilita o tráfico e exploração de mulheres. A proibição implica que muitas destas mulheres não vão ter dinheiro para comer ou ter uma habitação."***
17.	Rejeição da assimilação a uma profissão liberal, por se tratar de uma objetificação da pessoa. Defende o apoio à saída e o combate à marginalização, nomeadamente pela integração no mercado de trabalho. ***"Tenho muita resistência em considerar como sendo uma profissão liberal e com um regime jurídico um profissional do sexo, porque não estamos a falar de uma coisa, mas de um ser humano. Neste sentido, as mulheres prostitutas devem ser ajudadas a sair desta marginalização da prostituição e serem orientadas para se integrarem no mercado de trabalho."***
18.	Enquanto profissional não refere opinião, enquanto pessoa afirma rejeitar a legalização da prostituição.
19.	Defende a legalização e regulamentação, acompanhada de maior fiscalização para prevenção de crimes associados. ***"Um sistema que legalizasse a prostituição, com regulamentação específica, com direitos e deveres, e um sistema de fiscalização eficiente, certamente iria contribuir para uma maior segurança de quem se dedica à atividade, e por sua vez, iria salvar reduzir, em muito, os crimes mais graves relacionados com a atividade."***

20.	Discordância da legalização por criar sistemas paralelos de exploração das mulheres, tornando lícito o proxenetismo e mantendo as mulheres na condição de vítimas. Refere, ainda, que o Estado não deve beneficiar de qualquer atividade que implique tratamento degradante e vitimação. Defende a criação de apoios estruturados e específicos para quem quer sair do sistema. ***"Não concordo com os sistemas que legalizam a prostituição. Criam outros sistemas paralelos de exploração das mulheres, idênticos ao proxenetismo, mas lícitos e elas permanecem vítimas. O Estado não deve aprovar nem beneficiar de qualquer atividade que tenha implícita qualquer tipo de tratamento degradante e vitimização."***
21.	Defesa do regime abolicionista, rejeitando a legalização que considera uma violação dos Direitos Humanos. ***"Defendo como o mais adequado o regime abolicionista, que vigora atualmente, sendo completamente contra a legalização da prostituição por considerar uma violação dos direitos humanos."***
22.	Defesa do regime atual. Discorda da legalização por acreditar que iria legitimar os exploradores de mulheres, além de legalizar e regulamentar uma atividade que atenta contra a dignidade. ***"Parece-me que o sistema atualmente vigente em Portugal será o menos imperfeito. A legalização da prostituição apenas iria dar uma fachada de legitimação aos exploradores destas mulheres. Também porque iria legalizar e regulamentar uma atividade que não dignifica a condição humana."***
23.	Sem elementos suficientes para responder.
24.	Sem elementos suficientes para responder, refere a importância de se fazer um estudo comparativo das melhores práticas conhecidas neste âmbito. ***"Seria interessante começar por fazer um estudo comparativo das melhores práticas conhecidas sobre esta matéria."***
25.	Defesa do regime abolicionista vigente por ser o que mais defende as pessoas prostituídas, combatendo o proxenetismo organizado. ***"O regime abolicionista vigente parece-me sem dúvida o mais adequado e o que mais defende as pessoas prostituídas, combatendo o proxenetismo organizado."***
26.	O regime abolicionista, por ser valorizador dos direitos humanos, com a criminalização do lenocínio (qualquer forma de lenocínio) e com a promoção de uma rede de respostas de apoio à saída do sistema de prostituição.
27.	Considera que ainda está para ser pensado o regime mais adequado. A adoção de alguns sistemas por determinados países tem revelado algumas lacunas e continuam a existir formas de contornar e fugir às medidas estipuladas. Em Portugal o próprio crime de lenocínio é tão "difícil" de se provar em tribunal e os proxenetas são sentenciados com "penas suspensas" em casos onde há denúncias ... Julga, por isso, que há ainda um caminho longo a fazer antes de se "escolher" e adotar um regime legal.
28.	Considera que nos encontramos num "vazio legal", onde o lenocínio continua a ser um crime punido de forma bastante leve no sistema legal do nosso país.
29.	Defende o sistema abolicionista que pune quem explora e quem compra o serviço, sem nunca punir as pessoas prostituídas. Refere o exemplo da Suécia, onde este sistema reduziu a prostituição. Refere que, em oposição, a legalização da prostituição como um trabalho não reduziu o tráfico para exploração sexual, nem a violência contra as mulheres prostituídas. Receia que a profissionalização da prostituição, num sistema que veja a decisão de uma pessoa se prostituir como livre, faça aumentar a exploração e desproteja as mulheres traficadas e cita como exemplo a Alemanha, onde, com essa profissionalização, a prostituição aumentou e a legalização do negócio para quem explora permitiu que indivíduos que já tinham sido condenados por tráfico legalizassem a sua atividade. Sublinha que as fronteiras entre um consentimento livre e um consentimento forçado são ténues. ***"Defendo como mais adequado o sistema abolicionista que pune quem explora e quem compra o serviço. Só nunca pune as pessoas prostituídas. Há estudos que informam que na Suécia, este sistema, reduziu drasticamente a prostituição. Por outro lado, a legalização da prostituição como um trabalho não reduziu o tráfico para exploração sexual, nem a violência contra as mulheres prostituídas. Receio que a profissionalização da prostituição, num sistema que veja a decisão de uma pessoa se prostituir como livre, faça aumentar a exploração e desproteja as mulheres traficadas. Alguns estudos demonstram que, por exemplo na Alemanha, a prostituição aumentou e a legalização do negócio para quem explora permitiu que indivíduos que já tinham sido condenados por tráfico legalizassem a sua atividade. As fronteiras entre um consentimento livre e um consentimento forçado são ténues. Em inquéritos feitos a mulheres prostituídas, verificou-se que uma percentagem elevada de mulheres foi vítima de abuso sexual na infância ou outros maus tratos e que cerca de 90% foram forçadas a entrar na prostituição."***

30.	Defende o regime abolicionista, isto é, que a prostituição continue como atividade não punível, mas não que seja considerada como uma profissão. Considerando as experiências internacionais, nomeadamente a francesa, defende que o ato da compra deve ser uma contraordenação grave, punível com coimas significativas, que revertam a favor das associações que apoiam mulheres prostituídas, acompanhada de medidas de formação e educação para a igualdade aos compradores.
31.	Advoga a legalização, como forma de possibilitar intervenção na proteção social e prevenção da proteção da saúde física e mental.
32.	Por referência às mulheres vítimas de tráfico, considera que o apoio a mulheres não deveria depender da sua colaboração com as autoridades, em relação às redes.
33.	Uma regulamentação que não criminalize ninguém, nem trabalhadores nem compradores, que considera ser a única forma de evitar a exclusão social. Considera que o reconhecimento da prostituição como uma profissão legal, além de significar o respeito pelas decisões das pessoas, afastando a imagem de vítimas, permitiria o acesso a uma reforma, a baixa por invalidez, doença ou maternidade, cuidados de saúde adequados. Defende que a regulamentação diminuiria as situações de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Considera essencial ouvir as pessoas em situação de prostituição e conhecer a sua vontade a respeito de enquadramento legal.
34.	Considera que o enquadramento legal atual é adequado, mas que, na prática, não existe um intenso combate à criminalidade, neste caso à exploração da prostituição.
35.	Considera existir uma contradição na situação atual e defende a regulamentação.
36.	Defende a legalização do trabalho sexual.
37.	Defende o abolicionismo, por referência às convenções internacionais ratificadas por Portugal e que sancionam a exploração de pessoas na prostituição. ***"O sistema abolicionista é a moldura jurídica mais adequada, porque defende a Dignidade Humana, tendo como referência a Declaração Universal dos Direitos Humanos."***
38.	Rejeita a equiparação da prostituição a um negócio e o reconhecimento do "trabalho sexual", por facilitar a ilicitude e legitimar diferentes práticas criminosas. Sublinha a importância de se olhar de forma abrangente para o conceito de coação. ***"O que defendo como menos adequado é seguramente o que passa pela organização de um negócio sob a forma "tradicional". Não aceito que haja um empresário que lucre com o trabalho das mulheres prostituídas e que tal venha a ter cobertura legal, do ponto de vista da constituição de uma empresa, por exemplo. A suceder, tal não passaria, na minha opinião, da legalização dos chamados "chulos" ou "madames", o que não aceito de todo. Por outro lado, é necessário ter cautela quando se afirma que não há qualquer problema que as mulheres se prostituam desde que não sejam, para tanto, obrigadas. É que essa obrigação não passa apenas pela coação física ou até por privação da liberdade e/ou dos documentos, quando falamos de mulheres estrangeiras. A vulnerabilidade em que as mulheres se encontram, descorrentes, desde logo, de desigualdades sociais, são também elas, na minha opinião, formas de "coação" que as "obrigam", por se verem sem alternativas de vida, a entrar na prostituição.*** ***Acresce, ainda, que correlacionadas com a prostituição se desenvolvem outras atividades ilegais, designadamente, por via dos lucros obtidos com a aquisição/tráfico de armas ou financiamento de tráfico de estupefacientes e, no limite, branqueamento de capitais, com aquisição, por exemplo, de património imobiliário, entrando, deste modo e de forma "legal", nos fluxos financeiros normais. Na minha opinião e em respeito pela dignidade da mulher, não deveria haver prostituição."***

5.5. A compra de sexo

Para complementar o conhecimento indireto dos compradores de sexo, foi pedido às e aos profissionais que, a partir da sua experiência, traçassem o retrato-tipo do comprador de sexo e que identificassem as situações mais comummente relatadas pelas mulheres em situação de prostituição.

Se relativamente a todas as questões anteriores, as diferenças nas respostas têm a ver, apenas, com as áreas de atuação profissional, já no que se refere à compra de sexo verificam-se, também, diferenças que poderão estar ligadas ao sexo das e dos profissionais entrevistadas/os.

Assim, enquanto a maioria das profissionais das áreas associativa e de intervenção psicossocial, maioritariamente mulheres, responderam a estas questões, a maioria das e dos entrevistados de outras áreas, nomeadamente, agentes de órgãos de polícia criminal e autarcas, maioritariamente homens, não o fizeram.

Esta constatação poderá ser explicável por duas ordens de razões que, apesar disso, não têm de ser mutuamente excludentes: a primeira, a da maior facilidade, sentida pelas mulheres, de abordagem destes temas com outras mulheres. A segunda, a da maior proximidade relacional surgida nuns âmbitos de atuação profissional, comparativamente a outros.

No estabelecimento do retrato-tipo do comprador de sexo, fica claro que os compradores são homens, o que reforça toda a informação recolhida, quer junto das mulheres em situação de prostituição, quer na literatura e estudos acerca do tema, quer, ainda, nos anúncios de jornais e notícias analisados.

Assim, no sistema de prostituição, as mulheres são vendidas, os homens são compradores e, maioritariamente, são também homens os exploradores, proxenetas e traficantes (ainda que outras mulheres possam atuar como angariadoras, intermediárias ou "gerentes" de espaços de prostituição).

"De ressalvar que nunca encontrei um cliente do sexo feminino e essa é a característica comum. São os homens que são os clientes. Em algumas situações muito pontuais e raras as mulheres podem recorrer à prostituição, mas normalmente em casal."

(E28)

Relativamente aos compradores sobressai a diversidade etária e de estatuto socioeconómico e o predomínio de homens casados.

É de salientar que foi sublinhado o aumento do número de compradores jovens, o que é merecedor de reflexão, dado que, nos atuais contextos sociais e culturais, seria expectável a existência de um outro tipo de evolução nas atitudes face à sexualidade e aos pressupostos de liberdade que lhe devem estar associados.

"Perfeitamente transversal. Desde o imberbe que procura a nova experiência e sensação, normalmente influenciado por amigos, colegas ou homens mais velhos e onde, sobre sexo, campeia a gabarolice que pode aguçar a curiosidade dos mais novos. O homem de meia-idade, gasto da sua relação conjugal e que busca prazeres sexuais que já não encontra em casa, ou que nunca aí os terá sentido. Os homens da 3ª idade que procuram na prostituição o sexo que, em circunstâncias normais, já não conseguem e, pagando, tecem no seu imaginário a motivação para alcançaram o que desejam."

(E34)

Considerando a absoluta heterogeneidade dos compradores, as eventuais distinções resultam dos locais e tipos de prostituição.

Assim, na prostituição de rua e de estrada, os compradores tendem a ser homens de estrato socioeconómico mais baixo, o que se reflete, inclusive, em variações na "procura" ao longo do mês:

"Numa zona pobre de prostituição, onde o preço é mais barato, a incidência da procura é maior no fim e no princípio do mês, que é quando os homens recebem o salário. Há oscilações na procura."

(E37)

Já na prostituição em espaço fechado, como os apartamentos, casas de massagens, hotéis e agências, os compradores tendem a ser de estrato socioeconómico mais elevado, o que se relacionará com dois grandes fatores: o primeiro, o da perceção de menor exposição, o segundo, o da fantasia, alimentada pelo próprio sistema, de que nesses espaços, as mulheres também têm um estatuto social mais elevado, e que, por isso, serão mais "adequadas" às suas preferências.

"A única variável é o tipo de prostituição a que recorrem, isto é, homens com maior poder económico "consomem" uma prostituição mais seletiva e «indoor» e um homem com um poder económico mais baixo consome mais prostituição de rua."

(E28)

É importante realçar que estas constatações desconstroem o mito da "prostituição de luxo", supostamente glamorosa e economicamente vantajosa para as mulheres, porque o que sucede é que, nestes espaços de prostituição, se trata apenas de fazer as mulheres corresponderem aos padrões de exigência dos compradores e à sua capacidade financeira.

Todavia, o facto de os valores pagos pelos compradores serem mais elevados, não reverte em benefício para as mulheres que têm, elas próprias, de custear as despesas (elevadas) com o vestuário e o aspeto físico, que lhes permitam desempenhar esse papel de "prostituta de luxo".

"O cliente da mulher da rua é maioritariamente um homem anónimo, classe média e classe baixa, à semelhança da própria oferta. Neste caso a oferta adapta-se à procura e vice-versa. Mas com isso não quero dizer que nas casas fechadas, saunas, massagens, ou bares e hotéis de luxo as mulheres são de classe alta. Pelo contrário, o cliente, esse sim, nesses locais, tem muito poder económico e na mulher apenas a aparência muda."

(E26)

Entre as principais motivações para a compra de sexo identificam-se:

- O consumo de pornografia, que, aliás, já tinha sido referido pelas mulheres entrevistadas, e nos impele a questionar alguma banalização e validação social da pornografia e o acesso cada vez mais facilitado e uma exposição quase massificada a conteúdos pornográficos, crescentemente violentos, o que poderá influenciar a o aumento da procura por parte de homens mais jovens.

"Crescimento das situações de jovens em que a procura da prostituição está associada ao consumo de pornografia e de álcool e drogas. Há jovens de 20 anos que, à saída da discoteca e sob efeito de drogas ou álcool, procuram sexo oral com mulheres de 60 e 65 anos."

(E8)

- Os problemas de autoestima e de consumos de álcool e drogas, relativamente aos quais a compra de sexo favorece uma desinibição, que estes homens não teriam numa interação sexual de caráter "igualitário".

"Homens, com baixa autoestima, dificuldades de desempenho sexual, ou receio de as ter, medo de falhar, incapacidade para manter relações igualitárias, sentimento de perda afetiva, ruturas conjugais, imaturidade afetiva e sexual."

(E11)

- Os problemas de personalidade e patologias mentais, que se ligam a parafilias, a ausência de empatia ou a desvios patológicos da sexualidade.

"Pessoas com perturbação de personalidade (borderline, narcísicos ou antissocial) que compram sexo mais para validarem o seu poder pessoal, prazer em humilhar e em controlar o outro (neste caso muitas vezes são compradores de sexo e também proxenetas); pessoas com perturbação da sexualidade, que estão viciados em sexo, necessitam de doses maiores/diferentes de sexo e fazem pedidos exóticos e aberrações sexuais (desvios patológicos do ato sexual)."

(E26)

- A vontade de provocar a submissão do outro, através do abuso e da violência, como forma de autovalidação.

"São homens abusadores, criminosos, na medida em que exploram as situações de vulnerabilidade e os direitos humanos."

(E2)

- A rejeição de uma relação sexual que possa implicar envolvimento ou compromisso e qualquer tipo (em indivíduos socialmente inseridos e vinculados) ou, por oposição, o recurso à prostituição como forma de ilusão relacional (em indivíduos socialmente desinseridos).

"Pessoas com imenso potencial relacional (boa aparência, boa capacidade financeira, etc.) mas que preferem ter uma relação sexual sem amor, sem compromisso, sem flirt, sem gastar dinheiro a cuidar da pessoa, sem ter de a respeitar ou sequer decorar o nome; pessoas com reduzido potencial relacional (má aparência, idade elevada, pessoas com deficiência, com dificuldade em encontrar ou manter um parceiro afetivo) e que procuram estabelecer relações de amizade, respeito, muitas vezes apaixonam-se perdidamente pela pessoa que se prostitui e são dramaticamente explorados e manipulados por essa pessoa."

(E26)

Estas motivações, nomeadamente as de caráter não patológico, são evolutivas e modificam-se de acordo com a mudança de mentalidades, quer relativamente à sexualidade e aos papéis de homens e mulheres, quer em função das representações sociais acerca da prostituição.

"Se durante muitos séculos se dizia que os homens procuravam alguma "desinibição" fora do seu ambiente, hoje penso que esse aspeto não será o mais relevante. Provavelmente são pessoas que buscam sensações para compensar isolamento ou carência afetiva, também existem alguns com situações disfuncionais do ponto de vista psicológico."

(E13)

Sublinha-se a importância da realização de investigações aprofundadas e sistemáticas acerca dos compradores de sexo e do próprio fenómeno da compra, como é, aliás, salientado numa das entrevistas: ***"Não existe, a meu ver, em Portugal, investigação suficiente sobre esta matéria, sendo uma das falhas mais graves do ponto de vista do estudo desta realidade." (E30)***.

Naturalmente que este reduzido conhecimento acerca dos compradores de sexo, tem a ver com essa espécie de "clandestinidade" que envolve esse ato de compra, que leva os homens a raramente admitirem essa compra ou justificando-a com razões socialmente validadas, como, por exemplo, as "despedidas de solteiro" ou "reuniões" empresariais.

"Normalmente refugiam-se numa desculpa. Acabam por ter vergonha da situação em que se colocaram. Dizem, por exemplo, que acompanharam ou que foi um amigo que os instigou, enfim aqui a imaginação atinge por vezes o fantástico, sendo certo que por norma têm dificuldade em assumir as verdadeiras motivações."

(E34)

QUADRO 35: RETRATO TIPO DO COMPRADOR DE SEXO

1.	Por referência às mulheres em situação de sem-abrigo, os compradores são homens de baixos rendimentos e/ou numa situação de vulnerabilidade económica e social (muitas vezes migrantes).
2.	Homens abusadores que exploram as situações de vulnerabilidade. ***"São homens abusadores, criminosos, na medida em que exploram as situações de vulnerabilidade e os direitos humanos."***
3.	Impossibilidade de definir um comprador-tipo.
4.	Homens de todas as idades e estratos socioeconómicos.
5.	O comprador de sexo de mulheres prostituídas em situação de sem-abrigo e com dependências tende a ser um homem de estrato social baixo, isolado e com problemas de alcoolismo.
6.	Os compradores são homens de todas as idades e estratos sociais, variando apenas em função das zonas e tipos de prostituição.
7.	Homens de diferentes estratos sociais.
8.	Homens de todas as idades e estratos sociais, predomínio de homens acima dos 40 anos, mas crescimento das situações de jovens em que a procura da prostituição está associada ao consumo de pornografia e de álcool e drogas. ***"Há jovens de 20 anos que, à saída da discoteca e sob efeito de drogas ou álcool, procuram sexo oral com mulheres de 60 e 65 anos."***
9.	Diversidade etária e de estatuto social, variando em função do local. Maior procura por mulheres jovens e atraentes. Na prostituição, de "beira de estrada", muitos dos compradores são condutores de veículos pesados - transporte de mercadorias e outros; nos bares, sobretudo no interior do país, onde se pratica o alterne e/ou a prostituição, maior procura por homens mais jovens.
10.	O "perfil" socioeconómico dos compradores de sexo varia em função dos locais da cidade. Predomínio de homens acima dos 40 anos.
11.	Homens, com baixa autoestima, dificuldades de desempenho sexual, ou receio de as ter, medo de falhar, incapacidade para manter relações igualitárias, sentimento de perda afetiva, ruturas conjugais, imaturidade afetiva e sexual.

12.	O comprador de sexo é o clássico pai de família que procura o risco. Há compradores com muitas parafilias. E compradores violentos, cujo perfil é do agressor e até do predador sexual. ***"O clássico pai de família que procura a vida no arame. Os clientes com muitas parafilias onde podemos encontrar os pedidos mais incríveis e que elas até relatam com algum humor. E os violentos, cujo perfil é do agressor e até do predador."***
13.	Terá havido uma evolução no comprador de sexo: da desinibição e práticas diferentes, procuradas pelas gerações anteriores, hoje poderá ser dominante o isolamento, a carência afetiva ou as disfuncionalidades psicológicas. ***"Se durante muitos séculos se dizia que os homens procuravam alguma "desinibição" fora do seu ambiente, hoje penso que esse aspeto não será o mais relevante. Provavelmente são pessoas que buscam sensações para compensar isolamento ou carência afetiva, também existem alguns com situações disfuncionais do ponto de vista psicológico."***
14.	Não refere.
15.	Homens com algum poder económico e com idades superiores aos 60 anos, sem grande escolaridade, com casamentos fracassados, frustrados, com baixa autoestima.
16.	Impossibilidade de traçar retrato-tipo pela diversidade.
17.	Não refere.
18.	Pessoas entre os 18 e os 65 anos.
19.	Não refere.
20.	Diversidade de tipos de comprador – predominantemente homens casados.
21.	Homens perturbados psicologicamente, visão distorcida de si próprio, capacidade de usar o outro como objeto.
22.	Dada a diversidade é impossível definir um retrato-tipo. Predominam os homens.
23.	Normalmente, são homens casados, de meia-idade, escalões sociais baixos, que recorrem àqueles serviços com alguma frequência.
24.	Não refere.
25.	Homens de todas as idades com maior prevalência com mais de 35 anos, em geral é casado e tem filhos. Procura todo o tipo de práticas sexuais. ***"O cliente da mulher da rua é maioritariamente um homem anónimo, classe média e classe baixa, à semelhança da própria oferta. Neste caso a oferta adapta-se à procura e vice-versa. Mas com isso não quero dizer que nas casas fechadas, saunas, massagens, ou bares e hotéis de luxo as mulheres são de classe alta. Pelo contrário, o cliente, esse sim, nesses locais, tem muito poder económico e na mulher apenas a aparência muda."***
26.	Pessoas com perturbação de personalidade (*borderline*, narcísicos ou antissocial) que compram sexo mais para validarem o seu poder pessoal, prazer em humilhar e em controlar o outro (neste caso muitas vezes são compradores de sexo e também proxenetas); pessoas com perturbação da sexualidade, que estão viciados em sexo, necessitam de doses maiores/diferentes de sexo e fazem pedidos exóticos e aberrações sexuais (desvios patológicos do ato sexual); pessoas com imenso potencial relacional (boa aparência, boa capacidade financeira, etc.) mas que preferem ter uma relação sexual sem amor, sem compromisso, sem *flirt*, sem gastar dinheiro a cuidar da pessoa, sem ter de a respeitar ou sequer decorar o nome; pessoas com reduzido potencial relacional (má aparência, idade elevada, pessoas com deficiência, com dificuldade em encontrar ou manter um parceiro afetivo) e que procuram estabelecer relações de amizade, respeito, muitas vezes apaixonam-se perdidamente pela pessoa que se prostitui e são dramaticamente explorados e manipulados por essa pessoa.
27.	A maioria são homens, casados, com uma vivência pouco saudável da sua sexualidade e que compram sexo para realizar as suas fantasias e desejos sexuais.
28.	Refere que a compra de sexo é transversal a todo o tipo de homens, de diversos níveis sociais e educacionais. A única variável é o tipo de prostituição a que recorrem, isto é, homens com maior poder económico "consomem" uma prostituição mais seletiva e *indoor* e um homem com um poder económico mais baixo consomem mais prostituição de rua. Sublinha que nunca encontrou compradores de sexo feminino. Em algumas situações muito pontuais e raras as mulheres podem recorrer à prostituição, mas normalmente em casal.
29.	Não aplica.
30.	Considera que a inexistência de investigação suficiente sobre esta matéria, em Portugal, constitui uma das falhas mais graves do ponto de vista do estudo desta realidade.

31.	A compra de sexo é transversal a todas idades e estratos sociais, variando, apenas, em função do tipo de prostituição procurada.
32.	Homens com baixa escolaridade. Perturbações da personalidade. Desempregados.
33.	Rejeita a ideia de retrato-tipo, destacando a diversidade.
34.	Considera que a compra de sexo é social e etariamente transversal. Refere que os compradores têm dificuldade em admitir essa situação.
35.	Refere não ter conhecimento.
36.	Por não ter experiência de contacto com compradores não possui conhecimento a seu respeito.
37.	Diversidade e transversalidade socioeconómica e etária, porque embora a maioria se situe acima dos 40 anos, nos últimos anos, a procura, por parte dos jovens está a aumentar. ***"Homens provenientes de todas as classes sociais. O local onde procuram as mulheres é diferenciado, consoante o seu poder de compra. Por exemplo, numa zona pobre de prostituição, onde o preço é mais barato, a incidência da procura é maior no fim e no princípio do mês que é quando os homens recebem o salário. Em locais, como os "apartamentos", como hoje são denominados os bordéis, situados em zonas nobres da cidade de Lisboa, não há oscilações na procura, porque os homens/clientes têm alto poder de compra, existe durante todo o mês. São homens casados acima dos quarenta anos. Nos últimos anos a procura, por parte dos jovens está a aumentar".***
38.	Não refere.

As situações mais comummente relatadas pelas mulheres são as relacionadas com a violência.

> *"Existem muitas queixas (não denunciadas) de violência (sobretudo psicológica e verbal, mas também física e sexual), de serem tratadas como objetos, de serem humilhadas, etc."*
> *(E26)*

Estas práticas abusivas relacionam-se com ***"o desrespeito e a objetificação da mulher" (E16)***, associados à noção de propriedade, proporcionada pelo pagamento, razão pela qual numa das entrevistas se refere que ***"quanto maior o poder económico, maior a perversidade." (E8)***. Na mesma entrevista foi, ainda, mencionado ***"o desrespeito profundo pelas mulheres prostituídas (associado a visões distorcidas da sexualidade), como fica patente nos fóruns de discussão na internet, onde as mulheres são referenciadas e avaliadas." (E8)***.

A questão da compra e do poder que se lhe associa é mencionada, ainda noutra entrevista, da seguinte forma: ***"a ideia de que são donos, de que podem fazer tudo, de que o dinheiro lhes dá o poder sobre as mulheres." (E30)***.

São também referidos como muito frequentes os pedidos de sexo desprotegido e de redução dos preços, algo que se terá agudizado nesta conjuntura de pandemia.

> *"Pedido de sexo sem preservativo e, sobretudo desde a pandemia, a tentativa de baixar preços."*
> *(E7)*

Entre os relatos mais comuns estão também os fetiches ou atos sexuais específicos, que não praticam com as suas parceiras habituais ou com outras mulheres fora da prostituição.

> *"Procura de práticas sexuais distintas daquelas que realizam com as suas parceiras habituais."*
> *(E9)*

Numa das entrevistas é salientado que, na generalidade das situações ***"as mulheres prostituídas não correspondem em nada a uma mulher experiente e «sexualmente ardente em desejo», como os filmes muitas vezes exploram, por isso qualquer pedido do cliente fora do «coito vaginal» é habitualmente descrito como anómalo ou «porco»." (E26)***.

Estes relatos são identificados como sendo comuns aos vários tipos, locais e contextos de prostituição e traduzem a persistente e transversal assimetria de poder, entre as mulheres e os compradores de sexo.

> *"As situações mais relatadas são as taras com que se deparam da parte dos clientes; os abusos; a recusa de usar preservativo; a vitimação (roubos, agressões físicas, borlas forçadas, sobretudo em sexo no automóvel). Estas situações são transversais à prostituição de rua e de luxo."*
> *(E11)*

QUADRO 36: SITUAÇÕES MAIS RELATADAS

1.	Não refere.
2.	Não refere.
3.	Não refere.
4.	As situações mais comummente relatadas prendem-se com a dependência/medo do companheiro proxeneta, que condiciona as próprias práticas; a falta de acesso ao dinheiro e os maus-tratos por compradores de sexo e companheiros e a exposição à violência física e sexual. ***"Em muitas situações os compradores são conhecidos dos companheiros, o que aumenta o grau de insegurança destas mulheres, pois muitas vezes ficam impedidas de utilizar métodos preventivos para evitarem infeções sexualmente transmitidas; não têm acesso ao dinheiro envolvido; serem maltratadas pelo comprador e/ou pelo companheiro se não tiver realizado a sua função de acordo com as suas expectativas. Noutras situações, sentirem-se expostas à violência física e sexual."***
5.	Não refere.
6.	Situações de violência e sistema de passa-palavra, entre as mulheres, relativamente a compradores de sexo abusivos ou violentos. Tentativas de não utilização de preservativo ou de baixa de preços (sobretudo desde a pandemia). ***"As mulheres falam pontualmente dos seus clientes. As mulheres estão muito atentas às eventuais situações de violência e criam relações de proteção entre si mesmas - passando a palavra, na praça, sobre os compradores abusivos.*** ***Muitas vezes, os compradores procuram negociar preços muito baixos (especialmente desde o início da pandemia), mas as mulheres, por norma, não aceitam tais condições. O mesmo acontece quando os compradores pedem para não usar preservativo."***
7.	Pedido de sexo sem preservativo e, desde a pandemia, a tentativa de baixar preços.
8.	Desrespeito profundo pelas mulheres prostituídas (associado a visões distorcidas da sexualidade), como fica patente nos fóruns de discussão na internet, onde as mulheres são referenciadas e avaliadas. Aumento da perversidade em função do maior poder económico. ***"Quanto maior o poder económico, maior a perversidade."***
9.	Procura de práticas distintas das que realizam com as suas parceiras habituais.
10.	Situações de agressão (física e verbal); práticas fetichistas que não praticam com companheiras (sadomasoquismo, fetiches com sogras e mães). Pedidos de sexo desprotegido, aceites por necessidade de dinheiro ou por concorrência de outras mulheres. ***"Situações de agressão (física e verbal) eram muito reportadas. Uma senhora, por exemplo, foi roubada e espancada, sendo deixada, quase sem roupa, no meio da 2ªcircular. Este tipo de histórias era recorrente. Assim como pessoas que recorriam com fetiches que não tinham à vontade para reportar às suas companheiras (sadomasoquismo, fetiches com sogras e mães). Lembro-me de uma senhora, com cerca de 60 anos e com o cabelo todo branco, dizer-me que quanto mais velha ia ficando, mais novos eram os seus clientes.*** ***Por fim, algo que era mesmo muito relatado era o pedido dos clientes em fazer sexo desprotegido. Era algo que tinham bastante receio, mas que por vezes aceitavam (ou pelo pagamento que era muito acima do suposto ou pela necessidade urgente de fazer algum dinheiro e por saberem que outras pessoas na mesma zona o faziam)."***
11.	Situações mais relatadas: as taras com que se deparam da parte dos compradores; os abusos; a recusa de usar preservativo; a vitimação (roubos, agressões físicas, borlas forçadas, sobretudo em sexo no automóvel). Estas situações são transversais à prostituição de rua e de luxo.
12.	Experiências polarizadas: a do abuso, dos maus tratos da violação, do comprador agressor, com patologia ao nível das parafilias. E a da procura de momentos de total desinibição, geradora de prazer sexual, não conseguida com as suas parceiras.
13.	Pedido de sexo sem proteção.

14.	Não refere.
15.	Não refere.
16.	Desrespeito e objetificação da mulher.
17.	Não refere.
18.	Não refere.
19.	Não refere.
20.	Relato do estabelecimento de relações de "quase amizade" com compradores habituais.
21.	Realização de fantasias inusitadas e perigosas.
22.	Não refere.
23.	Não refere.
24.	Não refere.
25.	É comum as mulheres distinguirem o comprador habitual do comprador ocasional e também é vulgar o comprador ser descrito como um homem com problemas relacionais em casa. ***"As mulheres prostituídas não correspondem em nada a uma mulher experiente e «sexualmente ardente em desejo», como os filmes muitas vezes exploram, por isso qualquer pedido do cliente fora do «coito vaginal» é habitualmente descrito como anómalo ou «porco»."***
26.	Refere muitas queixas (não denunciadas) de violência (sobretudo psicológica e verbal, mas também física e sexual), de serem tratadas como objetos, de serem humilhadas, etc. Mas também refere que há compradores de sexo que, ao longo dos anos, se vão tornando amigos, que oferecem prendas e que pedem conselhos e que validam/valorizam as pessoas em contexto de prostituição.
27.	Pedido de sexo desprotegido e aliciamento com pagamento mais elevado nessa situação. Indignação quando esse pedido é recusado.
28.	Não refere.
29.	Não aplica.
30.	Considera que as situações relatadas têm a ver com a ideia de que a compra atribui, aos homens, o estatuto, de proprietários, com poder absoluto sobre a mulher comprada e sobre o modo como a "utilizam".
31.	Entre as situações mais relatadas, em atendimento clínico, destaca a pouca adesão ao uso de preservativo e o uso de violência sobre as mulheres.
32.	As situações que destaca são de comportamentos paranoicos, violentos e de rejeição de medidas preventivas face a medidas sexualmente transmissíveis.
33.	Refere a diversidade de relatos, ligados à diversidade de compradores de sexo. Sublinha que a compra de sexo significa a procura de algum tipo de contacto, não necessariamente íntimo, que pode, ou não, ser regular.
34.	Procura de experiências incomuns ou que não alcançam noutras circunstâncias, que não sejam mediante pagamento.
35.	Não tem conhecimento.
36.	Não tem conhecimento.
37.	Sublinha as diferenças entre a prostituição em espaços fechados, e que a supremacia do comprador, a obrigação de sujeição da mulher e a violência são maiores, e a prostituição de rua, onde as mulheres são mais livres de recusar um comprador e se podem proteger mutuamente.
38.	Não refere.

06. | A "indústria do sexo" nos anúncios de jornal

Como tem sido sublinhado, o sistema de prostituição reveste-se de múltiplas dimensões, em que a "publicidade", feita através de múltiplas vias, em que se destacam a imprensa escrita e a internet, mas também, os folhetos ou cartões, colocados nos carros ou nos quartos de hotel, desempenha um papel importante.

Dada a abrangência deste tema e o peso crescente de distintas formas de promover a compra de sexo, tivemos, por razões ligadas à exequibilidade do estudo, de restringir a nossa análise, optando pelos anúncios na imprensa escrita.

Estamos, todavia, conscientes de que a exploração mais intensiva desta temática, nomeadamente no que se refere aos meios digitais, constitui uma investigação importante a realizar para aprofundamento do conhecimento acerca do sistema de prostituição.

Esta análise constitui-se, no presente estudo, como um importante complemento à informação recolhida junto das mulheres em situação de prostituição e dos e das profissionais das diferentes áreas, na medida em que refletem, confirmando-os, elementos ligados ao funcionamento do sistema de prostituição, assente numa lógica de procura/oferta, que são, também, referenciados na generalidade das investigações acerca desta temática e que serviram de suporte teórico a esta investigação.

As principais dimensões e caraterísticas do sistema de prostituição, detetáveis nos anúncios, têm a ver com:

1) estereótipos relativos à sexualidade, por exemplo:
   a. a hipervalorização de determinadas caraterísticas físicas e/ou psicossociais;
   b. a associação entre essas caraterísticas e as origens nacionais e/ou étnicas das mulheres,
   c. a preferência por determinadas práticas sexuais.
2) A tolerância e validação social relativamente à exacerbação do desejo sexual dos homens.
3) A submissão da sexualidade das mulheres à dos homens.
4) A objetificação e degradação das mulheres (do seu corpo e da sua sexualidade), enquanto manifestação da violência, da exploração sexual e da desumanização, inerentes ao sistema de prostituição.

Nesta análise de conteúdo aos anúncios a sexo em jornais selecionou-se um período temporal de três semanas (entre 24 de novembro e 15 de dezembro) e foi feita uma análise intensiva àqueles anúncios, publicados diariamente no Jornal Correio da Manhã, referentes, especificamente, à região de Lisboa. Para além da análise de frequências simples, procuraram-se algumas correlações relevantes entre categorias, através de análise bivariada.

Foi analisado um total de 290 anúncios, destacando-se a predominância das mulheres, que representam cerca de 88% do total.

6.1. Análise de Frequências Simples

6.1.1. Nacionalidade e/ou origem étnica

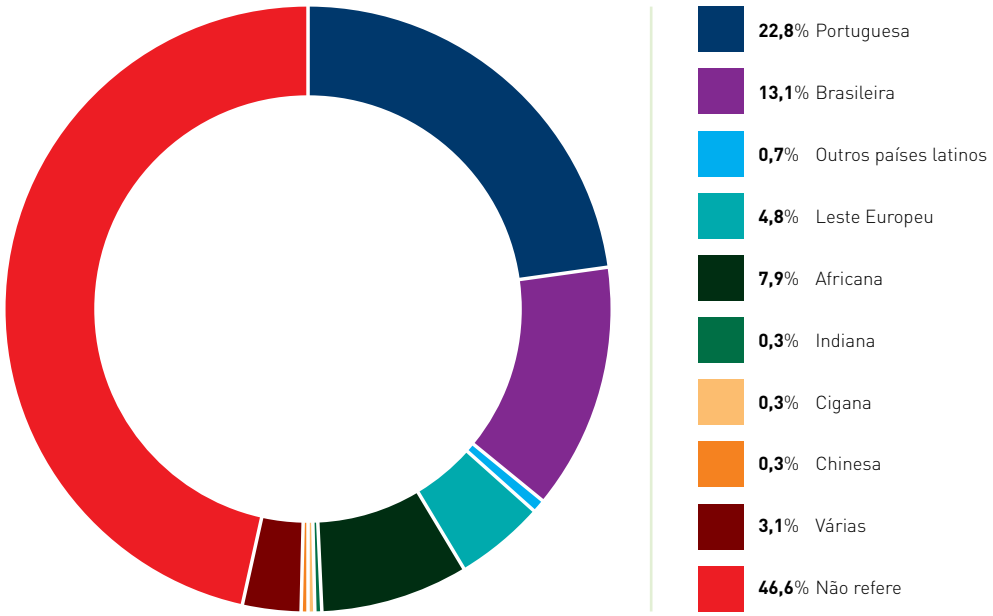
Nos anúncios analisados, a maioria (53,4%) faz referência à nacionalidade, sendo a maioria de nacionalidade portuguesa, a que se segue a brasileira, a de países africanos – nem sempre discriminados, havendo apenas referência ao continente – e a de países de leste – sucedendo um fenómeno semelhante de nem sempre ser feita referência ao país específico, mas à região.

Em todos os casos, e como se constata na própria análise bivariada aos anúncios, estas referências à nacionalidade ou etnia não podem ser dissociadas das visões estereotipadas acerca da sexualidade destas mulheres ou das suas caraterísticas físicas ou de temperamento.

TABELA 1: NACIONALIDADE/ORIGEM

	FREQUÊNCIA	%
Portuguesa	66	22,8
Brasileira	38	13,1
Outros países latinos	2	,7
Leste Europeu	14	4,8
Africana	23	7,9
Indiana	1	,3
Cigana	1	,3
Chinesa	1	,3
Várias	9	3,1
Não refere	135	46,6
Total	**290**	**100,0**

GRÁFICO 1: NACIONALIDADE/ORIGEM



6.1.2. Caraterísticas físicas

Por se tratar de uma das questões mais relevantes no sistema de prostituição, à qual estão associados múltiplos estereótipos, a identificação de determinadas caraterísticas físicas (de natureza erógena ou outra) é frequente nestes anúncios.

Por ser comum a menção a mais do que uma caraterística, foram identificadas as três primeiras referências.

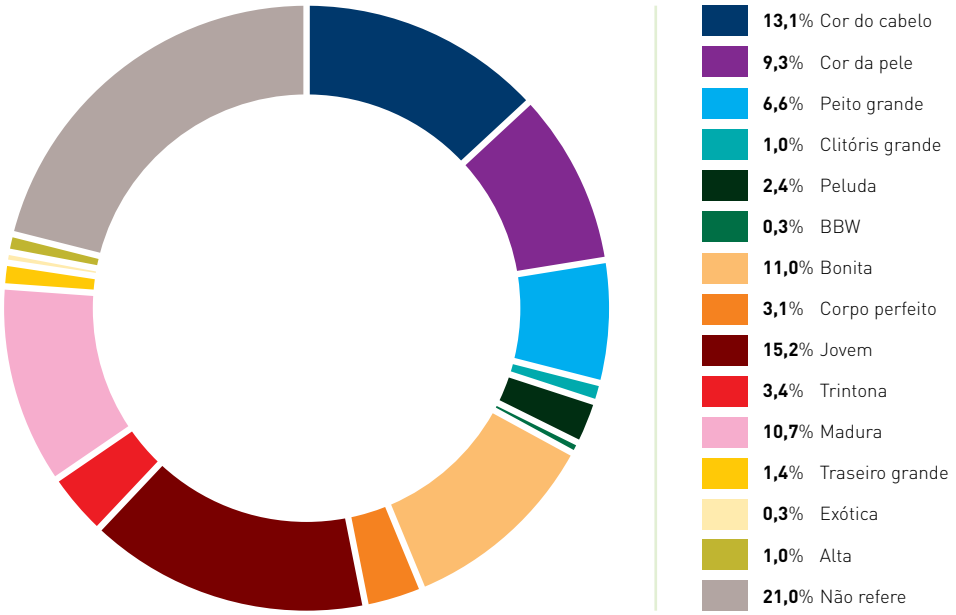
De facto, 79% dos anúncios alude a alguma característica física, identificando-se como predominantes: a idade (*"jovens"* e *"maduras"*), a cor do cabelo e a beleza (*"bonita"*).

Se a idade e a beleza constituem elementos destacados em matéria de atratividade para os compradores de sexo, é bastante evidente a utilização de referências de explícito cariz sexual, ligadas a preferências, fetiches e, até, parafilias dos compradores e, também, com clara ligação à pornografia e ao tipo de imagens veiculadas nos conteúdos pornográficos.

TABELA 2: CARACTERÍSTICAS FÍSICAS REFERENCIADAS (EM PRIMEIRO LUGAR)

1ª CARACTERÍSTICA FÍSICA		
	FREQUÊNCIA	%
Cor do cabelo	38	13,1
Cor da Pele	27	9,3
Peito grande	19	6,6
Clitóris grande	3	1,0
Peluda	7	2,4
BBW	1	,3
Bonita	32	11,0
Corpo perfeito	9	3,1
Jovem	44	15,2
Trintona	10	3,4
Madura	31	10,7
Traseiro grande	4	1,4
Exótica	1	,3
Alta	3	1,0
Não refere	61	21,0
Total	**290**	**100,0**

GRÁFICO 2: CARACTERÍSTICAS FÍSICAS REFERENCIADAS (EM PRIMEIRO LUGAR)

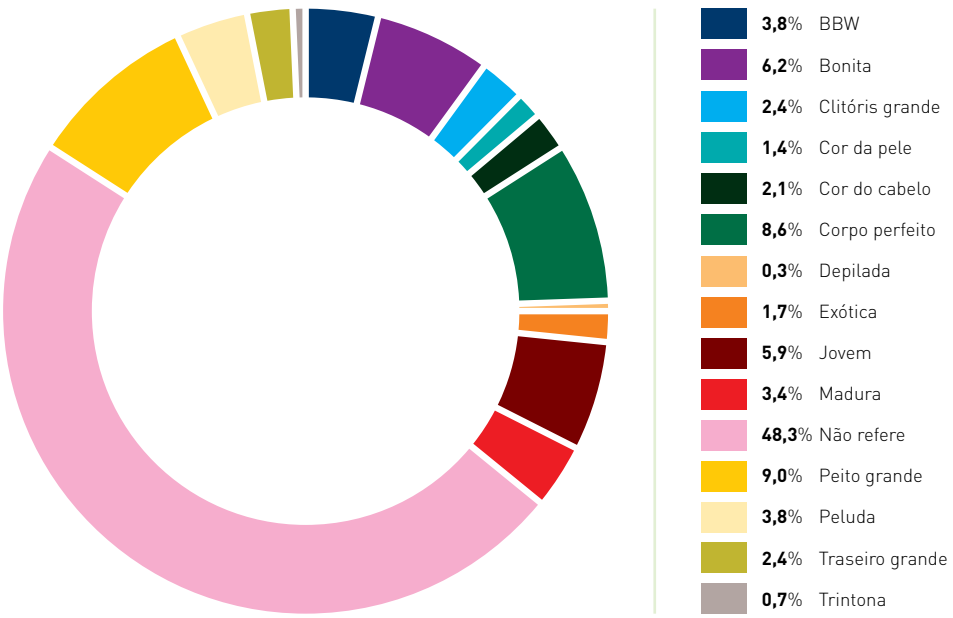


No que se refere a um segundo tipo de caraterísticas físicas, quase metade (48%) dos anúncios não faz qualquer referência e, entre aqueles que lhe fazem menção, destacam-se: o *"peito grande"*; o *"corpo perfeito"*, a beleza (*"bonita"*) e a *"juventude"*.

TABELA 3: CARACTERÍSTICAS FÍSICAS REFERENCIADAS (EM SEGUNDO LUGAR)

2ª CARACTERÍSTICA FÍSICA		
	FREQUÊNCIA	%
Cor do cabelo	6	2,1
Cor da Pele	4	1,4
Peito grande	26	9,0
Clitóris grande	7	2,4
Peluda	11	3,8
BBW	11	3,8
Bonita	18	6,2
Corpo perfeito	25	8,6
Jovem	17	5,9
Trintona	2	,7
Madura	10	3,4
Traseiro grande	7	2,4
Exótica	5	1,7
Depilada	1	,3
Não refere	140	48,3
Total	**290**	**100,0**

GRÁFICO 3: CARACTERÍSTICAS FÍSICAS REFERENCIADAS (EM SEGUNDO LUGAR)

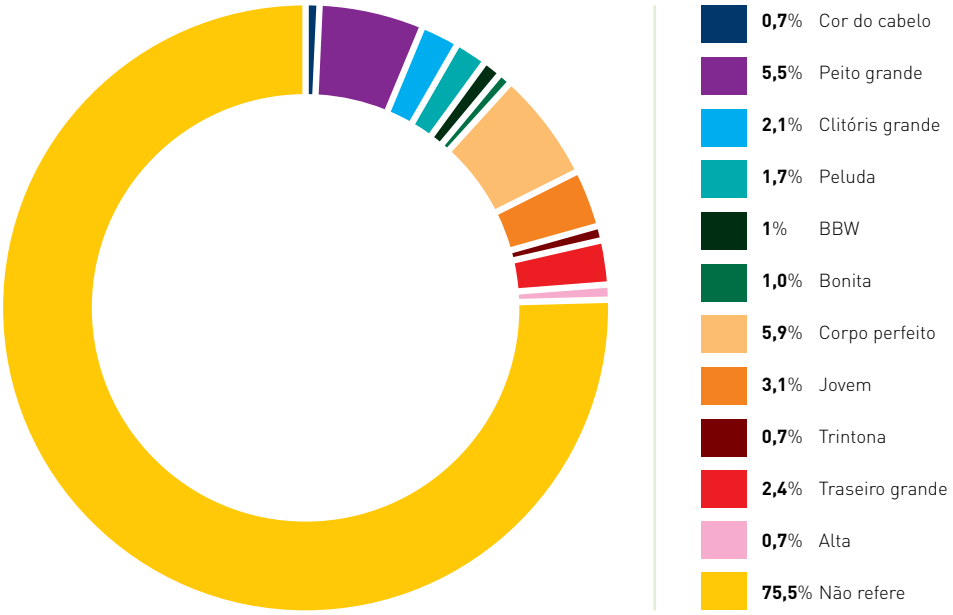


Por último, na maioria (76%) dos anúncios não é destacada uma terceira caraterística física, sendo que nos casos em que surge, assumem maior relevância: o *"corpo perfeito"*, o *"peito grande"* e a *"juventude"*.

TABELA 4: CARACTERÍSTICAS FÍSICAS REFERENCIADAS (EM TERCEIRO LUGAR)

3ª CARACTERÍSTICA FÍSICA		
	FREQUÊNCIA	%
Cor do cabelo	2	,7
Peito grande	16	5,5
Clitóris grande	6	2,1
Peluda	5	1,7
BBW	3	1,0
Bonita	2	,7
Corpo perfeito	17	5,9
Jovem	9	3,1
Trintona	2	,7
Traseiro grande	7	2,4
Alta	2	,7
Não refere	219	75,5
Total	**290**	**100,0**

GRÁFICO 4: CARACTERÍSTICAS FÍSICAS REFERENCIADAS (EM TERCEIRO LUGAR)



6.1.3. Caraterísticas psicossociais

Para além das caraterísticas físicas, existem traços que, genericamente, designamos como traços psicossociais (não necessariamente de cariz sexual), também eles fortemente associados a estereótipos e mitos relativos à prostituição e à sexualidade.

Como também neste ponto tendem a ser identificados mais do que um desses traços, procedeu-se à identificação das três primeiras referências.

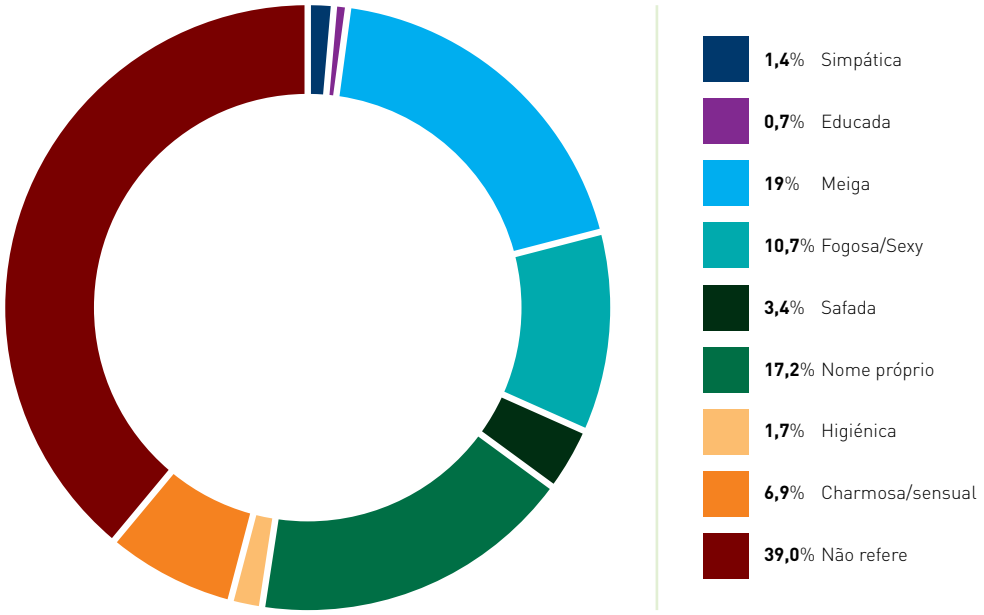
Com efeito, a maioria dos anúncios (61%) alude a algum desses traços e os mais destacados são: *"meiga"*, indicação de "nome próprio" e *"fogosa/sexy"*.

Estes traços relacionam-se, de forma clara, com alguns dos estereótipos mais comuns ligados à prostituição: o atributo "meiga" e/ou a utilização do nome próprio orientam-se para os compradores de sexo que procuram, na prostituição, uma sugestão de intimidade e proximidade relacional, que, eventualmente, normalize ou desculpabilize, perante si próprios, a compra de sexo. Por oposição, as referências "fogosa/sexy" ou "safada" remetem para outro dos estereótipos, também já referidos em ponto anterior, e que é o da mulher prostituída como sendo insaciável e hipersexualizada. Ainda que menos referidos, os atributos "higiénica" e "charmosa/sexy" remetem, igualmente, para os processos de estereotipagem relativamente à prostituição: no primeiro caso, a ideia de higiene como garantia de segurança sanitária para o comprador e, no segundo caso, a sugestão de uma prostituição mais "luxuosa" ou "sofisticada".

TABELA 5: CARATERÍSTICAS PSICOSSOCIAIS REFERENCIADAS (EM PRIMEIRO LUGAR)

1º TRAÇO PSICOSSOCIAL		
	FREQUÊNCIA	%
Simpática	4	1,4
Educada	2	,7
Meiga	55	19,0
Fogosa/Sexy	31	10,7
Safada	10	3,4
Nome próprio	50	17,2
Higiénica	5	1,7
Charmosa/Sensual	20	6,6
Não refere	113	39,0
Total	**290**	**100,0**

GRÁFICO 5: CARATERÍSTICAS PSICOSSOCIAIS REFERENCIADAS (EM PRIMEIRO LUGAR)

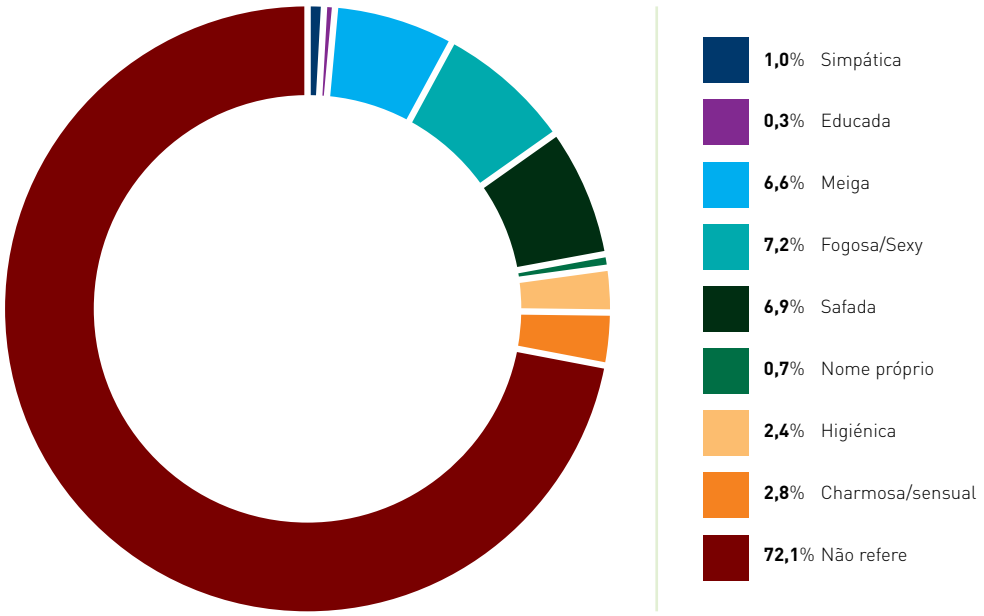


Relativamente a uma segunda caraterística de natureza psicossocial, a maior parte dos anúncios (72%) não a refere. Nos casos em que surge alguma menção, sobressaem: *"fogosa/sexy"*, "safada" e *"meiga"*.

TABELA 6: CARATERÍSTICAS PSICOSSOCIAIS REFERENCIADAS (EM SEGUNDO LUGAR)

2º TRAÇO PSICOSSOCIAL		
	FREQUÊNCIA	%
Simpática	3	1,0
Educada	1	,3
Meiga	19	6,6
Fogosa/Sexy	21	7,2
Safada	20	6,9
Nome próprio	2	,7
Higiénica	7	2,4
Charmosa/Sensual	8	2,8
Não refere	209	72,1
Total	**290**	**100,0**

GRÁFICO 6: CARATERÍSTICAS PSICOSSOCIAIS REFERENCIADAS (EM SEGUNDO LUGAR)

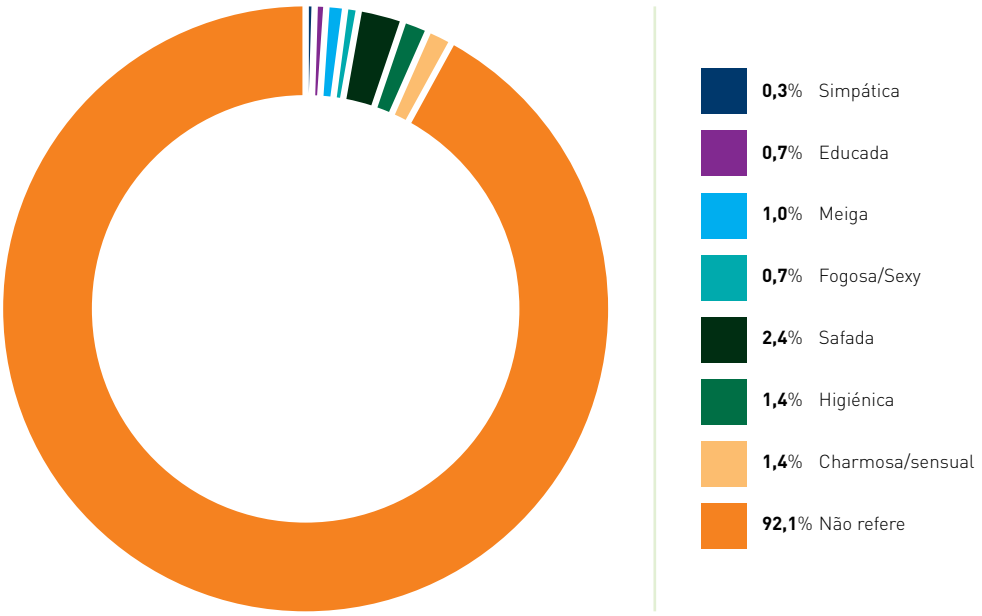


A enumeração de um terceiro traço de natureza psicossocial tem um caráter residual nos anúncios analisados, surgindo apenas em cerca de 8%. Entre estes, as principais referências são: *"safada"*; *"higiénica"*; *"charmosa/sensual"*.

TABELA 7: CARATERÍSTICAS PSICOSSOCIAIS REFERENCIADAS (EM TERCEIRO LUGAR)

3º TRAÇO PSICOSSOCIAL		
	FREQUÊNCIA	**%**
Simpática	1	,3
Educada	2	,7
Meiga	3	1,0
Fogosa/Sexy	2	,7
Safada	7	2,4
Higiénica	4	1,4
Charmosa/Sensual	4	1,4
Não refere	267	92,1
Total	**290**	**100,0**

GRÁFICO 7: CARATERÍSTICAS PSICOSSOCIAIS REFERENCIADAS (EM TERCEIRO LUGAR)



6.1.4. Estado civil

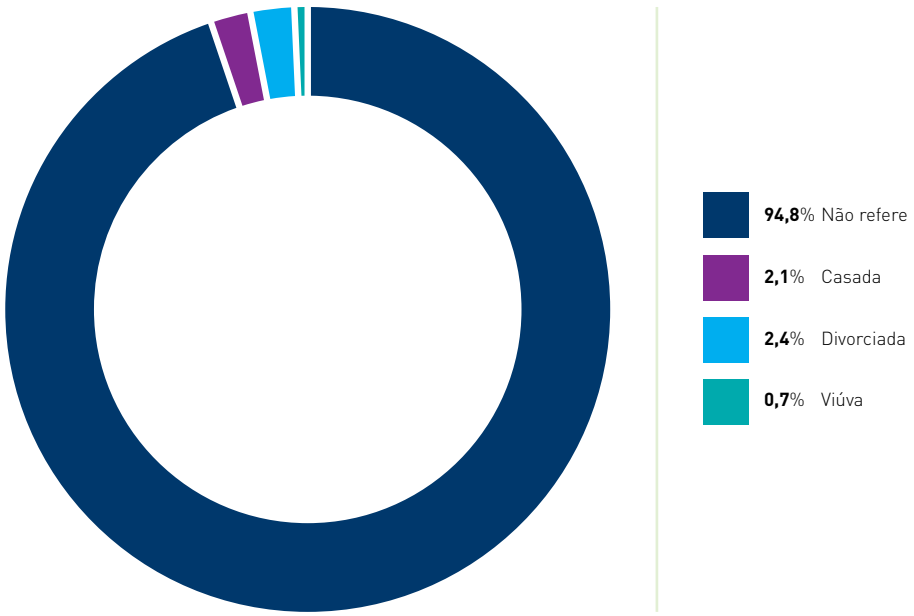
Este tipo de anúncio contém, com alguma frequência, referências ao estado civil das mulheres, o que se funda em estereótipos e preconceitos que são, simultaneamente, de natureza sexual e de natureza social.

Nos anúncios analisados, a menção ao estado civil é minoritária – apenas 5% a fazem – e nestes casos predominam as mulheres que se apresentam como "divorciadas" e "casadas". Nestes casos, o estado civil tende a ser associado a condições específicas, que possam ser interpretadas como fatores de vulnerabilidade acrescida das mulheres, por exemplo, "mulher divorciada com necessidades económicas"; "senhora casada com marido ausente"; "senhora casada carente"; "senhora recém-divorciada", etc.

TABELA 8: ESTADO CIVIL

ESTADO CIVIL		
	FREQUÊNCIA	%
Não refere	275	94,8
Casada	6	2,1
Divorciada	7	2,4
Viúva	2	,7
Total	**290**	**100,0**

GRÁFICO 8: ESTADO CIVIL



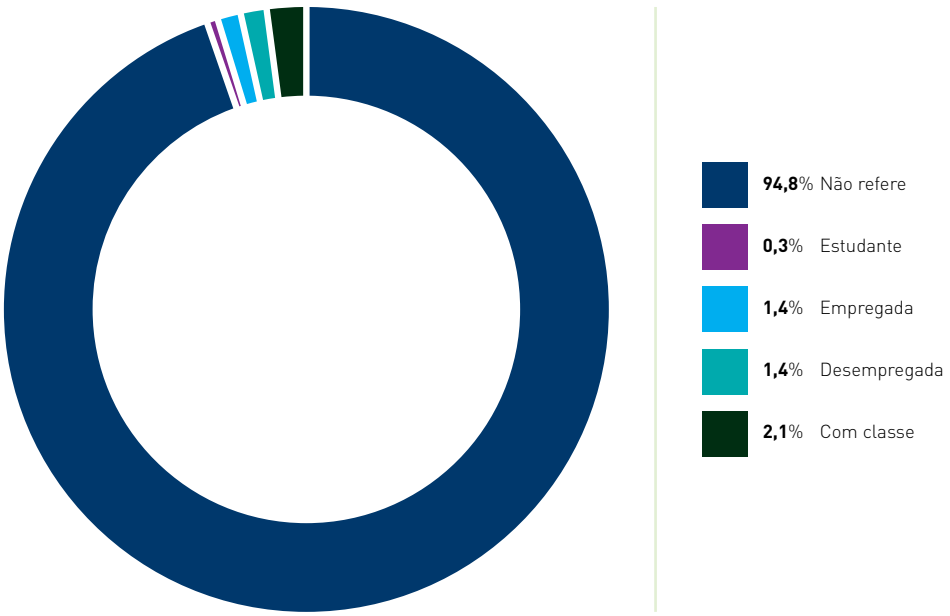
6.1.5. Condição socioeconómica

São também pouco frequentes as referências às condições socioeconómicas e/ou profissionais das mulheres, surgem em 5% dos anúncios e, nestes casos, predomina a identificação de mulher *"com classe"*, o que se terá a ver, de acordo com o que já referimos em pontos anteriores, com a intencionalidade de "atrair" compradores de sexo com maior poder económico, que, no geral, procuram mulheres com melhor apresentação, que correspondem ao estereótipo da prostituta de luxo, com recurso frequente às expressões "modelo" ou "acompanhante", para designar estas mulheres.

TABELA 9: CONDIÇÃO SOCIOECONÓMICA

CONDIÇÃO SOCIOECONÓMICA DA MULHER		
	FREQUÊNCIA	%
Não refere	275	94,8
Estudante	1	,3
Empregada	4	1,4
Desempregada	4	1,4
Com classe	6	2,1
Total	**290**	**100,0**

GRÁFICO 9: CONDIÇÃO SOCIOECONÓMICA



6.1.6. Atos/práticas sexuais anunciados

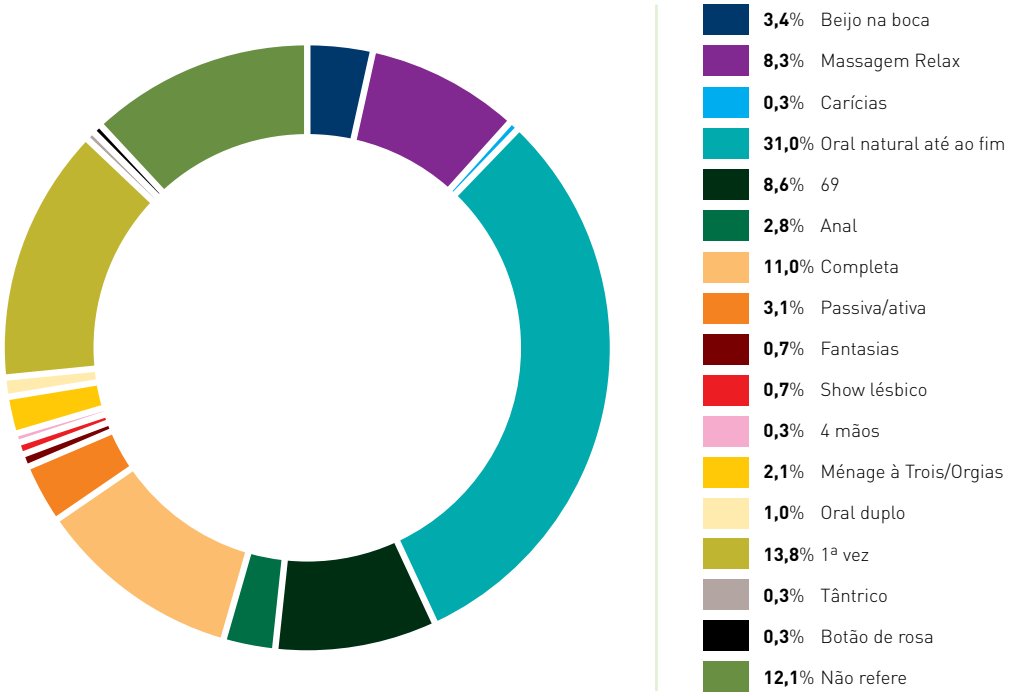
No que respeita a elementos relacionados com o funcionamento do sistema de prostituição, um dos aspetos mais destacados nestes anúncios tem a ver com os atos, práticas ou caraterísticas sexuais, sendo que a maioria enumera vários. Optou-se, então, por identificar quais os tês atos salientados por ordem de referência.

Do total de anúncios, apenas 12% não faz alusão específica a nenhum ato ou prática sexual, sendo que nos restantes assumem destaque: *"oral natural até ao fim"*; *"1ª vez"* e *"completa"*.

TABELA 10: ATO SEXUAL REFERENCIADO (EM PRIMEIRO LUGAR)

ATO SALIENTADO EM 1º LUGAR		
	FREQUÊNCIA	%
Beijo na boca	10	3,4
Massagem Relax	24	8,3
Carícias	1	,3
Oral natural até ao fim	90	31,0
69	25	8,6
Anal	8	2,8
Completa	32	11,0
Passiva/ativa	9	3,1
Fantasias	2	,7
Show lésbico	2	,7
4 mãos	1	,3
Ménage à Trois/Orgias	6	2,1
Oral duplo	3	1,0
1ª vez	40	13,8
Tântrico	1	,3
Botão de rosa	1	,3
Não refere	35	12,1
Total	**290**	**100,0**

GRÁFICO 10: ATO SEXUAL REFERENCIADO (EM PRIMEIRO LUGAR)

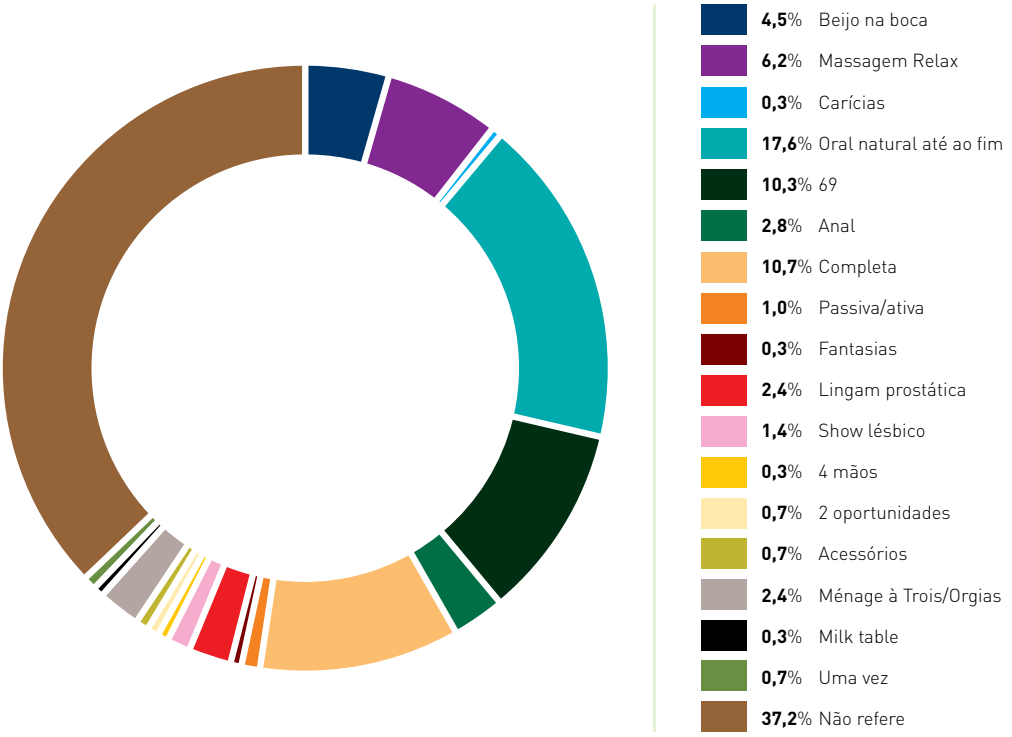


No que se refere a um segundo tipo de ato, prática ou caraterística sexual, 37% dos anúncios não contêm qualquer referência. Entre aqueles que os mencionam, destaca-se: *"oral natural até ao fim"*; *"completa"* e *"69"*.

TABELA 11: ATO SEXUAL REFERENCIADO (EM SEGUNDO LUGAR)

ATO SALIENTADO EM 2º LUGAR		
	FREQUÊNCIA	%
Beijo na boca	13	4,5
Massagem Relax	18	6,2
Carícias	1	,3
Oral natural até ao fim	51	17,6
69	30	10,3
Anal	8	2,8
Completa	31	10,7
Passiva/ativa	3	1,0
Fantasias	1	,3
Lingam prostática	7	2,4
Show lésbico	4	1,4
4 mãos	1	,3
2 oportunidades	2	,7
Acessórios	2	,7
Ménage à Trois/Orgias	7	2,4
Milk Table	1	,3
Uma vez	2	,7
Não refere	108	37,2
Total	**290**	**100,0**

GRÁFICO 11: ATO SEXUAL REFERENCIADO (EM SEGUNDO LUGAR)

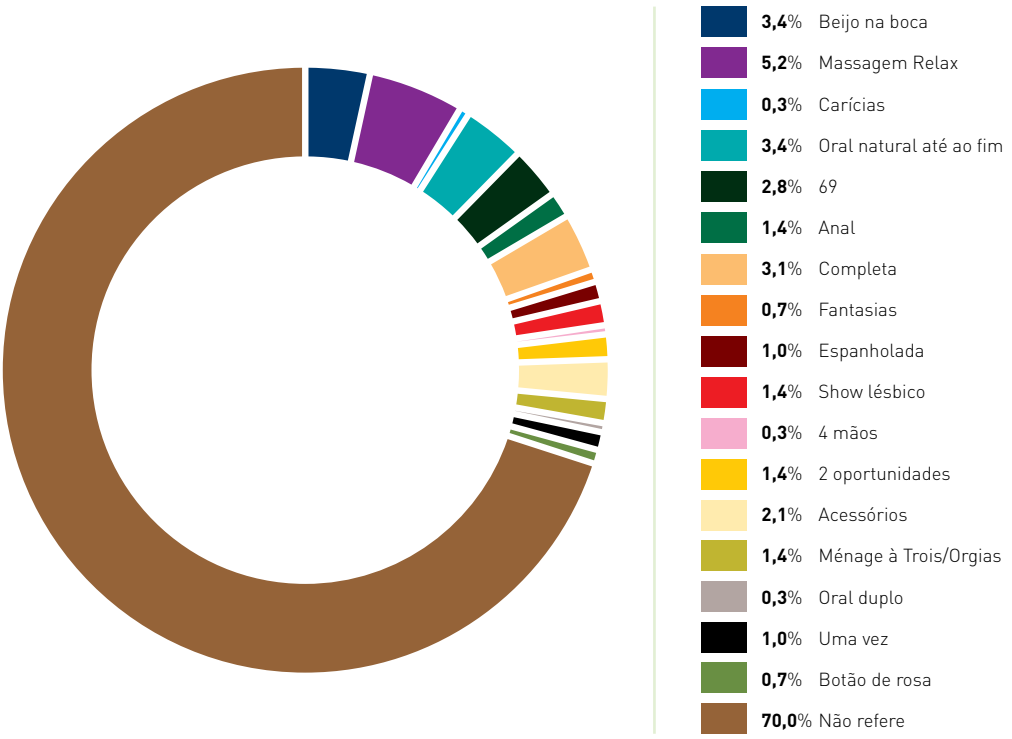


Finalmente, a maioria dos anúncios (70%) não alude a um terceiro tipo de ato, prática ou caraterística sexual, 37% dos anúncios não contêm qualquer referência. Entre aqueles que os mencionam, destaca-se: *"oral natural até ao fim"*; *"completa"* e *"69"*.

TABELA 12: ATO SEXUAL REFERENCIADO (EM TERCEIRO LUGAR)

ATO SALIENTADO EM 3º LUGAR		
	FREQUÊNCIA	%
Beijo na boca	10	3,4
Massagem Relax	15	5,2
Carícias	1	,3
Oral natural até ao fim	10	3,4
69	8	2,8
Anal	4	1,4
Completa	9	3,1
Fantasias	2	,7
Espanholada	3	1,0
Show lésbico	4	1,4
4 mãos	1	,3
2 oportunidades	4	1,4
Acessórios	6	2,1
Ménage à Trois/Orgias	4	1,4
Oral duplo	1	,3
Uma vez	3	1,0
Botão de rosa	2	,7
Não refere	203	70,0
Total	**290**	**100,0**

GRÁFICO 12: ATO SEXUAL REFERENCIADO (EM TERCEIRO LUGAR)



6.1.7. Preços

Ainda no âmbito de elementos relacionados com o funcionamento do sistema de prostituição, alguns anúncios mencionam preços, tempos, locais, tipo de comprador e contêm fotografia.

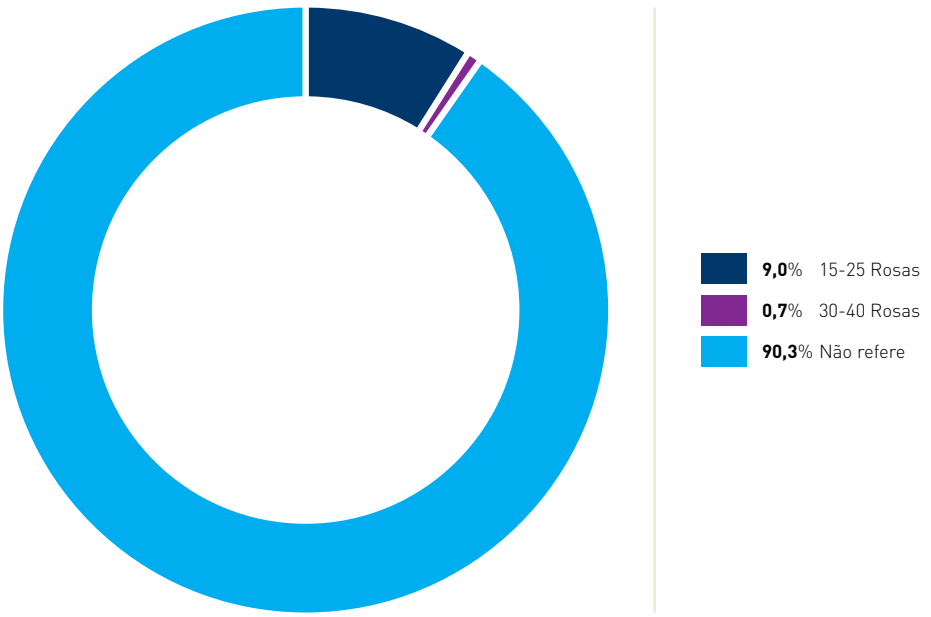
Relativamente aos preços, são referidos em menos de 10% dos anúncios, e quando essas referências existem os valores situam-se no intervalo *"15-25 rosas"*.

Estes valores refutam, por completo, a ideia dos avultados ganhos conseguidos na prostituição (tanto mais que nunca revertem na totalidade para as mulheres) e põe em evidência a necessidade de as mulheres estarem com uma grande quantidade de homens por dia, para conseguirem algum rendimento. Esta pressão no número de homens por dia é colocada pelos proxenetas e donos de apartamento, para quem reverte, aliás, a principal percentagem dos valores cobrados.

TABELA 13: PREÇOS

PREÇOS		
	FREQUÊNCIA	%
15-25 Rosas	26	9,0
30-40 Rosas	2	,7
Não refere	262	90,3
Total	**290**	**100,0**

GRÁFICO 13: PREÇOS



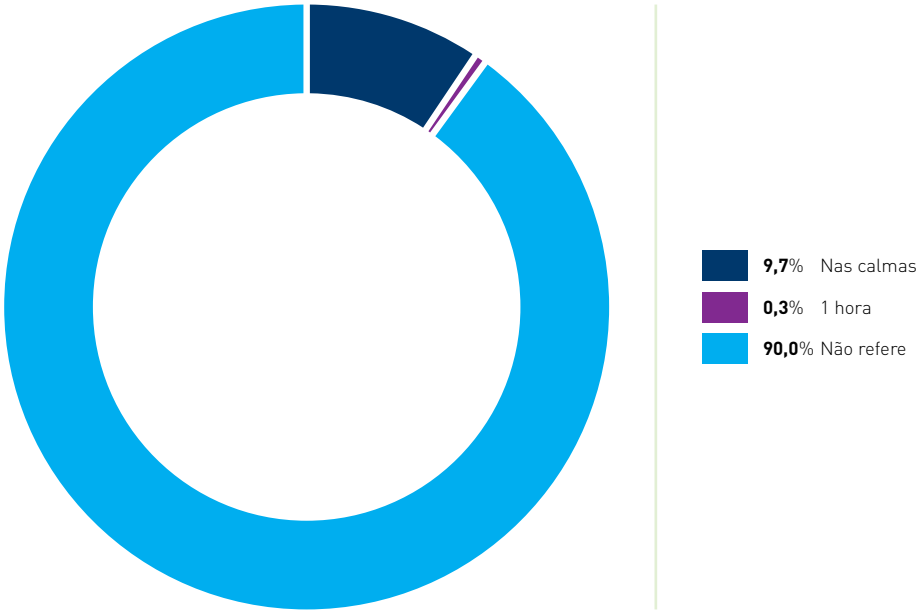
6.1.8. Tempos

De igual modo, a referência a tempos está presente em apenas 10% dos anúncios e consiste, praticamente na totalidade, na menção *"nas calmas"*, o que tem implícita uma clara sugestão de intimidade e privacidade que, não apenas "justificarão" os valores pagos, como permitirão, ao homem, a plena liberdade de concretização dos seus desejos e fantasias, reforçando a ideia de controlo absoluto do comprador, relativamente à interação estabelecida no decurso da compra de sexo.

TABELA 14: TEMPO

TEMPO		
	FREQUÊNCIA	%
Nas calmas	28	9,7
1 hora	1	,3
Não refere	261	90,0
Total	**290**	**100,0**

GRÁFICO 14: TEMPO



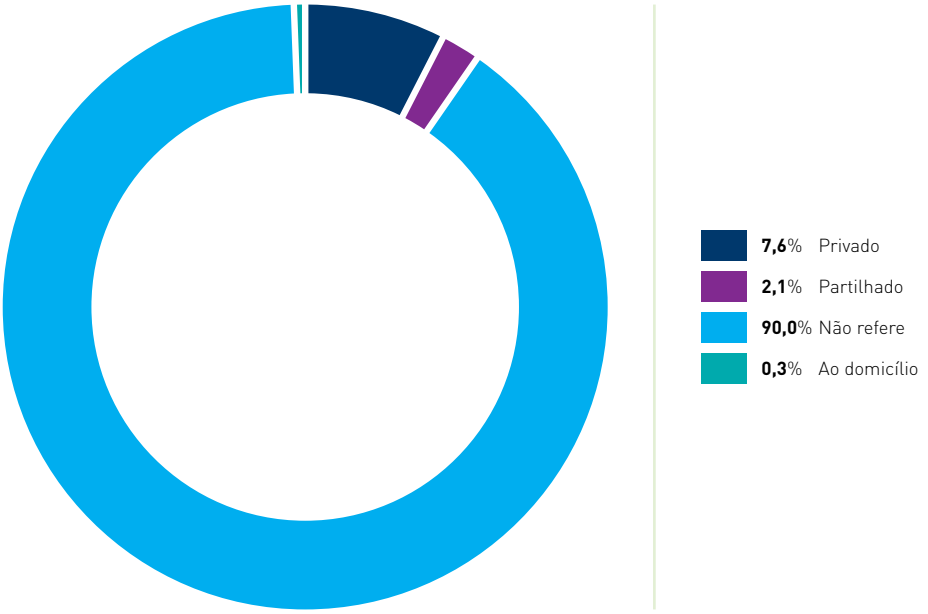
6.1.9. Tipo de espaço

A menção ao espaço é também pouco frequente nos anúncios analisados, correspondendo a 10% do total. Nestes casos é predominante a alusão ao caráter privado do espaço, seguramente por associação a uma maior garantia de anonimato e, nesse sentido, de salvaguarda do comprador de sexo, sobretudo, se tivermos em consideração as já referidas dificuldade, ou pudor, em assumir a compra de sexo.

TABELA 15: TIPO DE ESPAÇO

ESPAÇO		
	FREQUÊNCIA	%
Privado	22	7,6
Partilhado	6	2,1
Não refere	261	90,0
Ao domicílio	1	,3
Total	**290**	**100,0**

GRÁFICO 15: TIPO DE ESPAÇO



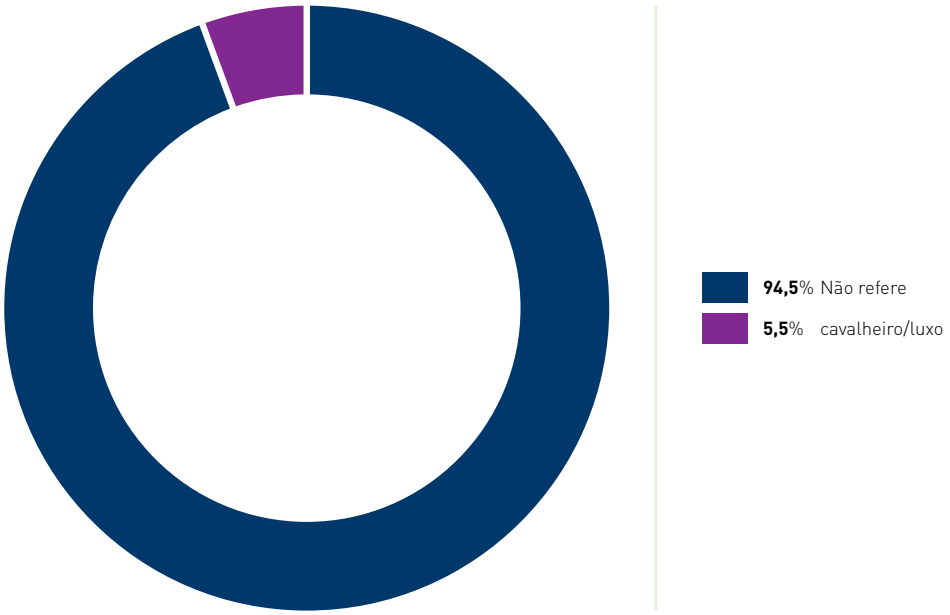
6.1.10. Caraterísticas do comprador de sexo

Quanto às caraterísticas do comprador de sexo a quem o anúncio se dirige são referidas em apenas 5% dos casos e correspondem, na totalidade, à menção "cavalheiro/luxo", o que, para além de estar relacionado com a já mencionada orientação para um segmento com maior poder económico, que garantirá maior rendimento, favorece, também, o reforço da autoimagem do comprador, que internaliza uma visão de si próprio como alguém de estatuto social diferenciado.

TABELA 16: TIPO DE COMPRADOR DE SEXO

	FREQUÊNCIA	%
Não refere	274	94,5
Cavalheiro/Luxo	16	5,5
Total	**290**	**100,0**

GRÁFICO 16: TIPO DE COMPRADOR DE SEXO



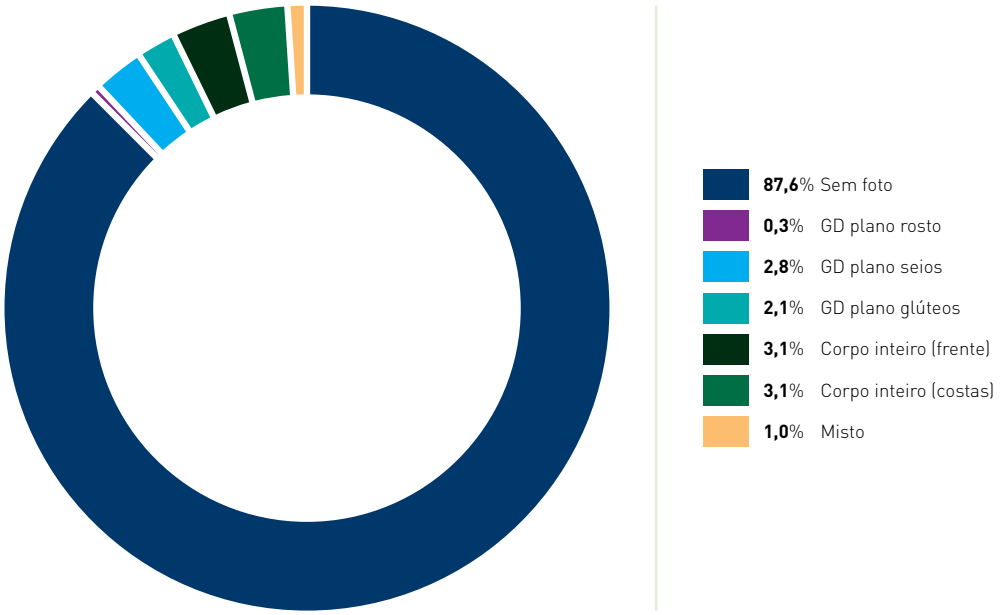
6.1.11. Utilização de fotografia e tipo de fotografia utilizada

A utilização de fotografias foi feita em 12% dos anúncios e, nestes casos, o mais comum são as fotografias de corpo inteiro (frente e costas) e grande plano dos seios. O uso de fotografias não só reforça os estereótipos ligados ao corpo e à sexualidade das mulheres (associando-se-lhes preferências, fetiches e pornografia), como traduz a absoluta objetificação da mulher no sistema de prostituição e a sua inferiorização ao estatuto de mercadoria transacionável.

TABELA 17: FOTOGRAFIAS

	FREQUÊNCIA	%
Sem foto	254	87,6
GD Plano Rosto	1	,3
GD Plano Seios	8	2,8
GD Plano Glúteos	6	2,1
Corpo inteiro (Frente)	9	3,1
Corpo inteiro (costas)	9	3,1
Misto	3	1,0
Total	**290**	**100,0**

GRÁFICO 17: FOTOGRAFIAS



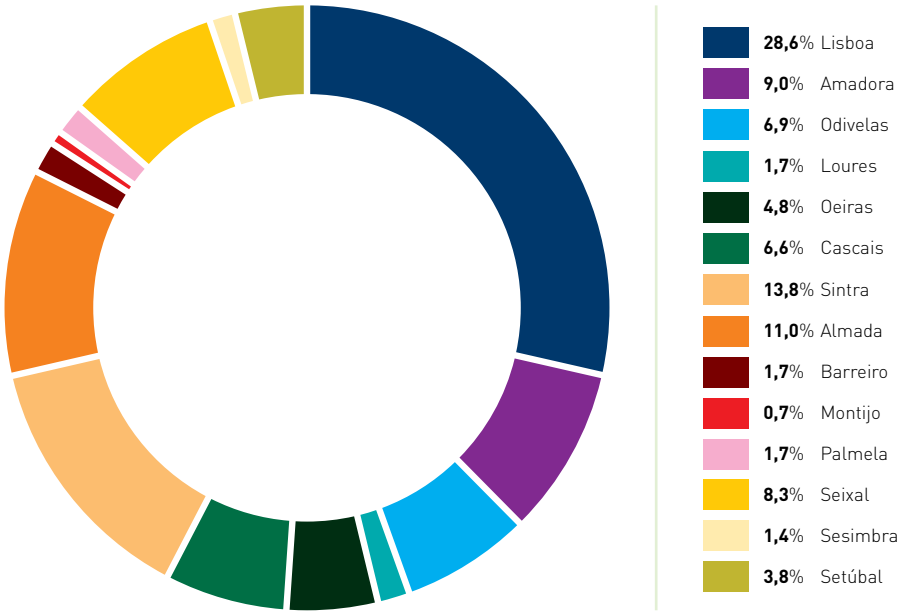
6.1.12. Localização por concelhos da Área Metropolitana de Lisboa

Ao nível da localização geográfica, na Área Metropolitana de Lisboa, a maioria (29%) dos anúncios refere-se ao concelho de Lisboa, que representa quase o dobro do concelho que se situa em segundo lugar em número de anúncios – concelho de Sintra (14%) – sendo o terceiro concelho com maior número de anúncios o de Almada (11%).

TABELA 18: CONCELHO

	FREQUÊNCIA	%
Lisboa	83	28,6
Amadora	26	9,0
Odivelas	20	6,9
Loures	5	1,7
Oeiras	14	4,8
Cascais	19	6,6
Sintra	40	13,8
Almada	32	11,0
Barreiro	5	1,7
Montijo	2	,7
Palmela	5	1,7
Seixal	24	8,3
Sesimbra	4	1,4
Setúbal	11	3,8
Total	**290**	**100,0**

GRÁFICO 18: CONCELHO



6.2. Análise bivariada

No que se refere à análise bivariada, apresentam-se, apenas, aquelas que apresentam associação estatística.[35]

6.2.1. Caraterísticas físicas, por nacionalidade e/ou origem étnica

Em relação às caraterísticas físicas mencionadas em primeiro lugar, é interessante verificar algumas diferenças em função da nacionalidade ou grupo étnico.

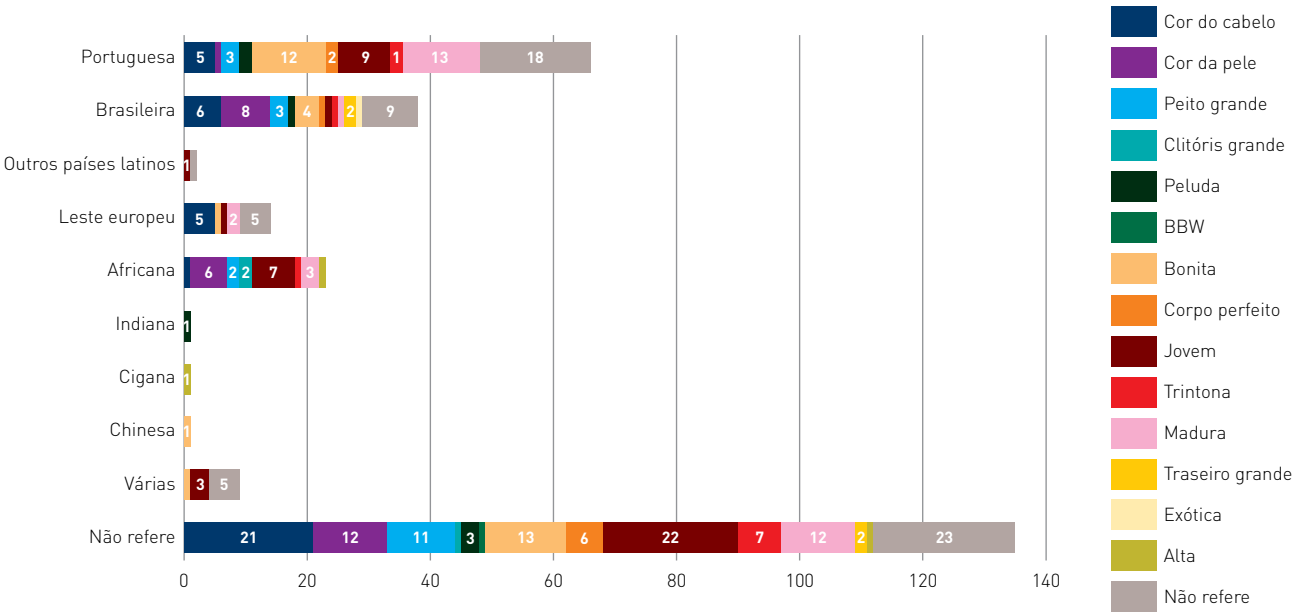
Assim, enquanto as mulheres brasileiras, africanas e do leste europeu dão destaque à cor da pele (seguindo-se-lhe, com quase igual representatividade, no caso das brasileiras, a cor do cabelo e no caso das africanas, a juventude), entre as mulheres portuguesas as principais referências são à maturidade e à beleza.

Estas referências são utilizadas numa lógica de resposta à procura, ou seja, às expectativas formadas e partilhadas pelos compradores, relativamente tanto às caraterísticas físicas como aos traços psicossociais das mulheres, determinados em função da sua origem étnica.

TABELA 19: CARACTERÍSTICAS FÍSICAS REFERIDAS EM 1º LUGAR, POR NACIONALIDADE (QUI-QUADRADO)

TESTE DO QUI-QUADRADO			
	VALUE	DF	SIGNIFICÂNCIA
Pearson Chi-Square	257,035[a]	126	0,000
Likelihood Ratio	137,879	126	0,221
Linear-by-Linear Association	2,089	1	0,148
N of Valid Cases	290		

GRÁFICO 19: CARACTERÍSTICAS FÍSICAS REFERIDAS EM PRIMEIRO LUGAR, POR NACIONALIDADE



35 Com exceção do 1º e 2º atos anunciados, que foram incluídos pelo facto de o 3º ato praticado ter significância estatística. O preço, estado civil, condição socioeconómica, tipo de comprador de sexo e foto, não têm qualquer leitura, porque a variável "não refere" absorve a quase totalidade das respostas. Nestes gráficos de análise bivariada, optou-se por apresentar números absolutos e não percentagens, por facilitação de leitura.

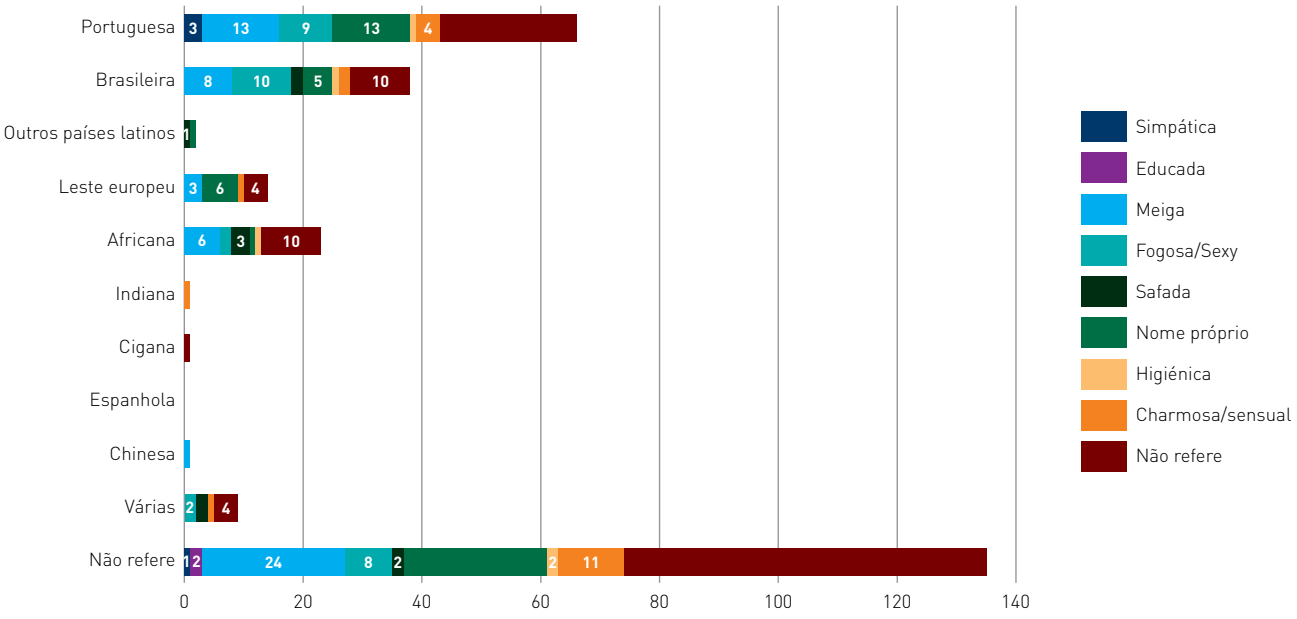
6.2.2. Caraterísticas psicossociais, por nacionalidade e/ou origem étnica

No que se refere às caraterísticas psicossociais, as diferenças em função da nacionalidade ou grupo étnico refletem-se no facto de, apesar de as mulheres portuguesas e do leste europeu tenderem a identificar-se com um nome próprio, enquanto entre as mulheres brasileiras prevalece a referências ao facto de serem "sexy/fogosas".

TABELA 20: CARACTERÍSTICAS PSICOSSOCIAIS REFERIDAS EM 1º LUGAR, POR NACIONALIDADE (QUI-QUADRADO)

TESTE DO QUI-QUADRADO			
	VALUE	DF	SIGNIFICÂNCIA
Pearson Chi-Square	98,071[a]	72	0,022
Likelihood Ratio	80,577	72	0,229
Linear-by-Linear Association	6,216	1	0,013
N of Valid Cases	290		

GRÁFICO 20: CARATERÍSTICAS PSICOSSOCIAIS REFERIDAS EM PRIMEIRO LUGAR, POR NACIONALIDADE



6.2.3. Atos/práticas sexuais, por nacionalidade e/ou origem étnica

As duas primeiras referências aos atos sexuais praticados não apresentaram correlações significativas, com predominância da tipologia "oral natural até ao fim", nas mulheres de todas as nacionalidades e grupos étnicos, o que corresponderá a uma resposta ao tipo de procura mais frequente.

Apenas nos poucos casos em que surge uma referência a um terceiro ato ou prática sexual foi possível identificar essa correlação, com a referência a "masoquismo" nas mulheres portuguesas, brasileiras e, também, dos países de leste.

Em relação às mulheres portuguesas, a representatividade desta referência é igual à da referência a "69", e nas mulheres brasileiras, essa representatividade iguala a da referência à utilização de acessórios.

TABELA 21: ATO SEXUAL REFERIDO EM PRIMEIRO LUGAR, POR NACIONALIDADE (QUI-QUADRADO)

TESTE DO QUI-QUADRADO			
	VALUE	DF	SIGNIFICÂNCIA
Pearson Chi-Square	150,368[a]	153	0,545
Likelihood Ratio	113,407	153	0,993
Linear-by-Linear Association	,044	1	0,833
N of Valid Cases	290		

GRÁFICO 21: ATO SEXUAL REFERIDO EM PRIMEIRO LUGAR, POR NACIONALIDADE

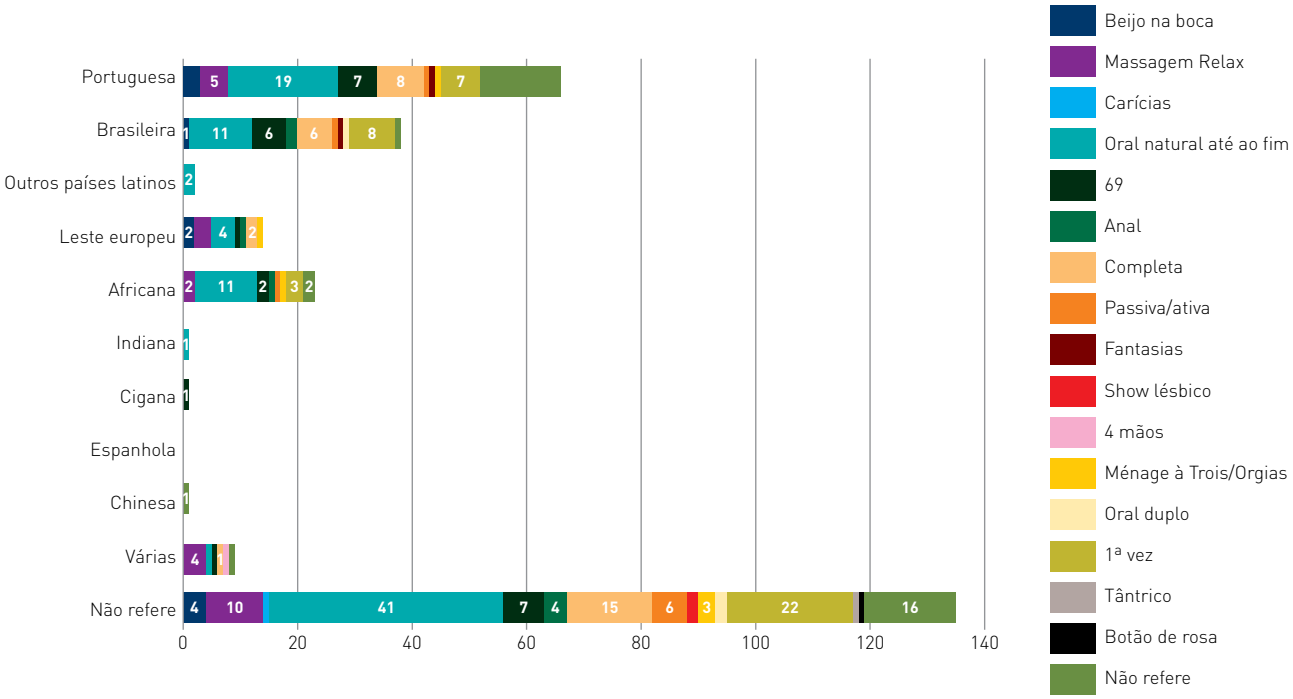


TABELA 22: ATO SEXUAL REFERIDO EM SEGUNDO LUGAR, POR NACIONALIDADE (QUI-QUADRADO)

TESTE DO QUI-QUADRADO			
	VALUE	DF	SIGNIFICÂNCIA
Pearson Chi-Square	150,368ª	153	0,545
Likelihood Ratio	113,407	153	0,993
Linear-by-Linear Association	,044	1	0,833
N of Valid Cases	290		

GRÁFICO 22: ATO SEXUAL REFERIDO EM SEGUNDO LUGAR, POR NACIONALIDADE

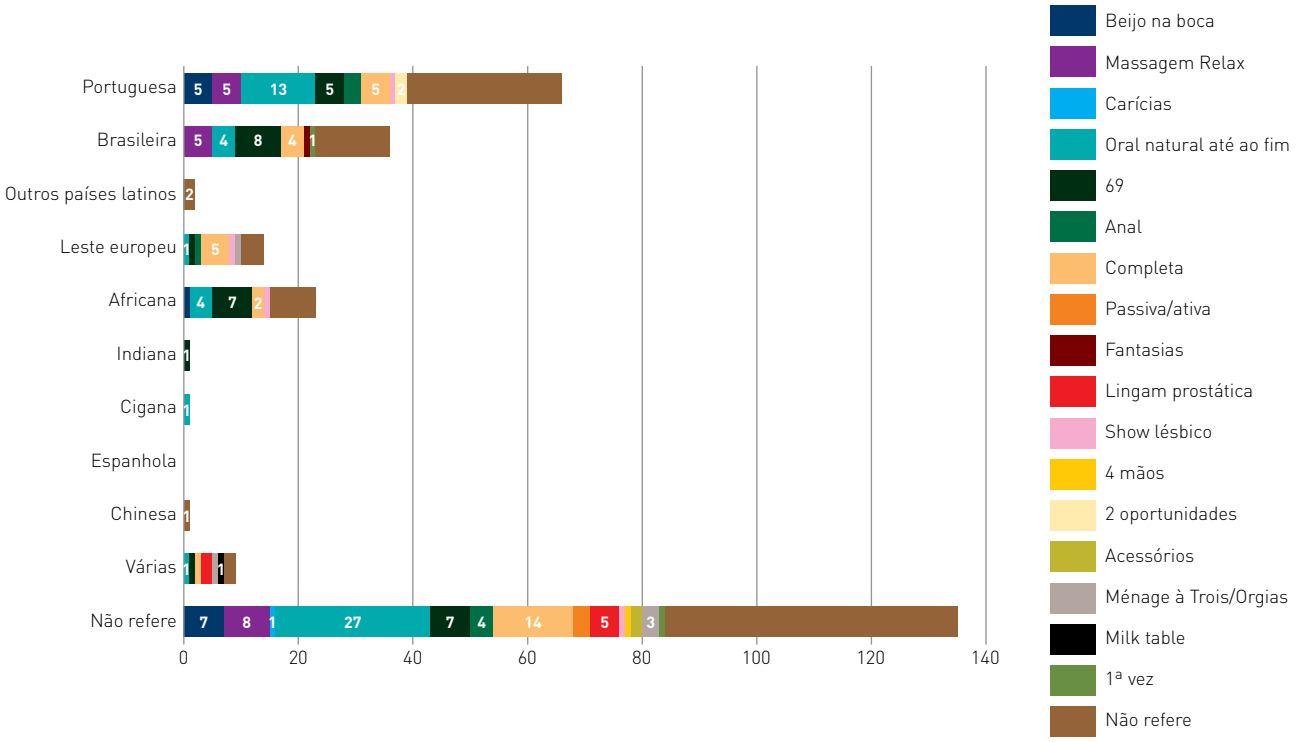
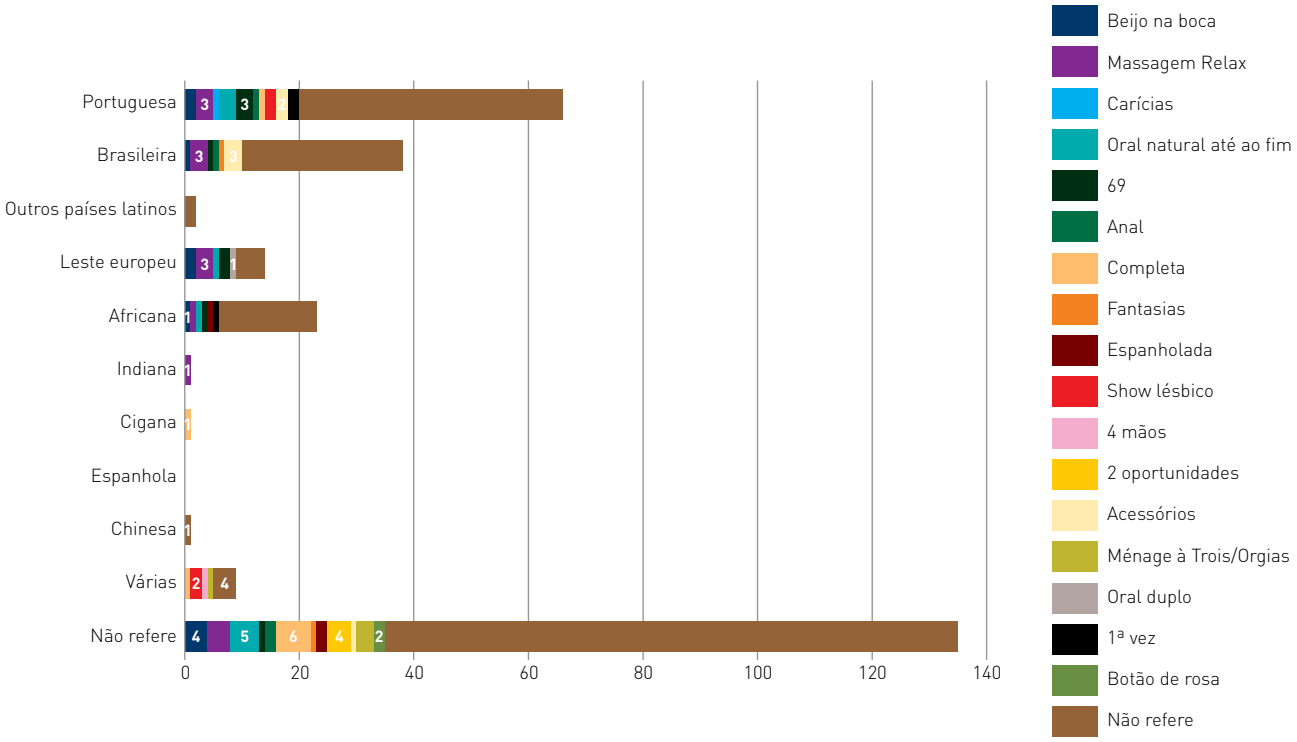


TABELA 23: ATO SEXUAL REFERIDO EM TERCEIRO LUGAR, POR NACIONALIDADE (QUI-QUADRADO)

TESTE DO QUI-QUADRADO			
	VALUE	DF	SIGNIFICÂNCIA
Pearson Chi-Square	213,306[a]	153	0,001
Likelihood Ratio	117,141	153	0,986
Linear-by-Linear Association	1,101	1	0,294
N of Valid Cases	290		

GRÁFICO 23: ATO SEXUAL REFERIDO EM TERCEIRO LUGAR, POR NACIONALIDADE



6.2.4. Nacionalidade, por concelho da Área Metropolitana de Lisboa

Foram, finalmente, encontradas correlações significativas entre as nacionalidades ou pertença étnica e a distribuição das mulheres pelos concelhos da área metropolitana de Lisboa.

Assim, enquanto as mulheres brasileiras e dos países de leste estão maioritariamente no concelho de Lisboa, as portuguesas estão mais concentradas no concelho de Sintra, a que se seguem os concelhos de Lisboa e Almada, com igual representatividade. Relativamente às mulheres africanas distribuem-se, de forma semelhante, pelos concelhos de Lisboa, Amadora e Odivelas.

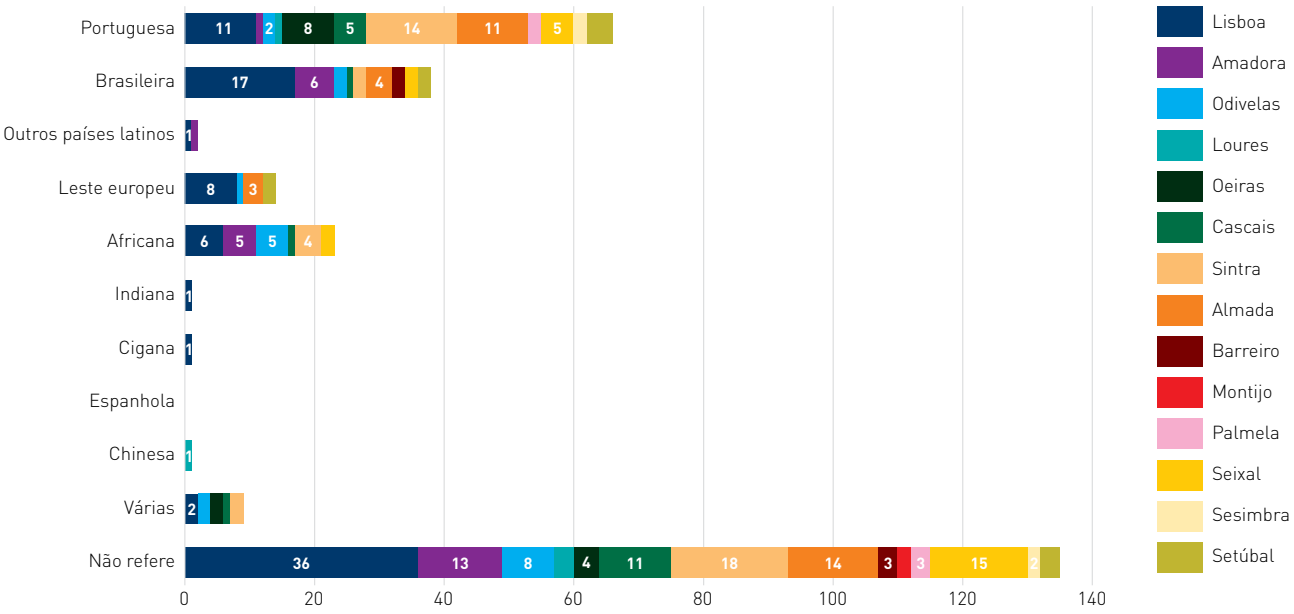
É de acreditar que, sobretudo no caso das mulheres estrangeiras, a distribuição por concelhos siga aquela que é a tendência geral de distribuição da população de determinadas origens nacionais ou étnicas, na área metropolitana de Lisboa.

Relativamente às mulheres portuguesas, para além de seguirem, também, a distribuição geral da população, parece existir uma influência da maior localização de bolsas de pobreza em determinados concelhos.

TABELA 24: NACIONALIDADE, POR CONCELHO (QUI-QUADRADO)

TESTE DO QUI-QUADRADO			
	VALUE	DF	SIGNIFICÂNCIA
Pearson Chi-Square	161,996[a]	117	0,004
Likelihood Ratio	122,491	117	0,346
Linear-by-Linear Association	,109	1	0,742
N of Valid Cases	290		

GRÁFICO 24: NACIONALIDADE, POR CONCELHO



07. O sistema de prostituição nos meios de comunicação social

Os meios de comunicação social, enquanto agentes de socialização, desempenham um papel fundamental na formação das representações sociais, isto é, para a construção de visões do mundo, resultantes do processo de interação social (Vala & Monteiro, 2013).

Por serem dotadas de um significado partilhado, as representações sociais são o produto daquilo que Moscovici (2003) designou por "sociedade pensante" que traduz o processo de interação social que leva ao questionamento acerca dos factos e fenómenos que compõem a realidade social e à definição de respostas a esse questionamento.

Os processos de estereotipagem e rotulagem constituem dimensões importantes desta definição de respostas pela "sociedade pensante" e o tipo de linguagem utilizado pelos meios de comunicação social, bem como o enquadramento editorial das temáticas influenciam ambos os processos, formando categorias e crenças sociais.

Para conhecimento do tipo de linguagem e dos enquadramentos editoriais das notícias, e para compreensão da sua possível influência na construção, reforço e propagação dos mitos, visões estereotipadas e representações sociais acerca da prostituição, foi feito o levantamento de títulos de imprensa, cujo tema se relacionasse com as mulheres no sistema de prostituição, nos diários *Correio da Manhã* e *Público*, durante os anos de 2019 e 2020. Esta escolha baseou-se na evidência de diferenças entre estes dois jornais, quer ao nível de linhas editoriais e nas diferenças de segmentos preferenciais de leitores.

Foram identificados 94 títulos em que surgia referência ao sistema de prostituição (14 no Público e 80 no Correio da Manhã), sendo que o maior número de referências corresponde ao ano de 2019, limitando-se as notícias, no ano de 2020, quase exclusivamente aos efeitos da pandemia e à apresentação de uma petição para "legalização" do lenocínio e, ainda assim, em maior número no Correio da Manhã. Neste último ano (2020), os jornais apresentaram um temário praticamente monotemático, centrado na Covid-19. Aliás, muitas das notícias deste corpus estiveram também associadas a esse tema.

Esta análise contemplou o total de notícias publicadas 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2020 e que versaram direta (1º plano), ou indiretamente (2º plano) sobre prostituição ou prostitutas.

Era objetivo desta componente do estudo, perceber os padrões ou tendências construídas pela noticiabilidade analisada, através da análise do discurso. Atribuímos a designação de *Ethos*, por empréstimo à retórica Aristotélica, para designar a perceção pretendida junto do público, como uma espécie de autoridade moral que se coloca no texto noticioso. Em termos de análise discursiva esses *Ethos* são as categorias que, pela sua redundância, sobressaem nos textos que aparecem associados a um dado tipo de notícia.

E apesar da escassez do corpus, foi possível elencar 12 'sentidos' percetivos na leitora e no leitor: vulnerabilidade; agressividade; discriminação; objetificação; profissionalização; precarização; dramatização; irresponsabilidade; exploração sexual; denúncia; estigma social; humanização/desumanização. Alguns aparecem de forma isolada, em histórias episódicas e outras associadas ao coronavírus ou intricadas entre si.

QUADRO 37: ANÁLISE A TÍTULOS DE NOTÍCIAS

DATA	CORPUS	ETHOS
3/1/2019 a 31/12/2020	94 títulos de notícias	→ Crime
		→ Vulnerabilidade
		→ Agressividade
		→ Discriminação
		→ Objetificação
		→ Profissionalização
		→ Precarização
		→ Denúncia
		→ Irresponsabilidade
		→ Dramatização
		→ Exploração Sexual
		→ Estigma Social
		→ Humanização vs. Desumanização

O sistema de prostituição é noticiado com mais frequência pelo Correio da Manhã sendo inserido, maioritariamente, na secção de "Crime".

Já no Público a abordagem a este tema foca-se, sobretudo, nas questões do enquadramento legal e de propostas legislativas em discussão, inserindo-o na Secção de Sociedade e revestindo-o de um caráter mais "político".

No que se refere à ligação ao crime, esta surge, maioritariamente, por referência:

1) Ao lenocínio:

"Casal detido por lenocínio em Torres Vedras"
(CM 25/05/2019).

"Sete detidos por crime de lenocínio em Setúbal"
(Público 06/06/2019).

2) Ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e a redes organizadas de exploração sexual:

"Juiz decide prisão preventiva para 7 dos 8 detidos por tráfico de mulheres"
(CM 05/06/2019).

"Mulher que fugia de rede de prostituição apanhada no Aeroporto de Lisboa"
(CM 28/04/2019).

"Rede de tráfico humano desmantelada em Espanha tatuava mulheres"
(CM 09/04/2019).

3) À vitimação das mulheres em situação de prostituição a situações de violência de diferente natureza (homicídio, agressões físicas, violação e violência sexual, roubos e assaltos ou humilhação e agressão psicológica):

"13 anos de prisão para homem que matou prostituta por asfixia em Guimarães"
(CM 20/02/2019).

"Prostituta espancada até à morte em casa"
(CM 19/01/2019).

"Ladrão sem armas aterroriza prostitutas em casa de Lisboa"
(CM 24/12/2019).

"Falso PJ de revólver e crachá viola prostituta em Lisboa"
(CM 11/07/2020).

"Grupo armado aterroriza bordel"
(CM 01/02/2020).

"Militares da GNR filmam-se a obrigar prostituta a fazer continência"
(CM 29/05/2019).

4) A 'impunidade' dos autores materiais de crimes e da 'desumanização' a que estas mulheres estão votadas:

"Crimes do 'estripador' prescreveram e ainda não há um rosto para o assassino que esventrou três mulheres em Lisboa"
(CM 20/11/2020).

"Donato Bilancia (1951-2020): O assassino dos comboios e das prostitutas"
(CM 19/12/2020).

5) A crimes perpetrados por mulheres em situação de prostituição:

"Prostituta e chulo espancam cliente em Lisboa"
(CM 18/03/2020).

"Mãe que atirou bebé recém-nascido para contentor do lixo vivia da prostituição"
(CM 10/11/2019).

Esta recorrente associação da prostituição ao crime, embora não respeite a uma "criminalização" do ato de se prostituir, reforça na opinião pública, ou seja, nas representações socialmente partilhadas, a categorização da prostituição como comportamento desviante, próprio de uma espécie de submundo não-normativo, mesmo quando os próprios títulos revelam que as mulheres em situação de prostituição se constituem, na verdade, como vítimas de crime (de lenocínio, de tráfico e exploração sexual e de violências várias, desde o homicídio, às agressões físicas, assaltos e roubos e humilhação pública).

No que concerne à terminologia utilizada pelos dois diários é possível constatar algumas diferenças.

Assim, no Correio da Manhã, identifica-se o recurso à palavra *"prostituição"* e *"prostituta"* para se referirem a esta atividade e a quem a pratica, respetivamente.

"Tribunal ordena perícia psiquiátrica a suspeito de roubar prostituta em Águeda"
(CM 13/06/2019).

"SEF detém dois homens por esquema de prostituição"
(CM 11/04/2019).

Encontra-se também, neste jornal, a utilização de expressões como *"acompanhante de luxo"* ou *"prostituição de luxo"*:

"O mundo secreto da prostituição de luxo onde as mulheres lutam pela legalização"
(CM 22/11/2019).

"Falso cliente ameaçou e roubou casa de acompanhantes de luxo em Lisboa"

(CM 04/01/2020).

Estes recursos terminológicos remetem para três considerações relevantes: a primeira, resultante da transversalidade sociocultural de leitores/as e do pendor editorial mais "sensacionalista" do Correio da Manhã, o recurso aos termos prostituta e prostituição resultará, eventualmente, mais apelativo, por se tratar de expressões comummente utilizadas (na linguagem corrente) e por despertarem a curiosidade *voyeurista* que costuma ser desencadeada pelos comportamentos ou estilos de vida socialmente julgados desviantes ou não-normativos.

A segunda consideração tem a ver com o facto de a utilização desta terminologia ser feita, maioritariamente, em contexto de referência a crimes, o que reforça a categorização desviante e marginal da prostituição.

A terceira consideração tem a ver com a afirmação da existência de uma prostituição de luxo, que reforça alguns dos mitos mais comuns acerca da prostituição, que a associam às ideias de "opção de vida", "rendimento elevado" e "vida glamourosa", criadoras do estereótipo da "vida fácil".

Já no jornal Público são mais frequentes a assimilação da prostituição à condição de trabalho e a utilização do termo *"trabalho sexual"* ou "trabalhadores do sexo":

"Balões contra a violência sobre os trabalhadores do sexo"

(Público 17/12/2019).

"Ainda há pessoas a vender serviços sexuais nas ruas e em apartamentos"

(Público 18/03/2020).

Esta utilização mais comum (tendo em conta a diferença quantitativa de notícias acerca desta temática, entre os dois diários) das expressões "trabalho sexual" e "trabalhadores do sexo", no Público, e considerando que este é um jornal orientado para um segmento mais qualificado, de estatuto socioeconómico mais elevado e, tendencialmente, urbano, suscita outro tipo de considerações, como seja a do risco de "normalização" do sistema de prostituição, entre este segmento populacional "de elite", sabendo-se que, a prazo, as representações sociais das elites acabam por percorrer toda a pirâmide social e, sobretudo, por influenciar as decisões políticas.

Desta "normalização" e "assimilação" ao conceito de trabalho/prestação de serviços, decorre o risco de "desvalorização" das dimensões de violência e de violação de Direitos Humanos, em que assenta o sistema de prostituição e que converte esta realidade num problema social.

Os estereótipos negativos, o julgamento e a desvalorização sociais, que impendem sobre a prostituição, e que a associam à ausência de valores morais e à degradação e exclusão sociais, ficam patentes em alguns títulos analisados, o que condicionará a sua perpetuação, do ponto de vista das representações sociais:

"Mãe que atirou bebé recém-nascido para contentor do lixo vivia da prostituição"

(CM 10/11/2019).

"Processo na Justiça para expulsar prostitutas"

(CM 08/01/2020).

"Entulho, lixo, prostituição e droga à vista. A realidade dos moradores da Amadora"

(CM 02/03/2020).

O enquadramento legal da prostituição surge em vários títulos, neste caso com predomínio comparativo no Público, sendo que a terminologia utilizada remete, também, para mitos comummente associados à prostituição, designadamente, os da prostituição livre versus prostituição forçada (recorrendo, por exemplo ao conceito de "lenocínio sem coação"); o da autogestão de espaços de prostituição (numa lógica de "empreendedorismo" semelhante à do modelo neozelandês) e, também, a recorrente mistificação conceptual gerada pela utilização da expressão "legalização da prostituição":

"Despenalizar o lenocínio sem coação? Dona de bordel lança petição"

(Público 17/12/2019).

"Prostituição consentida e lenocínio simples vão ser discutidos no parlamento"

(Público 13/03/2020).

"Prostituição: "Juntam-se três ou quatro mulheres para trabalhar e uma pode ser acusada"
(Público 16/03/2020).

"Quatro mil pessoas assinam petição a favor da prostituição legal"
(CM 28/11/2019).

"Legalização da prostituição discutida no Parlamento"
(Público 04/06/2020).

"Prostitutas explicam como ultrapassar barreiras da Covid-19 e fazer sexo seguro. A prostituição é legal na Alemanha e a profissão está devidamente regulamentada.
(Correio da Manhã 28/08/2020).

Ainda em matéria legal, são construídos títulos a partir de decisões judiciais que visam diretamente o sistema de prostituição:

"Tribunal Constitucional diz que facilitar prostituição não deve ser crime"
(Público 13/03/2020).

"Juíza não tira 560 mil euros a rede de prostituição e absolve arguidos"
(CM 28/11/2019).

A organização e raízes do sistema de prostituição, tal como noticiados, reforçam algumas das evidências encontradas, previamente, neste estudo, designadamente:

1) A condição de vulnerabilidade económica das mulheres ao entrarem no sistema de prostituição:

"SEF desmantela rede europeia que forçava mulheres pobres a prostituírem-se"
(Público 04/06/2019).

2) A objetificação das mulheres e a sua desumanização, ligada a notícias ligadas a personalidades masculinas e uma dimensão mais humanizada, mas dramatizada, por ligação a personalidades femininas:

"Estive com 2 mil mulheres, pelo menos 500 não eram prostitutas. A revelação da estrela da NBA Dennis Rodman"
(CM 27/04/2020).

"A infância dramática de Mariah Carey: o padrasto violento, a irmã prostituta e os ataques racistas. Cantora abre o leque das suas memórias numa autobiografia chocante"
(CM 30/09/2020).

3) A situação de particular vulnerabilidade das mulheres estrangeiras traficadas e que pretendem libertar-se das redes organizadas:

"Esquema de prostituição no Norte denunciado por colombiana de 22 anos que já deixou Portugal"
(Público 23/10/2019).

4) O crescimento das redes organizadas de lenocínio e exploração sexual:

"PJ desmantela rede de prostituição na região Oeste"
(CM 29/11/2020).

5) A violência associada ao proxenetismo e ao lenocínio:

"Novo dono da 'Reta de Coina' cobra 30 euros a prostitutas"
(CM 25/07/2019).

6) O exercício de proxenetismo por parte dos companheiros afetivos das mulheres e a exploração sexual como uma faceta da violência nas relações de intimidade:

"Homem agrediu, violou, sequestrou e obrigou a mulher a prostituir-se"
(CM 26/09/2019).

"Homem força mulher a prostituição no trabalho"
(CM 31/05/2019).

"Homem aterroriza mulher durante anos e manda filhas para a prostituição"
(CM 26/09/2019).

7) A existência de múltiplos agentes que "lucram" com a prostituição:

"Senhorios sobem rendas para trabalho sexual de prostitutas"
(CM 13/04/2019).

"Dono de bar de alterne entrega envelopes com dinheiro a sargento"
(CM 06/02/2019).

8) A ligação à pornografia, que converte o sistema de prostituição numa das faces de uma verdadeira "indústria do sexo":

"Homem força mulher a fazer porno e prostituir-se ao pai"
(CM 31/12/2019).

"PJ segue pista do crime de pornografia de menores no caso do milionário alemão"
(CM 16/11/2019).

9) O envelhecimento das mulheres em situação de prostituição, particularmente da prostituição de rua:

"'Susana' tem 61 anos e é prostituta há 40"
(CM 12/04/2019).

10) A persistência de estereótipos acerca da prostituição, na produção de conteúdos de entretenimento:

"Série sobre violência, prostituição e sexo estreia sexta-feira em horário nobre"
(CM 08/10/2019).

"Das Mães de Bragança à Luz Vermelha"
(Público 11/10/2019).

11) A exploração sexual de menores:

"Cadastrado abusa de jovem e alicia menores à prostituição"
(CM 20/03/2019).

"Quatro arguidos recorriam a menores para ter sexo"
(CM 20/03/2019).

12) A utilização recorrente dos termos "bares de alterne" e "bordel" (não reconhecidos legalmente) espelhando, mas também reforçando, aquilo que é a linguagem corrente do cidadão médio:

"Gerente de bordel apanhado com 600 mil euros em casa"
(CM 20/07/2019).

"Prisão domiciliária para gerentes de bar de alterne em Quarteira"
(CM 22/08/2019).

13) A utilização de terminologia que "branqueia" a ilegalidade dos espaços de exploração sexual, chamando-lhes "espaços de diversão noturna" ou "boîtes":

"Quatro mulheres detidas em estabelecimento de diversão noturna em Vila do Conde"
(CM 31/01/2019).

"A boîte onde cada relação sexual era anotada no cartão com um 'X'"

(CM 13/05/2019).

"Três arguidos após rusga do SEF em casas de diversão noturna"

(CM 16/01/2020).

14) Os estereótipos associados à nacionalidade/origem étnica das mulheres:

"Bordel cobra taxa extra por sexo com estrangeiras em Gaia"

(CM 20/01/2020).

15) A violência inerente ao sistema de prostituição e a objetificação/apropriação do corpo e da sexualidade das mulheres:

"Mulher obrigada a prostituir-se com 27 homens por dia"

(CM 07/05/2019).

"Cliente de casa de alterne: "Não escolho sempre a mesma mulher. Gosto de experimentar""

(CM 23/11/2019).

"SEF desmantela bordel que funcionava 24 horas por dia em Lisboa"

(CM 11/08/2019).

"Violou, agrediu e extorquiu prostitutas. Os relatos de terror das vítimas na 'Reta de Coina'"

(CM 24/07/2019).

16) O recurso a mulheres (também elas em situação de prostituição) como angariadoras:

"Investigação às orgias de milionário alemão assusta jovens angariadoras"

(CM 17/11/2019).

17) A associação entre o proxenetismo e outras práticas criminosas:

"Fica preso por tráfico em casa de alterne"

(CM 12/10/2019).

18) A "adaptabilidade" do sistema de prostituição e a organização para contornar obstáculos legais, inclusivamente aqueles ligados à saúde pública:

"Turismo rural em Braga funciona como bar de alterne sem medidas contra a Covid-19"

(CM 30/07/2020).

19) O aumento da prostituição em espaços fechados:

"Número de apartamentos dedicados exclusivamente à prostituição aumenta substancialmente"

(CM 12/04/2019).

20) O reforço da prostituição online, acelerado pela pandemia:

"Prostitutas deixam as ruas devido ao coronavírus e agarram-se à internet"

(CM 07/04/2020).

21) Os efeitos da pandemia Covid-19 no sistema de prostituição:

"Coronavírus não pára negócio da prostituição com mulheres obrigadas a trabalhar para não passar fome"
(CM 29/04/2020).

"Surto de Covid-19 em bordel preocupa autoridades. Clientes não assumem contacto com prostitutas infetadas"
(CM 16/08/2020).

22) A pandemia como potenciadora de discriminação étnica:

"Prostitutas chinesas obrigadas a cobrar metade do preço por falta de clientes devido ao coronavírus"
(CM 05/02/2020).

O conteúdo da noticiabilidade publicada nos dois diários durante os anos de 2019 e 2020 (em que metade do período é caracterizado por uma agenda temática atípica, devido à pandemia da Covid-19) deixa transparecer, pelos factos que foram selecionados pelos responsáveis editoriais e pelos respetivos enfoques, uma representação da prostituição passível de construir a ideia, junto da perceção pública, que pode ser vantajosa a regulamentação da prostituição como uma profissão em Portugal, como já acontece noutros países europeus. Isto porque os *Ethos* que emergiram das histórias e as associações entre eles levam, globalmente, para essa interpretação, quer por referência à vulnerabilidade e desproteção das mulheres em situação de prostituição, quer pelo recurso a mitos e terminologia suscetíveis de ser interpretados nesse sentido.

Este facto é merecedor de reflexão e de ação, considerando a importância destes enfoques na formação de representações sociais, pelo que deverá ser contemplado, no âmbito das propostas a realizar ao nível de uma Estratégia Nacional de Apoio à Saída do Sistema de Prostituição.

08. | Síntese dos resultados

Sem negligenciar a individualidade e a singularidade, é possível identificar, no percurso de vida das mulheres em situação de prostituição, similitudes no que diz respeito aos contextos familiar, social e económico prévios à entrada no sistema de prostituição, aos fatores de entrada e permanência no mesmo e às experiências nele.

Quer entre as mulheres nascidas em Portugal, quer entre as que têm um percurso migratório, predominam as situações de pobreza, resultante da precariedade e pouca qualificação dos empregos dos pais, da composição numerosa da família e, muitas vezes, associados a locais de origem caracterizados pela criminalidade, violência e pobreza extrema. São também maioritárias as situações de violência física, verbal e sexual perpetradas pelos progenitores ou outros familiares.

Estas agressões, comuns nos ambientes de origem, são mimetizadas, ou agravadas, nas suas relações amorosas, em que a dependência afetiva e a desvinculação social, mantêm as mulheres aprisionadas em situações de violência, nomeadamente a exploração sexual, que acabam por desculpabilizar, justificando-a com adições ou problemas económicos do companheiro. Os títulos de notícias permitem confirmar esta vitimação à exploração sexual e à violência dentro das relações de intimidade.

De facto, muitas mulheres reproduzem, inconscientemente, o seu contexto familiar passado, constituindo famílias instáveis, quer devido à prostituição, quer devido aos relacionamentos inconsistentes com os parceiros. Estas famílias são, também, especialmente caracterizadas pela pobreza e a maioria das mulheres entrevistadas não tem habitação própria, residindo em casas de familiares ou de familiares do parceiro; com outras pessoas integradas no sistema (proxeneta ou outras mulheres em situação de prostituição); ou em habitação social, em locais onde predomina a exclusão social e a criminalidade.

A desvalorização da escola como instrumento de socialização e aprendizagem é uma característica predominante no percurso destas mulheres, quer por elas mesmas, quer pela sua família. Deste modo, o abandono escolar por falta de interesse, por falta de aproveitamento ou por falta de recursos são os mais comuns. Este abandono é também justificado pela ansiedade de poder trabalhar o mais cedo possível para fugir aos contextos em que vivem.

A falta de qualificações e a necessidade de rendimentos leva a que os seus percursos laborais sejam de empregos precários e mal pagos.

E é esta escassez de rendimentos (determinada por salários baixos, desemprego, monoparentalidade, pena de prisão do companheiro) que opera como fator precipitante da sua entrada na prostituição, mas que não pode deixar de ser dissociado de todo o cumulativo de trajetórias prévias de vulnerabilidade, fragilidade, desamor, negligência e violência, particularmente dos abusos sexuais sofridos na infância ou começo da adolescência.

Sendo a escassez de rendimentos o fator precipitante, a entrada destas mulheres no sistema de prostituição é percebida como um "recurso provisório", até que encontrem uma solução para os seus problemas económicos, o que acaba por não suceder, porque, para a maioria das mulheres, a permanência no sistema significa, apenas, a persistência ou a agudização das suas carências, reforçadas pela perda de autoconfiança e pela consciência do estigma que impende sobre a prostituição e que leva a que, crescentemente, internalizem a ideia de "falta de alternativas".

Todavia, é de sublinhar que o facto de as mulheres perspetivarem a prostituição como uma situação transitória, significa que a permanência no sistema não faz parte dos seus projetos de vida, o que coloca, também, em evidência o conflito interno vivido pelas mulheres, fundado na contradição entre a sua realidade e os seus valores e aspirações.

O conhecimento e acesso ao meio prostitucional é, maioritariamente, feito através de conhecidos ou amigos, tanto entre as mulheres portuguesas, como nas estrangeiras, o que prova a prevalência da existência de terceiras partes, envolvidas e interessadas, neste sistema de compra e venda de sexo, para além da mulher que vende o seu corpo e do homem que compra sexo. Em muitos casos, é o próprio companheiro quem instiga ou obriga as mulheres à entrada no sistema de prostituição.

Para esta entrada e partindo das carências económicas destas mulheres, o aliciamento baseia-se sempre na promessa de ganhos elevados ou em promessas enganosas de contratos de trabalho. Nestes últimos casos (comuns nas mulheres migrantes), só na chegada se apercebem que o "trabalho" prometido é na prostituição, mas mantêm-se por estarem em países onde não conhecem ninguém, por temerem as redes e as autoridades e por terem vergonha (ou medo) de revelar a verdade às famílias (a quem também não podem pedir ajuda, devido às condições de pobreza e falta de recursos). Este aliciamento é, com frequência, posto em prática por outras mulheres (também elas em situação de prostituição ou ligadas ao sistema), algo que foi confirmado por profissionais que lidam com o sistema de prostituição, quer por títulos de notícias analisados.

Conclui-se assim que existe uma espécie de "efeito bola de neve", uma vez que o contexto familiar caracterizado pela pobreza, violência e exclusão dificulta o prosseguimento dos estudos e acentua o desinteresse, levando à escassez de qualificações, que determina integração num sistema laboral instável e mal remunerado, em que os rendimentos não são suficientes para a satisfação das necessidades de subsistência (própria e de filhos/as), o que leva as mulheres a "entrarem" no sistema de prostituição para aumentar os rendimentos, o que, por não suceder, inviabiliza, de forma crescente, a possibilidade de saída desse mesmo sistema.

No que concerne à história clínica e adições verifica-se a falta de acompanhamento médico destas mulheres, quer por vergonha quer por falta de conhecimento acerca dos recursos disponíveis. Identifica-se ainda a predominância de ansiedade, depressão e ideações ou tentativas suicidas. Isto deve-se, principalmente, à violência (nas suas variadas formas) e ao estilo de vida, caracterizado pelo medo, insegurança, incerteza e desgosto, a que as mulheres estão sujeitas neste meio, algo que fica amplamente documentado em muitos dos títulos de notícias analisados.

Estas mulheres não perspetivam um término nem uma alternativa para a situação em que se encontram, sentindo que a morte lhes causará a libertação e paz que necessitam e, ainda, um menor sofrimento.

A predominância de doenças associadas à saúde mental leva a um questionamento a um dos pressupostos do modelo regulamentarista, que é o que defende que a regulamentação é uma forma de salvaguarda da saúde publica e da mulher em situação de prostituição. Todavia, considerando que os maiores problemas destas mulheres se verificam ao nível da saúde mental, a regulamentação parece, de facto, concentrar-se, apenas nas infeções e doenças sexualmente transmissíveis, traduzindo, na verdade, uma preocupação sanitária com o comprador de sexo (e as suas famílias) e negligenciando a questão da saúde mental das mulheres ou, em última instância, intensificando-a, considerando que os problemas sucedem, justamente, pela sua permanência num sistema de exploração, violência e degradação. A comprová-lo, está o consumo excessivo de calmantes por parte destas mulheres, devido aos traumas associados à prostituição, um consumo que é incentivado pelos proxenetas como forma de facilitar o controlo destas mulheres, garantindo uma maior obediência.

A toxicodependência é outro dos fatores associados à entrada no sistema de prostituição. No entanto, estas dependências advêm de outros problemas, como é o caso de contextos familiares irregulares e locais de residência caracterizados por consumo e tráfico de droga.

Os consumos iniciam-se em idades muitos precoces, quer como forma de desafio ou vingança perante a família, devido a sentimentos de raiva e frustração que podem advir dum relacionamento tóxico com mesma, quer porque foram expostas a este tipo de substâncias desde muito cedo

por parte de amigos, familiares ou vizinhos, devido ao local onde residem, o que as leva também a experimentar.

Em qualquer uma destas circunstâncias, acabam por desenvolver dependências e a prostituição afigura-se como uma forma mais rápida e fácil de obter rendimentos para poder comprar drogas (até porque não é incomum que os próprios traficantes sejam, em simultâneo, proxenetas, algo que sucede tanto em "pequena escala" quanto no plano global, uma vez que as grandes redes criminosas organizadas tendem a operar no tráfico de drogas, de armas e de mulheres e crianças, e no branqueamento de capitais, numa lógica claramente capitalista de economia de escala).

O consumo de substâncias psicotrópicas, no sistema de prostituição deve ser entendido numa perspetiva dual, uma vez que pode ser a causa da entrada nesse sistema, mas pode também ser consequência dessa entrada, seja por imposição das redes (como forma de garantir a submissão das mulheres), seja por estratégia de evitamento, usada pelas mulheres para suportar as vivências prostitucionais, sobretudo, as que se relacionam com a interação com os compradores de sexo.

Assume-se, então, a existência de um ciclo vicioso uma vez que a prostituição é o meio de obtenção de rendimento para a compra da droga ao mesmo tempo que a droga é um meio de escape à prostituição.

A entrada e a permanência no sistema de prostituição são multifatoriais e é nessa perspetiva que devem sem abordadas, pois há toda uma diversidade de elementos que convergem e se reforçam mutuamente e que, por isso, não podem ser dissociados, nem analisados de forma unívoca (contexto familiar instável, pobreza, exclusão, violência, toxicodependência, desemprego, carências económicas).

A permanência no sistema tende a ser prolongada dada a dificuldade de sair da prostituição por falta de recursos e de opções. Há que ter em conta que estas mulheres já entraram na prostituição encarando-a como o último recurso para as suas carências económicas, pelo que, ainda que pretendam sair – e a maioria das entrevistadas afirmou essa vontade – não perspetivam alternativas, porque a derradeira alternativa (prostituição) já foi assumida.

No que diz respeito ao tipo de prostituição, foram identificadas a prostituição de bar, de apartamento, de webcam em sites na internet, de rua e de casa de massagens.

As mulheres que deixaram a prostituição reconhecem que a saída não é um processo fácil, que implica o recurso a apoios e, sobretudo, motivação e resiliência. Esta saída do sistema, tal como sucede, aliás, com a entrada, tende a ocorrer por efeito de um fator precipitante (abandono do proxeneta, doença, consciência da degradação, pânico extremo), que é o resultado do acumulado de frustração ou vitimação.

O apoio no processo de saída deve ser continuado, de modo a permitir quer o acesso a recursos externos essenciais, quer a potenciar os recursos internos das mulheres, promovendo a consciencialização acerca das suas trajetórias de vida, a consolidação da motivação para a mudança, a capacitação e aquisição de competências e a resistência à frustração, que favorecerão o aumento da autoestima e da autoconfiança.

É possível verificar que existe uma permanente culpabilização das próprias mulheres pelo seu percurso de vida, mostrando arrependimento pelas escolhas e vontade de voltar atrás no passado.

Se associarmos as caraterísticas do próprio sistema de prostituição, às trajetórias de vida prévias, percebem-se as razões da prevalência de uma autoimagem severamente fragilizada. Existe maioritariamente um sentimento de desgosto relativamente à sua vida, assumindo que não gostam do que fazem, mas perspetivando-o como única alternativa.

Este desgosto pelas suas circunstâncias reflete-se numa falta de autoconfiança e de autoestima, que, na maioria dos casos, tem origem nas condições que determinaram a entrada na prostituição e são agudizadas pelas caraterísticas do sistema, que sugerem (e são, efetivamente) um aprisionamento, dada a perceção de falta de alternativas.

Uma vez que acreditam não ter alternativas de vida, para além da prostituição, estas mulheres focam-se em viver o dia-a-dia e em tentar suprir as necessidades imediatas. A sua falta de objetivos, consequência do cansaço e do sentimento de falta de poder sobre as suas vidas que têm sobre as suas próprias vidas, impede-as de conseguir perspetivar um futuro que, no plano das idealizações, passa pela ideia de normalidade: serem pessoas "normais" com vidas "normais". É igualmente observada a dissociação que estas mulheres fazem entre elas próprias e a ideia de mulher em situação de prostituição. Imaginam maioritariamente estas mulheres como estando em decadência física e nas ruas, ou pelo contrário, associadas ao luxo e riqueza.

Deduz-se, portanto, a existência de um processo circular neste aprisionamento das mulheres, resultante da conexão direta entre as causas de entrada no sistema e os entraves à saída do mesmo, uma vez que as primeiras, para além de serem identificadas como fatores causais são também identificadas como fatores impeditivos da saída da prostituição. Esta dedução refuta um dos mitos acerca do sistema de prostituição que é o dos grandes ganhos económicos auferidos pelas mulheres, o que é totalmente contrário às situações de carência económica em que assumem viver as mulheres que permanecem em situação de prostituição.

A autoconfiança e a autoestima parecem ser recuperadas, num processo reconhecidamente gradual, após a saída do sistema, ficando claro que as entrevistadas que já não estão na prostituição se sentem, agora, satisfeitas com as suas vidas e com o que conquistaram em autonomia e poder sobre a sua vida.

Esta perceção de poder sobre a própria vida contraria outro dos pressupostos do regulamentarismo, na sua distinção entre mulheres que "escolhem" estar na prostituição e aquelas que "estão forçadas" na prostituição.

Como já referimos, o conceito de liberdade suscita amplas dúvidas, perante situações de extrema carência e é completamente negado, perante as dificuldades de saída do sistema. Assim, esta liberdade que subjaz à distinção entre "prostituição forçada" e "prostituição livre" tem apenas por objetivo normalizar a prostituição e, como consequência, legitimar o proxenetismo e a exploração sexual.

As vulnerabilidades que determinaram a entrada no sistema de prostituição persistem e agravam-se pela permanência nesse sistema, e as necessidades mais identificadas situam-se ao nível da habitação, do emprego, do rendimento e da saúde.

Dada a falta de qualificações e o percurso laboral instável (por vezes, inexistente), a falta de um emprego torna-se um grande entrave à saída da prostituição. Por outro lado, existe também a preocupação com os baixos salários, nas atividades a que poderiam ter acesso. A habitação constitui outra das necessidades porque, além da situação das mulheres sem-abrigo, encontrámos outras em situação de precariedade habitacional, nomeadamente, por dependerem de outras pessoas, que muitas vezes são quem as mantém no sistema.

Ao nível da saúde destacam-se as necessidades de tratamento a adições e o apoio de saúde mental, considerando a prevalência de situações de ansiedade, depressão e ideação suicida, mas também a própria violência inerente ao sistema de prostituição, que leva ao desenvolvimento de situações de stress e trauma, muitas vezes irreversíveis, designadamente, a Perturbação de Stress Pós-Traumático (PSTP).

A natureza multidimensional das vulnerabilidades que influenciaram a entrada no sistema de prostituição, a vitimação à exploração e violência durante a permanência no sistema, o reconhecimento do preconceito social que rodeia a prostituição e o caráter crescentemente organizado e transnacional das redes de exploração sexual (a que, com muita frequência, se associa o tráfico de mulheres e raparigas) implicam o desenvolvimento de respostas, também elas de perfil multidimensional, orientadas para as especificidades desta população-alvo.

Todavia, estas respostas são insuficientes e, sobretudo, pouco coerentes e articuladas, quer por referência àquelas que se situam no domínio da intervenção direta, nomeadamente, pela escassez de meios e recursos e pela excessiva padronização dos programas, quer por referência às medidas de políticas públicas, em que parece predominar um certo desinteresse relativamente à prostituição enquanto problema social, resultante, talvez, dos mitos acerca da prostituição (a vida fácil, a escolha, os ganho avultados...), que colocam, aos olhos da opinião pública, as mulheres prostituídas na categoria de não-merecedoras de apoio, mas sim como alvos preferenciais de censura social.

A esta censura social, não são alheios os meios de comunicação social, pelo reforço dos estereótipos e preconceitos sociais relativos à prostituição e pelo seu contributo para a transmissão de mitos que lhe estão associados, designadamente, os que a relacionam com comportamento desviante, com uma escolha de vida fácil ou com os elevados rendimentos de uma suposta prostituição de luxo, tal como foi possível verificar na análise de títulos de notícias, publicados em dois jornais diários (Público e Correio da Manhã), nos anos de 2019 e 2020.

Naturalmente que esta perceção de não-merecimento, dominante na opinião pública, tem um peso significativo no momento das tomadas de decisão política, uma vez que as medidas de apoio a esta população, ao serem escrutinadas por essa opinião pública, poderão gerar crítica e impopularidade, nomeadamente, sustentada por uma espécie de lógica maniqueísta, relativamente ao acesso a recursos sociais (escassos), que distingue entre cidadãs e cidadãos merecedores (aquelas e aqueles cuja existência é normativa e conforme aos padrões morais) e cidadãs e cidadãos não merecedores (aquelas e aqueles cujos comportamentos são julgados como desviantes da norma social e dos padrões morais).

O receio da impopularidade do desenvolvimento de medidas de apoio a esta população-alvo conduz à agudização das suas fragilidades e necessidades, mas também, aos seus crescentes isolamento e exclusão social, aumentando a perceção de "beco sem saída" e dificultando de forma exponencial a sua saída do sistema de prostituição, tanto mais que, além da manifesta escassez de respostas e recursos, se constata, também, um considerável desconhecimento acerca dos mesmos, por parte das mulheres em situação de prostituição.

A esta insuficiência de recursos formais junta-se a debilidade (ou ausência) de vínculos na comunidade, que reduz, ainda mais, as possíveis fontes de apoio das mulheres e acentua a sua perceção de isolamento e incapacidade.

No caso das mulheres traficadas, esta perceção de isolamento, além de mais aguda, é intensificada por referência

aos diferentes fatores de vulnerabilidade nos países de origem, que determinam o medo de denunciarem a sua situação, assumindo-se como vítimas.

A falta de informação é extensível ao tema do enquadramento legal da prostituição. Todavia, é comummente referida a importância da proteção das mulheres e da penalização severa de quem as explora sexualmente, temendo-se que o regime da regulamentação ou da descriminalização seja apenas uma forma de "legalmente" beneficiar o proxenetismo e o tráfico.

Sublinha-se que este desconhecimento ou falta de informação, patente nas respostas das mulheres entrevistadas, resultam reforçados nas entrevistas a profissionais, em que se constata uma imprecisão conceptual acerca dos regimes legais, mas também de outras dimensões diretamente associadas com o sistema de prostituição, designadamente, emancipação, empoderamento, exploração ou liberdade sexual.

Todavia, as mesmas imprecisões, disparidades ou mistificações conceptuais são observáveis nos títulos de notícias, com recurso a expressões como "lenocínio sem coação", "prostituição legal", "trabalho sexual", "serviços sexuais" ou "espaço de diversão noturna" e "boîte".

No que se refere à compra de sexo, esta carateriza-se pela heterogeneidade etária e de estatuto socioeconómico dos compradores, e ainda que predominem os homens com idades acima de 40 anos e, na maioria, casados, parece estar a aumentar o número de jovens que compram sexo, quer em contextos "recreativos" e de "convívio", quer através de sites, o que é merecedor de preocupação face àquelas que seriam as expectativas de evolução de mentalidades em matéria de sexualidade. Este aumento da compra de sexo, por homens muito jovens, pode estar associado à crescente facilidade de acesso a conteúdos pornográficos, em que a violência é, também, crescente.

Face a esta heterogeneidade no perfil dos compradores de sexo, as distinções resultam, sobretudo, do tipo/espaço de prostituição procurado, uma realidade que é alimentada por outros mitos acerca da prostituição, designadamente, o da existência de uma "prostituição de luxo" que seria uma escolha feita por mulheres independentes e de estatuto social mais diferenciado. Sabe-se, todavia, que este mito é formado não a partir das caraterísticas da oferta, ou seja, das mulheres, mas sim a partir das caraterísticas e exigências da procura, ou seja dos compradores de sexo. Assim, os homens com poder económico ou estatuto social mais elevado exigem que as mulheres se adaptem, no vestuário, aparência e comportamento, àqueles que são os seus critérios e padrões.

Ainda assim, esta diferenciação determina preços diferentes, numa lógica de mercado em que as mulheres mais jovens ou mais atraentes (*"mercadoria mais valiosa"*) são vendidas a preços mais elevados, correspondentes, no geral, à prostituição em casas fechadas (apartamentos, bares, ou casas de massagens, que, na prática são bordéis). Já as mulheres mais velhas, toxicodependendentes e/ou com aparência mais degradada, são vendidas a preços mais baixos e encontram-se, sobretudo, na prostituição de rua ou em determinados tipos de bares.

Este tipo de valorização das mulheres, equiparadas à condição de mercadoria, refuta outro dos equívocos associados à prostituição que é o da profissionalização do trabalho sexual, pois ao contrário daquilo que sucede com as profissões, no sistema de prostituição, a "experiência" e a passagem do tempo não conduzem a uma valorização, mas sim, a uma desvalorização, sendo comum que as mulheres que estavam na prostituição em casas fechadas sejam, por causa da idade e do desgaste de imagem, "empurradas" para a prostituição de rua.

Relativamente aos espaços de prostituição e à segurança das mulheres, as opiniões dividem-se, havendo quem considere que a rua, pela maior visibilidade e facilidade de escrutínio, por outras mulheres, pelos proxenetas e pelas próprias autoridades, pode ser mais protetora para as mulheres, ao mesmo tempo que algumas mulheres defendem que o facto de estarem em apartamentos resulta numa maior garantia da sua segurança pois é possível uma maior seletividade de compradores de sexo e um maior controlo de eventuais agressões.

Em matéria de notícias acerca de agressões, predominam, no período analisado, aquelas que ocorreram em contexto de espaço fechado, mas isso poderá refletir, apenas, o crescimento deste tipo de prostituição (comparativamente à prostituição de rua) e não necessariamente uma maior vulnerabilidade nestes espaços, embora essa seja a ideia prevalecente entre as e os profissionais entrevistados.

Em qualquer dos casos, os espaços fechados parecem, isso sim, constituir, para os compradores de sexo, uma garantia de discrição, razão pela qual a ideia de "espaço privado" é salientada nos anúncios. E esta discrição liga-se à manifesta dificuldade, por parte dos homens, em assumir a compra de sexo, exceto em circunstâncias específicas ligadas à convivialidade ou a ambientes masculinos.

Sabe-se, também, que as mulheres são "trocadas" entre as redes de proxenetismo, que as fazem circular entre regiões do país e entre países, para garantir a *"novidade da mercadoria"* e manter a procura.

Um outro espaço e tipo de prostituição, cujo crescimento já se previa, mas que foi acelerado pela pandemia, é a que tem lugar nas plataformas *online* (algumas delas criadas para outras finalidades e "aproveitadas" para venda de sexo), e sobre as quais existe pouco ou nenhum controlo, por parte das autoridades, tanto relativamente a quem vende, quanto a quem compra, nomeadamente, em matéria de idade (o que suscita questões da maior relevância em matéria de exploração sexual e prostituição de menores), e em matéria da identidade e localização de quem lucra com estas plataformas.

As motivações subjacentes à compra de sexo não podem ser dissociadas dos preconceitos e representações sociais acerca da sexualidade, designadamente, na distinção entre atos que "podem" ser praticados com outras parceiras e atos que, pela sua natureza, só poderão ser praticados em contexto de prostituição (fetiches e parafilias que, com muita frequência, implicam violência e risco para as mulheres em situação de prostituição) e que, mais uma vez, estão fortemente associados à pornografia, o que permite colocar o sistema de prostituição no centro de uma verdadeira indústria, que é a "indústria do sexo", em que a pornografia representa, justamente, uma das áreas fundamentais.

Mas são também relevantes outras representações sociais que se prendem com a objetificação das pessoas e da sobrevalorização do ato de compra, assimilado a uma garantia de propriedade e autoridade sobre a mulher.

Esta objetificação e mercantilização, fundada em estereótipos, fica patente nos anúncios, que destacam determinadas caraterísticas física ou psicossociais, bem como a prática de alguns atos sexuais como fatores de "valorização".

A mulher em situação de prostituição, como consequência do ato da compra, passa a ser percebida, pelo comprador de sexo, como um objeto sexual, sobre a qual tem o direito de obter o prazer que deseja, anulando quaisquer sentimentos e emoções que ela possa ter. Tratando-se de uma relação estritamente mercantil, o fator de pagamento do ato sexual desculpabiliza e desresponsabiliza os compradores de sexo, nomeadamente, em relação à violência exercida.

Simultaneamente, ao despersonalizarem as mulheres, os compradores de sexo atribuem-lhes idealizações acerca da sua insaciabilidade sexual e do seu prazer durante o ato sexual, suprimindo, assim, eventuais sentimentos de culpa ou vergonha por recorrerem à prostituição.

Além da violência intrínseca ao próprio sistema, nomeadamente pelo proxenetismo, as mulheres em situação de prostituição sofrem várias formas de violência por parte de compradores de sexo, sendo as mais comuns, a violação, agressão física e verbal e perseguição.

Os compradores de sexo tendem a despertar, nas mulheres, sentimentos como raiva, medo ou repulsa e, muitas vezes, estes sentimentos fazem reavivar memórias de violências, abusos e experiências traumáticas vividas na infância, e as interações prostitucionais convertem-se numa extensão da violência que sofreram no passado. Para atenuar esta pressão e suportar estas vivências, as mulheres em situação de prostituição utilizam estratégias de evitamento, nomeadamente, o consumo de drogas ou de calmantes, que pode resultar em dependência (gerando um ciclo vicioso referido anteriormente); a dissociação, a mecanização ou a concentração nos ganhos materiais resultantes do ato sexual. A adoção de estratégias de evitamento é um dos traços caraterísticos das vivências prostitucionais, o que demonstra a degradação e os danos físicos e psicológicos associados a essas vivências.

Reconhecidamente, a abordagem à prostituição, enquanto problema social, terá de ser feita numa perspetiva holística, não apenas no sentido da multidimensionalidade e multidisciplinaridade das ações, como no sentido do envolvimento e comprometimento dos diversos agentes e entidades sociais e da própria sociedade como um todo, de forma a evitar a "normalização" da prostituição e as representações sociais que lhe atribuem, mesmo, um caráter "funcional".

Nesse sentido, esta abordagem deverá ser complementar em dois níveis de atuação: em primeiro lugar, ao nível macro das diferentes políticas públicas sectoriais, de que são exemplo, as medidas de política educativa e formativa, as medidas relacionadas com o emprego, a proteção social, a habitação e/ou a saúde, alicerçadas no conhecimento científico e sistematizado, produzido acerca desta realidade.

E, em segundo lugar, ao nível micro da intervenção direta em contexto de prostituição, através de: promoção do acesso à informação e à participação, pelas mulheres, na implementação de programas de apoio à saída do sistema que se baseiem numa coerência interna entre projetos de vida, capacitação, empoderamento e/ou acompanhamento continuado, de natureza multidisciplinar e especializada.

O sistema de prostituição radica em desigualdades profundas (sexuais, socioeconómicas, culturais, etárias, raciais e regionais), em estereótipos, socialmente partilhados, relativos aos papéis e à sexualidade de mulheres e homens e numa mercantilização e objetificação das mulheres, atentatória aos Direitos Humanos, e explorada por diferentes agentes, que não apenas o(s) proxeneta(s) ou as redes de proxenetismo, mas também os setores do turismo, da restauração, da hotelaria, do arrendamento, dos transportes, da segurança privada, de sites da internet, da comunicação social (pela publicidade) e, até, entidades públicas como as autarquias (com licenciamento de espaços), que, a partir das suas diferentes áreas de atuação, retiram lucro da exploração sexual das mulheres e raparigas. De facto, ainda

que se costume pensar a prostituição como uma relação de caráter "comercial" entre a mulher (que vende sexo) e o homem (que compra sexo), a verdade é que são residuais as situações em que não existe(m) outro(s) intervenientes que recolhem benefícios dessa transação.

Considerando toda a complexidade do sistema de prostituição, a resolução deste problema social tem de ser pensada, não apenas numa perspetiva de resposta às necessidades presentes, mas, sobretudo, numa perspetiva de mudança para o futuro, que permita erradicar as vulnerabilidades que alimentam o ciclo da procura e oferta pelo qual se rege a "indústria do sexo".

Nesta mudança, o enquadramento legal abolicionista desempenha um papel fundamental, estabelecendo, em primeiro lugar, estratégias de apoio à saída do sistema e, em segundo lugar, formas de desincentivo à procura que alimenta esse sistema, por exemplo, pela penalização dos compradores de sexo. Só assim se conseguirá concretizar um verdadeiro modelo de igualdade.

Finalmente, o perfil transnacional do sistema de prostituição e os enormes lucros por ele gerados (evidentes na referência em notícias de jornal a redes organizadas) exigem um esforço concertado e efetivo, a nível global, de transformação da estrutura social, que seja capaz de, em simultâneo, atuar a montante do problema, neutralizando ou minimizando os fatores de desigualdade que facilitam a oferta, isto é, o recrutamento, tráfico e exploração de mulheres e raparigas, e a jusante, neutralizando os fatores que favorecem a procura, ou seja, a compra de sexo.

A partir da informação recolhida neste estudo diagnóstico será possível formular algumas recomendações de ações e medidas a desenvolver ou incrementar com vista à estruturação de uma Estratégia Nacional de Prevenção e Apoio à Saída do Sistema de Prostituição, multidisciplinar e abrangente, que consubstancie uma verdadeira política pública de resposta à realidade complexa do sistema de prostituição.

09. Estratégia de prevenção e apoio à saída do sistema de prostituição

Partindo do pressuposto de que a prostituição constitui um problema social e uma "forma persistente de escravatura", como é reconhecido pela própria ONU, este estudo diagnóstico sobre as mulheres no sistema de prostituição em Lisboa, pretende, a partir do conhecimento das trajetórias de vida e das necessidades das mulheres e das caraterísticas do sistema de prostituição, contribuir para a definição de políticas públicas que integrem uma Estratégia Nacional de Prevenção e Apoio à Saída do Sistema de Prostituição.

Esta Estratégia Nacional deverá desenvolver-se em cinco eixo principais, no âmbito dos quais serão desencadeadas medidas específicas: eixo de prevenção; eixo de conscientização; eixo de apoio; eixo de responsabilização; e eixo de valorização.

FIGURA 2:

9.1. Prevenção

Este eixo de ação é orientado para a mudança de mentalidades, em matéria da sexualidade e da igualdade entre mulheres e homens; para a deteção e intervenção precoce ao nível de algumas vulnerabilidades comuns nas trajetórias de vida das mulheres em situação de prostituição e que, reconhecidamente, se constituem como fatores determinantes para entrada no sistema de prostituição; e para a promoção de um compromisso de cooperação e de ação, por parte de diferentes agentes e entidades, para a abolição da exploração sexual.

Preconizam-se, neste eixo, as seguintes medidas:

- A aposta na qualificação escolar de jovens, em particular de raparigas oriundas de contextos de maior vulnerabilidade socioeconómica, com ligação ao emprego (cursos profissionalizantes promotores da igualdade de oportunidades numa lógica de realização da igualdade entre raparigas e rapazes).

- Acompanhamento continuado e efetivo de situações de risco de abandono precoce da escola (associado à desvalorização da qualificação escolar por parte dos contextos socioeconómicos e familiares de origem bem como a contextos familiares marcados pela violência).

- A deteção precoce de situações de violência, abuso e exploração em contexto familiar, ligados a situações de violência doméstica, exclusão social, alcoolismo, toxicodependência ou valores dominantes nos contextos sociais de referência.

- A atuação nas escolas, nomeadamente através do desenvolvimento e implementação de protocolos de atuação que visem a identificação e o apoio a crianças e jovens que sejam vítimas de situações de violência no namoro, de divulgação e partilha de imagens ou conteúdos íntimos e/ou de cariz sexual, ou expostas a contextos familiares e sociais favorecedores de entrada no sistema de prostituição.

- A cooperação e atuação transnacional célere e efetiva na identificação e prevenção de situações de tráfico de raparigas e jovens mulheres e aliciamento.

- O maior recurso e confiança, por parte dos órgãos de polícia criminal, aos conhecimentos e sinalizações feitos pelas instituições sociais que trabalham com pessoas em situação de prostituição, com salvaguarda de garantia de segurança.

- A sinalização e atuação imediata e preventiva nas situações em que haja suspeita de tráfico.

- A disseminação de informação, nos locais de entrada no país, de respostas de apoio (com garantia de segurança) a vítimas de tráfico (por exemplo, Linha Telefónica de Apoio), em estreita colaboração com o Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos.

- A colaboração com entidades privadas, designadamente do setor turístico, hoteleiro e de diversão, na celebração de compromissos de combate à prostituição e à pornografia.

- O controlo e regulamentação de plataformas *online* utilizadas para venda de pornografia e para prostituição, nomeadamente, de menores.

9.2. Conscientização

Este segundo eixo de ação orienta-se para a sociedade em geral e tem como propósito desconstruir todo um conjunto de mitos, estereótipos e preconceitos em torno da sexualidade de homens e mulheres e da própria prostituição, na medida em que esses mitos e estereótipos condicionam as representações socialmente partilhadas, resultando duplamente prejudiciais para as mulheres em situação de prostituição: em primeiro lugar, porque as estigmatiza; em segundo lugar porque, como resultado dessa estigmatização, lhes confere um estatuto de não-merecedoras, que leva a que sejam negligenciadas pelas próprias políticas públicas.

No domínio deste eixo de conscientização, propõem-se as seguintes medidas:

- A realização de ações, nas escolas, apresentando as histórias de vida das mulheres na prostituição e mostrando como a prostituição não empodera, não enriquece, nem transforma os contextos de vulnerabilidade de partida, antes, pelo contrário, acentua essa mesma vulnerabilidade.

- O desenvolvimento de ações e campanhas de sensibilização, concebidas a partir dessas histórias das mulheres, que desmistifiquem a imagem de "glamour" associada ao sistema de prostituição.

- A disseminação de campanhas de conscientização dirigidas aos homens – e à sociedade em geral – sobre a compra de sexo.

- A implementação de campanhas de sensibilização da sociedade, e muito concretamente das pessoas mais jovens, para a promoção de uma sexualidade livre, baseada no consentimento, igualdade e prazer mútuos.

- O desenvolvimento de campanhas de educação e sensibilização para desconstrução da validação social da pornografia.

- O desenvolvimento de campanhas de sensibilização da sociedade para a questão da prostituição e a desconstrução dos estigmas potenciadores de exclusão social.

- (As campanhas referidas deverão recorrer a diferentes canais de divulgação, desde cartazes e outdoors, a campanhas nos órgãos de comunicação social).

- O desenvolvimento da educação sexual nas escolas (orientada para questões da afetividade, da liberdade e da igualdade entre mulheres e homens e não apenas para as dimensões biológica e fisiológica) e incremento da informação e sensibilização sobre violência sexual e violência em relações de intimidade.

- A promoção, junto dos órgãos de comunicação social, de um compromisso de ética editorial relativamente à terminologia utilizada nas notícias, eliminando expressões como "trabalho sexual", "trabalhadoras do sexo", "acompanhantes de luxo" ou "estabelecimentos de diversão", numa clara relação com os compromissos de direitos humanos assumidos pelo Estado português.

- A promoção, junto de produtoras de conteúdos de entretenimento, de uma sensibilização e conhecimento da realidade prostitucional, com vista a evitar o recurso à estereotipagem das personagens das mulheres em situação de prostituição.

- A proibição de utilização de terminologia em que a prostituição é assimilada à condição de trabalho, em todos os documentos produzidos por entidades e organismos públicos.

- A inclusão do ensino dos direitos humanos em todos os níveis de escolaridade.

- A produção de conhecimento científico sobre o sistema de prostituição.

9.3. Apoios e serviços

Este terceiro eixo estratégico tem como propósito criar, incrementar ou melhorar estruturas de apoio e serviços de resposta específica às mulheres em situação de prostituição e sexualmente exploradas, no âmbito daquilo que pode ser designado como "indústria do sexo". Pressupõe o envolvimento de entidades e organismos públicos (centrais e locais) e organizações privadas dos setores lucrativo e não lucrativo, em particular com associações de mulheres. Implica, também, a articulação de ações no plano nacional e transnacional.

- A criação de uma linha telefónica permanente de apoio às pessoas em situação de prostituição, com os seguintes objetivos: fornecer apoio psicossocial; prestar informação sobre respostas às necessidades; desencadear e coordenar uma resposta de emergência para saída do sistema.

- O aproveitamento do trabalho das "equipas de rua" para a entrega de folhetos com informação simplificada sobre os serviços existentes (saúde, proteção social e judicial...) e formas de acesso aos mesmos (juntamente com informações acerca da instituição e os seus contactos). Isto serviria, num primeiro momento, para colmatar o problema do desconhecimento de direitos, muito comum entre as mulheres em situação de prostituição e, também para, em momento posterior, recorrerem ao apoio da instituição, por exemplo, para apoio à saída do sistema. Os conteúdos destes "folhetos" poderiam ser replicados nos sites das instituições e de diferentes entidades públicas e na imprensa digital.

- A formação de diferentes agentes sociais com intervenção junto das pessoas em situação de prostituição, de acordo com as suas diferentes áreas de atuação.

- A criação de equipas especializadas nas forças de segurança, para lidar com pessoas em situação de prostituição, cuja atuação permita a desconstrução de receios e inseguranças manifestados pelas mulheres.

- A articulação entre entidades públicas (centrais e locais) e organizações não governamentais, em particular associações de mulheres, pelo conhecimento, reflexão crítica e capacidade de agir com e para as mulheres.

- A maior articulação entre as instituições com intervenção direta nesta área, numa lógica de trabalho em rede e de aproveitamento de sinergias, por exemplo, através da identificação de uma interlocutora específica, nas diferentes entidades, para participação ativa em grupo de apoio multidisciplinar, no sentido da identificação das necessidades, da gestão das expetativas e da articulação dos recursos disponíveis.

- A identificação das situações de exploração e/ou tráfico e a atuação imediata de proteção das vítimas, dotando as entidades diretamente relacionadas, nomeadamente órgãos de polícia criminal, dos recursos necessários e dos mecanismos de articulação que permitam efetivar o legalmente definido nesta matéria.

→ O incremento e melhoria das estruturas de apoio de emergência para vítimas de tráfico[36] ou de aliciamento para prostituição e a disponibilização de uma Linha de Contacto de Emergência, amplamente divulgada, quer nos locais de entrada no país, quer em zonas de maior concentração de prostituição.

→ O reconhecimento da condição de sobreviventes para as mulheres em situação de prostituição que queiram sair e/ou para as traficadas, com os consequentes apoios psicossociais, legais, económicos e de acolhimento.

→ O alargamento do subsídio para vítimas de crimes violentos às vítimas dos crimes de exploração sexual.

→ A identificação e atuação nas situações de mulheres prostituídas em situação de sem-abrigo com a criação de espaços de cuidados de saúde, proteção e pernoita específicos.

→ O estreitamento de parcerias entre instituições sociais e autarquias, na criação de respostas e estruturas de apoio.

→ O desenvolvimento de parcerias e protocolos, com o sector privado, para criação de emprego protegido para mulheres que pretendem sair do sistema de prostituição, nomeadamente, através de contrapartidas fiscais ou outras.

→ A homogeneização das respostas específicas para as pessoas em situação de prostituição, a nível nacional, consubstanciando uma Estratégia Nacional de Apoio, definida através do modelo *bottom-up*, priorizando a escuta das próprias mulheres, das e dos profissionais que lidam com o sistema de prostituição.

→ A criação de uma entidade (Observatório do Sistema de Prostituição), que agregue diferentes entidades, públicas e privadas, com atuação direta ou indireta na área, e que seja responsável: 1) pela monitorização de uma estratégia nacional de prevenção e apoio à saída de mulheres do sistema de prostituição e das respetivas respostas específicas; 2) pela difusão de informação de carácter legal, normativo e técnico; 3) pela promoção, produção e divulgação de conhecimento científico referente à prostituição.

→ A formulação, junto da UE, de uma proposta de criação de um Observatório Europeu da Prostituição, para partilha de conhecimento e informação acerca do sistema e da ação de redes organizadas e para cooperação na harmonização das medidas legais.

9.4. Responsabilização

Considerando que a prostituição, enquanto problema social, representa um sistema com múltiplos atores, este eixo compõe-se de propostas de mudança da lei, com maior responsabilização dos diferentes agentes, mas também de medidas que tornem mais ágil e eficaz a implementação da legislação já existente.

→ Maior robustez jurídica dos crimes de lenocínio simples e agravado.

→ Mais investigação e condenações pelos crimes de lenocínio e exploração sexual, bem como pelos crimes de tráfico de seres humanos, através de uma maior alocação de recursos humanos e materiais nos órgãos de polícia criminal.

→ Modificação da lei relativamente às situações das vítimas de tráfico, nomeadamente, nos pressupostos legais acerca da denúncia (por exemplo, alargando a duração do "período de reflexão"); na proteção e segurança garantidas às pessoas durante esse período de reflexão (e depois dele, dada a perigosidade reconhecida das redes internacionais de tráfico) e na regularização da sua situação no país.

→ A penalização ou criminalização de:

- proprietários de bares e pensões que lucram com a prática da prostituição;
- operadores turísticos e hoteleiros que lucram com o sistema de prostituição;
- plataformas *online* de prostituição;
- divulgação e publicitação da prostituição;
- e dos compradores de sexo, na lógica de que a procura é geradora de oferta, seguindo os modelos legais já implementados noutros países.

→ A condenação efetiva de quem comete os crimes acima referidos.

Responsabilização política relativamente à consideração da exploração sexual, na prostituição, como uma forma de violência contra as pessoas e como uma violação dos direitos humanos.

36 Aumento do número no contexto da cobertura nacional de casas de abrigo, por exemplo.

9.5. Valorização e capacitação das mulheres

Este último eixo orienta-se para o apoio à saída do sistema de prostituição, a partir daquelas que são as trajetórias e necessidades identificadas, quer pelas mulheres que estão (ou estiveram) no sistema, quer pelas e pelos profissionais que, no âmbito de atuação de diferentes entidades, lidam com estas mulheres. Não obstante a identificação de um conjunto de áreas prioritárias, esta valorização assentará, sempre, no trabalho caso a caso, com as mulheres que querem sair do sistema, e organizar-se-á em função das trajetórias de vida, das condições emocionais e dos tempos individuais das mulheres.

→ A criação, com a participação de mulheres que estão ou estiveram no sistema de prostituição, de uma estratégia nacional de apoio à saída do sistema de prostituição com o desenvolvimento de respostas ao nível:

- da criação de casas de acolhimento, enquanto resposta temporária e de emergência, para as mulheres que pretendem sair do sistema;

- da atribuição de um subsídio, de emergência e temporário, durante a fase inicial de definição de um projeto de inserção. No caso da autarquia de Lisboa, o acesso poderia ser feito através do Fundo de Emergência Social de Lisboa (FES), que constitui um apoio de natureza excecional e temporário a atribuir a agregados familiares carenciados em situação de emergência habitacional grave e/ou situação de carência económica emergente, que residam no concelho de Lisboa;

- do acesso à habitação (enquanto necessidade prioritária), em colaboração com as autarquias, desburocratizando procedimentos e estabelecendo um sistema de adaptação do valor das rendas à evolução da situação profissional e familiar das mulheres. No caso de Lisboa, esta resposta poderá ser enquadrada no âmbito do Programa Bolsa de Fogos Municipais para Vítimas de Violência Doméstica, que se traduz na disponibilização de fogos municipais de caráter transitório, ou dos Programas: *Housing first* (orientado para a população em situação de sem-abrigo); de Arrendamento Apoiado; ou Subsídio Municipal ao Arrendamento Acessível (ambos dirigidos a famílias de baixos recursos);

- da formação ao nível de competências sociais e rotinas quotidianas, nomeadamente, através da inserção no Programa de Formação em Competências Básicas;[37]

- da qualificação e treinamento profissional, em áreas de maior empregabilidade, através da inserção em Ações de Formação já promovidas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, no âmbito da medida Vida Ativa ou Vida Ativa – QUALIFICA+.[38] Nalguns casos, nomeadamente, para mulheres mais velhas que já estiveram inseridas no emprego, poderá ser equacionado Processo RVCC Escolar (reconhecimento, validação e certificação de competências);[39]

- aproveitamento dessa qualificação para o desenvolvimento de projetos de empreendedorismo inovadores (nas áreas da restauração, moda ou serviços de cuidados), patrocinados por empresas privadas, no âmbito da responsabilidade e mecenato sociais, que permitam neutralizar estereótipos e, sobretudo, dar às mulheres (e ao sistema de prostituição) visibilidade social;

- da integração no mercado de trabalho, através da rede de centros de emprego, designadamente no que respeita à inscrição para emprego e formalização do PPE (Plano Pessoal de Emprego), através do/a Gestor/a Pessoal. Neste processo assume particular relevância a celebração de parcerias com entidades públicas centrais ou locais, mas também com entidades privadas, do setor lucrativo ou do setor social, através da concessão de contrapartidas, por exemplo, ao nível da fiscalidade. No caso do concelho de Lisboa, as respostas de integração no emprego, poderão ser enquadradas no âmbito dos Programas: Redemprega Lisboa (em ligação com a Associação Portuguesa de Emprego Apoiado), ou Emprego Primeiro – Porta Aberta (orientado para população em situação particularmente vulnerável, designadamente, sem-abrigo);

37 Este Programa tem como objetivos: promover a aquisição de competências básicas de leitura, escrita, cálculo e uso de tecnologias de informação e comunicação, necessárias à entrada em percursos qualificantes que conduzam à obtenção de competências e à respetiva certificação.

38 Estas têm como objetivos destas medidas são: aumentar o nível de qualificação profissional e escolar dos adultos; melhorar os níveis de empregabilidade da população ativa; incentivar a aprendizagem ao longo da vida através da valorização de todas as aprendizagens realizadas; possibilitar a obtenção gradual de uma qualificação profissional.

39 Este processo destina-se a validar conhecimentos e competências adquiridos fora dos contextos formais de aprendizagem (passíveis de certificação no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações) e tem como objetivos: aumentar o nível de qualificação profissional e escolar dos adultos; melhorar os níveis de empregabilidade da população ativa; incentivar a aprendizagem ao longo da vida através da valorização de todas as aprendizagens realizadas.

- do apoio na saúde (mental, física e de tratamento de dependências), definido e sistematizado a partir dos Centros ou Unidades Locais de Saúde e com acompanhamento regular e continuado. No caso específico da cidade de Lisboa, alguns programas de prevenção da SIDA e orientados para a população com comportamentos aditivos, podem constituir-se como recursos de prevenção ou redução de danos;[40]

- da criação de respostas orientadas para o envelhecimento das mulheres que estão no sistema de prostituição, uma realidade especialmente preocupante, para a qual convergem os seguintes fatores: longas trajetórias de exploração e violência que vulnerabilizam psicológica e emocionalmente estas mulheres; "desvalorização" devido à idade e à tendencial degradação física gerada pela permanência no sistema de prostituição; impossibilidade de integração no mercado de trabalho, devido à idade e à ausência de experiência; especificidades nas rotinas, horários e gestão do quotidiano, decorrentes da permanência no sistema de prostituição; preconceito e estigma sociais, já internalizados por estas mulheres, que as fragilizam e reforçam a ausência de perspetivas de mudança, aprisionando-as a um sistema que as agride cada vez mais;

- da regularização e proteção das situações de mulheres migrantes e traficadas e da sua integração nas restantes respostas apresentadas, promovendo, quando necessário, a formação em Português Língua de Acolhimento;[41]

- do acompanhamento psicossocial, individualizado e continuado, que favoreça a reflexividade, a autoconfiança e a consolidação do processo de mudança;

- da participação das mulheres em grupos de reflexão e discussão, como forma de apoio ao empoderamento, capacitação e autonomização.

→ A implementação da "figura de referência", representando um vínculo de confiança, reparador de trajetórias e cuja ação seja orientada para o apoio individualizado e para a coordenação das respostas adequadas a cada caso, potenciando, sempre que possível, estruturas de articulação já existentes, nomeadamente, nas Redes Sociais Locais.

→ A formação de mulheres saídas do sistema de prostituição para se constituírem como *"vozes"* das vivências das mulheres no sistema de prostituição, numa lógica de advocacia social.

→ A promoção da participação ativa das pessoas em situação de prostituição nas decisões acerca do enquadramento político-legal nesta matéria.

40 Programas: Fast Track Cities - Iniciativa Lisboa Sem Sida; Programa de Substituição em Baixo Limiar de Exigência (PSBLE); Programa de Consumo Vigiado Móvel (PCVM).

41 Esta formação destina-se a: promover junto dos trabalhadores migrantes a capacidade de expressão e compreensão da língua portuguesa, tendo em vista facilitar a sua integração social, profissional e cívica na sociedade portuguesa.

10. | Conclusão

Esta investigação qualitativa acerca das mulheres no sistema de prostituição em Lisboa conclui-se num momento em que, talvez mais do que nunca, a sociedade, no seu todo, tem de encarar o problema social da prostituição e o seu caráter atentatório relativamente aos direitos humanos: não apenas o direito à liberdade e autodeterminação sexuais, mas o direito à dignidade, à identidade, à liberdade de ser pessoa.

Sem postulados deterministas ou essencialistas, são evidentes as vulnerabilidades nas trajetórias de vida destas mulheres, mas também as vulnerabilidades estruturais das políticas públicas nas respostas às necessidades específicas destas mulheres, que enfrentam, quotidianamente, as múltiplas feições que pode assumir a exclusão social. E, com frequência, enfrentam-nas a todas, em simultâneo, adensando as vulnerabilidades prévias, destruindo autoestimas e expectativas, condenando-as à vergonha e, com tudo isto, aprisionando-as a um sistema que é, na verdade, uma forma de escravatura, que é suportada e validada por um sistema socioeconómico desigual e por um sistema cultural que favorece a persistência de estereótipos e preconceitos relativos à sexualidade de mulheres e de homens. Os sistemas que concorrem para a objetificação, mercantilização e despersonalização de mulheres e crianças em situação de pobreza, negligenciadas, maltratadas, violentadas e abusadas. Porque são estas as marcas das histórias de vida das mulheres entrevistadas, que repetem, na essência, as histórias de tantas outras mulheres no sistema de prostituição. E são estas as marcas que as e os profissionais, que trabalham com estas mulheres, reconhecem como fatores de entrada e de permanência no sistema de prostituição.

São mulheres que cresceram em fratrias numerosas, em famílias com uma significativa prevalência de situações de negligência e autonomização precoce, violência, abandono, quadros depressivos ou outras perturbações mentais e abusos sexuais.

Predominam, nas histórias familiares de origem, as situações de carência económica, pobreza e miséria, a que se associam, com frequência, contextos de vizinhança marcados pela criminalidade ou pela exclusão social.

As condições familiares de origem são reforçadas pela reduzida escolaridade e qualificação profissional e por trajetórias precárias e erráticas de emprego indiferenciado e mal remunerado.

É possível concluir um *continuum* de exclusão social vivido e percebido por estas mulheres, iniciado nos contextos familiares e comunitários de origem e reforçado pela escola,

numa manifesta incapacidade de contrariar esse processo de exclusão, mas antes reforçando-o pela incapacidade de motivar e estimular a aquisição de competências diversificadas e não padronizadas. Em simultâneo, esta incapacidade, por parte da escola, contribui para criar ou adensar sentimentos de incapacidade intelectual que reforçam a baixa autoestima e reduzida autoconfiança, manifestadas pelas mulheres, e recorrentemente referidas pelas e pelos profissionais que com elas lidam.

Também as vivências das relações afetivas apresentam algumas especificidades, que se caraterizam pelo seu caráter extremado. Por um lado, mulheres que referem um sentimento de impossibilidade de partilharem a sua intimidade com um homem, ilustrativo das perceções negativas acerca das vivências íntimas e dos traumas gerados pela sexualidade e intimidade violentas (nos planos físico, psicológico, emocional e identitário) vividas em contexto de prostituição. Por outro lado, mulheres cuja relação afetiva apresenta traços de dependência emocional, relativamente ao companheiro ou marido, que é, com muita frequência, o seu proxeneta.

Esta dependência emocional e os elevados níveis de toxicidade destas relações não poderão ser dissociados das vivências e trajetórias prévias, nomeadamente, a nível familiar, muito marcadas pelo abuso e pela ausência de afeto, que ao contribuir para as baixas autoestima e autoconfiança das mulheres, as torna mais carentes do ponto de vista afetivo.

Estas trajetórias prévias condicionam, também, expectativas relativamente aos perfis dos relacionamentos, que "normalizam" o abuso, a exploração e a violência, como fazendo parte das relações de intimidade e/ou como sendo, mesmo, manifestações de amor e que desculpabilizam a agressividade, associando-a aos comportamentos aditivos, ou às dificuldades económicas. São comuns os relatos de vitimação a alguma forma de violência pelos companheiros, nomeadamente, o proxenetismo, ou agressões físicas, verbais, psicológicas, sexuais ou financeiras.

Entre as mulheres que permanecem em situação de prostituição prevalece a perceção de pobreza ou de carência económica, o que comprova que o sistema de prostituição não se traduz em vantagens económicas para as mulheres, como sugerem alguns dos mitos mais comummente identificados a respeito da prostituição.

A maioria das mulheres em situação de prostituição vive em situação de necessidade ou extrema necessidade económica, situação agravada pelo contexto de pandemia atual, tal como reconhecido, também, nas entrevistas a profissionais, que não apenas reduziu o número de compradores de sexo, como levou a um abaixamento dos preços praticados, como se constata, também, nos anúncios analisados, em que o intervalo de valores mais comum é o dos 15 a 25 euros.

A carência económica é particularmente referida pelas mulheres com filhas/os ou com outras/os familiares dependentes (mãe, avó, irmãs/irmãos), e pelas que têm problemas de toxicodependência. Esta responsabilidade pelo apoio económico a familiares é muito comum nas mulheres migrantes.

Entre as mulheres já saídas do sistema de prostituição há uma maior perceção de satisfação com as condições socioeconómicas, associada à consciência de um processo de autonomização, capacitação e ganho de autoestima.

Como agravante da situação de vulnerabilidade das mulheres no sistema de prostituição, encontra-se a debilidade dos vínculos familiares, de amizade e de vizinhança (justificada pela vergonha, decorrente da perceção de censura social que impende sobre a prostituição), que adensa a perceção de solidão e potencia situações de isolamento social, limitando as oportunidades de mudança e os apoios, de natureza formal e informal, e aumentando a exposição à violência, que constitui, aliás, um dos principais tópicos de títulos de notícias relativos ao sistema de prostituição.

Também os problemas de saúde (saúde mental, doenças sexualmente transmissíveis e adições) e a falta de assistência médica regular, ficaram em evidência nas entrevistas realizadas. É, ainda, de salientar que muitas destas mulheres recorrem a tranquilizantes e ansiolíticos, sem o adequado acompanhamento clínico, devido à violência e pressões geradas pela permanência no sistema de prostituição.

Todos os fatores atrás referidos têm repercussões na autoimagem e nas expectativas das mulheres em situação de prostituição, constatando-se uma frequente dissociação entre a sua realidade e as visões estereotipadas acerca da prostituição (resultantes das representações socialmente partilhadas).

Esta dissociação é uma forma de rejeição das próprias circunstâncias pessoais, patente, também, no facto de a maioria das mulheres se referir à sua permanência no sistema de prostituição como sendo temporária.

Apesar disso e de afirmarem a vontade de sair da prostituição, as expectativas de futuro são escassas, difusas ou mesmo nulas, reveladoras de uma abulia que é consequência da baixa autoestima e autoconfiança, mas também do desconhecimento acerca dos apoios disponíveis e da escassez destes face ao conjunto de necessidades destas mulheres. Trata-se, portanto, de uma dupla fragilidade, aliás reconhecida também pelas mulheres: o desconhecimento relativamente aos apoios e respostas e o carácter insuficiente, inconsistente e, muitas vezes, desconexo dos mesmos.

As opiniões das mulheres acerca do enquadramento legal da prostituição, apresentam-se difusas notando-se, sobretudo, uma revolta e desejo de justiça, face ao lenocínio, exploração sexual e tráfico de seres humanos. São também frequentes as referências à necessidade do desenvolvimento de respostas específicas de apoio à saída do sistema. Também em matéria de enquadramento legal, as entrevistas a profissionais demonstraram a persistência de imprecisões terminológicas e conceptuais. Este mesmo tipo de imprecisão surge, ainda, em vários títulos de notícias, o que pode contribuir para alguma "desinformação" ou "confusão" da opinião pública em relação a este tema.

A escassez de apoios específicos às mulheres em situação de prostituição, que sejam capacitadores, empoderadores e autonomizadores é, igualmente, uma realidade reconhecida pelas e pelos profissionais, tanto mais que este é um problema social de natureza pluridimensional, em que se aliam necessidades de caráter mais imediato, e outras de caráter estrutural, que se tornam crescentemente complexas e que foram agravadas pela conjuntura de pandemia.

Assim, as necessidades de inserção no emprego, de acesso à habitação, aos cuidados de saúde (física e mental) e à proteção surgem como prioritárias, mas a abordagem terá de ser de caráter mais profundo e holístico, fundado em projetos de vida individualizados e com acompanhamento continuado. Simultaneamente, é essencial a ação ao nível das mentalidades, capaz de desconstruir os mitos, preconceitos e estereótipos, tanto em relação à prostituição, quanto à sexualidade numa perspetiva mais ampla.

Esta mudança poderá, ainda, contribuir para neutralizar os impactes do juízo social negativo (ligado a um critério de "merecimento") acerca da prostituição. Neste ponto não pode ser negligenciado o papel da comunicação social, sublinhando que a análise a títulos de notícias revelou uma prevalecente associação entre prostituição e crime, o que reforça a dimensão de desvio e exclusão que se associa às mulheres em situação de prostituição.

Relativamente à organização do sistema de prostituição, as diferentes fontes de informação deste estudo convergem para uma imagem de crescente complexificação, organização transnacional, diversidade e opacidade o sistema (com a consequente difícil prova da atividade criminosa), aumento da violência, predomínio da prostituição em espaços fechados, como apartamentos, bares ou casas de massagens, bem como da utilização de sites e plataformas na internet.

Esta maior complexidade contribuiu, de igual modo, para aumentar o número de agentes que lucram com o sistema, numa verdadeira cadeia, que vai do turismo à hotelaria, passando pelos transportes, proprietários de imóveis, até aos proxenetas ou redes organizadas, a nível global, de tráfico e exploração sexual.

São, também, identificadas mudanças no perfil das mulheres, quer ao nível dos fatores determinantes para a entrada na prostituição (maior pluralidade e complexidade), quer ao nível das origens e trajetórias de vida das mulheres (mais mulheres estrangeiras e trajetórias de vida mais diversificadas). Apesar disso, alguns estereótipos ligados aos fatores de "valorização" das mulheres (idade, caraterísticas físicas ou origem étnica) parecem manter-se inalterados, como se verificou nos anúncios analisados nesta investigação.

Os fatores de valorização das mulheres (reduzidas à condição de "mercadoria") e os locais de prostituição determinam as diferenças entre os compradores de sexo, que são homens de todas as idades e estratos socioeconómicos.

Do ponto de vista do conhecimento indireto das motivações para a compra de sexo, as análises às quatro fontes de informação desta investigação convergiram para três elementos fundamentais: o primeiro, a procura de atos sexuais que não são praticados com as parceiras habituais (remetendo, de novo, para as visões distorcidas e segregadoras, no plano da sexualidade); o segundo, o da objetificação e apropriação do corpo da mulher, decorrente do pagamento e, consequentemente, a total despersonalização associada à atividade prostitucional; finalmente, o terceiro elemento, que é o da relação entre a compra de sexo e o consumo de pornografia, que permite considerar a existência de uma verdadeira "indústria do sexo", em que participam múltiplos agentes e que apresenta várias valências.

Na sequência da informação recolhida neste estudo, apresenta-se uma proposta de Estratégia Nacional de Prevenção e Apoio à Saída do Sistema de Prostituição, assente em cinco grandes eixos: prevenção, conscientização, apoios e serviços, responsabilização e valorização.

Estes eixos integram, quer medidas de nível macro e sistémico, de desenvolvimento/adaptação de políticas públicas e que implicam o envolvimento do coletivo social, quer medidas de apoio mais específicas, sustentadas por essas políticas públicas, e traduzidas em respostas específicas para as mulheres em situação de prostituição, que sejam capacitadoras, automizadoras e promotoras de mudança, convergindo numa abordagem verdadeiramente holística e não parcelar, ao problema social da prostituição.

11. | Referências

- Agustín, L (2007). *Questioning solidarity: outreach with migrants who sell sex.* Sexualities, 10, pp. 519-534.
- Amâncio, L. (1998). *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença.* Porto: Afrontamento.
- Amorós, A. (2000). *Divisións sexual del trabajo.* Celia Amorós (coord.). 10 Palabras clave sobre Mujer. Madrid: Editorial Verbo Divino.
- Amossy, R. (2005). *Da noção retórica de ethos à análise do discurso. Imagens de si no discurso: a construção do ethos.* São Paulo: Contexto, pp. 9-28.
- Banyard, K. (2016). *Pimp State. Sex, Money and the Future of Equality.* London: Faber & Faber Limited.
- Bardin, L. (2004). *Análise do Conteúdo.* Lisboa: Edições 70.
- Barra da Costa, J. M. (org.). (2003). *Sexo, Nexo e Crime. Teoria e Investigação da Delinquência Sexual.* Lisboa: Edições Colibri.
- Barrett, D, & Beckett, W. (1996). *Child prostitution: reaching out to children who sell sex to survive.* British Journal of Nursing 5(18): 1120-1125.
- Barry, K. (1995). *The Prostitution of Sexuality.* New York: New York University Press.

- Bastos, S. P. (1997). *O Estado Novo e os seus Vadios. Contribuição para o Estudo das Identidades Marginais e da sua Repressão.* Lisboa, Publicações Dom Quixote.

- Becker, Howard (2008), 1º ed. 1966. *Outsiders. Estudos de Sociologia do Desvio.* Rio de Janeiro: Zahar.

- Berns, N. (2001). *Degendering the problem and gendering the blame. Political discourse on women and violence.* Gender and Society, 15, 262-281. Disponível em https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/089124301015002006 (consultado a 23/08/2020).

- Bindel, J. (2017). *The Pimping of Prostitution. Abolishing the sex work myth.* London: Palgrave MacMillan.

- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina.* Oeiras: Celta.

- Cacho, L. (2012). Slavery Inc. *The untold story of international sex trafficking.* London: Portobello Books.

- Chapkis, W. (1997). *Live sex acts: women performing erotic labour.* London: Cassell.

- Cobo, R. (2017). *La Prostitución en el corazón del capitalismo.* Madrid: Catarata.

- Couto D. et al (2012). *A construção mediática do tráfico de seres humanos na imprensa escrita portuguesa.* Análise Psicológica vol.30 no.1-2.

- Davis, K. (1937). *The Sociology of Prostitution.* American Sociological Review, Vol. 2, No. 5 (Oct., 1937), pp. 744-755. Disponível em http://www.jstor.org/stable/2083827 (consultado a 5/8/2020).

- Dworkin, A. (2004). *Pornography, prostitution, and a beautiful and tragic recent history.* C. Stark & R. Whisnant (eds.). Not for sale. Feminists resisting Prostitution and Pornography. Melbourne: Spinifex.

- Farley, M. & Barkan, H. (1998). *Prostitution, Violence, and Posttraumatic Stress Disorder.* Women 8: Health, Vol. 27(3), pp. 37-49.

- Farley, M., Baral, I., Kiremire, M., & Sezgin, U. (1998). *Prostitution in Five Countries: Violence and Posttraumatic Stress Disorder.* Feminism & Psychology 8 (4): 415-426.

- Farley, M. & Kelly, V. (2000). *Prostitution: a critical review of the medical and social sciences literature.* Women & Criminal Justice 2000, Vol 11 (4): 29-64.

- Farley M. (Ed.) (2003). *Prostitution, Trafficking and Traumatic Stress.* Binghamton: Haworth Press.

- Felippe, M. B. & Oliveira-Macedo, S. (2018). "Sexo e Temperamento em Três Sociedades Primitivas". In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: http://ea.fflch.usp.br/obra/sexo-e-temperamento-em-tr%C3%AAs-sociedades-primitivas (consultado a 5/08/2020).

- Ferreira, B. A. (2021). "É um trabalho que dá trabalho": elas vendem conteúdo erótico online e querem respeito. Público.

- Ferreira, L. (2018). *A prostituição em Portugal: reflexão acerca de uma possível solução de regulamentação no ordenamento jurídico português.* Dissertação de Mestrado em Direito: Especialização em Ciências Jurídico-Forenses. Faculdade de Direito. Universidade de Coimbra. Disponível em: https://eg.uc.pt/bitstream/10316/85877/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_.pdf (consultado em 12/08/2020)

- Foucault, M. (1970). *A ordem do discurso.* Lisboa: Relógio d'Água.
- Giobbe, E. (1993). *An Analysis of Individual, Institutional and Cultural Pimping.* Michigan Journal of Gender & Law 1:33-57.
- Goffman, Erving (2001). *Manicómios, Prisões e Conventos* (7ªedição). São Paulo: Perspectiva.
- Goffman, E. (1982) 1ª edição 1963. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.* Rio de Janeiro: Zahar.
- Gomes, M. (2013). *O Imaginário Social <Mulher Brasileira> em Portugal: Uma Análise da Construção de Saberes, das Relações de Poder e dos Modos de Subjetivação.* Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/6077/1/GOMES_Mariana_-_TESE_DOUTORAMENTO_DEFINITIVA.pdf (consultado a 23/08/2020).
- Graaf, R., Vanwesenbeeck, I., van Zessen, G., Straver, C.J., & Visser, J.H. (1995). *Alcohol and drug use in heterosexual and homosexual prostitution, and its relation to protection behavior.* AIDS Care 7(1), 35-47.
- Graça, M. & Gonçalves, M. (2016). *Prostituição: Que Modelo Jurídico-Político para Portugal?* DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 59, no 2, 2016, pp. 449 a 480. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/308282568_Prostituicao_Que_Modelo_Juridico-Politico_para_Portugal (consultado a 29/07/2020).
- Green, S.T., Goldberg, D.J., Christie, P.R., Frischer, M.,Thomson, A., Carr, S.V., & Taylor, A. (1993). *Female streetworker-prostitutes in Glasgow: a descriptive study of their lifestyle.* AIDS Care 5(3): 321-335.
- HØigard, C. & Finstad, L. (1992). *Backstreets: Prostitution, Money and Love.* Pennsylvania State University Press, University Park, PA.
- Hsieh, H. F., & Shannon, S. E. (2005). *Three approaches to qualitative content analysis.* Qualitative health research, 15(9), pp. 1277-1288.
- Jeffreys, S. (1997). *The idea of prostitution.* Melbourne: Spinifex Press.
- Jeffreys, S. (2004). *Prostitution as a harmful cultural practice.* C. Stark & R. Whisnant (eds.). Not for sale. Feminists resisting Prostitution and Pornography. Melbourne: Spinifex.
- Kantola, J., & Squires, J. (2004). *Discourses surrounding prostitution policies in the UK.* European Journal of Women's Studies, 11, 77-101. Disponível em https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1350506804039815 (consultado a 12/08/2020).
- Le Feuvre, N. (2005). *Trabalho e Emprego das Mulheres na Europa.* Rede de Estudos das Mulheres (ed.) As Mulheres na União Europeia. Lisboa: Ela por Ela.
- Lemert, E. (1972). *Human deviance, social problems, and social control.* Nova Jérsia: Prentice Hall.
- Levy, D. (29 de junho de 2020). Nordic Model Now. Israel becomes the 8th Nordic Model country as it implements its Prohibition of Consumption of Prostitution Services Act.
- Lloyd, R. (2011). *Girls like us. Fighting for a world where girls are not for sale. A memoir.* New YorK: HarperCollins Publishers.

- Machado Pais, J. (2008). *A Prostituição e a Lisboa Boémia do Século XIX a Inícios do Século XX.* Lisboa: Âmbar.
- Machado Pais, J. (2010). *'Mães de Bragança' e feitiços: enredos luso-brasileiros em torno da sexualidade.* Revista de Ciências Sociais, 41(2), pp. 9-23.
- Malarek, V. (2005). *The Natashas: Inside the New Global Sex Trade.* New York: Arcade Publishing.
- Malarek, V. (2011). *The Johns. Sex for sale and the men who buy it. New York:* Arcade Publishing.
- Miller, J, and Schwartz, M.D. (1995). *Rape myths against street prostitutes.* Deviant Behavior 16 (1): 1-23.
- Moran, R. (2013). *Paid For. My Journey Through Prostitution.* Dublin: Gill Books.
- Morrison, C. L., McGee, A., & Ruben, S.M. (1995) *Alcohol and drug misuse in prostitutes.* Addiction 90(2): 292-293.
- Moscovici, S. (2003). *O fenômeno das representações sociais.* In S. Moscovici (Ed.), Representações sociais: investigações em psicologia social (pp. 29-109). Petrópolis: Vozes.
- Núncio, Maria José (2008). *Mulheres em Dupla Jornada. A conciliação entre trabalho e família.* Lisboa, ISCSP.
- Núncio, Maria José (2013). *Políticas de Família e Intervenção Social com Famílias.* Lisboa: ISCSP.
- Núncio, M. J. (2014). *Reinserção social. Metodologias de Intervenção*, Estratégia, volume 23 pp.223-243.
- Núncio, M. J. (2019). "A intervenção promotora da reinserção social da população reclusa", in F. Amaro & D. Costa (coord). Criminologia e Reinserção Social. Lisboa: Pactor.
- Oliveira, A. (2011). *Andar na Vida. Prostituição de Rua e Reacção Social.* Coimbra, Almedina.
- Oliveira, A (2013). *Prostituição feminina, feminismos e diversidade de trajetórias.* Ex-Aequo, 28, pp 17-30. Acessível em http://www.scielo.mec.pt/pdf/aeq/n28/n28a03.pdf (consultado a 4/08/2020).
- O'Neill, M. (2001). *Prostitution & feminism. Towards a politics of feeling.* Cambridge: Polity Press.
- Oselin, S. (2009). *Leaving the streets: transformation of prostitute identity within the prostitution rehabilitation program.* Deviant Behavior, 30(4), pp. 379-406
- Oselin, S. (2010). *Weighing the consequences of a deviant career: factors leading to an exit from prostitution.* Sociological Perspectives, 53(4), pp. 527-550.
- Paglia, C. (1997). *Vampes & vadias*. Lisboa, Relógio d'Água.
- Pateman, C. (1988). *The sexual contract*. Cambridge, The Polity Press.
- Pateman, C. (1983). *Defending Prostitution: Charges Against Ericsson.* Ethics, Vol. 93, No. 3 (Apr., 1983), pp. 561-565. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/2380632 (consultado a 29/8/2020).
- Pheterson, G. (1993). *The whore stigma: female dishonor and male unworthiness.* Social Text, 37, pp. 39-64.

- Pheterson, G. (2000). *El Prisma de la Prostitución.* Madrid: Ed. Talasa.

- Philo, G. (2007). *News content studies, media group methods and discourse analysis: A comparison of approaches.* Media studies: key issues and debates, pp. 101-133.

- Petterson, A. e Sutton, R. M. (2017). *Sexist Ideology and Endorsement of Men's Control Over Women's Decisions in Reproductive Health.* Psychology of Women Quarterly. 20(10):1-13.

- Pilcher, J. &Wehelehan, I. (2004). *Key concepts in Gender Studies.* London: Sage Publications.

- Queiroz, C. C. (2016). *Representações das imigrantes brasileiras na imprensa portuguesa – uma análise do Jornal Público.* Atas do IX Congresso Português de Sociologia. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Camila_Queiroz9/publication/317097657_REPRESENTACOES_DAS_IMIGRANTES_BRASILEIRAS_NA_IMPRENSA_PORTUGUESA_-_UMA_ANALISE_DO_JORNAL_PUBLICO/links/5925b206458515e3d44d342d/REPRESENTACOES-DAS-IMIGRANTES-BRASILEIRAS-NA-IMPRENSA-PORTUGUESA-UMA-ANALISE-DO-JORNAL-PUBLICO.pdf (consultado a 10/08/2020).

- Raymond, J. G. (2013). *Not a choice, not a job. Exposing the myths about prostitution and the global sex trade.* Washington D.C.: Potomac Books.

- Raymond, J., Hughes, D. and Gomez, C. (2001). *Sex Trafficking of Women in the United States: Links Between International and Domestic Sex Industries.* N. Amherst, MA: Coalition Against Trafficking in Women (CATW). Disponível em www.catwinternational.org (consultado a 27/07/20220).

- Raymond, J., d'Cunha, J., Ruhaini Dzuhayatin, S., Hynes, H.P., Ramirez Rodriguez, Z., and Santos, A. (2002). *A Comparative Study of Women Trafficked in the Migration Process: Patterns, Profiles and Health Consequences of Sexual Exploitation in Five Countries (Indonesia, the Philippines, Thailand, Venezuela and the United States).* N. Amherst, MA: Coalition Against Trafficking in Women (CATW). Disponível em www.catwinternational.org (consultado a 26/07/20220).

- Radomsky, N.A. (1995). Lost Voices: *Women, Chronic Pain, and Abuse.* New York: Harrington Park Press.

- Ribeiro, M. (2004). *As prostitutas também são mães: Contornos e conteúdos de uma condição (quase sempre) extrema.* Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia, Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção. Atelier: Exclusões. Disponível em https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR4628c5ed94ee1_1.pdf (consultado a 5/8/2020).

- Ringdal, N. (2004). *Love for sale: a world history of prostitution.* New York: Grove Press.

- Ribeiro, M & Sacramento O. (2002). *Prostituição Feminina no Espaço Transfronteiriço Ibérico: Um Caso muito Particular de Circulação de Pessoas.* Sociedade e Cultura 4, Cadernos do Noroeste, Série Sociologia, Vol. 18 (1-2), pp. 205 – 227.

- Roberts, N. (1996). *A Prostituição Através dos Tempos na Sociedade Ocidental.* Lisboa: Ed. Presença.

- Sacramento, O., & Ribeiro, M. (2014): «Mulheres marcadas: prostituição, ordem e exclusão». Cuadernos de Trabajo Social, 27(1): 199-211.

- Santos, B. S. et al (2008). *Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual.* Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Disponível em https://www.cig.gov.pt/siic/pdf/2014/estudotraficomulheresptfinsexploracaosexual.pdf (consultado em 12/08/2020).

- Santos, C. (1982). *A Prostituição Em Portugal nos séculos XIX e XX.* História, 41, 2-22.

- Scoular, J. & O'Neill, M. (2007). *Regulating Prostitution. Social Inclusion, Responsibilization and the Politics of Prostitution Reform.* British Journal of Criminology 47(5):764-778. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249284208_Regulating_Prostitution (consultado a 31/07/2020).

- Silva, S. (2007). *"Classificar e Silenciar: Vigilância e Controlo Institucionais sobre a Prostituição Feminina em Portugal".* Análise Social, vol. XLII, no 184, pp. 789-810.

- Stark, C. & Whisnant, R. (eds.) (2004). *Not for sale. Feminists resisting Prostitution and Pornography.* North Melbourne: Spinifex.

- Sottomayor, M. C. (2018). Acórdão N.º 178/2018. Tribunal da Relação do Porto.

- Stoltenberg, J. (2004). *Pornography and international human rights.* C. Stark & R. Whisnant (eds.). Not for sale. Feminists resisting Prostitution and Pornography. Melbourne: Spinifex.

- Sullivan, M. and Jeffreys, S. (2001). *Legalising Prostitution is Not the Answer: the Example of Victoria, Australia.* Coalition Against Trafficking in Women, Australia and USA. Disponível em www.catwinternational.org, (consultado a 30/07/2020).

- Teixeira, J. A. C. (2011). *Ideação suicida em prostitutas de rua.* Tese de Mestrado apresentada no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/26870/3/Tese%20Mestrado%20Alexandre%20Teixeira.pdf

- Vala, J. e Monteiro, M.B. (coord.). (2013). *Psicologia Social* (9ªedição). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Van Dijk, T. A. (2011). *Introduction: Discourse analysis in (mass) communication research.* In Discourse and communication, pp. 1-10.

- Vanwesenbeeck, I. (2001). *Another decade of social scientific work on sex work: a review of research 1990-2000*, Annual Review of Sex Research, 12, pp. 242-289.

- Vanwesenbeeck, I. (2013). *Prostitution Push and Pull: Male and Female Perspectives*, Journal of Sex Research, 50, 1, pp. 11-16.

- Varandas I. e Alves, L. (Org.) (2000). *Atravessar a Vida ao Contrário. Ser prostituta. História de/a Vida.* Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

- Weiner, A. (1996). *Understanding the Social Needs of Streetwalking Prostitutes.* Social Work 41 (1): 97-105.

- Weitzer, R. (2010). *"Sex Work: Paradigms and Policies"*, in R.Weitzer (org.), Sex for Sale. Prostitution, Pornograhy, and the Sex Industry. 2a ed. New York, Routledge, pp. 1-43.

- Vicente, A. (2002). *Os Poderes das Mulheres, os Poderes dos Homens*. Lisboa: Gótica.

- Xiberras, Martine (1996). *As Teorias da Exclusão. Para uma construção do imaginário do desvio.* Lisboa: Instituto Piaget.

12. | Anexos

Anexo 1

Guião de Entrevista a mulheres em situação de prostituição

Entrevista de história de vida

1. Idade
2. Local de nascimento
3. Situação no país:
   3.1. Regular/Irregular
   3.2. Processo de entrada no país
   3.3. Processo de regularização
4. História familiar de origem:
   4.1. Referência e caraterização dos elementos do sistema familiar (incluindo família alargada, se justificável)
   4.2. Caracterização das interações e funcionamento interno (conjugal, parental, fraternal, materno/filial, paterno/filial ou outros)
   4.3. Avaliação do estilo de vida e situação socioeconómica
   4.4. Situações de violência, abuso ou risco
   4.5. História de comportamentos aditivos/doença na família
   4.6. Relações com a vizinhança e a comunidade e grupo cultural de referência
   4.7. Perceção da influência da história familiar na trajetória pessoal e entrada na prostituição

5. Percurso escolar:
    5.1. Frequência escolar
    5.2. Sucesso/insucesso
    5.3. Absentismo/abandono
    5.4. Perceção da escola
    5.5. Valorização da escola no sistema familiar
6. Percurso profissional:
    6.1. Tipo(s) de trabalho
    6.2. Situação no trabalho (contrato/precária/sazonal/ ao dia/ intermitências e desemprego)
    6.3. Perceção da influência da história profissional na entrada na prostituição
7. Situação familiar atual:
    7.1. Referência e caraterização dos elementos do sistema familiar (incluindo família alargada, se justificável)
    7.2. Caracterização das interações e funcionamento interno (conjugal, parental, fraternal, materno/filial, paterno/filial ou outros)
    7.3. Avaliação do estilo de vida e situação socioeconómica
    7.4. Situações de violência, abuso ou risco
    7.5. História de comportamentos aditivos/doença na família
    7.6. Relações com a vizinhança e a comunidade e grupo cultural de referência
    7.7. Relação entre situação familiar atual e entrada na prostituição
8. *"História e trajetória"* na prostituição:
    8.1. Entrada na prostituição
    8.2. Razões para entrada na prostituição
    8.3. Tempo na prostituição
    8.4. Continuidade/intermitência e razões
    8.5. "Tipo" de prostituição e mudanças
    8.6. Opinião sobre a prostituição
9. História clínica:
    9.1. Existência de doença crónica e historial
    9.2. Patologias mentais e historial
    9.3. Acompanhamento e historial
10. Adições:
    10.1. Consumo de álcool ou substâncias psicotrópicas
    10.2. Início de consumos (contexto e motivações)
    10.3. Escalada de consumos (contexto e motivações)
    10.4. Relação percebida entre a prostituição e os comportamentos aditivos
11. Autoimagem:
    11.1. Descrição de si mesma antes de ser prostituída
    11.2. Descrição de si mesma enquanto mulher em situação de prostituição
    11.3. Consonância/dissonância entre imagem idealizada e imagem percebida
12. Recurso a apoios (saúde, sociais, judiciais ou outros):
    12.1. Identificação dos apoios recebidos (no passado e atualmente)
    12.2. Historial e formas de acesso a esses apoios
    12.3. Avaliação dos apoios
13. Necessidades principais:
    13.1. Identificação de necessidades a curto e médio prazo
    13.2. Perceção da existência e acessibilidade de soluções/respostas a essas necessidades

13.3. Ligação entre a satisfação dessas necessidades e eventuais saída/permanência na prostituição
13.4. Sugestão de respostas medidas a implementar
14. Expectativas e aspirações para o futuro:
14.1. O que gostaria de ser/fazer no futuro
14.2. Quem seria a mulher que gostaria de ver ao espelho no futuro
14.3. Qual o balanço que gostaria de fazer da sua vida, quando envelhecer
15. Opinião sobre enquadramento legal:
15.1. Opinião sobre situação atual
15.2. Como a justiça deve lidar com a prostituição
16. Caraterização do comprador de sexo:
16.1. Quem são os compradores de sexo
16.2. O que pensa/sente em relação aos compradores de sexo
16.3. O que procuram os compradores de sexo
16.4. Diferenças na procura em relação com tipos de comprador de sexo
16.5. Situações de violência e tipos de violência
16.6 Estratégias de evitamento utilizadas

Anexo 2

Guião de entrevista a profissionais que lidam diretamente com mulheres em situação de prostituição

Entrevista semiestruturada

Tópicos a abordar:

1. Idade
2. Sexo
3. Profissão
4. Interação profissional com mulheres prostituídas:
4.1. Contextos de interação profissional com mulheres em situação de prostituição:
4.1.1. Formas de contacto
4.1.2. Circunstâncias
4.2. Regularidade de interação profissional com mulheres em situação de prostituição:
4.2.1. Acompanhamento sistemático
4.2.2. Atendimento pontual em situações específicas
4.3. Tempo de interação profissional com mulheres em situação de prostituição

5. Caraterização da mulher em situação de prostituição:
   5.1. Quem é a mulher em situação de prostituição
   5.2. Quais os fatores ligados à prostituição (entrada, permanência, intermitência)
   5.3. Necessidades e problemáticas mais comuns
   5.4. Evolução do sistema de prostituição
6. Conhecimento indireto do comprador de sexo:
   6.1. Quem são os compradores de sexo
   6.2. Quais as situações mais comummente relatadas
7. Respostas e medidas em contexto de trabalho com mulheres em situação de prostituição:
   7.1. Avaliação subjetiva e percetiva das respostas e medidas
      7.1.1. Adequação às necessidades
      7.1.2. Acessibilidade (divulgação e elegibilidade)
      7.1.3. Articulação entre entidades e coerência de medidas
      7.1.4. Evolução do tipo de necessidades/problemáticas apresentadas
   7.2. Sugestões de estratégias a implementar
      7.2.1. Concretização de respostas e medidas específicas
      7.2.2. Benefícios previsíveis dessas respostas e medidas
8. Opinião sobre enquadramento legal da prostituição

Anexo 3

Análise a anúncios a sexo:

(anúncios publicados no Jornal Correio da Manhã no período entre 24 de novembro e 15 de dezembro de 2020, exclusivamente para Lisboa)

Total de anúncios analisados:

ANÁLISE DE FREQUÊNCIAS SIMPLES
Nacionalidade/Origem
Caraterísticas físicas
Caraterísticas psicossociais
Estado Civil
Condição socioeconómica
Atos/Práticas sexuais
Preços
Tipo de espaço
Tipo de comprador
Utilização (e tipo) de fotografia
Localização por concelho da Área Metropolitana de Lisboa

ANÁLISE BIVARIADA
Caraterísticas físicas, por nacionalidade e/ou origem étnica
Caraterísticas psicossociais, por nacionalidade e/ou origem étnica
Atos/práticas sexuais, por nacionalidade e/ou origem étnica
Nacionalidade, por concelho da Área Metropolitana de Lisboa

Anexo 4

Análise a títulos de jornal:

(publicados em dois jornais diários nacionais: Público e Correio da Manhã nos anos 2019/2020)
Total de títulos analisados:
Títulos no Jornal Público:
Títulos no Jornal Correio da Manhã:

DIMENSÕES DE ANÁLISE
Secção da Notícia
Contexto de referência
Terminologia utilizada

PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES

Centro Maria Alzira Lemos – Casa das Associações - Parque Infantil do Alvito, Estrada do Alvito, Monsanto 1300-054 Lisboa
https://plataformamulheres.org.pt/

EXIT

Direitos Humanos das mulheres a não serem prostituídas
https://exitprostitution.org/

nova agência